

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação-Mestrado
Linha de Pesquisa: Práticas Discursivas, Processos Culturais e Educativos.

MARIA CLELIA PEREIRA DA COSTA

**MEMÓRIAS DOS PIONEIROS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
DIRIGIDO CORONEL SALUSTIANO E ANAUÁ: A CASA - ESCOLA DO
VALENTIN - RORAINÓPOLIS-RR- (1975-1983)**

ITATIBA-SP

2016

MARIA CLELIA PEREIRA DA COSTA - RA 002201401029

**MEMÓRIAS DOS PIONEIROS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
DIRIGIDO CORONEL SALUSTIANO E ANAUÁ: A CASA - ESCOLA DO
VALENTIN - RORAINÓPOLIS-RR- (1975-1983)**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira.

ITATIBA-SP

2016

37.009.81 Costa, Maria Clelia Pereira da.

C874m Memórias dos pioneiros do projeto de assentamento dirigido Coronel Salustiano e Anauá: “Casa-Escola do Valentin” (Rorainópolis-RR- 1975-1983) / Maria Clelia Pereira da Costa. – Itatiba, 2016.
235 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

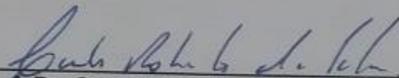
Orientação de: Carlos Roberto da Silveira.

1. Assentamento Coronel Salustiano. 2. Memórias dos Pioneiros. 3. Casa-Escola do Valentin. 4. Educação
I. Silveira, Carlos Roberto da. II. Título.

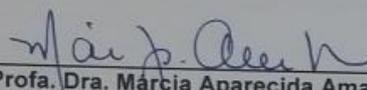
Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Maria Clélia Pereira da Costa defendeu a dissertação "MEMÓRIAS DOS PIONEIROS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO CORONEL SALUSTIANO E ANAUÁ: A CASA-ESCOLA DO VALENTIN - RORAINÓPOLIS - RR (1975-1983)" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 15 de fevereiro de 2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira
Orientador e Presidente



Prof. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Examinadora

_____(por videoconferência)_____
Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno
Examinador

Autorizo a divulgação total ou parcial deste estudo, por qualquer meio de comunicação, para fins de pesquisa desde que sejam utilizadas as citações da autora devidamente.

DEDICAÇÃO

Ao **DEUS EU SOU** por me levantar cada vez que caí, e não deixar-me fraquejar nesta jornada quando tantas vezes subi e desci as montanhas do desânimo.

Aminha **MÃE**, Nazira Pereira da Silva, uma artista nata na arte da costura que na sua humildade trilhou uma busca incansável por moradia, escola e um pedaço de chão na Amazônia acreana para viver com a família, em tempos que a pobreza fazia parte dessa realidade de vida. Muito obrigada por não desistir da luta e saber exercer seu papel de mãe, pelas orações em meu favor e seu grande amor por mim.

Ao meu **PAI**, Manoel da Costa, homem destemido e resiliente que me ensinou o temor a Deus, o respeito ao próximo, e, sobretudo, moldou meu caráter, e nunca permitiu que as adversidades da vida fossem uma pedra em seu sapato de seringueiro. Homem sábio que desde muito cedo soube o que é lutar pela sobrevivência na floresta acreana. E hoje aos 71 anos continua sua batalha diária quando trabalha na construção civil e faz tudo por prazer e amor para os filhos.

Com **VOCÊS**, compartilho meu reconhecimento pelos valores, afeto, ensinamentos, e amor, que marcaram minha infância e adolescência, quando as condições financeiras que dispunham eram mínimas e abraçaram um trabalho árduo e primitivo¹ para que eu tivesse acesso à escolarização nos lugares mais remotos da Amazônia Acreana. Por tudo isso, não há palavras que possa nomear esse **amor**.

As minhas joias preciosas: **Aline Luanda, Saymon Patrick e Dulcinéia**, vocês me permitiram vencer as resistências, reeducando meu olhar em busca do conhecimento, reconhecendo a importância do tempo, do silêncio, da amizade, respeito, a beleza de escrever sobre este tema e compreender que “tudo posso naquele que me fortalece”. Filip. 4:13.

Aos **inspiradores** dessa nova fase de minha vida, os netos “colonos elétricos infantis”, **Káge Eduardo, Aysha Hadassa e Sader Ageu**. **Obrigada** pelo privilégio de tornar os (dias dessa velha broca) nesta corrida eletrizante, mais prazeroso, com suas brincadeiras, o carinho, a amizade e uma alegria inesgotável tirada de um poço fecundo: o “amor pela vida”. Lutei por mim e por todos meus queridos, isso me fez chegar tão longe neste penhasco, que quase não senti o cansaço da subida que parecia nunca acabar.

¹A etimologia **primitiva** empregada em todo o texto desse trabalho não se configura como aquele sem cultura, excluídos da civilização, sem conhecimento das letras e menos desenvolvido na sociedade que está inserido. Mais como aquele que chegou primeiro no lugar e deu início aos trabalhos como representante de uma sociedade. Consideramos que mesmo em escala menor os personagens dessa história lutaram a partir da organização dos pares para promover a construção desses espaços o acesso aberto, seja na floresta acreana, roraimense ou amazonense são símbolo de uma intensa militância, personagens que deixaram suas marcas na história da migração brasileira.

HOMENAGEM PÓSTUMA

AQUELES que compartilharam do desenvolvimento do Projeto de Assentamento Coronel Salustiano de Farias Vinagre e Anauá, que lutaram acima de suas forças por escola, moradia, terra, cidadania, e, por vezes, por aqueles que não alcançaram essa vitória e suas memórias jazem no esquecimento.

(In Memoriam) Élvio José Carvalho, Israel Alves, Domingos Nascimento, Edmilson Nascimento, José de Arimatéia, Antônio Fausto, Gentil Carneiro, Martinha de Jesus, Massa Bruta, Amália Gonçalves, João Moreira, José de Souza, José Apolinário, José Lindolfo, Antônio Carlos Lacerda, José Basílio, Adão, Terezinha Bezerra, Félix, Benedito, Antonio Carlos, Biziu, Gean Oliveira, George...

(In Memoriam) Aos primeiros professores da Vila do INCRA que deixaram seu legado na escola do assentamento a José de Alencar: Adalgiza Xavier, Edmilson Pinho, Ordalha de Araújo Lima e Antônio Assunção.

Amanheceu vocês estavam vivos, sonhando o amanhã.

E à noite nem chegou, e todos jazem no sono da *morte*.

Essa era a mesma certeza dos migrantes quanto à posse da terra.

A cada pioneiro, que constituiu um grande legado dentro do movimento do assentamento, na construção da Casa-Escola, no desenvolvimento da Vila do INCRA, suas marcas memoriais estão registradas nesta dissertação de mestrado.

Obrigada pelos momentos deixados antes do sono prolongado!

PALAVRAS DE AGRADECIMENTOS

Após uma longa trajetória de pesquisa, cheguei à conclusão do trabalho sonhado tornou-se uma realidade. Esse processo me levou a momentos importantes, dentre eles os agradecimentos àqueles que acompanharam essa jornada de minha formação profissional e pessoal. A concretização de um sonho só é possível quando ancorado em pensamentos positivos, incentivos, orações e desejos dos que compartilham conosco a busca desse ideal.

Pois é, ingenuidade pensar que para realizar uma pesquisa dessa natureza precisamos somente de teoria, de metodologia, de cronograma, de livros, de professores, de internet e computador ferramentas indispensáveis ao pesquisador contemporâneo. Na verdade é necessário mais do que isso, os vestígios, rastros, ruelas, becos quase sem saídas, documentos impossível de análise, noites sem dormir, o frio quase insuportável em São Paulo e calor escaldante de Roraima. Todos estes desafios me fizeram avançar no trabalho e viabilizar um final promissor para os agradecimentos.

Em função das oportunidades, Clelia diz para **Aline, a filha com quem partilhou bons e maus momentos**: muito obrigada pela hospitalidade, o cuidado, o incentivo durante esses dois anos de curso, **pelos leituras, companheirismo, amizade e advertências e correção deste texto.**

Clelia *sorri* **para os netos e diz**: vocês, com suas travessuras, me fizeram pensar nos erros cometidos nessa caminhada e buscar acertar, olhando como uma criança para as lutas travadas a cada momento: isso é aprendizagem. **Obrigada pelo despertador, o barulho das brincadeiras o relógio natural de cada dia.**

Clelia *fala* para **Tatiely**: **você é uma guerreira** por cuidar dos meus amigos queridos, **Chocolate e Awhan meus guardiões e o filho amado.** Não poderia atravessar esse abismo sem a sua parceria nesse movimento de preocupação, calma e empenho. Você merece minha **gratidão e apreço!**

Clelia *explica* **para o filho Saymon**, que muitas vezes, no silêncio, se ouvia sua voz, suas lutas, suas ansiedades, o tom da responsabilidade, própria de quem busca vencer o combate do

tempo. Assim são os Gideões da vida. Obrigada, **filho**, o crescimento nos faz amadurecer e olhar firme outros caminhos para futuras jornadas. *Amo-te um tanto assim!*

De forma especial Clelia *abre seu coração cheio* de **saudades, gratidão e amor**, e fala aos sete irmãos palavras de carinho, apreço, pois apesar da distância e ausência física, mas, estão, sempre no meu coração: **Clelia Maria, Maria Edna, Maria Ednalva, Maria Tida: Mulheres corajosas, determinadas, guerreira das matas amazônicas, parceiras dos segredos, das tarefas no corte da seringa, do arroz, da cana-de-açúcar, da lenha, estas linhas também fazem parte de suas histórias, de vida, esperança, experiências e realizações!**

Armando, José Pereira e Ecivaldo amados, tenho, na memória as brincadeiras, o trabalho, numa luta constante, *meus heróis mirins!* Obrigada pelas conversas mesmo apressados nunca deixaram de dedicar um pouco de seu tempo às nossas lembranças. *Obrigada por me amarem de um jeito tão estranho!*

Clelia *agradece* **Stéfanie Nóbrega**, sobrinha e **mensageira** da família, com as notícias saídas do forno para nutrir as saudades daqueles que estavam mais distantes e nossas conversas permitiram-me estar pertinho dos que amo, guardando na memória os momentos preciosos da história de vida dos amados. **Você me é caríssima!**

Clelia *abraça* os amigos de longos anos **Marlúcia, Maria do Carmo, Raimunda Passos, Sinvaldo, Noêmia, Irineu, Maria Santana, Ironcina, Mathias e Mariazinha**. Obrigada pelas orações, motivações e por acreditarem na minha capacidade de construir esta história; este momento significa o prazer da caminhada sobre os pedregulhos!

Clelia *abre o coração para falar ao casal* **José e Eulália**. Vocês nos acolheram, eu e minha família, quando estivemos como peregrinos em Hortolândia - São Paulo. Pelo acolhimento, o imenso cuidado com minha família quando aqui aportamos. **Obrigada, isso é amor ao próximo!**

Clelia fica *feliz* com seu último orientador, o **Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira** e *lembra*: caminhamos juntos nessa jornada, você me tirou de *um poço de desânimo*, mostrou-me como **ser resiliente em uma jornada estressante**, soube conduzir a pesquisa e agradeço pela confiança e por tantas **lutas vencidas**. Esse é o prêmio pela vitória, o laboratório da

esperança, a paciência, o silêncio, “o dito e o não dito” o resultado do produto pesquisado. Por tudo isso. **Deus abençoe a ti e tua casa.**

Clelia *agradece* a Prof.^a Dr.^a **Paula Leonardi**: *meu apreço e respeito* pela orientação nos primeiros seis meses de estudos, a quem direcionou meus primeiros passos para esta caminhada rumo à investigação.

Clelia *fala* para o Prof. Dr. **Moysés Kuhlmann Júnior**, segundo orientador: obrigada pela indicação do livro “Como pensar como fazer”, permitindo-me focar a pesquisa pelo viés da oralidade.

Clelia *pensa* nas palavras da Prof.^a Dr.^a **Maria de Fátima Guimarães**: agradeço pelo *incentivo, pela competência para transmitir suas* orientações metodológicas no decorrer das disciplinas cursadas em 2014. Esse tempo precioso marcado pelos vestígios da memória de um começo construído de confiança e novas amizades, **direcionada pelos caminhos da pesquisa.**

Clelia *diz* à Prof.^a Dr.^a **Milena Moretto**, terceira orientadora, que contribuiu com seu carisma, dando-me um norte nos procedimentos durante a pesquisa: **Obrigada por sua gentileza.**

Clelia *agradece* a toda equipe de trabalho da USF Itatiba pela seriedade, responsabilidade e eficiência nos serviços prestados durante estes dois anos. **A eficiência é mesmo a alma do bom negócio.**

Clelia *agradece a Banca Examinadora de Qualificação*, composta pelos professores: Dr. Carlos Roberto da Silveira, Dr.^a Alexandrina Dr.^a Márcia Aparecida Amador, por compartilharem esse momento tão significativo da minha vida acadêmica.

Clelia *agradece* a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES pela bolsa de estudos, que possibilitou a realização desse objetivo.

Clelia *agradece* o Governo do Estado de Roraima e a Prefeitura Municipal de Rorainópolis pela liberação do trabalho, para que eu pudesse realizar mais um sonho.

A todos os entrevistados, sem as quais não seria possível a realização desta dissertação. Clelia abraça-os e diz: **valeu** pelo esforço que fizeram em busca de contribuir com a história do lugar, visto que uma andorinha só não traz animação em meio a um vendaval como este que envolveu esta pesquisa. Suas memórias estão escritas nesta história, e, como o vento, **viajarão para locais muito distantes.**

Clelia, pelo facebook, diz para **Simone Figueiredo**: seu dinamismo através do facebook, e-mail, e Whatsapp trouxeram informações significativas para se recriar a história da Casa-Escola do Valentin, dos tempos mais remotos de seu surgimento. **Suas pegadas são registros históricos dessas memórias.**

Clelia *olha diretamente* para **Claudio Rego de Oliveira**, chefe da Unidade INCRA Rorainópolis, e *confessa*: obrigada **por me confiar** à disponibilidade dos arquivos dessa Instituição na busca de pistas e dar voz a esta pesquisa.

Clelia diz ao **Professor Laymerie** que abriu as portas da Auditoria de Ensino de Roraima e disponibilizou sua equipe de trabalho, e os arquivos da Escola Major Terêncio, José de Alencar e Tenente Nelson Barreiro. A confiança depositada em minha pessoa mostrou o interesse do grupo pelas **memórias da Educação de Roraima para contribuição científica.**

Minha dívida, em particular, com os otimistas que acreditaram na minha competência, no poder dos rastros e motivaram essa caminhada. Espero não tê-los decepcionado, apesar da desconfortável sensação de que algo sempre esteve faltando para completar essa trajetória.

E tantos outros, que por falha, esqueci, sintam-se mencionados nesse trabalho, e saibam que a credibilidade de cada um estará registrada nessa dissertação de mestrado, considerada um trabalho único, que trouxe as memórias da criação da primeira instituição do PAD/CSFV/ANAUA.

Obrigada por deixarem suas marcas nesta história, um sorriso, uma saudade, um exemplo, um ideal de vida, de conduta, uma esperança, uma palavra e uma certeza. Sem suas vozes esta pesquisa seria somente mais um amontoado de papéis sem significado, papéis que poderiam não chegar a nenhuma conclusão ou permanecer no anonimato; fazendo do silêncio, palavras mortas dessa história tão incrível!

Clelia diz **de coração: Muito obrigada!**

QUEM É VOCÊ MARIAZINHA?

Para mim, esta mulher é mistério, heroína...Ela se refaz pela força da sabedoria, da honestidade, valentia e coragem que somente ela sabe o poço fecundo para encontrá-la.

É mãe, avó, bisavó, tia, comadre trabalhadora incansável e amiga. É uma mistura de rio com mar, manteiga com leite, sereno com chuva, mel com cupuaçu, murici com açaí, sol e lua cheia, calmaria e tempestade.

Ela é forte e pode surpreender a todos quando fala de tantas coisas, que jamais ouvi falar! Mariazinha é metáfora no compasso das palavras, é poesia de ideias, pensamentos e ações. Quando se move, tem a elegância dos inhambus na floresta do Anauá, da onça pintada a beiro do rio Jauaperi, do peixe pirarucu do lago do Neguinho. É assim esta mulher!

Quando quieta é como a brisa que molha as folhagens dos bambus, das tabocas e cipós títicas da floresta roraimense. Seu abraço vale o diamante do Tepequém, valioso, raro, e sua pessoa não tem preço, propõe virtude a todos que lhe rodeia é como a Juquira invade tudo com o verde da esperança e do amor fraternal, ama, aconselha e cuida. Camponesa abençoada, dona do lar, possui verdades que foram silenciadas pelo tempo. Mulher de diversas profissões, lavadeira, cozinheira, juquireira, carvoeira, educadora, professora da vida...Seja na roça, na pescaria ou nas festas, ela nunca está sozinha. Pode pensar a solidão como o vento, que vem e logo desaparece deixando o ar mais fresco.

Mariazinha é vizinha, hospitaleira, virtuosa, dançarina, menina travessa, seu paladar é incomparável. Sua linguagem é poesia que encanta e faz nossa alma cantar. Sua pele queimada pelo sol do equador tem cor de jambo, é marcada pelo tempo, tem cheiro de flor de maracujá, jasmim, sabor de buriti de patoá! A dor, o sofrimento é visível no semblante de quem viveu tantas lutas e desabrochou como a floresta Amazônica. Mas sua alma lança fora toda a dor, mazelas e desânimos que viveu.

Tudo é dissipado pelos suaves sons de seu olhar indagador. Seu sorriso é alegria é como as corredeiras do Jauaperi, e as cachoeiras do Rio Anauá! É fantástica! Ora maranhense, ora macuxi, ora amazonense, ora, horas...Ao seu lado, o tempo passa, apenas passa!

Pioneira, faceira, acaricia “a voz e seu grito ecoa longe”! É a Mariazinha, a magrinha, a viúva, a velhinha e não é sozinha!

Você leitor precisa conhecer esta heroína. Mas, quem é você mesmo você Mariazinha?

Autoria: Maria Clelia Pereira da Costa

Revisor: Carlos Roberto da Silveira

COSTA, Maria Clelia Pereira da. Memórias dos pioneiros do projeto de assentamento dirigido Coronel Salustiano e Anauá: “Casa-Escola do Valentin” (Rorainópolis-RR-1975-1983).2016, 235p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade São Francisco-Itatiba- São Paulo, 2016.

RESUMO

Este trabalho é resultado de dois anos de investigação em áreas de assentamento, pesquisando sobre o contexto histórico dos Projetos de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Farias Vinagre e Anauá (PAD/CSFV/ANAUÁ), criados na BR 174 no período de (1975-1979) no ex-Território Federal de Roraima. A investigação teve como objeto de estudo a primeira Casa-Escola do segundo maior assentamento de terra do Brasil. A pesquisa se pauta nas experiências de vida de quatorze migrantes integrantes desse projeto residentes no município de Rorainópolis e Boa Vista-RR. A investigação percorreu os caminhos metodológicos da História Oral, para dar vozes às memórias dos construtores desses espaços conquistados, atravessados pelas lutas e tensões da posse da terra e do direito a escola do assentamento. Nesse aspecto, o objetivo principal norteador deste estudo foi: Construir as memórias dos projetos de assentamento Coronel Salustiano e Anauá a partir das narrativas dos pioneiros formadores desse movimento analisando a importância da instalação e funcionamento da Casa-Escola do km 475 como identidade constituinte de mudanças na vida dos migrantes da BR 174, ocupantes dos espaços de aprendizagem, trabalho e esperança. Conhecer o movimento de construção do Povoado Vila do Incra, suas nuances históricas, e os sujeitos envolvidos na gênese desse lugar. Avaliar os embates políticos e sociais na instalação e funcionamento da primeira Casa-Escola desse assentamento. Diante do exposto, procurou-se responder às questões norteadoras da pesquisa: Como a inserção dos migrantes nordestinos se justificou nesse meio Amazônico, gerando esse movimento de assentamento e construção de uma nova cidade às margens da BR 174? Em que aspecto a Casa-Escola se constituiu um clamor dos pioneiros pela educação do assentamento de terra? A pesquisa utilizou as fontes documentais constituídas de relevância considerando os estudos de Le Goff (1990) e seu repertório sobre questões referentes ao documento monumento e as diferentes memórias. Nos estudos de Ginzburg, (1989, 2005) nos embasamos a partir do paradigma indiciário no sentido de buscar os vestígios da escola. Para a pesquisa de campo nos orientamos pelas técnicas de Paul Thompson (1992) Meihy & Holanda (2007) Caldart (2004) traz contribuições relevantes sobre a pedagogia da terra. Bergamasco (1996, 1997) e Luiz Norder (1997), abordam a importância dos assentamentos, e os pesquisadores roraimenses: Freitas, (2009, 1997) Barros (1995), Magalhães (2008) e Mourão, (2008) tratam da história, historiografia e geografia de Roraima e apresentam importantes contribuições para compreensão da história do lugar.

Palavras-chave: Assentamento Coronel Salustiano. Memórias dos Pioneiros. Casa-Escola.

COSTA, Maria Clelia Pereira da. Memories of the pioneers of the Coronel Salustiano and Anauá Settlement Project: “**Valentin Home School**” (Rorainópolis-RR- 1975-1983). 2016, 235p. Treatise (Master in Education) São Francisco University-Itatiba-São Paulo, 2016.

ABSTRACT

The present study is a result of two years of investigation in areas of settlement, researching the historic context of the Coronel Salustiano de Farias Vinagre e Anauá (PAD/CSFV/ANAUÁ) Managed Settlement Project, created along interstate road BR174 in the period between (1975-1979) in the former Federal Territory of Roraima. The investigation had as its study object the first home school of the second largest land settlement project in Brazil. The research evolves around the life experiences of fifteen migrants who took part in the project and resided in the town of Rorainópolis and Boa Vista-RR. The investigation followed methodological steps of Oral History, to voice memories of the builders of these conquered spaces, hounded by struggles and tensions relating to land ownership and the right to a school in the settlement. In this aspect, the main guiding principle of this study was: To build the historic context of the Coronel Salustiano de Farias Vinagre e Anauá (PAD/CSFV/ANAUÁ) Managed Settlement Project, stemming from narratives of the pioneers of the movement themselves, taking into analysis the importance of the installation as well as the functioning of the KM 475 Home School as a constituent identity changer in the life of the migrants living along BR 174, occupants of learning spaces, work, and above all: hope. To become acquainted with the construction movement of the INCRA Village, its historical, political and social nuances, and the individuals involved in the genesis of this site. Assess the political and social conflicts in the installation and operation of the first Home School in this settlement. Given the above, we tried to answer the questions guiding the research: How the insertion of northeastern migrants by itself justified coming to this Amazonic environment, generating this settlement movement and construction of a new city along the BR 174. In what aspect the Home School constitutes a response to the cry of the pioneers for education within a land settlement project. The research utilized documentary sources consisting of relevant studies by Le Goff (1990) and his repertoire on issues relating to the founding document as well as the different memories. In the studies by Ginzburg (1989, 2005) we found basis coming from the evidential paradigm in order to seek the traces of the themes discussed in this text. For field research we took guide from the Paul Thompson techniques (1992); Meihy & Holland (2007) and Caldart (2004) bring forward relevant contributions to the pedagogy of the land. Bergamasco (1996, 1997) and Luis Norder (1997), discuss the importance of the settlements, and the local Roraima researchers: Freitas (2009) Barros (1995), Magellan (2008) and Mourão (2008) deal with history, historiography and geography of Roraima and have important contributions to understanding the history of the place.

Key Words: Coronel Salustiano Settlement. Pioneer memoirs. Home school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTER-RR- Associação de Assistência Técnica Rural de Roraima

BASA - Banco da Amazônia e Sociedade Anônima

BR-Brasil

CAER- Companhia de Águas e Esgoto de Roraima

CRE- Centro Regional de Ensino do Sul do Estado

CODESAIMA- Companhia de Desenvolvimento de Roraima

COBAL -Companhia Brasileira de Alimento

COOPERFAR – Cooperativa Agropecuária Central da Agricultura Familiar de Roraima

DC- Defesa Civil

EDAD- Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

EUCATUR – Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo

FEMATER- Fundação Estadual do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima

FEMACT- Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciências e Tecnologias.

GCEA-RR- Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuária de Roraima

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio – Ambiente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ISER- Instituto Superior de Roraima

ITERAIMA- Instituto de Terras de Roraima

LER - Lesão por Esforço Repetitivo

LDB- Lei de Diretrizes e Base

MAPE- Laboratório de Análise Clínica

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrícola

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PAD- Projeto de Assentamento Dirigido

PAD/ANAUÁ- Projeto de Assentamento Dirigido Anauá

PAD/CSFV- Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Farias Vinagre

PAR-Projeto de Assentamento Rápido

PDAS- Planos de Desenvolvimento da Amazônia

PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

RR– Roraima

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SPG- Supletivo Primeiro Grau

SSG- Supletivo Segundo Grau

SP- São Paulo

SECEX- Secretarias de Controle Externo

SUCAM - Superintendência das Campanhas de Saúde Públicas

TCLE- Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

UERR- Universidade Estadual de Roraima.

UFRR- Universidade Federal de Roraima

USF- Universidade São Francisco

CRÉDITOS FOTOGRÁFICA

Crédito 01- Casa típica dos Waimiri-Atroari-Vila Jundiá na divisa de Roraima com o Amazonas.	25
Crédito 02- O Casarão primeira residência do Executor do INCRA, construída entre 1977 e 1979.	25
Crédito 03- Monumento histórico o marco zero da linha do Equador-situado na Vila do Equador lugar em que foi inaugurado a BR 174 em 1977.	25
Crédito 04- Modelo de casa dos ribeirinhos na comunidade do Remanso no Baixo Rio Branco-Distrito de Santa Maria do Boiaçu-Rorainópolis-RR.	25
Crédito 05- Usina de beneficiamento de arroz-Moacir Reginatto às margens da BR 174 km 468.	25
Crédito 06- Hospital Regional do Sul do Estado de RR-Otomar de Souza Pinto às margens da BR 174km 468-Rorainópolis.	25
Crédito 07- Transporte fluvial do Baixo Rio Branco.Comunidade Paraná da Floresta equipe da Prefeitura Municipal de Rorainópolis em ação-2014	25
Crédito 08- Vista do município de Rorainópolis da sede do INCRA-2014.	25
Crédito 09 - Às margens do rio Anauá na estrada vicinal 02. Verão de 2016.	25
Crédito 10-Prédio da Prefeitura Municipal de Rorainópolis-RR	25
Crédito 11- Sede da Unidade Avançada INCRA-Rorainópolis	65
Crédito 12- Casa que morou a primeira médica de Vila do Inca a Dr ^a MariaYandara	68
Crédito 13- Primeiro Posto Médico de Vila do Inca construído por volta de 1977-1980	69
Crédito 14- Posto Médico Dr ^a Maria Yandara, situado no Bairro Centro de Rorainópolis	69
Crédito 15- Casa do motor de luz do INCRA, datada de 1982. Esta construção ainda resiste ao tempo esta conservada, mesmo sem pintura	85
Crédito 16 - Primeira reunião dos migrantes com o Governador Otomar de Souza Pinto, em 05 de outubro de 1981 caminhada na BR 174 em direção ao INCR	109
Crédito 17- Casa do senhor Edmilson Nascimento que chegou ao assentamento em 1976	130
Crédito 18- Primeira usina de arroz e casa do motor de luz da Vila do Inca -Território Federal de Roraima	133

Crédito 19- Imagem do Malocão,e casa da ASTER em que residiu Zé Tomaz por mais de uma década	138
Crédito 20- Praça dos Três Poderes: Complexo Judiciário	147
Crédito 21- Avenida Dr ^a Maria Yandara: Área comercial da cidade Bairro Centro	150
Crédito 22- Ruínas da Escola de 1º primeiro grau Major Terêncio Lima	185
Crédito 23-Zé Professor em sua residência em Boa Vista-RR	192
Crédito 24- Valentin indica o espaço em que funcionou a Casa-Escola	192

LISTA DE MAPAS

Figura 1-Mapa Indicativo da Avenida Dr ^a Maria Yandara de Carvalho Bueno.	80
Figura 2- Mapa de localização da pesquisa-Rorainópolis-RR	143
Figura 3- Mapa dos projetos de Assentamento de Roraima.	234
Figura 4- Mapa Espinha de Peixe representa as viciniais dos projeto Anauá	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo dos órgãos a qual pertenciam as terras de Roraima	70
Tabela 2- Relação dos novos projetos de assentamento de Rorainópolis	81
Tabela 3- Indicativo das vilas pertencentes ao município de Rorainópolis	149
Tabela 4- Lista comparativa dos anos de funcionamento da Casa-Escola	187
Tabela 5- Primeira etapa das entrevistas	223
Tabela 6- Segunda etapa das entrevistas	224
Tabela 7- Perfil dos participantes da pesquisa	225
Tabela 8- Profissão dos migrantes entrevistados	226
Tabela 9- Lista dos Administradores da Vila do Incra	227

LINHA DO TEMPO: OBJETO DA PESQUISA

1973- Abertura da picada da localidade de Martins Pereira para a localidade de Vila do Incra realizada por Gentil Carneiro Brito.

1974- Chegada dos primeiros colonizadores do movimento de assentamento- BR 174,

1975- Criação do Projeto Dirigido Coronel Salustiano de Farias Vinagre- Roraima

1977-1979- Construção da sede do Incra- BR 174

1979- Criação do Projeto de Assentamento Dirigido- Anauá - Roraima

1979- A Casa Escola do assentamento instalada no km 475 da BR 174

1981-A criação do Povoado Vila do Incra-BR 174 Rorainópolis-RR

1983-Construção da Escola Major Terêncio de Lima, na estrada vicinal 06.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MIGRANTES,	215
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO,.....	217
APÊNDICE C- CARTA SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA- INCRA,	219
APÊNDICE D- PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA-2015,	220
APÊNDICE E- PRIMEIRA ETAPA DAS ENTREVISTAS,.....	223
APÊNDICE F- SEGUNDA ETAPA DAS ENTREVISTAS,.....	224
APÊNDICE G- ORIGEM DOS MIGRANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA,	225
APÊNDICE H- PROFISSÕES E LUGAR DOS ASSENTADOS,.....	226
APÊNDICE H- LISTA DOS ADMINISTRADORES DO POVOADO VILA DO INCRA	227

ANEXO

ANEXO A-BOLETIM DE SERVIÇO INCRA-1976 NOMEAÇÃO DE MOYSÉS TEIXEIRA HAUSEN EXECUTOR DA UNIDADE AVANÇADA INCRA-RORAINÓPOLIS.....	229
ANEXO B- ORNDEM DE SERVIÇO INCRA 1977- COMISSÃO ESPECIAL,	230
ANEXO C- MEMORIAL DISCRITIVO DO PAD/ANAUÁ,	231
ANEXO D-TÍTULO DE POSSE DE TERRA INCRA 1982	232
ANEXO-E RESOLUÇÕES DE CRIAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DEASSENTAMENTO CONFORME DIVISÃO DO PAD/ANAUÁ-2005	233
ANEXO-F MAPA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE RORAIMA,	234
ANEXO G-MAPA ESPINHA DE PEIXE-PROJETO DE ASSENTAMENTO ANAUÁ	235

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	40
Parte I -O desfecho da Pesquisa	40
Parte II - Procedimentos metodológicos: organização e aspectos da pesquisa de campo	46
CAPÍTULO 1 - O ALICERCE TEÓRICO DA PESQUISA	53
1.1 A legitimação da política de doação de terras: uma luta antiga no país	54
1.2 O século das campanhas publicitárias do governo de Roraima	57
1.3 Nos rastros do projeto de assentamento: Coronel Salustiano de Farias Vinagre (CSFV-1975-1979).....	64
1.4 Os sussurros da Comissão Especial	73
1.4.1 O projeto de assentamento dirigido Anauá: criação e legalidade das Terras de Roraima	75
1.4.2 A luta dos pioneiros pelas políticas públicas do assentamento	82
CAPÍTULO 2 - AS NARRATIVAS HISTÓRICAS NA VOZ DOS PIONEIROS: NA CRIAÇÃO DO POVADO VILA DO INCRA 1981	87
2. 1 A oralidade espaço da memória, do tempo, da história e da realidade.....	87
2. 2 A difícil chegada: um passado presente nas experiências de vida na Amazônia roraimense.....	89
2.3 Que sujeitos teceram a construção dessa história?	104
2.3.1 A construção das estradas vicinais: um e dois	116
2.4. Os desafios na construção das moradias: como, quando e do que fazer?..	121
2.4.1 No encalce das promessas do governador Otomar de Souza Pinto	132
2.5 O desenvolvimento do vilarejo no contexto dos novos comerciantes	139
2. 5. 1 Localização, criação e expansão de Rorainópolis.....	145

CAPÍTULO-3 OS VESTÍGIOS DA CASA-ESCOLA DO VALENTIN: A IDENTIDADE DA BR 174 (1979-1983).....	151
3.1 A escolha do objeto de estudo.....	151
3.2 O clamor dos migrantes pela escola: a identidade do lugar.....	158
3.3 A carência de professores formados nas escolas de Roraima.....	171
3.4 Conhecer os espaços, participar e transformar: a escola, as memórias e outros sonhos...	179
3.5 A criação oficial da escola Major Terêncio de Lima.....	184
3.6 Das memórias aos novos tempos	189
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
5.1 Memórias e história se mesclam no tempo	194
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICES.....	214
ANEXOS	228

Crédito 01-Casa dos Waimiri-Atroari-Vila Jundiá



Crédito 2-O casarão moradia do Executor do INCRA.



Crédito 03-Marco zero da linha do Equador.



Crédito 4- Casa dos ribeirinhos Santa Maria do



Crédito 5-Usina de arroz de Moacir Reginatto-BR



Crédito 6-Hospital Regional do Sul de Roraima



Crédito 7-Transporte típico do Baixo Rio Branco-RR



Crédito 8-Vista da cidade de Rorainópolis- Sede-



Crédito 9- Às margens do Rio Anauá-Verão-2016



Crédito 10-Prefeitura Municipal de Rorainópolis-RR



AS PÁGINAS DAS LEMBRANÇAS QUE O VENTO E O TEMPO NÃO LEVARAM

*“Se vi mais longe foi por estar de pé
sobre ombros de gigantes”.*
Isaac Newton

Nos passos do silêncio cheguei a muitos lugares

Nesta conquista tão importante, marca registrada em minha vida, sinto uma força que vem não somente da minha dedicação, mas de Deus que, em sua infinita misericórdia, me deu sabedoria para prosseguir nessa jornada árdua e, por vezes, penso, até desgastante. E por acreditar que sem Deus não consigo chegar a nenhum lugar, agradeço pelos passos alcançados até aqui. Você leitor pode não acreditar, mas, foi Nele que pude confiar meus, anseios, tristezas, as dúvidas e angústias constantes nessa trajetória da minha vida, acredito que desde a gravidez de minha mãe até este momento marcante.

Assim, discorro aqui alguns momentos que penso serem importantes para o leitor saber quem eu sou de onde venho, em que lugar estou e para onde pretendo ir, embora seja muito complexo falar sobre si mesmo, uma vez que pensamos que ficar escondido é mais relevante, isso até por não entendermos que falar sobre si tem, sim, um grande significado no sentido da construção do “eu”.

É pensando sobre esses momentos de tantas idas e vindas, que passo a escrever este memorial, da minha vida a qual traz lembranças por vezes um gosto “amargo”, em outros, com sabores diversos.

Então vamos saber um pouco sobre minha vida! Sou Maria Clélia Pereira da Costa. Nasci na localidade de Alemanha na região de Cruzeiro do Vale, ali nos confins da Amazônia acreana passei minha infância e adolescência desfrutava de toda beleza da natureza inclusive minha casa feita toda de pachiúba com assoalho da mesma palmeira. Meu pai era o construtor hábil nessa arte de trabalhar com palha, bambu e taboca, pela vivência na floresta adquiriu essa prática cortando a seringa ainda muito jovem.

As localidades eram distantes, de difícil acesso, o que fazia o trabalho uma tarefa árdua. Desde pequena eu trabalhava, ajudando meus pais na roça, plantando manivas, milho, arroz, cuidando dos irmãos pequenos, cuidando da casa, aprendi a cozinhar com seis anos de idade, lavar a roupa com pouco sabão, dar o brilho com areia fina no alumínio das panelas e canecas usadas pela família.

Após tantas idas e vindas por diferentes lugares, surgiu a necessidade dos filhos frequentarem a escola, papai nos enviou para um lugar muito distante, eu tinha sete anos de idade e minha irmã seis anos, fomos estudar no colégio das freiras em Humaitá, no ano de 1968; um golpe de navalha para o coração de uma mãe.

Para a permanência nessa escola, além, do preço pago anualmente em moedas de cruzeiros, por sinal um preço considerado, contava com o castigo, da palmatória, dos joelhos nos caroços de milho, no formigueiro, dentre outras punições atribuídas aos alunos que não se ajustavam às normas da instituição.

Concluimos o ano letivo e retornamos para a família em dezembro do mesmo ano para não mais voltarmos ao colégio, fomos marcadas profundamente, na alma, pelos ensinamentos cruéis do colégio, onde as barbaridades podiam acontecer de fato.

O tema “Memórias dos pioneiros”, abordados nessa pesquisa compreendem algo inquietante sobre aquilo que me cercou, e continua a me cercar: o tempo, a cultura, a terra, a moradia, a educação, as pessoas do meu convívio cotidiano tanto do passado como do presente.

Os meus pais e seus parentes, dentre uma das tantas famílias exploradas desse território, onde a ganância se fazia palavra de ordem, trabalhava incessantemente para pagar o débito do barracão², adquirido através das compras que realizavam nos armazéns, únicos disponíveis para aqueles homens. O débito não acabava, por mais que a produção fosse satisfatória, não havia meios para a quitação das contas. Apesar de tudo isso meu pai jamais ficou devendo aqueles homens gananciosos. A esse respeito Francisco Pereira Costa (2002), aborda em sua dissertação de mestrado:

Quando o seringueiro chegava, definitivamente, ao seu destino (em qualquer seringal localizado no Rio Purus, Yaco, Acre, Juruá e outros) era ainda aquinhado com mantimentos, utensílio para o trabalho e medicamentos para os primeiros meses. Esse *aviamento* contribuía para avolumar, ainda mais, a sua dívida. E, dificilmente, devido a certos artifícios ardilosos do patrão, conseguia liquidá-la, pois nos primeiros anos era considerado “brabo” [...] O nordestino novato nas operações de extração do látex, chegava ao seringal desconhecendo as técnicas de trabalho os segredos da mata (COSTA, 2002, p. 66, grifo do autor).

Essa vivência no campo amazônico faz parte da minha trajetória de vida, das memórias de minha família, dos diversos lugares que habitamos durante anos, como nômades à procura de melhores condições de vida, de trabalho, de terra e de escola.

²Uma espécie de mercado onde vendia-se as mercadorias para os seringueiros por preços exorbitantes.

Essa trajetória também traz a minha memória os desafios vividos por questões raciais: meu pai, negro (sua mãe descendente de escravos da cidade de Alcântara no Maranhão) analfabeto, enfrentou a exclusão social quando precisou que os filhos frequentassem a Casa - Escola da floresta acreana. A escolaridade para os filhos era um sonho desse pai, no entanto, isso se constituiu em um dos grandes problemas durante mais de dez anos naquela região. Negro parecia não ser considerada gente naquelas localidades, longe de outras civilizações; portanto, ele não tinha direito somente deveres.

Dessa forma, para promover tanto a sonhada escola, quanto o sustento da família, meus pais, avós e tios enfrentaram o sol escaldante do dia, o frio e a escuridão da noite, tendo a poronga³ sua aliada para cortar entre 120 a 130 seringueiras diariamente, juntamente com o auxílio das esposas e das filhas (os) pequenas, à mercê dos riscos iminentes que a floresta oferecia.

Esse trabalho, apesar de primitivo⁴, conduziu a família a muitas localidades conhecidas como os “centros”. Após tantas mudanças, surgiu a oportunidade de frequentar a escola aos nove anos de idade. Mesmo assim, era preciso percorrer uma caminhada de uma hora e meia pelos caminhos da floresta, na Colônia Terra Firme, para chegar a uma Casa - Escola cercada e coberta com palhas de caranaí, onde a professora Raimundinha filha de Cazuzza Silva ensinava a ferro e fogo com as mesmas características das professoras do colégio das freiras.

A escola esteve ao meu alcance apenas dois anos, o que trouxe relevantes contribuições à vida da família, no sentido de fazer as anotações das compras realizadas nos barracões dos patrões, além de realizar os cálculos da borracha produzida por meu pai, as linhas de roça plantadas e a produção da lavoura de cada ano. Uma estratégia utilizada por meus pais para controlar a exploração sofrida pelos patrões da borracha, além de ensinar os meus irmãos às primeiras letras, antes do acesso a instrução pública.

Estas experiências passadas ao longo da minha infância e parte da adolescência, todos estes acontecimentos, fizeram parte do meu cotidiano nos lugares aqui relatados. Porém, fatos e acontecimentos que passamos durante nossa existência deixam marcas profundas na

³Poronga é uma luminária, uma espécie de lamparina que os seringueiros usam na cabeça para percorrer as estradas da seringa na floresta amazônica. Feita, geralmente, a partir de latas de óleo, o seu combustível mais frequente é o querosene. Disponível em: www.enforsupunb2015.com.br/congresso/files/artigo/1424820922.docx. Acessado em 8 de agosto 2015.

⁴ A etnografia dessa palavra aqui será usada não como aquele sujeito sem cultura, ignorante, mais aquele que veio primeiro que iniciou e conquistou o espaço.

memória, na alma, no corpo, como se fossem cravadas na pedra, sem condições de serem destruídas. De acordo com Santos (2003, p.14):

A procura por uma memória não domesticada, portanto, é uma procura pessoal, que, certamente, encontrou reforço e consolidou-se através de laços familiares, de amizade e de comprometimento com tarefa de compatibilizar os ideais de liberdade e igualdade presente na geração a que pertence.

A família se mudou para Cruzeiro do Sul em janeiro de 1976, na cidade surgiu a oportunidade esperada pelos pais, a escola pública, e assim “não guardar o remorso de ter os filhos analfabetos com o mesmo trabalho que a família exercia por mais de quarenta anos”⁵.

De certa forma esse lugar contribuiu para a família percorrer novos horizontes em busca dos sonhos de escola, terra, emprego, enfim melhores condições de vida por três anos, quando novamente a família se mudou para Porto Velho em 1979, Rondônia. Mas esse também é um capítulo de páginas viradas, e que ficará na gaveta à espera de outro momento para explorá-las.

O lugar do sonho de criança nos reflexos da memória

Na iminência de novos horizontes, venho compartilhar as experiências vividas no novo lugar sonhado desde criança, na tríplice fronteira amazônica. Assim como aquelas localidades da minha infância, essa nova cidade a que passei a pertencer, também é marcada pela distância, falta de transporte, de emprego, de escola, de lutas, as dificuldades de acesso ao restante do país. Uma travessia perigosa, mas necessária; para não desistir da luta, tenho a resiliência como aliada nestas batalhas.

Nesse aspecto, os reflexos dos seringais agora foram substituídos pelos movimentos de assentamentos no extremo norte do Brasil. Essa nova identidade é matizada também pela luta junto a grupos de migrantes, homens desbravadores, sonhadores de direitos com a “mãe terra”, embora não tenham sido seringueiros; mesmo assim romperam com as barreiras do preconceito, lutando pela posse da terra, e transformando a *Floresta Roraimense*, especificamente nas proximidades da rodovia BR 174, um *nicho* de grande importância para o desenvolvimento do Território Federal de Roraima.

⁵Palavras ditas por meu pai quando resolveu deixar os seringais em busca de outros recursos e novas experiências de vida, ele tinha a escola como um alimento do conhecimento.

O lugar de onde eu falo, compreende um ambiente que, na época que cheguei se mostrava rústico, bucólico, de difícil acesso, atrasado - características dos lugares em desenvolvimento nos confins do Brasil -, no bioma da Floresta Amazônica, no qual poucos se aventuravam a conhecê-lo, e quando o faziam era pela extrema necessidade de adquirir, assim como “eu” e os demais migrantes, um pedaço de chão.

Este lugar é Roraima, a cidade que percorri o caminho dos sonhos de criança, quando ouvia “Márcia Ferreira”, locutora da Rádio Nacional de Brasília, falar dessa região do país, que, aos meus olhos, parecia muito distante do meu alcance, nem de longe, imaginava um dia conhecê-lo, quanto mais fazer parte de sua história.

Esse sonho se realizou aos 26 anos de idade, no dia 15 de setembro de 1986, quando cheguei a Vila do Incra, juntamente com meus dois filhos menores Aline de seis anos e Saymon de quatro. Meu esposo já residia na região a cerca de um ano. Seu interesse se deu pelas oportunidades de trabalho, assim como os demais pioneiros dessa terra. Elvivo José, com quem fui casada durante vinte e cinco anos, também partiu à procura do ouro, dos garimpos, das terras, de trabalho, e principalmente a escola que desejava para os filhos. O ouro lhe garantiu a oportunidade de trazer a família do Amazonas para a região do assentamento Anauá. Elvivo comprou terras, organizou outros negócios ainda que de forma rude na região do “beiral⁶”.

E foi nessa terra distante, ponto culminante do país - do “Caburai, a linha imaginária do Equador” - que surgiu a oportunidade de viver uma vida digna, adquirir o próprio espaço de terra, a moradia, o acesso à escola, e não somente para os filhos, eu também tive o privilégio de concluir os estudos e prosseguir com o sonho de ser “professora”.

A vida profissional e acadêmica: uma busca constante em terrenos férteis

Diante de tantos desafios, iniciei minha vida profissional em fevereiro de 1988, como professora substituta da Escola Estadual Major Terêncio de Lima⁷. Lecionava, no período matutino, para os filhos dos colonos e dos fazendeiros das redondezas; um dos alunos era deficiente auditivo e a maioria dos estudantes estava fora da idade série.

⁶Espaço do comércio popular às margens da BR 174, paralela a Avenida Senador Hélio Campos que funcionou entre as décadas de 1980-2000.

⁷Primeira casa-escola do movimento de assentamento Coronel Salustiano de Farias Vinagre-1975. A escola está situada às margens da BR 174, na entrada da estrada Vicinal 06, a seis quilômetros de distância da minha residência. Voltaremos a ela no terceiro capítulo.

Ressalto que nas escolas multisseriadas do antigo Território de Roraima não havia outros funcionários além do professor, este era responsável por todas as atividades de apoio: merenda, matrícula, diários, secretaria, além da limpeza externa e interna da escola (desempenhei este papel durante quatro meses de trabalho junto os pais e mães dos alunos).

Diante dos fatos, após cumprir o contrato de trabalho com a escola, passei a trabalhar no Posto Médico, a partir de junho de 1988 a janeiro de 1990, quando concluir o 2º grau através do provão do Supletivo (SSG), e iniciei o curso de Magistério, através do “Logos II⁸”. Enfim, surgiu á oportunidade esperada há tanto tempo, cursar o Magistério no Núcleo de Ensino Local, possibilitando uma nova jornada de conhecimento com o trabalho docente na Escola Estadual José de Alencar, função que comecei a exercer após deixar o Posto de Saúde em fevereiro de 1991.

Nessa caminhada com passos lentos, prestei vestibular para Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 1993, classificando-me em sétimo lugar, entre as trinta vagas para a primeira turma de Pedagogia do município de São Luiz. Foi surpreendente, muito embora eu tivesse dedicado um ano aos estudos para alcançar este objetivo, mesmo assim não acreditava até fazer a matrícula para o semestre. A cidade de São Luiz fica a uma distância de aproximadamente 82 quilômetros da minha residência, as aulas aconteciam à noite; porém esses não foram motivos para eu desistir dos oito anos para concluir o curso.

Como cursava a graduação foi possível trabalhar com o Supletivo 1º Grau (SPG), embora anterior a isso eu já houvesse trabalhado com o MOBREAL⁹, alfabetização, pré-escola, e ensino fundamental I na escola Estadual José de Alencar entre 1991-1994. Esse período de trabalho foi constrangedor, pois iniciava em fevereiro e quando chegava dezembro eu era demitida, procedimento que durou de 1988 a 1994, sete anos de idas e vindas sem garantia de estabilidade no trabalho.

Apenas em 1994, foi lançado o primeiro concurso para Educação do Estado de Roraima, em que concorri a uma vaga para professora do ensino fundamental menor. Classifiquei-me em 4ª lugar para Vila Rorainópolis, fato que me permitiu escolher a escola para trabalhar. Continuei lotada na escola da cidade, na época a única instalada na sede da

⁸O Logos II foi desenvolvido na fase de expansão do projeto em nível nacional. No início da implantação do projeto, a coordenação do mesmo esteve a cargo do MEC. A expansão se deu através de convênios que foram estabelecidos com as Secretarias Estaduais de Educação. ALONSO, Katia Morosov. *Educação à distância no Brasil: a busca de identidade*. 2012. Disponível em: www.escavador.com/sobre/1250706/katia-morosov-alonso

⁹Movimento Brasileiro de Alfabetização. Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mobreal-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao>. Acessado em 23 de dezembro de 2015.

Vila Rorainópolis, com as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Supletivo de Primeiro Grau (SPG).

Fui empossada no dia 31 de dezembro de 1994, conforme Decreto de nº 1.238-Portaria de 28 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1994 - no cargo de professora efetiva de 1ª a 4ª série. Realizei um sonho de menina, bem adulta, aos 33 anos, na condição de professora efetiva do Estado de Roraima.

Durante os anos de faculdades enfrentei muitos desafios, contudo o transporte para percorrer os 82 quilômetros foi o maior, e confesso que foram os mais diversos tipos de veículos usados para chegar à escola Zoraíde da Gama: motos, pau de arara, ônibus, Kombi e por vezes a caminhada fazia parte do trajeto -, como também dormir no meio da floresta, nos bancos de madeira da escola Zoraíde da Gama (na cidade de São Luiz), ou tomar sorvete com farofa de ovo cozido e banana.

Tudo isso era compreensível, porém o fato de deixar de assistir as aulas por falta do transporte tinha muito mais importância para alguns acadêmicos que necessitavam do transporte não importando as condições do veículo. Muitas vezes caminhávamos doze quilômetros para chegar ao povoado Vila do Ingra. Por esse e outros motivos muitos colegas desistiram da jornada dos trinta acadêmicos somente doze chegaram ao final. As lutas para concluir o curso de Pedagogia atravessaram minha história de vida e jamais poderão ser eliminadas. Para tanto é importante lembrar as palavras de Pierre Nora quando explica:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação (NORA, 1993, p. 7).

Na verdade, é bom não esquecer que os lugares de memórias nos remetem à procura de nossa história a partir dos vestígios, das pegadas, de forma que estas, muitas vezes, ficam esfaceladas e não existem possibilidades de se juntar os pedaços que ficaram para trás.

Diante de tantas dificuldades, por vezes, a turma chegou a cursar somente uma disciplina por falta de professor e até mesmo de transporte. No primeiro semestre de 1994 as aulas foram transferidas para Rorainópolis, possibilitando que as lutas transcorressem com mais tranquilidade e segurança, e facilitando o Estágio Supervisionado I na Escola José de Alencar, pois era a única que oferecia espaço e turmas para esse fim.

O cansaço causado pelas viagens deu lugar a uma nova etapa, com mais tempo para estudar e ser observada pelo professor Sebastião Oliveira, que exigia um esforço maior dos

universitários na leitura de diferentes literaturas, planejamentos, relatórios e desenvolvimento do Estágio Supervisionado II por volta de 1998.

Conclui o Estágio Supervisionado III no ano de 1999, já trabalhando como Vice-diretora na Escola Estadual Padre Eugênio Possamai, e aplicando o Projeto de Conclusão do curso numa turma de 3º período da pré-escola do turno matutino na escola José de Alencar. Esse trabalho consagrou o interesse pelo ensino de Arte com resultados inesperados (em alfabetizar crianças de seis anos de idade a partir da música, brincadeiras de roda, parlendas, histórias e danças).

De posse do diploma de Pedagogia, desde fevereiro de 2001, e docente efetiva, iniciei em dezembro de 2001, uma Especialização em Educação Interdisciplinar, pelo Instituto Cuiabano de Educação de Mato Grosso do Sul; muito embora o curso não fosse o que eu desejava, porém, foi à única oportunidade da época.

Diante de todas essas lutas e conquistas não deixei de cuidar de minha família, pois ela representa meu porto seguro nessa jornada de percalços e terrenos íngremes. Em meio a tudo isso, os filhos continuavam estudando, Aline já casada e cursando Química pela UFRR, e Saymon cursando o Ensino Médio e trabalhando com o pai nos negócios da família.

Em 2001, iniciei minhas atividades de Magistério na rede municipal de ensino com a disciplina de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II, de 5ª a 8ª, na Escola Deosumilo Raimundo Gomes, na Vicinal 01¹⁰, a dez quilômetros de distância da cidade. Em 2002, trabalhei no Curso Supletivo 2º Grau com as disciplinas de Literatura e Língua Portuguesa, no período da tarde; à noite, por falta de professor, lecionava a disciplina de História, de 5ª a 8ª série, na modalidade de Supletivo do 1º Grau, na Escola Estadual Joselma Lima de Sousa em Rorainópolis.

Nesse afã, permaneci durante dois anos nos três horários. Esse período não foi somente de vitórias, derrotas também fizeram parte dessa trajetória: cirurgias realizadas, tratamento de um problema renal crônico, acidente de trânsito, acidente em um mutirão de construção que resultou em um afastamento de três meses das atividades escolares.

¹⁰Estradas que compõem o assentamento, esta especificamente começa dentro do perímetro urbano da cidade de Rorainópolis, atravessa a BR 174, e tem cerca de oito quilômetros de extensão. Nessa vicinal estava instalada as escolas estaduais Pedro Clementino e Deosumilo Raimundo Gomes, esta última quando o ensino foi municipalizado passou a oferecer ensino fundamental de 5ª a 8ª série. A referida escola foi desativada em 2009, na administração de Carlos James tendo na pasta da Secretaria Ibanês Roque Zenatti – Relatório SEMED 2010.

Ao retornar às atividades, em julho, recebi o convite do Secretário de Educação Municipal, Hildebrando Solano Falcão, para exercer a Supervisão Itinerante¹¹ da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Na época, a SEMED contava com 14 escolas isoladas, de difícil acesso, com alunos surdos, cadeirantes, com dificuldades de aprendizagem, problemas familiares, exploração de menores no trabalho da roça, o que resultava na desistência de alguns alunos das estradas vicinais. Confesso: foi um dos maiores desafios que já enfrentei na função de Coordenação Pedagógica, visto que, além de tudo, os professores também não estavam preparados para executar as diferentes funções nas classes multisseriadas, alunos de (pré-escola), preparo da merenda, o planejamento e a limpeza da escola.

Permaneci no cargo até 2003, e quando a prefeitura municipal ofertou o primeiro concurso municipal para educação em 2003, concorri a uma vaga para o cargo de Supervisão Escolar. Fui à primeira classificada e fiquei lotada na Secretaria de Educação, na função de Coordenadora Pedagógica Itinerante; assumi o cargo em janeiro de 2004, na gestão da Prefeita Otília Natália Pinto e do Secretário de Educação Hildebrando Solano Neves Falcão.

Nesse caminho, percorri treze longos anos de desafios, enfrentando professores revoltados pelas precárias condições de trabalho, salas lotadas, falta de Políticas Públicas, transporte, professores leigos para trabalhar na zona rural com classe multisseriadas, pais revoltados com a situação de ensino dos filhos nas escolas isoladas, sem contar com as estradas vicinais em péssimas condições de tráfego, a rotatividade de educadores por diversos motivos, e uma cobrança acirrada dos meus superiores, que fazia com que os professores me vissem com olhos de exploradora.

A partir de 2004, passei a lecionar para as turmas do 1º ano do Ensino Médio as disciplinas de Sociologia, Artes e Língua Portuguesa. Nesse período elaborei, junto com as turmas, o projeto “O resgate da cultura no ambiente escolar” em parceria com o professor de Língua Estrangeira, Márcio Moraes. O projeto tinha o objetivo de trabalhar as diversidades culturais dentro da realidade dos estudantes, buscando a integração com as diferentes instituições da Região Sul do Estado de Roraima.

Partindo desse propósito, o projeto ganhou dimensão; o trabalho foi para as salas de aula, para o pátio da escola, culminando, em dezembro do mesmo ano, com apresentação em praça pública, durante três dias de festas. Desde então, o Projeto foi apresentado,

¹¹O profissional que trabalha na supervisão escolar das instituições multisseriadas nas estradas vicinais do município de Rorainópolis-RR. Ele é responsável pelos alunos, escolas e professores das escolas multisseriadas.

seguidamente na primeira semana de dezembro durante os últimos dez anos. Por motivos administrativos e falta de verbas, nos últimos dois anos, o projeto deixou de ser apresentado.

Seguindo meu caminho profissional passei a ministrar aulas em cursos de Extensão Universitária na UFRR¹², curso de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Região Sudeste de Roraima. Esse processo de formação durou todo ano de 2005.

Em 2006, participei do “Projeto Educar”, da Secretaria Municipal de Educação, e ministrei o curso de Elaboração de Projetos Didáticos para uma turma de professores da SEMED que cursavam diferentes graduações na Universidade Estadual de Roraima (UERR) e nesse período participei de três outros cursos ofertados pela SEMED.

Contribuindo com a cultura local, publiquei juntamente com professores de diversas escolas do Estado (através de um projeto da Academia de Letras do Brasil, desenvolvido pela Academia de Educação de Roraima, da qual sou Membro com a cadeira nº 04), uma coletânea de contos infantis e poemas de alunos de várias escolas da região. Por esse trabalho, recebi a medalha de Honra ao Mérito do Presidente da Academia de Letras do Brasil, Mário Carabarjal, em 2007, pelo incentivo à cultura local.

Caminhando com o Ensino Médio, ainda em 2007, desenvolvi com as turmas do 2º e 3º ano, o projeto “Limites e Possibilidades de Aprendizagem, a partir das Tecnologias Digitais”, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Artes. O projeto esteve sob minha responsabilidade entre agosto de 2007 a dezembro de 2013, quando tirei licença para cursar mestrado na Universidade São Francisco (USF), em Itatiba, São Paulo.

Em junho de 2008, iniciei o curso de Especialização em Gestão Escolar na UFRR, subsidiado pela Escola de Gestores do Governo Federal, conclui em junho de 2010, este que veio contribuir para a função que exerço dentro da SEMED. Ingressei em agosto de 2010, no curso “Especialização em Educação Infantil” pela UFRR, que conclui em julho de 2012, endossando a última especialização e agora decidida a cursar mestrado em educação.

Nessa trajetória pela UFRR, em 2011, participei do seletivo para tutores no curso de Graduação em Letras com Habilitação Hispânica do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologias de Roraima (IFECTRR), pólo de Rorainópolis, durante sete meses fui tutora das turmas. Esse trabalho se mostrou importante para minha atuação em outros cursos pela UFRR.

¹²Curso: Língua Portuguesa na Alfabetização de Jovens e Adultos, Matemática Sociedade e Natureza do Programa Responsabilidade Social promovido pelo Proext/ SESU/MEC//Petrobrás/Proex/ Universidade Federal de Roraima-UFRR cada curso com 120 horas.

Essa caminhada pela UFRR possibilitou-me participar do seletivo para trabalhar como tutora dos Cursos de Extensão da Secretaria Estadual da Educação (SECAD), durante os anos de 2012-2013, nos cursos de Educação de Jovens e Adultos para a Diversidade; Mediadores de Leitura, Diversidade Cultural e Educação do Campo. Todos os cursos foram oferecidos para professores da rede pública de ensino municipal e estadual de Roraima.

Foi a partir desses cursos que aprimorei a ideia de cursar o mestrado, incentivada pelos professores da UFRR, no sentido de trabalhar a história do lugar como um “Mapa Falado”; embora o projeto de mestrado tenha surgido desses momentos, o tema ficou no esquecimento e deu origem a outros caminhos.

Minhas memórias, minha história de vida, despertaram meu interesse pelas temáticas de assentamentos, reforma agrária, migração e educação, e por muitos anos persistiu o desejo de trabalhar por esse viés, e construir a história da Vila, da cidade dos esquecidos.

Podemos dizer que a memória enquanto aprendizado se perde no mundo da informação. A partir da substituição do artesão pelo operário da fábrica, o trabalho se reduz em atos mecânico e repetitivo sem que seja necessário para o desenvolvimento das atividades previstas o aprendizado acumulado durante a vida. O tempo se desvincula das experiências de vida, tornando-se autônomo, regulado, impessoal, e passa a exercer controle sobre os passos de cada um (SANTOS, 2003, p. 19).

Com uma carreira de trabalho já consolidada, um desenvolvimento acadêmico constante, e encorajada por professores, amigos e filhos, resolvi cursar o mestrado em educação, algo que almejava há muito tempo, e por falta de oportunidade ficou na gaveta dos sonhos não realizáveis.

Os primeiros contatos com a investigação: uma realidade desconhecida

Iniciei como aluna regular no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu da USF em fevereiro de 2014. Muito embora para esse ingresso eu tivesse que atravessar nada menos do que cerca de 6 mil km de distância entre Roraima e Itatiba. Um desafio que enfrentei junto com minha filha Aline Luanda, doutoranda do curso de Química da Unicamp, Dulcineia Delfino, acadêmica de Educação Física na Universidade Adventista de São Paulo campus - Hortolândia, e os meus três netos de sete, quatro e três anos, deixando o filho Saymon e minha nora Tatiely em Rorainópolis.

Entendo que esse movimento de buscar esta qualificação é ouvir os sussurros das minhas lutas diárias, as perdas de amigos, colegas, a distância da outra metade da família para ter acesso ao conhecimento e galgar novos degraus do conhecimento.

A escolha da instituição foi decisiva. Em dezembro de 2013, participei do processo seletivo para o Mestrado na linha de pesquisa “História, Historiografia e Ideias Educacionais”, apresentando como projeto de pesquisa “A instalação da Escola José de Alencar, a partir do projeto de assentamento dirigido Anauá”, a qual intencionava investigar essa trajetória, embora não tivesse noção de como o discurso acadêmico tem o poder de desconstruir os nossos planos.

Confesso que após um ano e meio de estudos a escola deixou de ser meu objeto de estudo, enveredei por outros caminhos, avessos àqueles que eu havia planejado. Devido ao tempo, já bem avançado, e às mudanças constantes de orientador, a pesquisa tornou-se um trabalho complexo e estressante. Então resolvi enveredar pelos caminhos da primeira Casa-Escola do assentamento da rodovia BR 174 após entrevistar o primeiro professor daquela instituição.

O curso me possibilitou caminhar com uma investigação para construir uma história nos passos do silêncio, da esperança, dos vestígios de acontecimentos históricos desconhecidos do município de Rorainópolis. As aulas do curso, apesar de complexo para o meu entendimento, foram se configurando de importância para o meu projeto de pesquisa, que foi aprovado pelo Comitê de Ética da USF somente no segundo semestre de 2015, em decorrência das trocas de orientadores e alguns problemas em relação a entrevistas (amostra de 50 pessoas), que haviam sido realizadas antes da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da USF.

Esta situação me causou um grande desânimo em relação ao meu trabalho de pesquisadora, tendo em vista que os meus objetivos pareciam, aos poucos, se desmoronarem; precisei me reerguer para continuar o trabalho, justificando o extenso e cansativo trabalho, visto que cada orientador caminhou em direções opostas àquilo que eu pretendia realizar.

Nas duas primeiras disciplinas que cursei, ministradas pelos professores Moisés Kuhlmann e Paula Leonardi, “Teoria e metodologia da pesquisa em História e História da Educação” e “História e Historiografia da educação brasileira”, as leituras, aos meus olhos e ouvidos, representavam tamanha complexidade, confesso, que durante todo o semestre me sentia “fora da casinha” em virtude dos textos utilizados, muito distantes da minha realidade de pedagoga.

As mudanças chegaram com a leitura de alguns capítulos do livro “Sinais e raízes de um paradigma indiciário” deixou-me um mais confortável em relação às discussões, muito embora o silêncio tenha sido meu aliado, arma usada nesse período, embora em nenhum momento tenha me esvaziado dos meus objetivos, me esquecido de “quem eu sou, e de que lugar eu estava falando e onde pretendia chegar”.

Com o desenvolvimento das aulas, fui me apropriando dos métodos de pesquisa; os textos de Carlo Ginzburg, ainda que de forma secundária, me propiciaram um pequeno passo em direção ao entendimento, leituras que despertavam minha curiosidade por pistas, rastros do método indiciário, pegadas, sussurros. Com isso, passei a organizar os textos que poderiam contribuir com minha pesquisa, já no trabalho final do primeiro semestre.

Nas disciplinas da tarde, com a professora Maria de Fátima Guimarães, tive contato com os historiadores Jacques Le Goff, no estudo de alguns capítulos do livro “História e memória”, e Michel de Certeau, que nos privilegiou com “A operação historiográfica”. Os recursos metodológicos desses historiadores despertaram mais ainda o meu interesse pelo trabalho com as memórias dos camponeses, e o conceito de lugar apresentado por “de Certeau”, mostrou-se de grande relevância para trabalhar a história do “meu lugar”.

As discussões da disciplina “Pensando o urbano e seus lugares de memória”, no segundo semestre, favoreceram meu entendimento das leituras, permitindo uma aproximação com as questões da pesquisa, e com as discussões pertinentes ao cenário histórico vivenciado nas demais disciplinas. Isso me possibilitou fazer conexões entre educação, Modernidade, urbanismo, memórias e, principalmente, direcionando-me ao meu objeto de investigação. Diante de todas as batalhas, finalizei os créditos do mestrado com seis disciplinas cursadas em 2014.

Após uma nova mudança de orientador, senti-me sem chão outra vez, no entanto, acredito que Deus, a quem sirvo, esteve preparando todo esse movimento permitiu que essa nova desconstrução me levasse a olhar por outro ângulo, e pudesse reconhecer que as *estrelas têm seu lugar, mas as folhas mortas também têm utilidade quando fertiliza o solo para novos plantios*.

Com a nova orientadora, Prof^a. Dra. Milena Moretto, após retorno das férias, foi possível contato de poucas horas de orientação em fevereiro de 2015, através do Skype e assim organizamos a estrutura da pesquisa, e, de fato, dei início à pesquisa, com a divisão dos capítulos, ainda que muitos desafios tivessem que enfrentar para chegar até aqui.

Agora, segura da orientação comecei a escrever o primeiro capítulo da dissertação, em abril de 2015, mais uma vez troquei de orientador, *o quarto*. O novo e atual orientador, Prof.

Dr. Carlos Roberto da Silveira, identificou as dificuldades mais urgentes e, de início trabalhamos na reelaboração do projeto e o reenviamos ao Comitê de Ética, já que ele havia sido reprovado. Rever a situação das entrevistas foi o primeiro passo após a aprovação pelo comitê, em 10 de junho de 2015, embora já estivesse apresentado o trabalho em três eventos.

Esse movimento me obrigou a viajar para Rorainópolis, em julho de 2015. A urgência me possibilitou reunir um grupo de pessoas em meu auxílio: digitadores, motorista, fotógrafos, cozinheira, todos imbuídos em colaborar com esta pesquisa, que também tem um significado histórico para eles.

A nova etapa se deu na organização textual das entrevistas narrativas e a reorganização dos capítulos. Todo esse trabalho me possibilitou, em agosto, apresentá-lo na “VII Jornada de Assentamentos Rurais” da Unicamp, onde pude perceber a importância dele para minha vida profissional, bem como para a pesquisa historiográfica do município de Rorainópolis.

Não resta dúvida que todo esse movimento de desconstrução permitiu que eu realizasse o exame de qualificação, em 10 de outubro de 2015. E agradeço as palavras da Prof^a. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia, componente da banca, palavras que impulsionam mais ainda minha caminhada.

Quero dizer que, você é uma heroína! É por causa de gente como você que o Brasil tem futuro. Com gente assim que diante de tantos obstáculos não se curvou ao desânimo, a desistência. O nosso Programa só tem que se orgulhar de ter alguém com tanta garra e determinação como você. Diante de tanta corrupção, as banalidades que vemos e ouvimos nesse país, ainda temos esperança de melhores dias na Educação pública dessa Nação. Dessa forma sua história vai costurando a voz dos participantes... (MASCIA, out. de 2015).

Diante do grito de alívio e a sensação de dever cumprido com aqueles que acompanharam essa jornada, a concretização de um sonho só é possível quando ancorado em pensamentos positivos, incentivos, orações e desejos dos que compartilham conosco a busca de um ideal, e na resiliência daquilo que acreditamos.

Após a Banca de Defesa realizada em 15 de fevereiro de 2016, algumas palavras foram significativas, e enriqueceram mais ainda este trabalho, entremeadas de inspirações que se voltam para descrever detalhes que direcionam o leitor na compreensão da minha história de vida numa busca onde a palavra desistir não faz parte do meu vocabulário.

Na visão da examinadora estas memórias na verdade são uma espécie de camadas que se embrincam considerando as tantas histórias que se confundem com a história dos pioneiros, a sua história de vida, de luta para chegar aqui, de sua família, ainda do nosso Programa de Pós Graduação, das tantas dificuldades com orientadores. Confesso que as memórias de Rorainópolis da Casa-Escola do Valentin é a história desse nosso Brasil. Seu trabalho é como se fosse um filme com cenas diversificadas

de momentos distintos da vida de cada personagem. Sua escrita tem estilo, não se trata de uma colcha de retalhos de outros autores, seus textos apresentam regularidades discursiva, com marcas regionais, pessoais, isso é importante, pois aponta a singularidade de seu modo de escrever e interpretar os fatos (MASCIA, fev. de 2016).

Todos estes desafios mencionados, os elogios, me tornaram mais forte ao perceber o valor da história de vidas dos pioneiros do Anauá, suas lutas são comparadas as minhas lutas nessa caminhada da vida.

INTRODUÇÃO

A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história transformando “os objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. **Paul Thompson**

Nessa dissertação que se configura como um período de importantes desfechos, a introdução foi dividida em duas partes, a saber.

Parte I - O desfecho da Pesquisa

Escrever uma dissertação de mestrado, não é uma tarefa das mais fáceis no meu entendimento, e ao iniciar esse texto, confesso que houve uma grande resistência da minha parte. A convivência com as bibliografias fez-me perceber que os temas em estudo não são novos no país, no Estado de Roraima, muito menos desconhecidos do meio acadêmico, e que, nos últimos tempos, se tem observado o surgimento de um acentuado interesse pela temática da reforma agrária, dos assentamentos rurais, da migração e das escolas do campo, temas abordados nessa investigação.

Na verdade, são assuntos notadamente discutidos no meio acadêmico por pesquisadores brasileiros, como Caio Prado Júnior (2007), Sonia Maria Pessoa Passos Pereira Bergamasco (1996, 1997), Luiz Antonio Cabello Norder (1997), Caldart (2004), José de Souza Martins (1984, 1997, 2000), Alberto da Silva Moreira (2006), Ruy Moreira (1990), e tantos outros que levantaram essa bandeira, e iniciaram o grito pelo clamor da Reforma Agrária, do assentamento, da posse da terra, da escola do campo; pois viram e sentiram as necessidades de situar suas pesquisas em diferentes realidades sociais voltadas para o assunto em discussão.

Porém, nessa trajetória de investigação que se insere no âmbito de outras importantes pesquisas acadêmicas já realizadas, observei a inexistência de trabalhos científicos que retratem as memórias da “Casa-Escola do Valentin”, a gênese dos projetos de assentamento Coronel Salustiano Farias Vinagre¹³ e Anauá (PAD/CSFV/ANAUÁ, e, menos ainda, a

¹³Seguindo uma definição técnica orientada, o referido projeto será grafado etimologicamente como “Coronel Salustiano- CSFV” tendo em vista a extensão do nome. Esclarecemos que o referido nome do projeto foi em

criação da Vila do Incra, lugar onde se originou o município de Rorainópolis, e onde está localizada a sede da Unidade Avançada -UA-INCRA.

Isso representa uma das minhas tantas inquietações como educadora, pesquisadora e participante desse movimento de luta pela construção da história deste lugar. E, acredito, por se tratar de uma pesquisa histórica, ser relevante para ampliar o debate sobre o assunto e despertar o interesse para que outras pesquisas a respeito da temática venham surgir nesta região da Amazônia roraimense, e assim possam enriquecer a historiografia da educação do município de Rorainópolis.

Assim, a pesquisa se justifica pelo interesse da pesquisadora em contribuir com a história desse movimento, tendo como objeto de estudo a “Casa-Escola do Valentin”, a gênese na educação rural do movimento de assentamento, instalada por volta de 1977.

Por não existir escolas nos assentamentos, as chamadas Casas-Escola, foi o termo denominado pelos migrantes para identificar os ambientes onde se constituíram às primeiras escolas do lugar. O espaço familiar da própria casa fora cedido para funcionar como escolas nas estradas vicinais (10, 30, 460, 28, e BR 174).

Apesar da rusticidade e da simplicidade, nessas Casas- Escolas, a grande maioria das vezes, a própria moradora exercia a função de professora e ainda cuidava das demais atribuições da escola, matrícula, limpeza, merenda e outras atividades. Somente após muitas reivindicações dos grupos de migrantes diante da liderança política do ex-Território Federal de Roraima, começaram a se instalar as primeiras escolas feitas de madeira, em terrenos cedidos por proprietários, tanto nas estradas vicinais como na Rodovia BR 174 e 2010.

Para tanto, consideramos a importância dessas instituições, fruto das lutas dos migrantes nas reivindicações por melhorias dentro do assentamento, um dos tantos desafios dessa gente desbravadora da Amazônia roraimense, construtora do Povoado Vila do Incra e da escola do assentamento, história essa que se manteve silenciada por quarenta anos.

Desse modo, as narrativas registram nesta dissertação a luta dos migrantes que construíram a história dos sem-teto, dos “de baixo” da BR 174, no Sul do Estado de Roraima, na busca por uma escola, um pedaço de chão para o trabalho da família e seu sustento. Estas ações se constituíram no movimento centrado pelos direitos de acesso a terra, não como um favor, mas pelo direito de pertencimento.

Nesse aspecto, o objetivo principal que norteou esse estudo foi: Construir o contexto histórico dos projetos de assentamento dirigido Coronel Salustiano de Farias Vinagre e Anauá a partir das narrativas dos pioneiros formadores desse movimento. Analisar a importância da instalação e funcionamento da Casa-Escola do km 475 como identidade constituinte de mudanças na vida dos migrantes da BR 174, ocupantes dos espaços de aprendizagem, trabalho e esperança. Conhecer o movimento de construção do Povoado Vila do Inca, suas nuances históricas, e os sujeitos envolvidos na criação desse lugar, além de avaliar os embates políticos e sociais na instalação e funcionamento da primeira Casa-Escola desse assentamento.

Diante dos objetivos expostos, procurou-se responder às questões norteadoras da pesquisa: Como a inserção dos migrantes nordestinos se justificou nesse meio Amazônico, gerando esse movimento de assentamento e construção de uma nova cidade às margens da BR 174? Em que aspecto a Casa-Escola se constituiu uma resposta ao clamor dos migrantes pela educação do assentamento de terra?

Cabe observar que esse estudo, a princípio, esteve inserido na linha de pesquisa História e Historiografia das Ideias Educacionais e talvez seja por esse motivo que o trabalho tenha enveredado pelos caminhos da História. No entanto, após mudanças no programa a pesquisa se inseriu na linha de pesquisa Prática Discursiva, Processos Culturais e Educativos, sem perder as características bem marcantes da linha anterior.

No contexto da cultura, a pesquisa avançou sobre as memórias dos migrantes imbricadas na instalação da Casa-Escola dos projetos de assentamento de terra, gerador dos ambientes rurais e urbanos do Sul do Estado de Roraima. Dentro dessa vertente histórica, pode-se considerar a localização do objeto de estudo, a Casa-Escola, o fio condutor dentro do movimento da posse da terra.

Como lugar social, a pesquisa se desenvolve a partir do segundo maior projeto de assentamento de terras do Brasil, localizado na Mesorregião Sul do Estado de Roraima, às margens da BR 174, constituída a partir do processo migratório com a abertura da rodovia, integrando Roraima ao resto do país, em meados da década de 1970.

Quanto aos recortes temporais da pesquisa, o percurso de estudos se inicia em meados de 1975, com o início da colonização de Vila do Inca, pelo movimento migratório,

estimulado pelos apelos propagandísticos¹⁴ do Governo Federal para habitar o Território Federal de Roraima, a “terra de ninguém” onde “há terra para todos” (MOREIRA, 1990, p. 76).

No entanto, a pesquisa avançou até 1979, quando se deu a regularização da Casa-Escola e inicia de fato o ano letivo no assentamento, e chega a dispersão temporal entre 1981-1983 com a criação do povoado Vila do Incra atual município de Rorainópolis e a construção da Escola Major Terêncio de Lima na estrada Vicinal 6.

Em relação à posse da terra, José de Souza Martins (2000, p. 11) considera, que “dois temas pendentes da história brasileira continuam fortemente presentes em nossas inquietações sociais e políticas. O tema da escravidão e o seu residual, a posse da terra”.

É importante ressaltar que, no princípio da investigação, tive importante apoio das instituições que procurei por meio dos documentos cedidos. Dessa forma, procedemos com o trabalho no contexto da análise documental. No entanto, as dificuldades de encontrar outros arquivos documentais, que julgava serem importantes, tornaram-se uma das barreiras entre tantas percorridas durante este período de investigação.

Na Sede da Unidade Avançada INCRA-UA/INCRA¹⁵ – Rorainópolis tive acesso a mais de três mil páginas de processos, relatórios, cadastros, ofícios, memorial descritivo dos lotes PAD/ANAUÁ, porém os documentos históricos¹⁶ que mais ansiava, as informações sobre a construção da Vila Funcional do Incra, da sede do projeto, não foram encontrados. Uma dívida para com os leitores, e que outros pesquisadores poderão buscar e assim esclarecer algumas dúvidas.

Observei também, durante a investigação, que muitos documentos estavam impossibilitados para uso, devido à má conservação, além das dificuldades burocráticas para acessá-los com destaque na Superintendência Regional do INCRA, em Boa Vista - RR.

Isso deixa uma pergunta no ar: esses documentos existiram de fato? Em que lugar estaria? Houve interesse dos órgãos governamentais, da época, em organizar e guardar estes

¹⁴Esse convite aguçou o interesse de milhares de pessoas de todas as regiões do país, que atendendo ao convite inusitado feito pelos Governadores do Território, promoveu o deslocamento de centenas de migrantes de seus lugares de origem (Nordeste, Sul, Sudeste, e da região Norte, dos Estados do Pará e do vizinho Amazonas) para a região, em busca do anunciado.

¹⁵A sigla UA-INCRA será utilizada nesta pesquisa para indicar a palavra-Unidade Avançada-UA/INCRA.

¹⁶A busca pelos arquivos exigiria de minha parte uma pesquisa mais intensa o que poderia esclarecer a situação da construção do barracão, a casa grande, a vila funcional do INCRA, e a data exata de tantas construções, seus idealizadores, engenheiros, custo, planejamento; no entanto, o tempo não me permitiu realizá-las como gostaria.

documentos? Ou esses acontecimentos não representavam os interesses dos governantes, tendo em vista que, por muito tempo, foi considerado um movimento de desordeiros?

Conseqüentemente os dados coletados na pesquisa documental:

“[...] constituindo-se o que se denomina de fontes primárias estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois [...] Por esse motivo cada tipo de fonte fornecedora de dados, o investigador deve conhecer meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações” (MARCONI & LAKATOS 2013, p. 48).

Após a qualificação a busca pelos documentos foi deixada no cantinho e priorizamos as entrevistas como modo de revelar as memórias do movimento, através daqueles que fizeram parte desse processo migratório. Ainda assim, mesmo diante de tantos obstáculos, foi possível pesquisar arquivos interessantes, enveredando por diversos caminhos em direção a pistas da história em questão.

No que se refere ao aporte teórico, à pesquisa se fundamenta em diferentes autores, a partir do paradigma indiciário, considerando os estudos de Carlo Ginzburg (1989, 2005,) e a relevância das pegadas, dos rastros, das pistas como instrumentos viabilizadores para a pesquisa¹⁷, no sentido de verificar os indícios da existência de fatos que pensamos ser relevantes também aos leitores.

A pesquisa também se debruçou sobre técnicas da história oral, focado nas narrativas dos pioneiros¹⁸, por entender que esse instrumento torna possível buscar, pelas memórias dos participantes, indícios dos fatos históricos dessa pesquisa. E conforme Paul Thompson (1992), José Carlos Meihy e Fabíola Holanda (2007), ao longo dos anos, muito se têm contribuído para integrar a História Oral e suas particularidades metodológicas à História Contemporânea, e novos conceitos têm despertado o interesse pela memória, constituindo elemento relevante para a pesquisa que:

¹⁷ Nesse sentido, o método indiciário se apresenta pela busca constante por pistas sobre os idealizadores e construtores da sede da Unidade Avançada INCRA. E, para isso, o pesquisador, precisa estar atento aos detalhes que favoreçam a interpretação dos acontecimentos, e não permitir que a simplicidade perpassa a capacidade de análise das fontes, assim o historiador apresenta a descrição do caçador, com o qual faz o paralelo com as metodologias utilizadas pelo investigador. Tanto o historiador como o pesquisador precisam se voltar para os casos mais “negligenciáveis possíveis”, atentar para aquilo que outros não perceberam e desenvolver a capacidade de análise dos fatos históricos partilhando esses conhecimentos, comprovar sua eficiência, atitude e compromisso como pesquisador.

¹⁸ Nesta pesquisa se fará uso da grafia “pioneiro, migrantes, colonos, colonizadores e sujeitos” para indicar os primeiros habitantes do lugar e referir-se as pessoas que povoaram as terras de Roraima dentro do movimento de assentamento CSFV/ANAUA.

De uma ou de outra forma, a sustentação que marca a união de pessoas são dramas comuns, coetâneos, vividos com intensidade, e consequências relevantes, episódios que alteram no porvir o comportamento pretérito, rotineiro, e que impõem mudanças radicais de vida grupal. Lembrando que para Halbwachs, a memória coletiva é marcada pela afinidade repetida de vivência comunitária de alguns dramas, é na incidência dos problemas e na busca de soluções que se evidencia o efeito da experiência comunitária. [...] A memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos indenitários de uma comunidade (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 51).

Este processo de construção da história considera a oralidade favorável à legitimidade dos fatos memoráveis; isso pode acontecer a partir de entrevistas, vídeos, áudios, fotografias e outras fontes. Já as entrevistas são parte essencial da história oral, visto que sem elas não podemos falar de história oral:

Toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que no passado, ela se transmitia de uma geração a outra pela tradição oral, e pela crônica escrita, e que, hoje em dia, os historiadores profissionais são mantidos com recursos públicos, as crianças aprendem história na escola, florescem sociedades amadoras de história, e os livros populares de história estão entre os mais vigorosos best-sellers (THOMPSON, 1992, p. 20).

Em relação às fontes primárias da pesquisa, as entrevistas narrativas desse texto apresentam memórias permeadas de histórias vividas, marcadas por lutas, desigualdades sociais, pobreza extrema, atravessadas pelos desejos de conquista de uma vida mais digna: o que as diferencia das lutas em suas terras natais, além da luta e conquista da terra, há a instalação da escola no assentamento, fruto da luta coletiva dos pioneiros.

Portanto, a história oral, possibilita novos conhecimentos, seja a partir das narrativas, do “dito, do não revelado, dos gestos, do silêncio”, sobretudo, a interpretação do pesquisador que revela a oralidade um elemento construtor da história do passado, por meio das memórias as narrativas históricas, seja social, coletiva ou individual.

Vale ressaltar que, apesar do caráter histórico do trabalho, focado na oralidade, o tema possibilitou o diálogo com outras áreas do conhecimento - a Geografia- a Sociologia, a História, Língua Portuguesa ampliando as fontes e abordagens da pesquisa, enriquecendo o conhecimento aqui exposto sobre: a Casa-Escola do Valentin, o povoado Vila do Incra, os PAD/CSFV/ANAUÁ; sua gênese, localização, população, tudo isso a partir das pegadas na busca dos fatos vividos pelos homens e mulheres trabalhadores desses lugares que ultrapassaram ao longo dos tempos a marca desses acontecimentos.

Além disso, optamos pelas contribuições do memorialista Aimberê Freitas (2009), o geógrafo Nilson Cortez Crócia de Barros (1995), Maria das Graças Santos Dias Magalhães

(2008), pesquisadores roraimenses que tratam da história, da historiografia e da geografia do Estado de Roraima.

Sobre a pesquisa qualitativa, orientamo-nos através de Maria de Andrade Marconi (2013), Jacques Le Goff (1990) traz suas contribuições com estudos sobre o uso do documento/monumento e de diferentes memórias, visto que retratar a memória é reviver a história em diversos momentos, no sentido de que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p.477).

Os autores, como Le Goff, apresentam o significado do desenvolvimento da memória para pesquisa da história, sendo a oralidade um processo que possivelmente se originou na pré-história, quando a escrita ainda era remota. Para tanto, ele classificou a memória em alguns grupos e identificou cada grupo e suas respectivas funções, nesse sentido esta pesquisa traz a memória bem presente em vários pontos.

Parte II - Procedimentos metodológicos: organização e aspectos da pesquisa de campo

Considerando as características da pesquisa, e para dinamizar a leitura este texto se dividiu em algumas partes.

A princípio apresentamos a introdução, objetivos, problema de pesquisas entremeadas às discussões do corpus da pesquisa, as técnicas da coleta de dados da pesquisa de campo realizada, no período de julho de 2015 a janeiro de 2016, em diversos locais do Estado de Roraima.

No primeiro capítulo objetivamos descrever um panorama teórico e histórico sobre a gênese dos (PAD/CSFV/ANAUÁ), da criação da comissão especial ao assentamento de milhares de migrantes de todas as regiões do Brasil desde sua implantação em 1975.

Sobre o contexto histórico do assentamento, apresentaremos sempre acrescido de conceitos do início das terras desconhecidas exploradas pelos migrantes ocupadores da BR 174, aos dias atuais, constatando a veracidade dos fatos a partir de arquivos disponibilizados

pelo INCRA-Rorainópolis como: relatórios, resoluções, ordens de serviço, mapa de assentamento, títulos de terra etc.

O segundo capítulo foca o contexto histórico da chegada dos migrantes ao movimento de assentamento da BR 174, a partir das narrativas dos sujeitos que participaram ativamente da criação do Povoado Vila do Incra, nas reivindicações de políticas públicas e na transformação do bioma da floresta amazônica em novos espaços de trabalho e moradia.

O terceiro capítulo procura reconstruir as memórias da Casa-Escola, situada nas terras do agricultor Valentin, antes mesmo da criação do projeto de assentamento Anauá. Além disso, buscamos construir um histórico de sua atuação, como espaço socializador naquele ambiente isolado, um marco da educação do campo para esse movimento de assentamento.

E, por fim, as considerações finais onde tecemos reflexões e análises que emergiram das trajetórias e narrativas dos quinze sujeitos entrevistados desta dissertação. Completam o texto, as referências, os apêndices e os anexos da investigação.

Todos os aspectos da entrevista foram esclarecidos para torna possível o alcance dos objetivos propostos à realização desse trabalho. As singularidades das respostas dos participantes atravessam tempo de maneira que suas narrativas favoreceram a construção de detalhes das continuidades históricas que eles reconhecem e relacionam entre si, comparando o passado e o presente de acordo com os acontecimentos que deverá permanecer no futuro através da história contada.

De acordo com as normas da investigação, foram necessários alguns procedimentos obrigatórios no contexto de uma pesquisa com seres humanos: a autorização pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP)¹⁹, para que dessa forma a pesquisa de campo fosse realizada.

Após aprovação do projeto em junho de 2015, as entrevistas foram realizadas na residência dos sujeitos envolvidos, com a exceção de dois participantes, que se deram em lugares diferentes, a saber, de José Raimundo de Carvalho, entrevistado na Dric Turismo, agência de transporte intermunicipal, localizada no centro da cidade de Rorainópolis e Vilma Lopes do Nascimento; entrevistada na Secretaria Municipal de Educação e Desportos-SEMED, seu local de trabalho.

¹⁹Enviou-se o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade São Francisco em dezembro de 2014, a resposta somente chegou em maio de 2015. Por falta de conhecimento para a permissão das entrevistas realizadas em 2014, um total de 50 amostras, o projeto foi reprovado, o que nos obrigou a elaboração de um novo projeto, e, pelo tempo disponível, optamos por trabalhar com vinte sujeitos e com a Casa e Escola do Valentin, por ser a primeira instituição do assentamento. O novo projeto foi aprovado em junho de 2015, dessa forma, tornou-se possível prosseguir com a pesquisa e escrever o capítulo dois desse estudo, visto que havia a necessidade de se trabalhar com as entrevistas.

A princípio se cogitou realizar as entrevistas com os grupos focais, no entanto, pela dificuldade de reunir as pessoas, descartamos essa metodologia e partimos para as técnicas de entrevista individualizada, com vinte sujeitos, selecionando-se quinze como foco do trabalho. A esse respeito, Meihy & Holanda (2007, p. 118) advoga “o fazer entrevistas, além dos momentos de sua realização prática, demanda a finalização que a habilita para uso. Independentemente, cada entrevista é um documento e o conjunto um corpus documental específico”.

O (Apêndice-A), denominado “roteiro das entrevistas”, traz a estrutura do questionário com vinte e seis (26) questões abertas, proporcionando uma ampla variedade de informações adicionais, sendo 100% discursivo, com o objetivo de abranger vários eixos temáticos: identificar a origem dos migrantes, profissão, data de chegada à BR 174, forma de construção das moradias, construção da escola, formação dos professores entre outros.

Os fragmentos das entrevistas estão referenciados desde o primeiro capítulo da dissertação, pela necessidade de compreender os assuntos discutidos, e legitimar as vozes dos autores, na condução da luta desse grupo para permanecer naquelas terras.

Em duas entrevistas, o som de voz foi coletado por um celular, marca LG Optimus L1 Tri; duas pessoas permitiram a filmagem através da filmadora marca Benq-1080 p 16.9 3.0 Leo Touch Ponei; três gravamos as vozes no mesmo instrumento, e precisamente dez entrevistados foi necessário intensificar as observações, com a escrita no roteiro feita manualmente, tendo em vista a não permissão para gravar o som da voz ou filmar.

É importante esclarecer que as entrevistas duraram, em média, entre cinquenta e sete minutos e duas horas, em virtude da quantidade de informações e, por vezes, alguns sujeitos não deixavam seus afazeres durante a entrevista, causando a demora da sua realização (Apêndice-E). Com seis entrevistados houve necessidade de retorno à residência para continuidade do trabalho, para informações adicionais agregadas ao material (Apêndice-F).

Conforme Meihy & Holanda (2007, p. 101), “seria um erro que o uso de entrevistas signifique novidade. Desde sempre elas se constituíram em recursos para a formulação de argumentos repassados para a cultura em diversos níveis”.

Ainda sobre os participantes, por exemplo, no período da investigação, quatro dos entrevistados residiam na capital Boa Vista, dois na BR 174, um na estrada vicinal 06, e oito no município de Rorainópolis. Os participantes representam, simbolicamente, a construção do conhecimento desta parte da pesquisa e estão assim distribuídos: um técnico agrícola, um

técnico em agropecuária, três agricultores, dois professores (a), um administrador, um empresário, quatro domésticas, um mecânico e uma auxiliar de serviços diversos.

Cabe ressaltar que treze desses entrevistados são bem conhecidos da pesquisadora, e somente duas pessoas ela não mantinha esse elo de amizade. Esse convívio facilitou a marcação das entrevistas, já que alguns não mais residem no lugar que ajudaram a construir, por diferentes motivos: trabalho, estudo ou doença.

Nesse aspecto, assinala a importância do tempo, do espaço e da relação da memória com os acontecimentos:

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança (POULET, 1992, p. 54-5).

Assim sendo, o que chamou a atenção foi à confiança depositada nesse trabalho, com a permissão de todos para usar seus nomes originais, sem pseudônimos, além de disponibilizarem seus acervos fotográficos para ilustrar o trabalho. Para Maria Aparecida de Moraes Silva:

A concepção de história aqui adotada procura levar em conta as experiências vividas como parte da história, os atalhos, as trilhas, os vaivéns, os conflitos, as perdas, as vitórias, os pequenos acontecimentos e também os casos que, muitas vezes definem os destinos de pessoas simples, consideradas desprovidas de consciência de classe. (2004, p.11).

Nesse contexto de confiança, de tantas idas e vindas, e considerando o “paradigma indiciário²⁰”, revelaram-se aspectos decisivos para encontrar os indícios, capazes de integrar o contato com as fontes, ao se privilegiar a pesquisa e suas relações entre as vozes dos sujeitos e a história a que se produziu.

O “dito” as narrativas desses homens e mulheres nos conduzem para uma diversidade de acontecimentos, para um novo amanhecer, considerando a ilusão de que tudo que faziam era em prol da aquisição da terra, quando, verdadeiramente, havia outros interesses em suas lutas: a escola, o trabalho e ascensão política.

Enquanto se buscava junto ao UA-INCRA autorização para pesquisa nos arquivos da instituição (Apêndice C), revisou-se a fase anterior da pesquisa os estudos bibliográficos. De posse da permissão para análise nos arquivos do INCRA - Unidade Avançada de Rorainópolis

²⁰O “paradigma indiciário” compreende um importante procedimento metodológico necessário à investigação científica, sobretudo, é um método que busca nas pegadas, nos rastros, e nos indícios um modelo de investigação, comparado às técnicas dos caçadores.

passei analisar os Relatórios de Inspeção Técnico do INCRA, as resoluções, Diário Oficial, mapas, memoriais, títulos, entre outros, para ter uma noção da trajetória do projeto e suas nuances históricas.

Lembrando que ao realizar uma pesquisa seus autores percorrem diferentes caminhos em busca da metodologia, isso pressupõe o método necessário à pesquisa, especialmente naquelas com objetos complexos como é o caso das pesquisas educacionais, estas devem assumir um caráter flexível e dinâmico com o foco no objeto analisando criteriosamente.

Para tanto, “os documentos oficiais constituem a fonte mais fidedigna de dados. [...] O cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que ele não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados” (MARCONI & LAKATOS 2013, p. 51).

Assim ocorreu a primeira etapa desse trabalho investigativo, nos arquivos na Unidade do INCRA de Rorainópolis, teve início em 7 de julho de 2014, com término em 25 do corrente mês. O trabalho sempre se realizou no horário das oito (8h) as doze (12h) horas, de segunda a sexta.

A segunda etapa ocorreu em janeiro de 2015, durante dezesseis 16 dias, dando continuidade à busca iniciada anteriormente, em função das dificuldades de avaliar os arquivos. Para tanto, houve a necessidade de uma procura mais cautelosa a fim de encontrar os primeiros vestígios do funcionamento da sede do INCRA, a construção da vila funcional e das pessoas envolvidas na estrutura dos trabalhos do assentamento.

A terceira etapa foi realizada na Superintendência de Boa Vista, em julho de 2015, por volta de dez dias (alternados), em que nos empenhamos em buscar vestígios sobre a construção do casarão, do refeitório, da casa de apoio, saber quem foram os primeiros funcionários daquela unidade, administradores, construtores das casas etc.

A história tem seu próprio fio condutor, se relaciona com o espaço, o tempo, os fatos; caminha pelas pegadas da memória, dos fatos pesquisados a partir da lógica e das reflexões, produz conexões com diferentes conhecimentos. Sobretudo, a história intercala a percepção do pesquisador, apresenta impacto e pode ser avaliada por outros olhares, com outra conjuntura, onde os objetos, os lugares, os espaços temporais têm valor literal.

As entrevistas - mesmo com a disposição dos participantes, sem imposições ou restrições em suas narrativas -, o trabalho em si representou uma extensa maratona. E por diversos motivos envolveu diversas pessoas, para viabilizar os mais de quarenta mil quilômetros percorridos pela investigadora em viagens, a procura dos indícios que possibilitassem informações seguras para a investigação.

As viagens ocorreram de várias maneiras e para diferentes lugares, de avião, ônibus, moto, automóvel, e, a pé. Essa maratona iniciou desde dezembro de 2013 quando do processo seletivo para o curso até janeiro de 2016, quando busquei as últimas informações sobre a existência da Casa-Escola do Valentin, posteriormente a instituição foi denominada “Escola de 1º Grau Major Terêncio de Lima”²¹ e realizei a última entrevista com Zé Professor.

No total, contaram mais de dez mil quilômetros percorridos pelas ruas de Rorainópolis, estradas vicinais, BR 174, e Vilas Martins Pereira. Cerca de dez mil quilômetros percorridos entre Rorainópolis, Boa Vista Rorainópolis e Manaus/AM, de Rorainópolis outros tantos lugares, e mais de vinte mil quilômetros, de Hortolândia/SP para Roraima, de Hortolândia para Manaus, de Manaus a Porto Velho, este último o lugar em que busquei informações junto aos meus pais em janeiro de 2016, sobre o trabalho realizado por eles nos seringais de Cruzeiro do Sul-Acre, um malabarismo dispendioso, caro, de grande risco e cansativo²².

Nesse aspecto nos chama a atenção às considerações metodológicas de (GAMBOA, 2007, p. 40) quando mostra que o historiador precisa desenhar nas entrelinhas e desenvolver a pesquisa como portadora de valores, de verdades é sem dúvida para ele o método se configura a sustentação da investigação.

Portanto:

O método, quando é considerado como único critério de objetividade, transfere o objeto a seus códigos, reduzindo-o, fotografando-o, dissecando-o, ou dividindo-o em setores, facetas ou variáveis; em suma, o inter-relaciona ou o sacrifica ao rigor lógico. A primazia do método, seja como lógica da razão, controle da experiência, ou linguagem lógico-matemática, pode levar à “desvirtualização” do objeto, quando este deveria ter a primazia ante o método, e a objetividade deveria se centrar no objeto e não [...] nos critérios de validade dos instrumentos, na exatidão dos registros, ou na definição operacional dos termos ou na rigidez do processo lógico racional (GAMBOA, 2007, p. 40).

A despeito de qualquer método, é importante estar atentos aos detalhes, visto que cada texto lido se molda ao pensamento com novas ideias e estruturas para desenvolver a pesquisa.

²¹Major Terêncio Antônio de Lima, paraense, que recebeu a patente de Major do presidente da República Afonso Pena, em homenagem pelos trabalhos realizado na Amazônia Brasileira. Major Terêncio fez parte dos desbravadores que junto com o Engenheiro Sebastião Diniz conseguiram chegar por terra em Campos do Rio Branco em 1893, precisamente às margens do Rio Urubu – Roraima. Faleceu em 1942, com 87 anos de idade no Amazonas.

²²Enfim, pode-se considerar uma verdadeira maratona de viagens, de acesso a documentos, envolvimento de pessoas, motorista, digitadores, cartografistas, até internautas preocupados em verificar o preço das passagens. Todos os envolvidos estiveram atentos aos detalhes de cada etapa desse trabalho, desde o embrião até sua fase adulta. O resultado é maior do que se poderia imaginar. Após cada entrevista realizada, os digitadores sempre estavam prontos para deixar tudo organizado, visto que havia pressa na produção textual; essa dedicação possibilitou um trabalho ágil para a entrega aos participantes das narrativas estruturadas.

É necessário sabermos incorporar os dados, os novos saberes para encaminhar a pesquisa e organização textuais.

Sonhos que transparecem nos dizeres dos participantes; ao analisarmos os fragmentos surgem muitos sentimentos de revolta, tristeza, frustração, alegria, desilusão, esperança; sentimentos mais visíveis em alguns; outros não se deixam abater pelas situações ruins, otimistas com tudo que passaram e, hoje, desfrutam dos benefícios de suas lutas.

CAPÍTULO 1 - O ALICERCE TEÓRICO DA PESQUISA

*“Toda a história é a
história do tempo presente”
Marc Bloch*

Este capítulo tem por objetivo esclarecer as raízes históricas dos PAD/CSFV/ANAUÁ a partir dos estudos bibliográficos, análise documental e está subdividido em quatro subcapítulos.

O primeiro subcapítulo, intitulado “A legitimação da política de doações de terras, uma luta antiga no país”, apresenta uma revisão bibliográfica daquilo que já se construiu sobre a temática.

O segundo subcapítulo apresenta um breve levantamento sobre a migração e as campanhas publicitárias rumo às terras vazias de Roraima e discorre a forma como o governo de Roraima despertou o interesse dos migrantes em povoar as terras distantes da Amazônia roraimense no extremo norte do país.

O terceiro subcapítulo, “Nos rastros históricos do projeto de assentamento Coronel Salustiano de Farias Vinagre”, se refere à pesquisa documental e aborda a importância do surgimento do assentamento instituído em meio à Floresta Amazônica em meados da década de 1970.

E, por fim, o quarto momento, “Os sussurros da Comissão Especial”, traz à luz os estudos técnicos para a implantação de novos projetos de assentamento no ex-Território Federal de Roraima. O estudo apresenta o primeiro Executor do CSFV, Moisés Teixeira Hausen, (Professor Hausen) na tarefa de organizar os espaços ocupados pelos migrantes da BR 174, observando a necessidade de legalização das terras, de políticas públicas e o diálogo entre e com os sujeitos da estrada.

Nesse aspecto os estudos do sociólogo Francês Halbwachs, (1990, p. 39), em sua obra célebre sobre a memória, afirma que na construção da história:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa (...). Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Essa ideia retrata muito bem o contexto dessa pesquisa na atual cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima, localizada no extremo norte do país, único estado brasileiro situado no hemisfério norte.

1.1 A legitimação da política de doação de terras: uma luta antiga no país

A pesquisa parte do princípio que a história do assentamento, especificamente o Projeto (PAD/ANAUÁ), se insere no âmbito de outras importantes pesquisas já realizadas por pesquisadores em diferentes trabalhos acadêmicos. No entanto, optou-se neste subtítulo investigar as raízes históricas dos projetos e as principais mudanças ocorridas ao longo de sua primeira década de existência.

A temática abordada ainda não despertou outros interesses investigativos, o que nos impôs um desafio, na tentativa de analisar algumas questões importantes da história política, econômica e social do lugar pesquisado.

Assim, é relevante compreender e definir o conceito do Estatuto da Terra e seu desenvolvimento nesse particular espaço roraimense. Para tanto, vale ressaltar que:

Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinam a orientar, o interesse da economia rural, as atividades agropecuárias sejam no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, ou na forma de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964, p.1).

Nesse sentido considerar as políticas agrárias no Brasil é discutir a relevância dos projetos de assentamentos em que as famílias lutam por um pedaço de chão. Alguns pesquisadores ressaltam que essa categoria de pessoas se caracteriza por um conjunto de necessidades estritamente necessárias a sobrevivência das famílias em distintas regiões brasileiras, e obviamente não há como negar a situação vivida pela população em relação à sobrevivência em função do trabalho com a terra ou na terra:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais de metade da população do país dependem necessariamente para seu sustento proveniente da terra como única alternativa possível de sobrevivência. Considerando que as grandes propriedades ocupam as terras mais favoráveis, as pequenas propriedades são aqueles que se sujeitam em parcelas de terras insuficientes às suas necessidades produtivas (PRADO, 2007, 15).

De fato, essa necessidade da terra está presente nas lutas pela reforma agrária brasileira, na organização de grupos sociais que mantêm um papel fundamental em favor da

legalidade dos direitos sociais da posse desse bem. É importante notar que as mudanças e transformações sobre a posse da terra caracterizaram um modelo de ações no passado e, dessa forma, o êxodo rural trouxe um grande contingente de pessoas para vilas e cidades brasileiras, trazendo também problemas para o espaço urbano em diferentes cidades do país.

Nesse sentido, José Martins de Souza (2000) explica que a Reforma Agrária, como elemento constituinte da necessidade da aquisição da terra se configura em uma estratégia de sobrevivência dos sem-terra, no engajamento de um processo histórico no qual o campo se mostra o lugar de lutas e disputas no sentido de garantir a terra:

A reforma agrária passa necessariamente pelos canais institucionais da estrutura do Estado, mesmo nos casos das ocupações de terras privadas, mas ociosas, usada como reserva de valor e meio de especulação, que dependem sempre de legalização, sem a qual sua ocupação não representaria a menor conquista (MARTINS, 2000, p. 41).

Diante de tantas lutas pelo direito a terra, sabe-se que o Estatuto da Terra²³ também apresenta respaldo legal à política de assentamento através dos sucessivos planos e projetos políticos governamentais para a reforma agrária brasileira. Contudo, a realidade não condiz com os frequentes conflitos gerados por interesses e favorecimento a grandes proprietários de terras, que cada vez mais se organizam para o preparo da terra fazendo uso de novas tecnologias, enquanto o pequeno agricultor tem em suas mãos apenas ferramentas ineficazes para o seu trabalho (machado, facão, foice, motosserra).

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2002, p. 329).

Desse ponto de vista, aqueles que não possuem terras sempre foram considerados indivíduos sem território, que buscam por meio da luta cotidiana o espaço de terra como forma de amenizar sua miserável condição de vida, mesmo diante de leis que deveriam assegurar o direito de posse da terra, isso não acontece de fato:

²³Com a aprovação do Estatuto da Terra em novembro de 1964, o Congresso buscava a execução da Reforma Agrária e da promoção de uma política agrícola, porém a lei ficou, em grande parte, somente no papel. Contudo, as lutas pelos direitos dos trabalhadores do campo continuaram. O regime militar reprimiu as direções sindicais ligadas ao esquema populista, mas não desmantelou os sindicatos. No campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG.), em 1968, incentivava a organização de Federações de sindicatos rurais por todo o país. Dessa forma, centenas de sindicatos foram organizadas em defesa da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, à propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento (LEI, 4.504, 30/ 11/ 64).

Foi a partir dessa vertente da inclusão social que os núcleos de colonização tiveram início no Território de Roraima, agregando um grande fluxo migratório e povoando “uma terra de ninguém”, considerando que esta já era habitada por um povo nativo que dependia dos recursos naturais para sua sobrevivência, vestuário, artesanato, cultura e costumes peculiares.

Abordar aqui a reforma agrária não é fazer uma crítica à situação agrária brasileira, mas, sobretudo, compreender que ela é necessária para promover a melhoria da qualidade de vida de quem vive no campo e dele depende sua sobrevivência. “A reforma agrária nas atuais circunstâncias do país é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser em boa parte do Brasil” (PRADO, 2007, p. 88).

Nesse aspecto, ao contrário do que se pensa, a doação de terras nem sempre foi algo tangível aos brasileiros. No período do Brasil Colônia, a experiência correspondia ao interesse do rei e dos grupos sociais e institucionais que faziam parte da sociedade. Vale ressaltar, de acordo com a Lei da Terra de 1850, que havia somente uma possibilidade para adquiri-las do poder público, comprando-as; o que para a classe pobre era algo inviável devido ao alto preço.

No Brasil Colônia, não existia a cultura de doação, ou seja, assentamentos de terras por parte do governo, que além de ser o dono absoluto da terra também desempenhava o papel de negociante. Mesmo quando doadas pelo rei, havia um acordo feito entre às partes interessadas e eram impostas pelo rei às condições de uso da terra.

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu status social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do arbitrium real e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX, o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio da nação (COSTA, 1999, p. 173).

Assim sendo, é importante verificar que as mudanças desse modelo de posse das terras ocorreram gradativamente, trazendo uma nova política para o processo de doação.

Atualmente, tem-se analisado a importância das lutas populares pela aquisição da terra, não somente pelo Movimento do Sem-Terra (MST) que busca enfrentar os problemas vivenciados pelos sem-terra, mas também por outras entidades, como a Pastoral da Terra, que “vem contribuindo para apaziguar o clamor dos pobres pelo pedaço de terra, tentando reparar as desigualdades sociais de quem está historicamente inserido nas raízes dos mais pobres não somente na Amazônia, mas em todos os lugares do país” (MARTINS, 2000, p. 27).

Sem dúvida, a construção da BR 174, processo de integração da Amazônia deixou um rastro de resistência atravessada pelas lutas travada pelos legítimos donos das terras, os povos indígenas, os Waimiri-Atroari habitantes da fronteira de Roraima com Amazonas, no município de Rorainópolis. Além disso, trouxe problemas irreparáveis quando transformou por completo a floresta entre o Amazonas e Roraima, produzindo uma série de problemas ambientais, sociais, políticos e econômico no ambiente indígena.

Esse movimento refletiu no grito de centenas de sujeitos, sobretudo, os Waimiri-atroari, quando as terras foram ocupadas pelos migrantes. Nas palavras do Indigenista brasileiro (SCHWADE, 2012, p.1), ele afirma ter importante participação junto a essa etnia e advoga que:

Em 1968, o Governo Militar invadiu com a rodovia BR-174, Manaus-Boas Vista, o território Kiña (Waimiri-Atroari). Em 1975, pelo menos 2000 pessoas já haviam desaparecido, todas pertencentes ao povo Kiña. Isso porque se opunham ao processo de invasão de seu território imposto pelos Militares

É notório que a luta pela posse da terra é antiga, sejam índios ou não, todos os seres humanos desejam, de certa forma, possuí-la, pois é dela que precisamos para moradia, produção de alimentos e outros bens. Entende-se que é muito recente a conquista desse espaço territorial, mas a luta é infinita. Estados e municípios estão empenhados em assegurar o controle não somente na questão da racionalização da posse da terra, como também em novas exigências impostas pelo poder público, para regulamentar o processo do trabalho dos camponeses.

1.2 O século das campanhas publicitárias do governo de Roraima

Na corrida pela conquista da terra, estudos mostram que o século XX foi caracterizado por fortes movimentos migratórios em vários momentos e lugares do mundo. Esse movimento possibilitou a redefinição espacial de outras regiões brasileiras. Dentre estas, se verifica a

Região Norte do país, com destaque à região amazônica. Nesse subtítulo nos deteremos, sobretudo, em algumas particularidades sobre a migração do ex- Território Federal de Roraima, criado em 1943, e já habitado por migrantes de várias partes do país, misturados a dezenas de outras etnias: Wapichana, Yanomami, Wai-Wai, Macuxis, Waimiri-Atroari e entre outras existentes no território.

O processo de assentamento da região sul de Roraima é um marco da ação mais intensiva do Governo Federal sobre a região amazônica, entre meados do século XX e o início do século XXI, tornando um período atrativo para o processo de desenvolvimento da região amazônica, pouco lembrada em outros tempos.

Com base nos estudos do memorialista roraimense Aimberê Freitas (2009), a colonização direcionada beneficiou diversas áreas do Nordeste, porém se priorizou os nativos do Estado do Maranhão, que desde a década de 1940 mantinham uma relação com a região de Roraima. Esta ligação histórica entre o Maranhão e Roraima se fortaleceu através do tempo, gerando e perpetuando uma série de fluxos altamente especializados, ligando comunidades específicas nos dois Estados.

Segundo o autor, tais políticas visaram atender a demandas referentes aos estudos de área para a doação de terras, que foram realizados por diferentes governos do território. Esse processo se intensificou durante o regime militar, nas administrações de Hélio da Costa Campos (1967-1969), Fernando Ramos Pereira (1974-1979) e Otomar de Sousa Pinto (1979-1983).

Fica evidente que essas relações foram motivadas pelo anúncio do governo de Roraima, para despertar o interesse dos migrantes, em habitar a “terra de ninguém”, atraindo muitas famílias através de campanhas publicitárias e com a oferta de passagens gratuitas²⁴. Os maranhenses se revelaram o principal grupo de interessados na expansão do assentamento dirigido em Rorainópolis. Além disso:

O programa de assentamento oferecia ao colono passagem do Maranhão para Boa Vista, hospedagem em Boa Vista por um período de tempo, 25 hectares de terra, ferramentas agrícolas, mosquiteiro e utensílios domésticos e um enfermeiro para cuidar da saúde dos assentados no vilarejo ou povoado, doação de sementes e transportes para escoação da produção (FREITAS, 2009, p. 136).

²⁴ Do Maranhão para Belém de ônibus, de Belém para Manaus de navio, e de Manaus para Caracará de barco, único meio de transporte disponível para as classes menos favorecidas. Esse fluxo migratório ocupou os eixos rodoviários espontaneamente, impedindo um planejamento ordenado, sendo a distribuição dos lotes não somente para quem tinha necessidade, mas para todos que tinham interesse de possuí-lo.

As ofertas garantiam aos migrantes a promessa de doação de terras em Roraima, o que, provavelmente, foi um bom negócio para quem pouco ou nada possuía, em sua terra de origem, algo a que se pudesse apegar. O certo é que, notadamente, o interesse dessas pessoas possibilitou a formação de povoados, aglomerados, municípios, vilas, e despertou o desejo de outros indivíduos, que informados por meio de amigos e parentes deixaram suas terras natais, aumentando o fluxo migratório, a pobreza, o abandono e a expansão do lugar.

Do ponto de vista, quanto à relevância do assentamento de terra, compreende-se:

A criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p. 7).

Nesse estudo observamos que os pioneiros do PAD/CSFV/ANAUÁ, marcaram sua territorialidade e tiveram a oportunidade de ver o “Estatuto da Terra” ser uma realidade no processo de justiça social e expansão da terra. Esta aquisição da terra é entendida como uma doação; no entanto, sempre existiram critérios para que os colonizadores²⁵ tivessem acesso às propriedades da terra.

Considerando os projetos de assentamentos do Sul de Roraima e o processo de reorganização territorial, no que concerne à Reforma Agrária, possivelmente ocorreu de forma desordenada, tendo em vista a construção da BR 174, a invasão dos lotes, falta de planejamento e organização do espaço ocupado.

O movimento migratório, estrategicamente, permitiu, ao espaço reconhecido como “Território Sul de Roraima²⁶”, a gênese do assentamento CSFV, uma total relação com as políticas de migração que ocorreram no auge da ditadura militar no sentido de interligar as fronteiras brasileiras. Diante dessa realidade concordamos com Gersa Maria Neves Mourão ao afirmar:

Neste processo de povoamento, não só foram atraídos colonos de outras regiões, pela oferta de terras disponíveis, como também agropecuários e madeireiros, que

²⁵ Esclarecemos que a grafia do termo “colonizadores” aqui será usada na condição de trabalhador do campo, aquele que veio em busca de terra para trabalhar e viver com a família, para povoar e construir seu espaço a moradia. Os homens que ali aportaram estavam interessados em desenvolver o lugar às margens da rodovia BR 174, atual município de Rorainópolis e assim o fizeram.

²⁶ Território Sul de Roraima criado em 13/04/2004, com finalidade de desenvolver os quatro municípios socioeconômico, ambiental, e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. PTDRS- Rorainópolis/RR: MDA, (2010, 34).

recorreram à colonização para participar desta larga marcha de apropriações de terras e recursos em direção ao Sul e Sudeste (MOURÃO, 2008, p.3).

Ao atender ao convite inusitado feito pelo governador do Território Federal de Roraima, centenas de migrantes se deslocaram de seus lugares de origem, das regiões do Nordeste, Sul, e inclusive do vizinho Amazonas, partindo em busca do anúncio, legitimando a proposta de oferta de “terra para todos”.

Como observado por André Braz Golgher, “pensar em migrantes no Brasil é ter em mente pessoas de baixa renda fugindo de precárias condições de vida em sua terra natal” (GOLGHER, 2004, p. 37). Nesse sentido, a região sul de Roraima apresentou inúmeros fatores que favoreceram o processo de migração “atração humana”.

Dessa forma, pode-se considerar a mobilidade espacial, social e política da terra fácil. Os trabalhos nas estradas que estavam em construção e a posse da terra foram os fatores mais relevantes. Supõe-se também que as grandes secas que afetavam a Região Nordeste expressaram o desejo dos retirantes, a necessidade de olhar para a realidade social que os envolvia, permitindo que diferentes sujeitos tivessem em regiões distintas, a oportunidade de um pedaço de chão, ou, por outros motivos, criarem laços de identidade com a Amazônia roraimense.

Esse processo experimentou uma nova metodologia de integração das sociedades rurais, alterando o equilíbrio no Estatuto da Terra de 1964, uma vez que os políticos iniciaram a expansão da legalidade da terra, promovendo sua descentralização, e assim assumindo o poder de titular e regulamentar os assentados da BR 174.

Partindo do fato de que a migração é um movimento que acontece devido a diferentes necessidades humanas e atravessa direções opostas de acordo com as situações vivenciadas pelos migrantes, observa-se algo não particular às classes populares, pois o processo migratório compreende o desejo do ser humano de mudanças em direções distintas à procura de melhores condições de sobrevivência. É importante considerar que sempre haverá um motivo para que o homem migre.

Pode-se dizer que, nos anos oitenta, os movimentos migratórios mudaram de direção, de composição e de sentido. De grandes movimentos de longa distância, particularmente os movimentos rurais-urbanos, interestaduais, que prevaleceram até os anos setenta, passou-se para os movimentos urbanos inter e intrarregionais. De uma migração predominante da pobreza, hoje os fluxos migratórios envolvem também desde a classe média, que quer se refugiar da poluição e da violência, os profissionais liberais, os estudantes, até a população idosa que, depois de aposentada, retorna a seu lugar de preferência (BAENINGER, 1998, p. 73).

Nota-se que a expansão da migração nessa área geográfica de Roraima foi mais que um espaço consagrado, sobretudo a oportunidade das famílias obterem, educação, moradia ascensão social e política centrado no exercício da cidadania. Segundo a opinião de Rosana Baeninger:

Considerando-se os fluxos migratórios ocorridos entre as regiões brasileiras nos períodos de 1986-1991 e 1991-1996, nota-se que a entrada de pessoas na Região Norte, no primeiro período ainda foi bastante expressiva (408.516 pessoas,) apesar da perda do poder de atração dessa Região com o esgotamento de sua fronteira agrícola (BAENINGER, 1998, p. 11).

Mesmo quando os migrantes se dirigem para áreas de colonização, ainda assim buscam um novo espaço urbano pela necessidade de manter os filhos na escola; outros buscam trabalho nos órgãos públicos; seja qual for o interesse, o grupo em estudo buscava se estabelecer também no meio urbano, avançando nas lutas por novos territórios.

Vale lembrar que, segundo Ana Lia Farias Vale, “o migrante é um portador de trabalho, fator positivo que, combinado com os fatores terra e capital, apresenta interesses para os processos de desenvolvimento econômico” (VALE, 2007, p. 41).

Assim, o processo migratório para esse movimento de assentamento, também promoveu o desenvolvimento econômico, social e político da BR 174, o que parece classificar as relações socioculturais daqueles que lutaram pelas causas sociais, pela territorialização, se constituindo num lugar de construção de diferenças culturais, a qual se inclui a implantação do sistema educacional, como divisor de novos conhecimentos, marcado pela militância que permearam as relações de força entre os grupos de migrantes que ali chegaram: um choque entre culturas e realidades distintas, em que:

Apesar de acentos e nuances diferentes, os cientistas sociais, economistas e cientistas políticos do Brasil concordam num ponto: a agitação social no campo, as migrações em massa para áreas ainda não desbravadas da região Amazônia, e a rápida urbanização devem ser atribuídas, principalmente, à difusão das relações de produção capitalista nas áreas rurais do Brasil (MOREIRA, 2006, p.51).

Diante dessa conjuntura, entre a rota dos migrantes e promessa da terra fácil, se evidencia que esta busca se deu de forma consciente, a partir de uma ideologia que se configurou a prioridade dos migrantes. Em relação à ocupação da Amazônia, em particular a região sul de Roraima, Arthur Bernady Santana (2009) afirma:

Esse ‘vazio’, aos quais os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos (SANTANA, 2009, p. 3).

Esta interpretação, por meio da ação interventora do governo Federal, representa bem a realidade da construção da rodovia e o processo migratório, indo ao encontro da história do assentamento dos povos habitantes do PAD/CSFV/ANAUÁ, e Vila do Incra, quando centenas de migrantes passaram pelas lutas de justiça social, políticas e econômicas, alimentando o desejo de permanecer naquelas terras.

A título de esclarecimento vamos conhecer o senhor Valentin Bauduíno Gonçalves – ainda residente no lote onde foi assentado, hoje com setenta e três anos de idade -, migrante de Itainópolis-PI, chegou em abril de 1976 em Roraima juntamente com a esposa e a enteada em busca de terras, garimpos e escola. Em seus dizeres relembra:

Meu enteado já morava aqui, no povoado de Martins Pereira, e dizia que esta era a terra para o “pobre morar” e induziu a gente a vir embora e fugir da “seca” que maltratava o povo piauiense. Quando chegamos encontramos somente a “flor de casa” e dava medo à escuridão, isolamento e a falta de comunicação com o mundo lá fora. Parece que a gente estava vivendo em outro planeta. Os barracos muito distantes, transporte somente os caminhões do 6º BEC. As onças esturravam muito perto de casa, o porcão passava de bando ao redor da casa, parecia que a gente não ia sobreviver. Foram tempos difíceis, mas não troco hoje minha paz por dinheiro nenhum. Um fato muito interessante foi o ano que chegamos aqui. Não existia farinha nem o arroz eu cheguei a passar quase seis meses comendo batata-doce, esperando a primeira safra de arroz e comendo mingau de araruta com carne de tatu. Eu particularmente comi tanto que enjoiei (06/07/2015).

Os significados e contornos delineados pelo relato das memórias de Valentin ressaltam alguns acontecimentos históricos (destaque para muitos fatos apresentados no decorrer da pesquisa). O leitor poderia imaginar uma pessoa se alimentar durante tanto tempo com esse tipo de comida? Valentin revela sua experiência durante quarenta anos de história do movimento do assentamento da BR 174 com algumas particularidades. Na busca por terras em Roraima, Valentin comunica a forma como alguns integrantes do movimento chegavam:

Há! Minha senhora! A pobreza dessa gente era muito grande, mais a esperança de possuir uma terra própria fazia desse sonho um desejo maior de vencer as dificuldades encontradas no caminho. O medo dos índios não era o pior, o maior desafio foi enfrentar a maior pobreza que já houve nesse lugar. Muitos traziam seus pertences o que não representava muita coisa, as ferramentas de trabalho, e até os animais de estimação (cachorro, papagaio, o gato). As pessoas viajavam em condições arriscadas, nos paus de arara, mais a maioria vinha de barco até Caracará. O animal era importante, professora, aqui tinha muita caça, a gente avisava logo o companheiro que ele trouxesse seu cão caçador assim não corria o risco de passar fome também (06/07/2015).

É importante pensar na contribuição dos migrantes quando expõem, a partir de suas narrativas, as facilidades, o valor e a importância da aquisição das terras às margens da BR 174. Para garantir moradia, trabalho e educação, os nordestinos não mediram esforços para

alcançar suas metas. Por intermédio de sua fala, Valentim, relata sua chegada até o assentamento e a forma como adquiriu suas terras, que ele chama de “mina de ouro”:

Chegamos no inverno tenebroso, abril de 1976! (...). Vim com minha família, esposa Amália Gonçalves e sua filha Marinalva. Viajamos de Belém para Manaus de Barco e de Manaus para Boa Vista de avião, junto com o Governador Fernando Ramos Pereira. (...) Então viajei para a BR 174 até a Vila Martins Pereira onde o 6º BEC trabalhava na construção da BR 174 e 210. (...) Comecei logo a procurar um terreno na BR 174, com dez dias encontrei esse lugar bonito “essa mina de ouro”. Então decidi que seria meu, fiz um barraco cercado, de pau a pique, coberto de cavaco com somente um cômodo e começamos a trabalhar no broque e na derrubada para queimar e plantar arroz, feijão, banana, abóbora. Nós plantamos de tudo nessa terra. Havia grande fartura de comida produzida pelo trabalho do campo. O que faltava a gente comprava na taberna do Lourenço a quatorze quilômetros a beira do rio Anauá por preço de ouro (06/07/2015).

Curiosamente, Valentin explica as causas de tanta miséria, olha para as mãos feridas e se justifica, informando que não ganhou a passagem do governo de Roraima para habitar as “terras vazias”. Mesmo assim se sente orgulhoso em dizer que viajou junto com o governador Fernando Ramos Pereira²⁷ a quem teve grande admiração, e afirma que nos últimos anos, o valor das terras do assentamento Anauá se tornou complexa e cara, não é páreo para os pobres. A esse respeito Moreira (2006, p. 37), tem o seguinte posicionamento:

A terra no Brasil tornou-se valiosa. Há cerca de quarenta anos era possível comprar, por alguns cruzeiros, tanta terra quanto se quisesse na região amazônica. Ou era possível simplesmente estabelecer-se como posseiro num pedaço de chão e cultivar sua roça, fosse no Pará, no norte de Goiás ou no sul do Maranhão. Nos anos sessenta, cerca de 98% da terra do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, ainda não tinha dono legal.

Esta realidade não é muito diferente da compra de terras, sobretudo, nessa região do Estado de Roraima, para onde um contingente muito grande de migrantes foi à procura de terra para fixar residência. No campo ou na cidade, a terra se tornou uma mina de ouro refinado e poucos são aqueles que ainda dispõem de condições financeiras para comprar um lote de terra na cidade de Rorainópolis, nas estradas vicinais, mesmo naquelas mais isoladas e sem muitos recursos para trabalhar.

No que tange aos conflitos pela terra nessa região, o problema não chegou a um nível de gravidade, considerando outras regiões brasileiras onde a invasão de terra tem deixado um rastro de sangue, suor e lágrimas. Em Rorainópolis os assassinatos não fazem parte do histórico dos assentamentos. Porém, observa-se, após mais de 40 anos desde a criação do

²⁷ Simplesmente devido o referido governador tentar organizar e doar as terras para os parceiros que chegavam todos os dias na rodovia. A realidade vivida pelos migrantes do acesso fácil a terra, se justifica pela necessidade tanto do migrante pelo pedaço de chão, quanto do espaço em ser povoado.

primeiro PAD da Região Sul de Roraima, a procura por terras é um fato tão frequente como no início do movimento dos sem-terra da rodovia 174 na década de 1970.

1.3 Nos rastros do projeto de assentamento: Coronel Salustiano de Farias Vinagre (CSFV-1975-1979)

Nessa investigação procuramos destacar alguns fatos históricos do Projeto de Assentamento Coronel Salustiano (PAD/CSFV), posteriormente denominado Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD/ANAUÁ)²⁸.

O primeiro projeto de assentamento foi criado pela Resolução/INCRA, nº 141, de 7 de outubro de 1975, na região sul de Roraima. Seus limites e designações se deram pelo INCRA que delimitou suas respectivas áreas, com seu início no município de Caracarái, seguindo a rodovia BR 174 até o encontro da rodovia BR 210 (Perimetral Norte), seguindo até a Vila Jundiá, na divisa de Roraima com o Amazonas (Anexo C).

O estudo realizado sobre os PAD/CSFV/ANAUÁ, acompanham o espaço temporal entre 1975-1979, quando o projeto foi criado pela Resolução/INCRA, nº 141, de 7 de outubro de 1975. E compreende uma extensão territorial que contemplou uma área de 221.832, 2046 ha de terras e abrangeu dois municípios ao sul de Roraima (Caracarái e Rorainópolis). O objetivo do projeto foi resolver o problema das terras que se diziam “vazias no ex-Território Federal de Roraima”.

Do ponto de vista social e político, o PAD/CSFV se deu de forma diferente de outros projetos de assentamentos já existentes no território, pois, não houve o planejamento da área para alocar as famílias migrantes. A princípio as famílias não dispunham das orientações de técnicos agrícolas, de financiamento, escola, garantia para escoação da produção agrícola e a permanência nos lotes ou colônias²⁹.

Os primeiros projetos de assentamentos de Roraima (colônias), além de planejados, recebiam apoio do Governo Federal, incentivando os colonos na produção de diferentes culturas da terra, incluindo “os gaúchos no cultivo de soja”. Para tanto, forneciam novas

²⁸ Os dados aqui apresentados foram adquiridos junto à sede da Unidade Avançada INCRA-Rorainópolis, que dispõe das resoluções, portarias, Diário Oficial da União e os relatórios examinados nesta pesquisa.

²⁹ Dentre as primeiras colônias planejadas no território verificamos a “Fernando Costa”, no município de Caracarái, a 85 quilômetros da capital Boa Vista (IBGE, 1970). Na década de 1970, a colônia contava com 21 famílias assentadas, com migrantes tanto do Norte como do Nordeste, e que as melhorias cada vez mais se intensificaram nas colônias planejadas, através de secadoras de cereal, máquinas para limpeza no solo para o plantio e financiamentos através do Banco do Brasil e da Amazônia que facilitavam o desenvolvimento econômico e social do território.

tecnologias, arado, melhoramento do solo, calcário e outros elementos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura em Roraima.

O estudo evidencia que dez meses, aproximadamente, após a criação do PAD/CSFV, foi nomeado, no dia 2 de agosto de 1976, o Engenheiro Agrônomo Moisés Teixeira Hausen³⁰, para dirigir as ações do referido projeto, através da Portaria/INCRA, nº 779/1976, a fim de exercer a função de primeiro Executor da Unidade Avançada-UA/INCRA³¹.

A esse respeito Tomaz Emiliano explica:

Após a nomeação, Hausen passou a fixar-se e a dedicar-se com exclusividades à região sul do território, especialmente a área que compreende o atual município de Rorainópolis. [...] Mesmo antes de trabalhar como Executor do projeto, Moisés já havia trabalhado nos serviços Técnico do INCRA-AMAZONAS como membro integrante da Comissão que realizou o levantamento e ocupação primitiva das rodovias em construção na década de 1970 (NETO, 2008, p. 5).

As pistas indicam que o Professor Hausen teve participação integral nos dois projetos de assentamentos e atuou como Técnico, Executor, Superintendente Regional do INCRA-Roraima e amigo dos colonizadores.

A (Figura-11) indica a construção da base do PAD/CSVF/INCRA, situado entre Boa Vista a capital de Roraima e a divisa com o Amazonas. A casa foi construída de madeira na entrada da vicinal 01, possivelmente entre 1976-1977, já que alguns entrevistados desta pesquisa como o senhor Valentin, afirma já existir esta e outras construções no período informado. A referida casa ainda funciona para o atendimento dos assentados, embora esteja em precárias condições.



Crédito 11 – Casa Sede da Unidade Avançada INCRA- Rorainópolis. Arquivo pessoal da pesquisadora 2015.

³⁰ Nesta pesquisa, Moisés Teixeira Hausen será indicado por (Professor Hausen) nome que ficou conhecido na região em função de possuir quatro graduações “Contabilidade, Licenciatura em Desenho, Bacharel em Artes Plásticas, e finalmente Agronomia” esta última iniciada no Rio de Janeiro e concluído no Amazonas.

³¹A sigla UA-INCRA será utilizada nesta pesquisa para indicar a palavra-Unidade Avançada-UA/INCRA.

Dentre as tantas ações realizada pelo Executor, podemos mencionar os trabalhos de tipografia juntamente com os técnicos: cartografistas, desenhistas, motoristas e outros profissionais que constituíam sua equipe de trabalho, sendo os primeiros funcionários que ali iniciaram as diversas atividades do assentamento: Berenice (Técnica em Contabilidade e esposa de Hausen) João Guido de Souza (Técnico Agrícola), Getúlio de tal (motorista), Pedro Clementino (Vigia) Lauro Maciel Batistone (Cartografista), Tomaz Emiliano (Técnico em Agropecuária) Gentil Carneiro, Domingo de Sousa e tantos outros³².

Estes homens e mulheres trabalhadores³³ do assentamento foram considerados as primícias desse movimento Amazônico, ao avançarem as picadas das estradas vicinais que estavam sendo construídas por volta de 1976. Desse ponto de vista, os sujeitos invasores viam a possibilidade de permanecer nas terras, e embalados pelo movimento da migração, fixaram ali as primeiras pedras, como marco de seus lotes. Conseqüentemente o INCRA foi o órgão responsável pela distribuição e legalização dos lotes, entre 1977-1990, já que dispunha de uma extensa área de terra favorável ao assentamento.

Há indícios que o Professor Hausen muito batalhou para promover a melhoria dos migrantes que chegavam sem condições para construir uma casa, desenvolver os trabalhos na roça, ou mesmo matricular os filhos na escola por falta de registro civil. Ele procurou assegurar que os objetivos das pessoas fossem tangíveis e que a falta desses documentos não fossem um obstáculo para o acesso à escola.

Parafraseando as palavras do Professor Hausen, Tomaz Emiliano lembra: *“Não é momento para desistir, deve-se caminhar um passo de cada vez, é somente uma questão de esperar e ver as coisas acontecer sabendo que esta terra é um direito de cada cidadão”* (02/07/2015). Tomando como base os dados sobre o CSFV, verificou-se que a elaboração do

³² No desenvolvimento das ações mais urgente de sua administração, o chefe da Unidade tratou de reservar uma área estratégica bem centralizada para implantação da Unidade Central do INCRA, facilitando o atendimento aos assentados de toda região Sudeste de Roraima, já que a sede Central da Unidade se encontrava no município de Caracará, o que dificultava o acesso dos colonizadores para resolver situações referentes, ao cadastro, escoamento da produção, legalização da terra, transporte e outros.

³³ Os relatos mostram que o Professor Hausen se preocupou também com a saúde, sobretudo, com o diagnóstico da malária, muito frequente naquele território, quando, nas dependências da Unidade do INCRA, organizou um espaço para o trabalho do diagnóstico da malária. Não foi possível nomear outros profissionais que constituíram o quadro de funcionários da União a partir do assentamento CSFV: administradores, operadores de máquinas pesadas, de motor de luz, de máquina de arroz, operador de radiofonia, dentre tantos, destacamos a médica pediatra Maria Yandara Alice Bueno de Carvalho, primeira médica a trabalhar no posto do Projeto Coronel Salustiano, e John Wesley Tennessee o primeiro servidor da SUCAM a trabalhar na Vila do Incra, entre 1977-1979.

projeto, a princípio, não contemplava a instalação de agrovilas³⁴, o que dificultou ainda mais o trabalho dos colonizadores pela distância, pela falta de estradas e transporte.

Na visão do geógrafo Nilson Croácia Barros (1995) e Freitas (2009), o processo de loteamentos distantes causou o surgimento de vários aglomerados, como Rorainópolis que foi a sede de todo o processo de ação do INCRA, na organização das parcelas e seleção dos migrantes para ocupar as terras isoladas.

No contexto desse marco histórico, supõe-se que por volta de 1976 e 1979, na administração do Professor Hausen, se iniciou a construção da Vila Funcional, dos funcionários da instituição, da Casa Grande, a casa para os médicos, para os professores e outras construções, todas à margem esquerda da BR 174, sentido Manaus, no quilômetro 468, o que facilitou o atendimento aos assentados de toda região Sudeste de Roraima.

Ressaltamos que, ao examinarmos os documentos verificamos que das tantas construções informadas no Relatório Administrativo do INCRA de 1982, pelo Engenheiro Soldemar Nilo Ribeiro está, sem dúvida, o primeiro posto médico construído ao lado da sede da Unidade INCRA, cinco escolas funcionando regularmente e dez que seriam concluídas até maio do corrente ano. O relatório não indica à localidade em que foram construídas as respectivas escolas.

Assim, o Executor Soldemar Nilo expôs as informações sobre as benfeitorias do assentamento: “em termos de Assistência Médica contamos com uma médica que dá assistência na Sede do Projeto, uma enfermaria e mais dois Postos Médicos em outras duas Vilas” [o que possivelmente seria em Novo Paraíso e Martins Pereira já que a sede do projeto localizava-se na Vila do Incra] (Relatório de Justificação, SR-25-RR, 1982, p. 2).

Observamos que na década de 1980 a situação vivenciada pelos migrantes passou a ser vista mais de perto e estratégias foram criadas para a implantação dos serviços de governo. Os dados conferem com as narrativas dos pioneiros, quando afirmam que neste momento a base política se mostrou forte e atuante, e iniciam as ações pelo desenvolvimento do lugar, embora esteja claro que as diversidades históricas desses projetos de assentamento, tenha nos migrantes sua maior parcela de trabalho e ousadia, o que modestamente representou uma dinâmica formadora de novos ambientes, instituições do governo e geração de uns parques empregos ao longo das BRs 210 e 174.

³⁴ Outro aspecto importante: os lotes de assentamento não foram organizados como agrovilas, mas em sítios com as moradias dentro da propriedade, onde cada assentado trabalhava nas mais diversas produções agrícolas para o consumo e outra para venda no mercado interno e externo.

A figura abaixo representa uma das tantas construções da época, a residência dos médicos, que na verdade somente Yandara passou uma temporada ali. A velha casa ainda resiste ao tempo embora estejam destruindo o patrimônio público às relíquias do assentamento, e não há o cuidado de preservação por parte dos órgãos competentes.



Crédito 12- Casa que morou a médica Maria Yandara-Fonte: Arquivo particular da pesquisadora 2013.

Retornando a questão sobre as construções do assentamento, contidas no Relatório de Inspeção da UA-IN CRA do início de 1982, a pesquisa indica que o Executor Soldemar Nilo descreve a situação vigente do projeto e suas vantagens:

A sede do projeto já conta com dez prédios nesse período, somando um total de 1.000 m² de área construída. Todos os imóveis com instalações elétricas e hidráulicas. Sabe-se que todos os imóveis foram construídos de madeira e cobertos de telha brasilit. Soldemar Ribeiro Alves, Port. 173/82 (Boa Vista, 19 de março, 1982).

As construções são significativas, elas apresentam parte das primeiras arquiteturas do assentamento, quando o uso da madeira se fez necessária, e muito utilizada. De acordo com Neto, (2008) toda essa madeira é oriunda do município de Caracará enviado pelo Prefeito da época Diomedes, transportada nas caçambas do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (6º BEC).

A unidade de saúde da época atendeu a população durante aproximadamente vinte anos, em função do crescimento e melhoria no atendimento, foi transferido para outro prédio, na Administração do Prefeito Geraldo Maria da Costa, no Bairro Centro na Avenida Drª Yandara de Carvalho³⁵.

³⁵ Desde então cada gestão faz uma reforma e assim a Unidade de Saúde Drª Maria Yandara continua prestando serviço à comunidade. Em 2015 a comunidade foi beneficiada com os serviços laboratoriais. Uma conquista a



Crédito 13- Primeiro Posto Médico da Vila do Inkra.
Arquivo pessoal da pesquisadora, 2013.



Crédito 14- Posto Médico Dr^a Maria Yandara.
Arquivo pessoal da pesquisadora-2014.

Durante a investigação constatou-se que o antigo posto médico (Crédito-13) estava sendo utilizado como moradia de migrantes, mesmo em ruínas ainda tem seu valor social.

O novo Posto Médico recebeu o nome em homenagem a primeira dama do município de Rorainópolis Ana Nery, e somente na gestão de Otília Pinto a médica foi homenageada com o nome do posto médico de Maria Yandara de Carvalho.

As palavras de Elci Brandão, funcionária do Inkra que conheceu de perto a realidade do movimento, salientam:

O próprio Professor Hausen trabalhou na construção do pavilhão, entre 1977-1979, nas casas do motor de luz, dos funcionários, refeitório. Como não havia verbas, muito menos pessoas para trabalhar, as construções foram realizadas em forma de mutirões entre funcionários, colonizadores e outros interessados no desenvolvimento do espaço. Digo isso por ter participado de perto do andamento daquelas ações, inclusive organizamos uma exposição que apresentava muitos trabalhadores naquela construção. Pena que tudo isso tenha sido esquecido, mesmo as fotografias não sei onde estão, mas era a oportunidade de mostrar esta história para quem ainda não conhece e ver de perto quanto se lutou para a implantação das melhorias do projeto (30/07/2015).

Na verdade, esta é uma parte histórica provavelmente desconhecida do assentamento CSFV, marcada pelo silêncio e revelada pelas narrativas dos pioneiros nessa pesquisa. A falta de registros e cuidados com os poucos existentes, são barreiras que impedem de avançar um pouco mais na história a respeito da construção da sede do INCRA e seus anexos. Esses documentos, e de modo geral a escrita da História em qualquer tempo, têm suas particularidades.

A escrita da História é claramente uma construção, nós ligamos pedaços do que nos chega às mãos através dos séculos de forma a criar um quadro convincente do passado. Mas aquele quadro é igualmente uma reconstrução. É esta tensão

muito esperada no município, o que veio suprir a necessidade da população com atendimento moderno e mais eficiente.

intrínseca—a obstinada e a seguidamente inexplicável interação desses dois princípios – que dá ao estudo da história sua característica especial (GINZBURG, 2005, p.8).

Ao pensar a importância da prova, convém lembrar que a história e sua construção também surgiram a partir de documentos escritos através dos séculos, sendo esse elemento propício à conexão da memória entre o passado, a história, e sua construção no presente.

Os estudos dos arquivos possibilitaram identificar que as colônias agrícolas deram abertura para a criação de muitos aglomerados, incluindo as três agrovilas existentes no município de Rorainópolis: “as colônias agrícolas de Jundiá, Equador e Santa Maria do Boiaçu, estas com 440 lotes e quatro estradas vicinais” (IBGE 2005, p. 43). Além disso, a pesquisa mostrou que havia vários órgãos administrando as terras em Roraima antes de serem transferidas para o INCRA.

Nº	Órgãos	Hectares de terras
01	FUNAI (terras indígenas)	10.401,84 mil hectares
02	IBAMA (reservas ecológicas)	1.887,99 mil hectares
03	EXÉRCITO (segurança nacional)	274,75 mil hectares
04	UNIÃO (terras públicas)	7.624,21 mil hectares
05	ESTADO DE RORAIMA (terras públicas)	2.241,18 mil hectares
06	Total	22.429,97 mil hectares

Tabela 1- Lista dos órgãos que pertenciam às terras de Roraima. Fonte- Freitas 2009.

Diante do exposto, Alexandre Magno Diniz enfatiza que:

As primeiras colônias da administração do INTERAIMA, consta de 1976, no município do Alto Alegre e pelo INCRA verifica-se sua integração a partir 1987, com o Projeto de Assentamento Paredão no qual fora beneficiada cerca de 1. 375 famílias, sendo distribuídos 312 lotes no total (DINIZ, 1997, p. 160).

Corroborando com Diniz, Magalhães (2008, p. 102) explica que “a base desses assentamentos no Território foi à colônia de Projeto de Assentamento Rápido/PAR, Alto Alegre, Apiaú e Baraúna, próximas a capital de Boa Vista e, ao sul, Projeto de Assentamento Dirigido/Anauá, Jatapu e o PAR/ Jauaperi”.

Os referidos autores observaram esse processo como uma forma de desafio para os pioneiros ocupantes das terras roraimenses. Na busca por melhores condições de vida, centenas de migrantes se instalaram em qualquer espaço sem a preocupação de avaliar os futuros prejuízos e problemas que enfrentariam:

Essa ocupação pioneira se deu pela estrada recém-aberta, e a partir dessa ocupação espontânea, a administração do município de Caracará ficou encarregada de dirigir a migração e a colonização, adotando medidas de distribuição de terras, para evitar os então assentamentos espontâneos (SILVA, 2007, p.133).

Essa problemática é discutida por outros estudiosos que apontam o assentamento como não somente a posse de um pedaço de chão, mas também a necessidade de se constituir toda uma política social e econômica em torno dos beneficiados, de uma estrutura que ofereça condições de permanência na terra, como a escola, a eletricidade, o lazer, o transporte e outras necessidades básicas e inerentes às políticas públicas para o processo de assentamento e suas relações.

A política de assentamento, portanto, oferece condições necessárias, mas insuficientes para garantir o crescimento socioeconômico dos assentamentos. Variáveis fundamentais estão fora do controle da política do assentamento, e não está, ainda, constituída de forma minimamente satisfatória, uma política nacional de apoio à agricultura familiar. O que se verifica é a ausência de instrumentos de políticas agrícolas adequadas, bem como de um sistema de seguro rural abrangente (ANDRADE, PEREIRA, 2000, p. 45).

Na verdade, o interesse dos migrantes, que se deslocaram de suas terras de origem, estava além de seus desejos: uns na busca do ouro e pedras preciosas; outros por um emprego nas estradas que estavam sendo construídas.

De certa forma o senhor Valentin concorda que, apesar da existência do assentamento, os lotes que foram invadidos pelos moradores somente foram cadastrados e legalizados depois da chegada do Professor Hausen, em 1977, que também se mostrava preocupado com tanta gente em toda extensão da BR 174 e as condições de sobrevivência das famílias.

Quanto à postura do Professor Hausen Valentin assegura:

[...] Ele era organizado, tratava todos nós com muito respeito e dignidade. Nunca deixou a gente desanimada, fez a gente entender que a terra era um direito nosso. O projeto estava aprovado, as terras vazias e em grande quantidade a gente precisava esperar e acreditar que ela seria dividida entre quem precisava dela. Moisés conhecia todos pelo nome, e nos conscientizava que a gente não era invasora, mas pessoas carentes das necessidades básicas, moradia, respeito, trabalho, educação e saúde (06/07/2015).

Naquele momento a posse da terra representava uma realidade para aqueles homens desbravadores, que se revelaram esperançosos no trabalho e no desenvolvimento do lugar, algo quase impossível se olharmos para a situação dos migrantes no contexto político da época. Valentin confessa:

Entre 1978-1979 trabalhei no garimpo junto com outros colegas da BR 174, ganhei dinheiro, e quando retornei à escola funcionou normal pela primeira vez. Com o dinheiro construí um novo salão todo de madeira da velha casa escola na gestão de Otomar de Sousa Pinto, que também contribuiu para abertura das vicinais 06, 05, 07, 08, 17 e 28. Enfim a maioria das vicinais foi construída em seu governo (Valentin 06/07/2015).

De fato as terras foram legalizadas e entregue aos interessados, porém de acordo com os Relatórios de Vistoria INCRA, 1999, a ganância de alguns grileiros minou o propósito da posse das terras para quem de fato tem necessidades e pode cultivá-la. Verificamos que no início do século XXI uma única pessoa chegou a possuir dez lotes em diferentes estradas vicinais do assentamento Anauá.

As promessas de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes tinha uma correspondência real; muitos migrantes conseguiam de fato ascender socialmente e só assim ela adquiria força de uma ideologia motivadora e mobilizadora (LIMA & VALE, 2001, p. 3).

A reforma agrária, na região em questão, pode ser considerada uma possibilidade de integração, considerando-se as necessidades econômicas dos colonizadores que ali se estabeleceram e promoveram o desenvolvimento, em vários aspectos, dos lugares que ocuparam durante esses quase quarenta anos.

Do ponto de vista dos autores Bergamasco & Norder (1996), foi e, é, importante a oferta de benefícios pelo governo para que os camponeses tivessem condições de desenvolver seus trabalhos a partir do uso da terra, e assim virem a prover as necessidades básicas da família quando assistidas.

A criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (Op. cit., p. 7).

A fase inicial de colonização e o reconhecimento da região pesquisada se constituíram num processo lento e descontínuo, iniciado pelos migrantes na ocupação da BR 174, a espera parece longa, no entanto, os primeiros camponeses não desanimaram e as políticas públicas chegaram ainda que de maneira lenta.

O INCRA estabelece seu programa de apoio à colonização e, com ajuda dos políticos locais, desenha um projeto de colonização com metas a cumprir, cujos objetivos principais eram: regularização fundiária, assentamento de novos colonos com a expansão de projetos já existentes e criação de outros, concessão de créditos para produção agropecuária, construção de caminhos vicinais, organização de cooperativa, assistência técnica aos colonos e supervisão de crédito. Estes assentamentos teriam 15 anos para se emanciparem. Na prática, estes critérios ficaram longe de serem cumpridos (MOURÃO, 2008, p. 4).

Em relação ao propósito dos PAD/CSFV possivelmente diante das dificuldades que o projeto enfrentou mostrou-se incapaz de consolidar suas metas quanto ao assentamento das famílias, financiamento, escolas, máquinas agrícolas, sementes e considerada produção.

No estudo dos parques arquivos a que tivemos acesso na Superintendência do INCRA-Boa Vista, o documento examinado não esclareceu as dúvidas quanto à data exata do início da prestação de serviços sociais no assentamento, muito menos da implantação das primeiras escolas, salvo as informações dos pioneiros.

1.4 Os sussurros da Comissão Especial

Com o propósito de criar novos projetos de assentamentos, a Coordenação Geral do INCRA, com sede no Amazonas, após estudos técnicos, criou a Comissão Especial para realizar estudos de demanda na região Norte de Roraima. A Comissão foi composta pelo Professor Hausen, presidente, juntamente com três funcionários do INCRA: Maria de Fátima Barreto Rebouças, engenheira agrônoma, João Guido de Souza, técnico agrícola, e Berenice Bastos Paiva, técnica em contabilidade, todos pertencente ao então PAD/CSFV.

Diante da crescente migração no Território, o departamento de Recursos Fundiários resolveu:

Sob a presidência do primeiro, realizar-se-á estudos básicos, de recursos naturais, existência de mercado interno e externo, centros de exportação à distância, existência de fluxo migratório natural, bem como de relações de trabalho e produção nas então localidades de Normandia e Bonfim atuais municípios da Região Norte de Roraima e município de Boa Vista Território Federal de Roraima (ORDEM DE SERVIÇO. INCRA/CR 15/ N° 036/77).

O estudo visou apresentar alternativas para a futura implantação de novos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) que viabilizasse o atendimento das necessidades observadas por aquela comissão. O Relatório teve um curto prazo para ser concluído, o período de 27 de julho a 20 de agosto de 1977, tendo em vista o trabalho intenso e acelerado pela urgência de sua conclusão.

Desse modo, é importante compreender o PAD/CSFV embrionário que marcou a identidade do novo lugar, sendo o Professor Hausen um dos mentores e o líder empenhado no desenvolvimento da região. Após os trabalhos da Comissão, o Professor Hausen se juntou aos líderes da rodovia BR 174: Gentil Carneiro, Domingo Preto, Francisco Carvalho, João Rosa, Zacarias Alexandre, Valentin Bauduino, Abdias Pereira, Israel Alves, José de Arimatéia (Juruna), Félix, Raimundo Carvalho (Zé Professor), Albertina, Manoel Nazaro, Chico Velho,

Vitório, Vange, e muitos outros que ali já habitavam. Junto a eles, passou a ouvir as reivindicações das lideranças e a tomar providências junto à Direção Nacional do INCRA, com sede em Manaus, para solucionar os problemas vividos pelos ocupantes da terra.

Professor Hausen, após fazer um diagnóstico da situação dos ocupantes da BR 174, discutiu junto aos seus superiores e tomaram importantes decisões, dentre as quais o nome de uma gleba, em homenagem a um funcionário do INCRA e outras providências.

Sugeri a liderança do INCRA fazer uma homenagem ao primeiro funcionário da unidade que morrera queimado atrás do barracão de apoio dessa Unidade, dando o nome da Gleba BR 174, de Pedro Clementino, o que logo foi acatada por seus superiores. Reservar e documentar os lotes 130 e 135 que confrontavam-se em linha reta as sub-glebas A e B (vicinais 1 e 2) que mais tarde se tornou parte do centro urbano do município de Rorainópolis. Ainda alterar a denominação de PAD/Coronel Salustiano de Farias Vinagre homenagem feito a um conceituado militar de Brasília, para então se chamar Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (NETO, 2008, p. 6).

Como Executor da unidade, o Professor Hausen parece-nos visionário, pois favoreceu as mudanças necessárias ao PAD/CSFV no sentido de assentar os migrantes, principalmente os que tomavam conta de toda extensão da BR 174 e que há muito tempo esperavam pela legalização dos lotes. Possivelmente, o projeto de assentamento CSFV, sem o devido planejamento, se tornou infrutífero, viabilizando novos modelos de projetos de assentamentos e estratégias para assentar os migrantes e desenvolver o território roraimense.

A dinâmica da posse daquelas terras compreendeu muitos conflitos junto ao Comando Militar da Amazônia, em função dos guardiões das rodovias (os militares) entenderem que os colonizadores deveriam ser retirados, visto que se autoassentaram em toda extensão da BR 174³⁶, sem nenhuma forma legal de posse das terras e organização.

Esse fato pode ser lembrado nas narrativas do senhor João Rosa de Sousa, agricultor aposentado, que chegou a BR 174 em novembro de 1976. Veio para a BR 174 aos 42 anos de idade em busca de trabalho e terras, adquiriu à função de contador de “bueiro”, tendo como chefe os senhores Gentil Carneiro e Mariano Carneiro, pioneiros na ocupação das terras do movimento ainda em 1974. Ele afirmou ter trabalhado um ano e alguns meses na construção

³⁶Segundo Tomaz Emiliano o autoassentamento se deu principalmente entre a Vila Jundiá, na divisa de Roraima com Amazonas, até as mediações do Rio Baruana, no entroncamento do km 500- a Vila Novo Paraíso, região do Caroebe, e na BR 210, preenchendo toda extensão dos 82 km até São Luís.

da rodovia o que lhe rendeu um bom recurso para construir seu tapiri³⁷ e trazer a família que havia deixado no município de Mucajaí.

O senhor João afirmou que os colonizadores se sentiam ameaçados pelo Regime Militar de serem expulsos das terras, pois não se mostrava satisfeito com a forma de povoamento do lugar, sem organização e legalização dos terrenos, exigindo do Comando Geral que se retirassem os colonizadores da região e os mandassem para a colonização de Normandia.

Um dia os soldados chegaram prontos para nos expulsar das terras, a mando do Comando Militar de Roraima, foi um Deus nos acuda. Quando Gentil Carneiro soube, nos mandou plantar de tudo, e quando o Exército chegava às proximidades dos lotes à gente corria para o mato. Assim passaram-se muitos meses até resolver a situação junto ao INCRA e o 6º BEC. Naquele tempo estava nos meados da Ditadura Militar em Roraima, o Exército comandava tudo, era perigosa a desobediência; à solução foi esconder-se até passar o perigo. Quando Otomar assumiu o governo as coisas começaram a ser diferente (20/07/2015).

Ao que tudo indica, os assentados enfrentaram, além dos desafios da floresta, a luta armada dos militares, visto que os migrantes estavam decididos a permanecer na terra que se dizia “vazia”. Ceder não fazia parte dos planos dos ocupantes, já que o tempo gasto nas benfeitorias dentro dos lotes indicava um trabalho árduo, primitivo e intenso.

A partir das entrevistas dos pioneiros, observamos que a decisão de ficar era compartilhada pelo grupo. Estes pormenores indicam as diversas formas como se deram o processo de assentamento e a chegada dos migrantes às terras da Amazônia Setentrional, em meados da década de 1970.

1.4.1 O projeto de assentamento dirigido Anauá: criação e legalidade das Terras de Roraima

Tendo em vista os estudos realizados pela Comissão Especial, após quase quatro anos, os técnicos do INCRA, dentre eles o Professor Hausen, detectaram a ineficiência do

³⁷É uma palavra indígena e define uma palhoça provisória que abriga lavradores, usada pelo seringueiro para cobrir a fôrnalha e defumar o látex. Dicionário <http://www.dicionarioinformal.com.br/tapiri>. Acessado em 15 de janeiro de 2016. No caso do tapiri que fala o Sr. João, era uma espécie de casa feita toda de palha, sem piso, sem janelas, com madeira roliça e um único cômodo.

PAD/CSFV, e assim foi necessária a criação do novo Projeto de Assentamento Dirigido Anauá PAD/ANAUA³⁸, sob a Resolução INCRA nº 095 de 11 de junho de 1979.

Em relação à criação do novo projeto de assentamento o Conselho de Diretores da Instituição assim deliberou:

Modificar a Resolução/INCRA, nº 141, de 07 de outubro de 1975, que autoriza a criação e a implantação de Projeto de Assentamento Dirigido Cel. Salustiano de Farias Vinagre com sede no município de Caracaraí- RR para novas localizações e designação. II – atendendo às necessidades do fluxo migratório para o T.F de Roraima, a área ficará localizada dentro dos seguintes limites: - ao norte pela rodovia Perimetral Norte (210); - ao sul pelo igarapé do Jaburú e pelo rio Jauaperi; - ao oeste pelos rios Anauá e Baruana; ao leste pelo rio Jauaperi. Atendendo ao mais significativo acidente geográfico da área, passa o referido Projeto a denominar-se Projeto de Assentamento Dirigido- PAD Anauá (INCRA, 1979, p. 7).

A pesquisa mostrou que a criação do novo projeto teve seu ápice em função dos estudos da Comissão Especial, atrelada a forte massa migratória em função da integração da Amazônia advinda da construção da BR 174, e assim os técnicos observaram uma grande demanda para instalação de novos projetos de assentamentos. Possivelmente à necessidade de uma nova estrutura para o projeto já existente³⁹.

A partir dos estudos de área se procurou reorganizar a situação existente ao longo da BR 174, um sério problema em meio ao bioma amazônico, com necessárias medidas de intervenção para resolver a problemática dos migrantes. Quanto ao documento, é importante lembrar as palavras de Le Goff (1990, p. 470): “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Nesse sentido, têm-se nos arquivos documentais da instituição parte dessa história, desse movimento atrelado às decisões das autoridades federais em garantir a legalidade do novo projeto.

³⁸ O projeto detinha uma extensão territorial de 221. 832. 2046 (duzentos e vinte um mil, oitocentos e trinta e dois hectares, vinte ares, e quarenta e seis centiares), com capacidade para o assentamento de 3.460 famílias, dos quais 3.087 já se encontram assentadas, conforme cadastro e organização dos parceliros no mapa.

³⁹ O projeto detinha uma extensão territorial de 221. 832. 2046 (duzentos e vinte um mil, oitocentos e trinta e dois hectares, vinte ares, e quarenta e seis centiares), com capacidade para o assentamento de 3.460 famílias, dos quais 3.087 já se encontram assentadas, conforme cadastro e organização dos parceliros no mapa. O nome faz alusão ao extenso Rio Anauá uma das mais importantes referências fluvial do Sul de Roraima. O rio Anauá corta toda área do município de Rorainópolis, sendo de fundamental importância para a pesca, o abastecimento da rede de água da cidade, e o lazer, em suas belas corredeiras, cocheiras e praias, além da paisagem exuberante, peixes e crustáceos. O nome também se justifica pelo maior parque de lazer de Roraima com infraestrutura de esporte, lazer e outros serviços. O parque dispõe de: anfiteatro, forró-dromo, centro de artesanato indígena, galeria de artes, escola de música, escola para alunos especiais, museu, horto florestal, um lago natural, fonte luminosa, ginásio poliesportivo, kartódromo, pistas para Cooper, aeromodelismo, motocross, skate e bicross, lanchonetes e restaurantes.

Pela leitura e interpretação do Diário Oficial de 30/08/1979, consta-se, após dois meses e vinte dias da transformação do novo projeto de assentamento, o Presidente do INCRA resolve assim:

Designar Hausen para exercer a função de confiança de Chefe da Divisão Territorial Técnica de Roraima, da Coordenadoria Regional do Extremo Norte - CR-15, Código LT-DAS-101.1, constante da Tabela Especial Permanente deste Instituto, de que trata o Decreto nº 79.973 de 14 de julho de 1977, e II revogar a Portaria nº 779, de 02 de agosto de 1976, publicada no D.O. de 10 de agosto, que designou o referido servidor para Executor do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Vinagre (D.O. de 05/09/1979. Fls. 4.938).

O cargo que corresponde a Superintendência⁴⁰ Regional do INCRA, a maior autoridade da Unidade nos Estados. Os trabalhos do Professor Hausen, junto às lideranças dos colonizadores da BR 174, atrelados à relevância do novo projeto parecem ter promovido estratégias para a construção dos novos espaços na Amazônia, com o “ideal de assentar, e ocupar os vazios demográficos em áreas da faixa de fronteira e de segurança Nacional na Amazônia e atender aos fluxos migratórios dirigidos ao então Território Federal de Roraima⁴¹” (INCRA, 2006, p. 1).

Em situações históricas, de acordo com Thompson (1992, p. 20), “a história oral é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante a história oral pode certamente ser um meio para transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história”.

No contexto deste estudo, as palavras do senhor Valentin são a certeza que a oralidade constrói a História por diferentes caminhos. Para ele, o fato de possuir essa quantidade de terra é algo inacreditável para quem nada possuía no Piauí.

Em suas narrativas, o senhor Valentin recorda que no assentamento a vida se mostrou difícil a princípio, mas ainda assim não voltaria para sua terra de origem no Piauí, onde a miséria era muito pior do que a vida em meio à floresta isolada, à ausência de transporte, comunicação, saúde, educação, água potável e energia elétrica. A falta destes bens básicos não se mostrou um transtorno para aqueles moradores no sentido de desistir da luta.

Quando o Professor Hausen iniciou seus trabalhos, os colonos eram assentados de início às margens da BR 174, sem nenhuma estrutura de estrada, escola, condição de moradia, mas mesmo assim a gente sentia uma grande felicidade de viver nesse

⁴⁰ Mais detalhes ver Diário Oficial da União, nº38, 1979, p. 41.

⁴¹ Em Rorainópolis, a política de assentamento, segundo as afirmações da SIPRA/INCRA-RR, 1999, garante que os assentamentos do projeto Anauá começaram somente a partir de 1979, o que não justifica os cadastros e quantidade de pessoas espalhadas às margens da BR 174, as áreas desmatadas, os plantios das diversas lavouras, e a construção das moradias desde 1976, fatos verificados através da folha cadastral, bem como dos Títulos de Posse da Terra estudados.

lugar (...). Quando não havia mais lotes na estrada da BR, então Moisés (Hausen) começou a abrir as picadas para construir as entradas nas vicinais com início na beira da BR 174 e fundiária a dentro e assim transformou estas picadas em lotes de terra e assentamento para milhares de migrantes que iam chegando sem nenhuma condição de se manter no lote. Não tinha nenhuma ajuda de custo, era um mucuim⁴² dentro de um gigante, a floresta com suas surpresas, as cobras, onça, porcão, lacraus e formigas de muitas espécies. (...). E professora, anota aí - eu caminhava 28 km para fazer compras na beira do Rio Anauá, e fui o primeiro morador desse trecho a comprar uma bicicleta (Valentin Bauduino, 06/07/2015).

O colono aqui expressa sentimentos ancorados no abandono, o destino de quem é migrante, sofredor, lutador, guerreiro, aquele que não perde a esperança. Considerados produtos do meio, uma espécie de organização que ocupa os espaços combinando os trabalhos às intempéries da vida, vistos como invasores desordeiros, sem a menor consideração como seres humanos pelas autoridades do território.

Para os “colonizadores” a busca pela terra em Roraima não representava um momento, mas um grande movimento de pessoas que buscavam seus interesses pela posse da terra, e, para isso, o grupo enfrentou muitos desafios, embora as cicatrizes permaneçam indiretamente.

Para tanto, precisavam de mobilização, da organização da malha rural como desafio a serem superados no meio da mata bruta, cheia de riscos, mas que provia suas necessidades básicas, ainda que de maneira rudimentar e demorada. Em outras palavras Neto, (2008, p. 7,) assegura que a situação somente melhorou de fato a partir da década de 1990:

As dezenas de picadas⁴³ feitas no meio da floresta amazônica pelos topógrafos, posteriormente transformadas em estradas vicinais com diferentes quilometragens e com pontes de madeira, possibilitaram diversas melhorias, uma vez que embora o difícil acesso fosse uma realidade até por volta de 1990, quando as melhorias nas estradas vicinais começaram a ser realizadas, promovendo a escoação da produção, o acesso ao transporte e à escola em parte das vicinais.

Esse processo de abertura e legalização das terras levou pelo menos dois anos para que os assentados recebessem apoio financeiro. Os agricultores foram assentados somente com a garantia de 25 hectares de terra, muitos dos quais em lugares de difícil acesso, como brejos à beira do rio Anauá ou do rio Jauaperi, é o caso dos assentados da estrada vicinal 28, que alaga durante todo inverno, impossibilitando o tráfego de veículos, o plantio das lavouras, o funcionamento da escola e, por vezes, atingindo até as residências, que se tornam inabitáveis.

⁴² O mucuim é um nome popular dado à larva de um ácaro pertencente à família *Trombiculida*; ataca os seres humanos e outros vertebrados, causando dermatite e reações alérgicas graves. São de cor vermelha e possuem quatro patas. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/mucuim/.

⁴³ Picada é um caminho aberto, geralmente a foice ou facão, numa mata Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/fim%20da%20picada/>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

Nesse labirinto simbólico dois pontos chamam a nossa atenção sobre esta história: o silêncio dos sujeitos construtores desses lugares e a falta de registros, ou seja, um memorial descritivo que pudesse guardar a história dos colonizadores e indicar a origem, a data de chegada, e a relação com a construção dos espaços físicos e o desenvolvimento do PAD/CSFV.

Historicamente isto, nos remete à obra de Michel de Certeau (1976), “A escrita da História”, no sentido de que todo lugar tem sua história, pois na medida em que vai sendo habitado, construído por seus moradores, também vai se modificando e modernizando com muita naturalidade, pois as mudanças fazem parte do cotidiano, do tempo, do espaço e do lugar social em que convivem as pessoas. “A articulação da história sobre um lugar é, para a análise da sociedade, sua condição de possibilidade” (DE CERTAU, 1976, p. 27).

Refletir sobre o contexto histórico do assentamento, nas palavras dos especialistas abaixo vale lembrar:

Diante da ampliação da fome e da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e de reduzidas taxas de crescimento econômico, sobretudo nos países com elevados índices de pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo, e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas (BERGAMASCO, 1996, p. 8).

Ressaltamos que, diante da estrutura espacial e as queixas dos colonizadores, o território assentado era extenso, não havia profissionais disponíveis e preparados para legalizar a doação das terras, organizar os assentados, trabalhar na melhoria das estradas, dos lotes, das técnicas de cultivo; mesmo assim, esse foi o caminho que milhares de migrantes brasileiros encontraram para fugir dos problemas de seus lugares de origem e se refugiar no campo.

Com capacidade para 3.460 unidades agrícolas familiares, o assentamento do sul de Roraima propiciou a criação de um núcleo urbano, a Vila do Incra, posteriormente o espaço denominado bairro centro, sendo essa malha urbana constituída da identidade do município de Rorainópolis em 1995. Essa emancipação refletiu diretamente no PAD/Anauá e seu desenvolvimento direcionado aos migrantes nordestinos. “Sendo a vicinal 2, por exemplo, a principal avenida da cidade (INCRA, 2006, p. 1).

No que se refere à estrada vicinal 2 e sua importância para o assentamento vale analisar o mapa abaixo (Figura-1) e perceber o trajeto da Avenida Dr^a Maria Yandara a principal avenida da cidade e seu percurso urbano, com início na BR 174, a partir da entrada da vicinal 01, atravessa toda a cidade, e quando adentra a área rural, denomina-se estrada vicinal 2.

A Tabela-2 (abaixo) indica os diversos projetos de assentamentos localizados em Rorainópolis, suas respectivas estradas vicinais e a quantidade de famílias assentadas (RESOLUÇÃO, INCRA. art.2).

Ainda sobre o projeto de assentamento Anauá, BARROS (1995) descreve a situação física do projeto e apresenta um mapa em forma de “espinha de peixe” para melhor compreensão do espaço colonizado e sua constituição e inúmeras estradas vicinais em todas as direções da BR 174 (Anexo G).

Nº	Projetos de Assentamento	Estradas vicinais	Famílias assentadas	Município	Área/há	Criação
						Data
01	PA- Anauá	01,02, BR 174/ lote 42 ao 322	394	Rorainópolis	221.832, 2046	07/10/1975
02	PA- Ajuri	18, 16 ,39,40,38	80	Rorainopolis	12.949,8615	07/12/1976
03	PA- Integração	03, 04,05, e 26	155	Rorainópolis	Xxxxxxxx	xxxxxxx
04	pa - Caju	1/A Rabo da Cobra	50	Rorainopolis	7.108,5190	13/04/1977
05	PA- Curupira	11,13	89	Rorainópolis	9.815,2571	13/04/1977
06	PA -Juari	03,10,19	88	Rorainópolis	16.565,3215	07/12/1976
07	PA- Maguari	32,36,06,28,08	76	Rorainópolis	11.798,9392	13/04/1977
08	PA- Pirandirá	07,17,26	62	Rorainópolis	9.693,6727	13/04/1977
09	PA- Campina	34,04, 25	76	Rorainópolis	12.113,5846	13/04/1976
10	PA- Monte Sinai	12,10,14	96	Rorainopolis	16.415,1584	07/12/1976
11	PA- Sucuriju	41,42,43,44	296	Rorainopolis	16.013,6043	27/10/1982
12	PA -Tucumã	09,27	70	Rorainopolis	12.403,3750	13/04/1977
13	PA -Garapajá	14/A, 29	52	Rorainopolis	9.951,9751	04/12/1976
14	PA- Jenipapo	05,33,35	43	Rorainopolis	4.412,6066	13/04/1977
15	PA- Muriru	30,37,31	101	Rorainopolis	9.688,2589	13/04/1977
16	PA -Tepurema	15,20	57	Rorainopolis	9.033,6026	27/10/1982
Total	16- PAs	Estrada Vicinais-57	2.183	Rorainopolis	1.549.658,512.9498	xxxxxxxxxxx

Tabela 02- Relação nominal dos novos projetos de assentamento a partir da divisão do PAD/ANAUA. Fonte- Unidade Avançada INCRA- Rorainópolis – RR 21/01/2015. Adaptação da pesquisadora.

O design dos projetos de assentamento rural em todo o sudeste seguiu o modelo de “espinha de peixe”, sendo as colunas as BRs mencionadas [...] A colonização na área do PAD Anauá, Novo Paraíso, Martins Pereira, Rorainópolis, Nova Colina (BR 174), sendo que o mais antigo sofreu intensamente nos últimos 17 anos os efeitos do mercado de terras e acumulação fundiária, e é hoje reputada como sobremaneira afastada do padrão original de lotes de 100 hectares aproximadamente (Op. cit., p. 213).

Nesse processo fundiário, metragens dos lotes e suas mudanças, as novas políticas públicas do assentamento tiveram papel fundamental durante a administração do Professor Hausen e sua continuidade se deu na administração de outros executores nessa trajetória de mais de 40 anos. As marcas históricas do assentamento têm origens nas picadas, tapiris, aglomerados e as vilas lugares povoado pelos migrantes. E tanto as vilas como as estradas

vicinais, sempre foram organizadas em função da liderança do assentamento e executores do INCRA.

1.4.2 A luta dos pioneiros pelas políticas públicas do assentamento

A pergunta que não quer calar. O que fez os migrantes permanecerem nesse lugar diante de tantas lutas? É necessário esclarecer que os trabalhos desenvolvidos pelos colonizadores em seus lotes, as benfeitorias (casa, roça, currais, plantio etc.), garantiam sua permanência no espaço, assegurando-lhes o domínio da propriedade, considerando a legitimidade do trabalhador rural e a melhoria da condição de vida das pessoas do movimento. Historicamente os assentados também insistiam em lutar pelo financiamento, ferramentas de trabalho, escola e transporte.

Esta luta pelo social permitiu aos colonizadores vivenciarem novas experiências ligadas ao processo de transformação da malha geográfica, fato esse que exigiu a garantia de políticas públicas no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades junto às comunidades agrícolas, que viam na agricultura um elemento que caminhava dentro do Território, do assentamento gerando economia interna de mercado e favorecendo a riqueza da região.

Diante da luta dos colonos pelas políticas públicas, devemos considerar os estudos de MOURÃO (2008) sobre as políticas desenvolvidas pelo INCRA, no sentido de garantir os direitos oficiais dos assentados em Roraima.

A política é um fato inerente à ação oficial no que diz respeito à colonização empreendida e desenvolvida pelo INCRA. Essa forte relação política com os projetos de assentamentos se inscreve no interesse político em apoiar os colonos que espontaneamente vão se assentando, distribuindo-lhes parcelas (lotes), sem que de fato haja uma colonização. Tanto no Sudeste como em todas as regiões de Roraima, a Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima, depois ITERAIMA –Instituto de Terras do Estado de Roraima- e o INCRA são os condutores dos assentamentos (MOURÃO, 2008, p. 4).

Os indicadores sociais demonstram que o projeto de assentamento Anauá, seguiu os mesmos padrões de estrutura física, política e econômica dos demais projetos de assentamento do Território, muito embora as necessidades básicas dos migrantes tenham sido negadas desde sua implantação. De início, assegurava-se a abertura das estradas vicinais, escolas, financiamento, profissionais técnicos, administrados pelo INCRA em consonância com os governos do Território Federal de Roraima.

Nos documentos analisados não identificamos o processo de desenvolvimento da agricultura familiar, muito embora os camponeses plantassem grandes extensões de terra com uma variedade de produtos. O problema estava no escoamento da produção, para quem tinha interesse em comprar a produção, devido ao transtorno do transporte e das estradas para a escoação em massa de arroz, milho, mandioca e castanha. Para Bergamasco (1996, p. 42), “diante desse quadro, os assentados procuravam estabelecer diversas estratégias de produção e reprodução social, desde a formação de modernas cooperativas agropecuárias até a orientação da atividade agrícola para as práticas de subsistência alimentar da família”.

Desse modo, os moradores se sentiam na obrigação de lutar por melhores condições de infraestrutura - o que possivelmente aconteceu com o desenvolvimento e organização espacial da malha urbana (capítulo dois) - para enfrentar às dificuldades encontradas em seus lotes e vicinais de origem, em função das políticas do assentamento.

Vale lembrar que as públicas, embora demorada, favoreceram o escoamento da produção, do arroz, da mandioca, da castanha, do milho e da banana, produtos agrícolas que passaram a abastecer o mercado regional, local e, principalmente, a capital do Amazonas.

O arroz em todo Estado de Roraima, uma referência da cultura nordestina, desde o início da colonização produziam em grande escala em seus lotes de terra. Entre as décadas de 1980-1990, houve importantes produtores de arroz em Roraima, incluindo a festa do arroz em Rorainópolis com prêmios para o maior produtor do ano.

Prado Júnior, observa:

Uma tal estrutura, e distribuição da propriedade fundiária - aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização - faz com que, de um lado, uma considerável parcela de população rural se encontra insuficientemente acanhada, e não disponha de terras suficiente para sua manutenção em nível adequado (PRADO, 2007, p. 17).

Nesse processo de colonização das terras se pode destacar a Vila do Incra como um lugar que em seu início apenas representava um caminho que levava até a capital Boa Vista e a outras cidades já existentes à beira da rodovia, um lugar sem muita importância geográfica.

Acreditamos que o trabalho de homens veterano como: Gentil Carneiro também contribuiu para as mudanças, o líder compreendia que o trabalho para os migrantes favorecia a permanência e os interesses de buscar os familiares nas regiões do Nordeste brasileiro. O senhor Gentil era natural do Estado de Goiás, e juntou-se aos demais migrantes no ex-

Território Federal de Roraima em 1970, juntamente com a esposa e os dez filhos. Assim como os demais pioneiros veio em busca de trabalho na rodovia e melhores condições de vida.

Foi esse desbravador o primeiro a inserir o jogo de bilhar em Boa Vista, com falência do negócio encontrou trabalho no 6º BEC, fez amizade com o Major Basílio e Major Ceroa responsáveis pela parte de engenharia da BR 174. No entanto, foi o Tenente Cardoso que lhe ofereceu trabalho, dessa forma adquiriu confiança dos militares, dos políticos e ocupantes da BR 174, e durante mais de trinta anos desfrutou de grande influência política em Roraima, na Vila do Incra residiu por mais de vinte anos.

E junto com seu parceiro de luta Domingo de Sousa (Domingo Preto)⁴⁴ constituíram uma dinâmica na construção dos primeiros barracos desse trecho da rodovia BR 174, incluindo o barracão de seu lote próximo ao igarapé do Gentil, historicamente foi esse pioneiro o primeiro a por os pés nesse trecho entre Martins Pereira e Vila do Incra, a derrubar as primeiras árvores desse espaço.

O senhor Gentil foi o primeiro migrante a abrir uma vereda partindo da Vila Martins Pereira para chegar até a sede do INCRA, juntamente com sua equipe de trabalho, quando ainda não havia sinal da BR 174, por volta de 1973, no trecho compreendido entre Martins Pereira e Vila do Incra, essa foi mais uma bandeira de empenho e muito esforço pelos habitantes desse espaço.

E na função de empreiteiro do 6º BEC, organizou abertura da vicinal 1, tendo em vista a existência do projeto, porém não havia mão de obra na construção da vicinal em meados de 1974. Gentil teve grande influência nesse movimento, agregou valores, responsabilidade e justiça social, empregando os migrantes que necessitavam de trabalho faleceu em 23 de agosto de 2001.

Em relação ao seu companheiro de trabalho o senhor Domingo de Sousa a senhora Albertina Rodrigues natural de Olho d' Água das Cunhã no Maranhão acrescenta que:

Domingos foi pioneiro do PAD/CSFV, e veio para Roraima em 1972, e quando chegou conheceu Gentil que logo ofereceu o trabalho de caseiro em seu lote rural, ali Domingos construiu um grande barracão, e também adquiriu um lote central, que vendeu ainda na década de 1990, o local em que foi construída a Churrascaria Carreteira na BR 174 hoje área nobre do perímetro urbano de Rorainópolis. Eu vim somente em 1975, quando cheguei comecei a cozinhar para os trabalhadores da BR 174, depois chegou a Socorro que também teve esta profissão de cozinheira. Domingos era trabalhador, mas, não se mantinha muito tempo em um negócio gostava de garimpos e aventuras, faleceu em 6 de dezembro de 2014. (06/07/2015).

⁴⁴Domingos construiu o primeiro açougue do vilarejo posteriormente vendeu o terreno urbano do centro e adquiriu outros lotes no Bairro Pantanal.

Sob a perspectiva da história, De Certeau (1982) sinaliza a importância do lugar na construção da História, defende que o lugar se caracteriza a partir daquele que realiza a investigação; e compreende o significado do lugar que somente o pesquisador tem autonomia para se debruçar sobre ele, de forma que essa sensibilidade seja a arte que o historiador precisa para fazer a relação entre o lugar e o objeto de estudo.

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar social de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que é circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade, é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam (DE CERTEAU, 1982, p.65-6).

O autor traz para o discurso a importância de se caracterizar e nomear o lugar social que em o pesquisador se insere no diálogo. Nessa relação, esta pesquisa identificou um espaço modificado, em que os sujeitos foram beneficiados pelas propostas de assentamento após lutarem por direitos de acesso e posse da terra, se preocupando não somente com a construção da área rural, mas, sobretudo, com um espaço urbano.

Nessa pesquisa o lugar do assentamento se insere no espaço que a partir de 1982 se intensificaram as obras de infraestrutura, como estradas, escolas nas vicinais, transportes, construção da casa do motor de luz do INCRA. A casa ainda existe (Crédito-14) e se mantém conservada, mesmo sem pintura foi construída na área de terras reservada ao INCRA, em fevereiro de 2016 servia de abrigo para um migrante idoso.

O projeto de assentamento em questão foi formado há quarenta e dois anos (1975-2016) e se constituiu por mais de três mil famílias assentadas em 57 estradas vicinais e em toda extensão da BR 174.



Crédito 15-Primeira casa do motor de luz da Unidade Avançada INCRA. Fonte, arquivo pessoal da pesquisadora, 2015.

Com base nos estudos de Le Goff, (1990), o conceito de História estabelece um elo entre uma história ideológica e uma história objetiva dos sujeitos imbricados pelas narrativas, seja de vida ou qualquer outro acontecimento. Portanto, é importante saber:

Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula. Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas ou seus segredos (LE GOFF, 1990, p. 428).

A história desses atores se mescla com suas necessidades e contribuem para solidificar o PAD/Anauá e seus novos PAs. Uma história que aos poucos o tempo foi apagando e levando seus vestígios, deixando quase nada do que um dia foi considerado à história desses homens e mulheres trabalhadores (as), formadores desse memorial amazônico.

Essas transformações ocorreram não somente pela ocupação dos espaços rurais e urbanos, mas também como elemento gerador de economia e fonte para pesquisas científicas, visto que centenas de pesquisadores têm nessa temática suas produções, contribuindo com a historiografia de Roraima a partir dos estudos sobre os assentamentos de terras da Amazônia roraimense, sendo este um dos focos de minha pesquisa e a contribuição para a história do lugar.

Para os homens que têm a visão de mundo no trabalho, a posse da terra trouxe uma nova sensação, primeiro pelas mudanças que os colonizadores almejavam, mesmo na época em que a “ditadura militar” se fazia presente também no Território Federal de Roraima, com o lema “desbravar para não entregar”. As terras foram distribuídas gratuitamente (em tese) a homens corajosos capazes de desafiar as dificuldades e vencer os obstáculos numa das piores fases de opressão, medo e horror que viveu o país.

CAPÍTULO 2 - AS NARRATIVAS HISTÓRICAS NA VOZ DOS PIONEIROS: NA CRIAÇÃO DO POVADO VILA DO INCRA 1981

*“Quero trazer à memória o que
pode me dar esperança.”
Lamentações 3:21⁴⁵*

2.1 A oralidade espaço da memória, do tempo, da história e da realidade

O objetivo desse capítulo é compreender as interações históricas que emergem em virtude dos “ditos e não ditos”, nas entrevistas dos participantes dessa pesquisa. Entendemos que o tempo passado estabeleceu o silêncio entre os acontecimentos vivenciados pelos pioneiros, e esse texto mostra a partir das narrativas os acontecimentos no processo de ocupação do espaço, da criação do povoado “Vila do Incra” e seu desenvolvimento.

O capítulo foi narrado por quinze participantes de diferentes grupos e funções sociais residentes em diversos lugares do Estado de Roraima. Os participantes serão conhecidos pelos seus respectivos nomes à medida que se desenvolver o texto e suas vozes.

As pessoas entrevistadas fortaleceram, de forma única, o construto histórico dessa história, com pensamentos e sentimentos mesclando-se, as contradições do vivido, por vezes, dando lugar à desesperança dos migrantes, como também às alegrias de possuir um pedaço de chão, fato este que veio a beneficiar as gerações futuras dos pioneiros formadores do vilarejo.

O referido capítulo está organizado em duas partes e cinco subtítulos, todos os textos centrados na oralidade, da memória dos migrantes, no sentido de trazer à tona o marco histórico de suas vozes o qual levamos em consideração os estudos de Meihy, Holanda (2007)⁴⁶, Thompson (1992) e Alberti (2004). E para alcançarmos esta interpretação sobre a memória buscamos os estudos de Pierre Nora, (1993), Le Goff (1990) dentre outros estudiosos do assunto.

Para os autores em questão, o uso de entrevistas como técnica de pesquisa tem propiciado importantes recursos à pesquisa científica, à medida que esse instrumento,

⁴⁵ Bíblia Sagrada: Fontes e Bênçãos Tradução João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada 2ª Edição, 1988, 1993, Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012, p.831.

⁴⁶ Embora eu tenha lido diferentes obras sobre oralidade, a inspiração se volta para os autores na perspectiva de Meihy e Holanda, Alberti e Thompson por entender que eles contribuem com as técnicas desenvolvidas nessa pesquisa em relação às entrevistas. Além disso, autores como Nora e Pollak trazem as vozes da memória dos sujeitos em suas diversas interfaces.

favorece seu prestígio e faz com que mereça atenção na explicação e uso das fontes gerais, a partir de novas interpretações.

Como técnica, o uso das fontes orais confere sentido acadêmico à aplicação das entrevistas que passaram a ser válidas como recursos de separação da história oral, produzida na universidade em oposição às soluções que se valiam do uso mais ‘inocentemente’ ou “livre” das entrevistas (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 71).

Esse imaginário que permite a interpretação dos fatos a partir da oralidade leva a compreender a importância da busca nas fontes e sua interpretação. E nesse aspecto, é importante sinalizar o valor do registro da história oral como metodologia que permite pensar ao mesmo tempo analisar as narrativas, como testemunha dos acontecimentos, e assim possibilita olhar a “história dentro da história” (ALBERTI, 2004, p. 155).

Neste aspecto, o texto compreende o relato construído focado nas lutas da chegada a floresta roraimense, as quais agora transpuseram nesse espaço de lembranças, as memórias daqueles momentos deixando impresso os sonhos, alcançados nesta jornada para não serem esquecidos.

Refletindo sobre a importância do texto vale enfatizar que segundo Le Goff, (1990), os grandes historiadores vivenciaram esse crivo no passado em busca de desenvolver a escrita da história a partir da memória. A história do caçador, os rastros, as pistas, os sinais nos objetos, a Bíblia, são exemplos de história oral de memórias relatadas e escritas posteriormente para o conhecimento de futuras gerações.

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga), como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel (LE GOFF, 1990, p.375).

Assim, os estudos comprovam a relevância da memória e a necessidade humana de tornar consciente seu uso na história do cotidiano, isso tem sido possível a partir da oralidade.

Diante dessa perspectiva há quem afirme que [...] “memória e história” são inseparáveis, e possibilitam a transformação dos fatos. Admite que a memória seja cativada e por vezes manipulada para ser analisada conforme a utilidade que o historiador se propõe. “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

Na visão dos autores acima a história não escolhe o lugar para acontecer, ela é dinâmica e tanto a história como a memória atravessa o tempo pelas práticas sociais, e os

saberes humanos são narrados a partir de suas experiências de vida em determinado tempo e espaços.

Mesmo diante do preconceito com as fontes não escritas, vale lembrar que toda história teve um início, está passou pelo processo da oralidade para chegar ao documento. Assim, a história e as memórias apresentadas nesta pesquisa são as experiências de migrantes que do silêncio trazem suas contribuições para a criação da história do povoado, elevado à categoria de município em 1995 (subtítulo 2.5.1).

2. 2 A difícil chegada: um passado presente nas experiências de vida na Amazônia roraimense

Esse subtítulo aborda as vozes dos sujeitos, que aqui relacionam às histórias de “chegada” a terra desconhecida, os motivos que trouxeram a este lugar distante de sua terra de origem. De fato é uma história de superação nas diversas lutas travadas no decorrer desses anos na Amazônia roraimense.

Do ponto de vista empírico convém salientar que ao realizar as perguntas aos pioneiros e saber quais motivos os trouxeram àquele lugar tão distante de seu lugar de origem, em nenhum momento houve tristeza ou relutância em suas respostas. Pelo contrário, observei em seus gestos e falas o prazer em compartilhar suas experiências de vida especialmente quando informados da importância da pesquisa para a contribuição da história desse lugar.

Dessa forma, compreender a relevância dos relatos orais é dizer que eles são tão verdadeiros e significativos quanto seria uma história escrita, uma análise documental ou um estudo bibliográfico. Nesse contexto as narrativas se caracterizam em função de:

Os narradores ao relatarem suas vidas, imprimem as narrativas um sentido ancorado em uma espécie de destino, de sina, de tal forma que a migração é vista como determinada por um poder invisível, uma lei não escrita por eles, mas que compreendem seu significado para a história do lugar (SILVA, 2004, p.46).

Considerando este texto no contexto dos narradores, procurou-se interpretar os dizeres do senhor João, hoje com 82 anos de idade, e chegou à rodovia com 42 anos de idade, ele informa sua chegada à Floresta Amazônica e disse ter escolhido para ele um lote à beira da BR 174, pois, quando ele chegou não havia a política do assentamento, os homens escolhiam o lugar para fazer o barraco ou permanecia nos alojamentos dos trabalhadores da rodovia até construir um tapiri para a família.

Neste fragmento ele detalha sua chegada explicando os motivos que o trouxe aos confins do país:

Chegamos em 1976, em Roraima, o que me trouxe aqui foi à busca do ouro, da terra fácil de conseguir e o trabalho na rodovia. (...). Primeiro no Maranhão a gente não tinha terra rural, era arrendada e quase tudo ficava para o dono da terra, eu tinha casa, comércio vendi tudo e viajei para Roraima. A gente almejava um pedaço de terra grande para plantar e assim aconteceu. Eu ainda era jovem e tinha disposição para trabalhar na roça, o que sabia fazer muito bem (João, 20/07/2015).

É evidente que essa narrativa é permeada de emoção e de cuidados com o “dito”. O entrevistado acima se posiciona no sentido de pronunciar as palavras, senta, olha para as mãos todo o tempo, e seu semblante é de uma grande seriedade. Olha sempre para trás e pede ajuda da esposa, a quem chama “Dona Divina” na esperança de rememorar outros fatos do passado.

A esposa diz também não lembrar a data importante, mas, que vai tentar buscar junto aos amigos e documentos, o dia exato da chegada ao lugar que ele considera ser um “paraíso” no meio da floresta roraimense, mesmo com toda a devastação da floresta, transformação dos espaços, mudanças, a poluição dos rios, morte dos animais que não se tem mais contato como no início da abertura da rodovia, dos peixes, ainda assim, elogia o lugar.

A esposa anda de um lado para o outro preparando o almoço, parece sentir-se incomodada diante do constante chamado do esposo para auxiliá-lo. No entanto, nada comenta, somente quando seu esposo pergunta, ela responde com monossílabos, mas muito segura quanto às respostas. O silêncio paira no ar, e de repente o senhor João volta seus relatos dizendo:

Meu interesse maior quando resolvi vir embora, na verdade, foi por muitas coisas que sempre havia lutado a escola para meus filhos, segurança, trabalho, moradia, era muita gente para sustentar e pôr na escola (...). O ouro era o sonho de todos nós que saía em disparada para as áreas de exploração dos garimpos de Roraima, muitos colegas enriqueceram, mas outros perderam a vida nas rochas, pela malária, o cano da espingarda ou pela ambição da riqueza (20/07/2015).

Desse modo, não precisa ser garimpeiro para saber que para realizar aquele tipo de trabalho nos garimpos fossem necessários recursos financeiros disponíveis para a compra da passagem, geralmente de avião para os lugares mais distantes e isolados de Roraima, em áreas indígenas Yanomami, nas serras do Tepequém, já que para chegar às áreas de garimpo naquela época, somente a coragem não era suficiente.

Na verdade o senhor João, não desistiu da luta em busca do ouro e das terras. Enquanto o sonho do ouro não chegava, o jeito foi os filhos ajudarem de alguma forma, empregados no comércio, no serviço público, ou trabalhando na venda dos produtos da roça, venda do leite das poucas vacas que conseguiu comprar com o passar dos anos, com a venda

da produção do arroz, da coleta da castanha realizada durante o inverno para vender aos caminhoneiros, e outros tantos produtos cultivados para o sustento da família.

Em parte os produtos também eram vendidos para os consumidores que chegavam em caminhões pau de arara todos os dias, alguns sem nenhuma condição financeira, buscavam se abrigar na casa de conhecidos, amigos, ou parentes pois, ainda não havia uma casa de apoio para os migrantes nesse período.

No entanto, quando construída a casa do Migrante, todos podiam ser hospedados ali, alguns por muito tempo, até obter a terra rural, urbana e as condições para construir. Embora o espaço do barracão fosse de chão batido, cheio de pulgas, uma poeira sem controle, mas para quem não tinha uma casa, ou lote rural aquilo era o único lugar de moradia, um palácio.

Em meados da década de 1980 o barracão ficou para o senhor João da Vera que alugava os quartos, à própria pesquisadora morou ali por dez meses até construir sua casa na Rua José Apolinário em 1989. Esse barracão possivelmente foi à primeira casa de aluguel do vilarejo, e também a única opção de moradia para os migrantes que chegavam sem estrutura econômica.

A situação econômica levava os pioneiros a trabalhar no extrativismo da castanha, nas derrubadas da floresta, no plantio do capim para os fazendeiros que já estavam transformando os lotes em áreas de fazenda. Esses trabalhos se mostraram valorizados para os migrantes que traziam em suas raízes o trabalho na terra para o bem estar da família.

Homens como o senhor João, também expressão a importância da família, do trabalho da terra, do lugar que escolheu para viver e de sua história de vida. Casado há 49 anos e desses, 40 residindo em Rorainópolis guarda suas memórias à espera de alguém que possa registrá-las. Volta e meia, para não esquecer, relata oralmente os fatos da época aos estudantes que o procuram para saber da história do lugar e realizar alguns trabalhos escolares, embora não sejam publicados.

Em suas palavras ele desabafa.

Não sei o que estes estudantes fazem com as entrevistas que já dei, pois nunca vi li ou soube de trabalhos que tenha contado a respeito dessa história do vilarejo, nossa luta pela terra e pela escola. Os companheiros de luta estão morrendo e junto com eles a história, pois tem coisas que somente eu sei contar, assim como outros também sabem de coisas que eu não sei. Isso deixa tudo pela metade, e a gente sabe que é preciso juntar o quebra cabeça para encaixar as peças e produzir alguma coisa boa (20/07/2015).

Desse ponto de vista, não é somente o senhor João que pensa no silêncio desses fatos, são diversas pessoas que durante as entrevistas questionaram em relação à temática, o descaso

dos pesquisadores, das universidades no sentido de produzir a história desse povo. E, enquanto não acontece a construção dessa história, conforme as palavras desse pioneiro “*tudo vai pelo ralo, sem retorno*”. Durante a entrevista o senhor João relata as lembranças das diversas situações vividas no Maranhão, segundo ele, tudo está claro em sua memória, nada morreu.

Ao falar dos dilemas de sua terra não demonstra tristeza ou remorso de sua situação econômica, social e política deixada para trás, mas a nostalgia e a saudade transparecem quando fala sobre a filha primogênita que faleceu naquela terra distante, um dos fatos que o deixou desgostoso do lugar, então após a morte da filha amada vendeu suas terras e rumou para Amazônia roraimense.

Dessa forma esse homem do tempo presente, compartilha suas memórias com desenvoltura, de um jeito falante e descontraído, aguçando cada vez mais o interesse da pesquisadora, que busca interpretar suas palavras e compreender a trajetória de vida, desse sertanejo.

O participante revela a situação em que viveu por muito tempo em meio à floresta roraimense, às dificuldades para adquirir alimentos e outros produtos importantes como: sal, açúcar, sabão, óleo para cozinhar, pilha para o rádio e a lanterna, medicamentos para tratamento da malária, e querosene para as lamparinas. Esses produtos faziam parte das necessidades básicas cotidianas e para adquiri-los caminhavam-se longas distâncias (um dia inteiro de caminhada) para a localidade de Arara Vermelha ou para a taberna do Lourenço ambas as margens da BR 174, únicos comércios mais próximos da época, uma caminhada de doze horas pela estrada de chão.

Na fala dos entrevistados o alimento que não se comprava no comércio local, se plantava tudo que a terra dava e era necessário, para o consumo das famílias e, embora a princípio não tivessem para quem vender tantas frutas, verduras e grãos, a negociação se dava a base da troca dos produtos com os vizinhos. A esse respeito considera-se a importância que a terra tem para o migrante no sentido de que:

A terra para eles não tinha valor de troca. Concebiam-na como dádiva divina, da natureza, terra de trabalho, e não como fonte de lucros e riqueza ou negócio; portanto, não tinham escrituras das terras e nem podiam pagar por isso, pois estavam inseridos em uma economia não monetária, em que a troca era feita sob forma de produto, sem intermediação do dinheiro (SILVA, 2004, p. 25).

Comprava-se aquilo que não havia condições de produzir na roça, alguns produtos eram considerados luxo: o sabonete, o perfume, as roupas, por vezes até um calçado. O interesse da terra não indicava outras prioridades para os proprietários no momento.

Conforme o fragmento abaixo, o trabalho se mostrava árduo, e não se permitia desperdiçar o pouco que se ganhava com objetos não necessários.

O senhor João recorda saudosamente:

Todo nosso trabalho foi duro, rompemos com todas as pragas, as formigas, cobras, cipós, lamaçal, carapanã, mosquito da malária, maribondo, mas, apesar do sofrimento poucos retornaram para seu lugar de origem. (...) Aqui não tinha quem desse uma palha de arroz para ninguém, até porque não havia como. Tudo que a gente queria tinha que vir de Boa Vista ou Manaus. Nas tabernas pouco havia para suprir a necessidade de tanta gente, até pela distância para os taberneiros sortir com mercadorias mais variadas e menor preço. Era um grande desafio morar no meio da floresta, as muitas coisas custaram a chegar, mas a gente vivia como podia (20/07/2015).

Em sua fala, esse migrante nomeia seus colegas de estrada assentados ao longo da BR 174, alguns companheiros já falecidos, e aqueles que ajudaram na criação do vilarejo e nas primeiras “Casas- Escolas”. É possível perceber que há uma lista de pessoas em sua memória, e segundo ele poucos ainda estão vivos para contar os acontecimentos (Pirilampa, Zé Preto, Constâncio, Zé Raimundo, Luiz Machado, Luiz Barbosa, Edécio Marques, Sebastião Severo, etc.).

Nesse fragmento o senhor João traz para o discurso a situação dos companheiros que chegaram à rodovia:

Aqueles homens trabalharam desde muito cedo para povoar as margens da rodovia e contribuir com o progresso de Roraima. Domingo de Sousa (Domingo Preto) foi um dos primeiros a chegar ao assentamento por volta de 1974, junto com o Gentil Carneiro, Domingos foi o caseiro de Gentil durante muito tempo. Ele foi assentado às margens do Rio Branquinho nas proximidades da Vila do Equador. Trabalhou muito nos garimpos, ganhou dinheiro e investiu em gado, já faleceu, mais deixou sua marca na história (20/07/2015).

Nesse contexto a oralidade traz a memória visões e versões sobre a história do passado quando retratada, sobretudo, pelos meios sociais nos quais é-nos permitido ouvir, ver, e interpretar as narrativas daqueles que têm algo a dizer sobre a história. Refletir sobre o valor da oralidade e assegurá-la como método de guardar as lembranças nas diferentes versões sociais e coletivas desses atores e assim compreender:

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato da História Oral dizer a respeito de versões do passado, ou seja, a memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelos meios sociais, em última análise, o ato e arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças (PORTELLI, 1997, p.16).

Sobre isso, o senhor João deixa alguns traços transparecerem, como o esquecimento sobre aquela época em sua mente distante e que, a partir do presente, percebe sua importância e pode verificar as mudanças que o tempo trouxe nas diversas trajetórias de sua chegada nesta terra.

O entrevistado pensa, abaixa a cabeça conta sua história e se mostra feliz em ser entrevistado. Ele tem nas raízes da oralidade a sua maior característica, permeada de outros fatos interessantes que foram surgindo durante a entrevista. Notadamente se impacienta com a demora com que as coisas acontecem politicamente no município, deseja melhorias para seu bairro, para a cidade e retorna a falar do assentamento e sua convivência neste espaço fronteiriço.

Ele diz que escolheu seu lote em um ponto estratégico, pensando na caminhada dos filhos até a escola no futuro, apresentou o título da terra com orgulho. E ao fazer análise do Título Definitivo desse lote de terra observei que a parcela foi cadastrada sob nº 134, Processo nº 823/77, conforme Relatório de Vistoria, (1999, p.1000,) evidenciando a estrutura da parcela e seus limites, Gleba Pedro Clementino⁴⁷, hectares e condições de pagamento das terras. O título comprova as informações do entrevistado sobre a escolha da terra e o período cadastrado confere com o estudo dos arquivos, realizado a partir de 1977, bem depois de sua chegada ao lugar.

Sobre a trajetória do terreno que hoje faz parte do perímetro urbano da cidade de Rorainópolis pertencente ao senhor João, ele afirma que devido à necessidade de expandir a malha urbana teve que lotear a terra⁴⁸, adquirida com tanta luta, mas deixou terreno para todos os filhos já que a preocupação com o bem-estar da família foi um dos principais fatores da sua migração.

Ainda com respeito ao terreno, o senhor João relata:

Meu terreno ficava a dois quilômetros de distância onde hoje é o centro urbano de Rorainópolis, situado na Gleba G, com 99,6894 (noventa e nove hectares, sessenta e oito ares e noventa e quatro centiares) eu trabalhava com agricultura, o arroz era o forte da plantação para o consumo do ano. O lote custou o equivalente a C\$ 40.

⁴⁷ Nome dado a toda extensão de terra do PAD-ANAUA, em homenagem ao primeiro funcionário do INCRA que morreu queimando no dia 13 de março de 1979, vítima de um galho de madeira que caiu em sua cabeça. Em conversa informal com Ailton Souza, funcionário do INCRA ele informou que atualmente com a nova divisão do PAD-ANAUA a Gleba Pedro Clementino compreende as terras da BR 174, do perímetro urbano de Rorainópolis e as estradas vicinais 01 e 02 (29/07/2015).

⁴⁸ O loteamento foi realizado na década de 1990, quando a Vila Rorainópolis passou a condição de Município em 1995. Nesse movimento de emancipação o terreno passou a fazer parte da malha urbana do bairro Campolândia às margens da BR 174 no quilômetro 466. Todos seus filhos possuem terras urbanas, os lotes medem 12x30, numa área nobre da cidade. O mais interessante é que 50% das terras doada aos filhos ainda estão na mata de Juquira.

840, 62, na época. A proposta de pagamento seria em 4 prestações anuais de C\$11.119,10, isso incluído os juros de 6% sendo que a primeira prestação deveria se paga até maio de 1984. Cláusulas que constam no verso do Título da Terra, (1983).

Esse preço compreendia o valor da terra nua, sem nenhum benefício, sendo de total responsabilidade do colono promover as benfeitorias, sem nenhum comprometimento de reembolso pela Unidade do INCRA. Essa norma se estendeu a todos os assentados desse período estudado, são as cláusulas do acordo entre INCRA e parceleiro. Havia no contrato uma série de cláusulas a serem cumpridas ao pagar o preço da demarcação da terra, os juros de carências, emolumentos⁴⁹, e os juros sobre as parcelas vencidas de 12% ao ano.

No andamento da pesquisa, outro migrante também se faz notar pelas lembranças, trata-se do senhor Francisco Carvalho Duarte (Chico Reis). Ele também é atravessado por momentos que ele define como “brilhantes”. Natural de São Luís do Maranhão chegou a BR 174 em 1975 quando ainda jovem com aproximadamente 38 anos de idade e, na época da pesquisa estava com 79 anos. Segundo ele, veio disposto a trabalhar e a lutar pelos seus direitos em relação à posse de um pedaço de chão. Em seu relato, lembra com saudade sua chegada ao lugar bonito, embora cheio de pragas, porém rico em terras, férteis ou não, os alimentou durante décadas a fio.

Então ele lembra que, esta cidade é matizada por traços culturais oriundos de várias culturas que mesclam essa região única do Brasil com suas montanhas, rios, paisagem natural, ou seja, a (fauna e flora rica de espécies ainda não catalogadas). A narrativa do senhor Chico Reis apresenta um pouco mais da história dessa chegada:

Vim à primeira vez para Roraima em maio de 1975, fiquei morando em Mucajaí trabalhando nas colônias. Em outubro do mesmo ano resolvi visitar a região da BR 174 e conhecer as terras tão faladas, até na Rádio Nacional. Viajei de jipe com o Gentil Carneiro que trabalhava como empreiteiro na construção dos bueiros da estrada. Quando na viagem vi que havia muitos moradores em todo percurso da rodovia (...). Muito antes eu já sonhava com estas terras era a menina dos meus sonhos. Quando cheguei nessa região, logo gostei de tudo: a paisagem, as pessoas que habitavam ao longo da estrada, da fartura de caça, das terras disponíveis para quem tivesse interesse de cultivar. Então, após ter conseguido um grande terreno, isso porque não fui assentado, primeiro escolhi a área de terra, oito meses depois voltei para buscar minha família, seis filhos e minha esposa. Retornei no dia 16 de outubro de 1976. Quando chegamos ficamos morando no barracão dos peões que trabalhavam na construção da BR. Reformei todo ele com palhas de ubim, tampei as goteiras e ali permaneci até construir minha casa que demorou muito professora (14/07/2015).

⁴⁹Espécie de juros embutido no parcelamento de impostos atrasados e até no pagamento parcelado do IPTU que está em dia. Dicionário Informal. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br>. Acessado em 12 de março de 2015.

Todo esse processo de migração, organização do espaço, moradia, são ações que se torna quase uma religião para o grupo de colonizadores da rodovia, nas quais os sonhos e a esperança caminharam na mesma direção. Essa esperança e amizade entre os migrantes fortaleceram os laços e promoveu uma diversidade de conquistas privilegiando o desenvolvimento da região.

Observando os dizeres dos entrevistados e convivendo de perto com esses desbravadores da floresta roraimense, nota-se que o senhor Chico Reis está sempre cercado de muita gente, isso porque a família é numerosa. Reunir a família faz parte do ciclo social, dos pioneiros quando se viam a sós na rodovia e se reuniam para realizar as tarefas da roça, da alimentação, das conversas à noite à beira da fogueira, para contar os acontecimentos do dia nos trabalhos que realizavam e traçar os planos para as tarefas seguintes e as reivindicações dos seus direitos.

Esse homem tem nos filhos o orgulho de ter trabalhado e educado a todos no serviço do campo, e hoje são: professores, funcionários públicos, até alguns sem uma profissão específica. Além disso, um dos filhos foi eleito vereador para o quadriênio de 2013 a 2016, para a família essa ascensão é significativa, pois segue os passos do pai na trajetória da luta pelo bem-estar da comunidade desse município.

Ao ser entrevistado por três vezes o senhor Chico Reis sempre esteve na presença do filho primogênito conhecido como Bida Reis o vereador. O entrevistado discute a política de Otomar de Souza e compara com os governos atuais do Estado de Roraima, do trabalho coletivo, o desenvolvimento da cidade, o compromisso com o povo, com a saúde e educação.

Para o senhor Chico Reis jamais haverá um governo igual ao de Otomar de Souza, comprometido com o povo que elegeu por mais de quatro vezes seja deputado, prefeito ou governador de Roraima.

É possível perceber esses aspectos, quando ele observa os pontos positivos, e negativos em relação à política do lugar e não deixa dúvida que isso precisa acabar. Se revolta, assim como o senhor João, em relação à administração do município e se posiciona quando observa tanta corrupção nos governantes de Roraima, de Rorainópolis e do país de modo geral.

Essa caminhada na busca dos acontecimentos nos levou à pioneira Maria José de Souza Moreira⁵⁰ (Mariazinha) quando indagamos sobre sua situação de migrante. Ela

⁵⁰ Maria Viúva, Maria Magrinha ou Mariazinha é um apelido carinhoso dessa mulher que tem lutado toda sua vida por melhores condições de vida para os filhos, seus onze netos e dez bisnetos. Nesta entrevista será grafado

respondeu que é natural de Santa Luzia, Maranhão. Chegou a Roraima no dia 25 de agosto de 1976, aos 36 anos de idade, e morou às margens da BR 174 entre 1977-1990, junto com os dois filhos menores, o esposo e os netos.

Dona Mariazinha também conta sobre as condições porque sua família foi para o assentamento, e confessa estar feliz em partilhar sua história de vida nesta pesquisa, pois contribuirá para o conhecimento dos acontecimentos históricos da “Velha Vila do Incra”.

Saímos do Maranhão com um grupo de pessoas, sogro, Pedro Diná, seus irmãos, cunhados, sobrinho, cunhadas no total de vinte e seis pessoas. [...] Meu esposo foi trabalhar nas terras que havia recebido do Moisés Hausen em 1977, realizando um sonho de um pedaço de chão para viver melhor. Não precisava morar mais debaixo da lona! Isso foi maravilhoso! Ali na estrada João começou o broque da mata bruta para por os roçados e plantar arroz, macaxeira, feijão, banana e construir uma casa no lote. João precisava trabalhar em outros roçados e ganhar dinheiro para se manter. Eu trabalhava em Caracará vendendo churrasquinho e lavando roupa para ajudar nas despesas. Esse trabalho era necessário para manter minha família com alimentos básicos, sal, açúcar, café, óleo, sabonete, sabão e outros produtos (Mariazinha 13/07/2015).

Mariazinha é especialista na cozinha, aos setenta e seis anos de idade, dos quais 40 residindo em Roraima, 39 no assentamento Anauá, diz ser esta a “*terra mãe dos necessitados, aquela que supriu a fome, a sede, o sonho da casa própria, a escola, o espaço para trabalhar e cultivar a terra. No Maranhão, quase não sobrava nada para quem trabalhava tanto na terra, sem direito, a casa própria, a escola e a saúde*”.

Lembra Mariazinha que há muito tempo ouvia os amigos falarem desse lugar e acalentava o sonho de “buscar as terras para morar”. As notícias lhes chegavam por meio de cartas, conversa pelo telefone e também pelos conhecidos que retornavam para buscar a família. Isso foi o ponto de partida para a família decidir morar em Roraima. Então esta migrante conta a trajetória de sua viagem de navio de Belém a Manaus, de Manaus a Roraima viajou de barco pelo Rio Branco.

Esta mulher comparada a muitas misturas conforme os versos da epígrafe dessa dissertação em sua homenagem, tem o comportamento comparado aos de seus companheiros, entusiasmada quando fala do privilégio de conhecer esta região remota do Brasil e confessa que nunca viu tanta beleza natural.

seu nome “Mariazinha”, pois é dessa forma carinhosa que os moradores a chamam. Ela ainda busca condições para construir sua casa de alvenaria e na velhice desfrutar de um banheiro interno e uma cozinha onde possa preparar aquilo que sabe fazer de melhor de tantos pratos “a galinha caipira”, mas as dificuldades são muitas, e mesmo sendo tão conhecida e necessitada de ajuda financeira, os políticos, empresários ainda não se dispuseram a ajudá-la da forma que ela precisa e merece.

E sobre sua chegada a Roraima, ela rememora as belezas naturais da viagem que fez pelo Rio Branco de maneira espetacular. Embora dezenas dos migrantes tivessem viajado pelo famoso Rio Branco, somente três deles descrevem detalhadamente as belezas do percurso da viagem de Manaus passando por Santa Maria do Boiaçu, Caracará e finalmente a ao movimento de assentamento.

Ali comi os peixes mais saborosos, e jamais esqueci os pescadores, a qualidade dos peixes e quantidade das mais diversas espécies. As aves mais belas da Amazônia, o mutum, o jacu, o pato d'água, o jacamim, e tantas outras que já esqueci o nome. Os macacos, os jacarés, tartarugas gigantes, tanto ovo de tracajá coisas que a gente só viu e ver naquela região. (13/07/2015).

O entusiasmo pela viagem parece encantar está jovem senhora que como o vento anda de um lado para o outro organizando a roupa no tanque, lavando a louça do almoço que está sobre a pia da cozinha, preparando o café, conversa sobre a família, conta suas histórias com satisfação. Afirma que *“ao chegar nessa terra acolhedora quase não acreditei que toda aquela terra era minha! Sei que todo esforço valeu a pena. Mas ainda tenho muita coisa para conquistar, um banheiro, a construção de minha casa de alvenaria e móveis decentes”*.

Mariazinha explica que, todos da família precisavam de terra para plantar, casa para morar, um lugar que fosse seu, e sair da vida dura de pobreza, da seca que assolava o nordeste, falta de água, de comida, de escola, essas ausências deixavam aquela gente desgostosa com a vida que levavam em sua terra natal, embora as dificuldades na floresta roraimense não fosse um desafio fácil.

A pioneira se expressa, dizendo que entre os desafios da nova floresta, o mosquito da malária esse ninguém podia combater, e ainda havia os animais selvagens que se mostravam uma ameaça a mais, a onça pintada que passeava no meio do arraial, esturrava no aceiro da mata virgem, a impressão era de que ela estava dentro do barraco. Isso trazia certo desconforto aos seus recentes habitantes, que por vezes passavam à noite com a lamparina e a fogueira acesa para espantar o felino.

Mariazinha lembra que a guariba⁵¹ e o capelão despertavam o novo morador com sua música estridente, às dezessete horas quando anunciava as mulheres que estava no horário de começar o preparo do jantar e às cinco da manhã, um relógio natural convidando os trabalhadores a se preparar para suas atividades diárias no roçado, na pescaria, na caçada.

⁵¹Guariba-Considerado um dos maiores primatas neotropicais apresenta inúmeras espécies caracterizadas principalmente pelos aspectos morfológicos, como sua coloração e tamanho. Disponível em: <http://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/836/o-esplendor-do-bugioruivo>. Acessado 17/6/2015.

Muitos outros animais faziam parte da vida cotidiana desses migrantes, tais como os macacos que pulavam nos galhos das árvores gigantes o dia inteiro, o porção passava no meio do arraial dos migrantes, (um perigo para os moradores), o veado, o tucano, a anta que alimentava dezenas de pessoas, e trazia certo conforto para os moradores do lugar, que necessitavam da carne dos animais para alimentação. Mariazinha completa suas memórias enfatizando que “*O ambiente se tornava mais espetacular com as belas araras, os papagaios, periquitos, curicas, que coloriam o céu no seu azul infinito, uma beleza única de se ver*”.

É nesse aspecto que a oralidade se permite contemplar o real, o dito, o não dito, o testemunho, as entrevistas:

Tucídides preferia não confiar na memória que considerava “falível” porque em muitos casos, seria dependente de simpatias dos participantes. [...] “O método” tucidiano, por sua vez, consistia em fazer exames que combinavam testemunhos com outras fontes prévias. Esse critério- não descartava entrevistas, pelo contrário, as valorizava. [...]Tucídides acreditava que sempre necessário aprofundar as investigações e ouvir mais sobre cada versão, pois “*diferentes testemunhos dão conta de diversas experiências*”... (MEIHY E HOLANDA, 2007, p. 97).

Os dizeres de Mariazinha também testemunhos, são cenas de um filme, aqui as imagens dos rios Jauaperi, Anauá, Branquinho, Azul, Gentil, Trairi, lago do Zezinho, ambientes que traziam as famílias a grande quantidade de peixes que eram salgados e deixados nas bacias, nos baldes à espera do consumo.

Por falta da geladeira os peixes eram secos ao sol o que permitia durar um pouco mais, e o preparo se dava de várias formas assado no carvão, cozido, frito e amoquinado na palha da banana. O certo é que o peixe se tornou um prato muito apreciado pela culinária rorainopolitana seja em função da cultura dos pioneiros ou não.

As matas desse lugar mais pareciam um grande tapete, era tanto tipo de árvores, em toda percurso do terreno do Apolinário até o meu lote era a coisa mais linda as castanheiras carregadas e aquele monte de gente colhendo. Tudo isso deixava a gente feliz de ver todos trabalhando e vivendo uma realidade. A poeira um vermelhão que ia muito distante com o trabalho das máquinas, a fumaça também faziam parte de nossa vida diária, pois os trabalhadores queimavam sem dó nem piedade as matas, o barulho das caçambas e tratores era um sinal do movimento e mostrava os militares trabalhavam com vontade de acabar a construção da estrada, e nosso desejo de viver num ambiente melhor (13/07/2015).

Mariazinha descreve as matas como um verdadeiro tapete verde, em forma de diversas camadas, que aos poucos foi sendo destruídas pelos moradores para dar lugar ao progresso com a construção das casas, escolas, comércios, roçados e pastos. Bem diferente da arquitetura moderna de hoje, aquele espaço apresentava estas maravilhas como um leque abrindo-se lentamente, dando sombra ar fresco, beleza e esperança.

Estas belezas não estavam disponíveis aos olhos dos moradores em seu lugar de origem, e, não havia está paisagem para ser apreciada. E nos dizeres de Mariazinha podemos interpretar que fartura existente nesse território, faltava no Maranhão e em outros estados do Nordeste. A pioneira relembra que no Maranhão sobrevivia da quebra do coco, da colheita do arroz de meeiro, outros trabalhavam nas terras arrendadas por um preço muito alto.

Em relação aos homens e mulheres, que procuram na terra seu trabalho cotidiano, o sustento e a educação, (CALDART, 2004, p. 99) denomina de a Pedagogia da Terra e são dela as palavras que evidenciam o processo dos trabalhadores rurais nessa luta pela terra. “Enquanto trabalhador da terra, de quem foi tirado a terra, ou a possibilidade social de tê-la como objeto de seu trabalho, os sem-terra foram desenraizados e, portanto diminuídos em sua condição humana”.

É importante notar nessa caminhada, que uns observam as possibilidades de trabalho nas rodovias, nas estradas vicinais, outros a realização do sonho de possuir as terras e sair da vida de conflitos e dificuldades, experiência vivenciadas na sua terra natal com a seca, as terras de meeiros, arrendamento, o aluguel de casa e a falta de escola. São elementos que aparentemente trazem uma esperança nesse lugar distante, isolado, mas cheio de possibilidades para os sem-terra. Essa relação de pertencimento dentro do processo do camponês é visto como sendo:

O trabalho na terra, que acompanha o dia-a-dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio (também cultural, simbólico) que as coisas não nascem prontas, mas precisam ser cultivadas; são as mãos do camponês, da camponesa as que podem lavrar a terra para que chegue a produzir o pão. Esse também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isso, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva (CALDART, 2004, p. 343 e 354).

A autora compreende que o trabalho na terra também é educativo, molda as necessidades do sujeito que tem como meio social e econômico as atividades realizadas a partir da luta pela terra para a terra, no sentido de prover as necessidades de quem precisa dela para viver. Dessa forma a terra educa, promove esperança, realização individual, coletiva, econômico e social.

Aqui vale comparar a situação de outro entrevistado o Sr. José Raimundo dos Santos que, diferente da vida difícil que levou a Mariazinha, ele muito relutou em deixar sua terra de origem, em busca de algo duvidoso, conhecido somente pelas falácias dos vizinhos que já

moravam à beira da estrada e possuíam muitos lotes de terra que transformaram em extensas áreas de pastos para criação de gado.

Zé Professor é natural de Fortuna-Maranhão, afirmou que chegou a BR 174 em 25 de outubro de 1978, obrigado pelo pai que estava interessado nas terras de Roraima motivado pelos compadres e amigos.

Ele relata que sua vinda para esse lugar foi um dilema:

Eu estava seguro junto de minha família. Não queria sair do Maranhão, com vinte anos, solteiro, já era encarregado dos trabalhadores da Fazenda do Manoel Nazaro, homem influente e rico daquele lugar (falecido em outubro de 2015 em Boa Vista), compadre de meu pai Antonio Salu dos Santos. (...) Parte do que ganhava no trabalho ajudava meus pais nas despesas de casa, pois a vida se tornou muito difícil naquele lugar devido à seca, falta de trabalho, de terras e escola (05/07/2015).

Sua voz é firme, não sorri, mas fala sem embaraço e diz que muito relutou em vir para esse fim de mundo. Em seu entendimento não estava em seus planos deixar sua terra e trabalho⁵², para viver de aventuras e falácias numa terra distante de sua origem, sem a família e a dúvida se tudo daria certo, “*foram dias de angústia que passei só em pensar em viajar para tão distante*”. Sua consciência lhe dizia:

Na verdade nada me agradava quando falava desse lugar desconhecido, que a gente só ouvia falar, não havia provas que era próspero. Além da ditadura militar que acirrava as fronteiras, isso fazia temer pela minha segurança. Mas naquele tempo o filho tinha que obedecer aos pais. Meu pai disse - Aqui trabalhamos nas terras alheias e podemos agora possuir nossa própria terra e ainda de graça! Então ele disse - Você vai! Como filho obediente, mesmo assim relutava em sair do que eu acreditava ser minha zona de conforto e meu porto seguro. Viajei com Nazaro direto do Maranhão para Belém de ônibus, de Belém para Manaus, de Manaus para a BR 174 de pau de arara, pois, ainda não tinha vila, havia somente a sede do INCRA, ali tudo era mata bruta e os moradores já tomavam conta da BR 174 (Zé Professor 05/07/2015).

Hoje, quando se reporta às suas conquistas, discorre sobre a alegria e as oportunidades que teve no assentamento. E diz que, quando chegou logo escolheu o lugar para morar, também escolheu um lote ao longo da BR 174 para o pai. Ele conta que nesse novo ambiente, mesmo longe, chuvoso, isolado de tudo não lhe faltava trabalho. Nesse lugar ele teve oportunidade para adquirir terras para trazer toda a família do Maranhão em 1981.

⁵². Quando Zé Professor fala de sua viagem aborda a situação e os detalhes dos retirantes no porto de Belém e de Manaus no Amazonas. Os navios que saíam de Belém estavam sempre lotados de migrantes em busca dessa região, assim formou-se essa grande leva de migrantes por toda Roraima, tanto na região Sul, como Sudeste nas margens da BR 210 que liga Boa Vista ao Entre Rios. Desde o Rio Dias até o rio Jauaperi estavam sendo assentadas pessoas que chegavam todos os dias (05/07/2015).

Zé Professor casou em 1981, com Maria de Jesus Lima, viveu vinte sete anos, e em 2008 a esposa faleceu. Desse matrimônio nasceram sete filhos sendo quatro do sexo masculino e três do sexo feminino, duas das filhas já falecidas. Zé Professor casou novamente em 2012, e quatro de seus filhos residem em Martins Pereira somente o mais novo vive com o pai em Boa Vista.

Zé Professor disse ainda ter morado e trabalhado muito na roça, como operador de motosserra, requisitado pelos colegas donos de lotes da região que precisavam de seus serviços, visto não haver outros operadores daquela máquina no período informado. Ele comenta que os fazendeiros já possuíam extensas áreas de terras às margens das rodovias, desmatava sem controle a floresta, esses ofereciam trabalho braçal, broque, derrubada, coivara, plantio das lavouras aqueles que chegavam e não tinha opção de trabalho.

O sucesso nos trabalhos de derrubada, o convite para lecionar na única escola daquela época, instalada no km 475 permitiram-lhe novas conquistas. Ao lembrar os acontecimentos muito vivos em sua mente, ele diz nunca ter pensado em voltar para o Maranhão após tantas oportunidades:

Quando cheguei a terra “solitária” fui direto trabalhar no rio Jauaperi, na fazenda do João Mineiro, na beira do igarapé Tentativa, em direção ao Amazonas. Fiquei pouco tempo, porque logo consegui um terreno na BR 174 e comecei a derrubar. [...] Ainda em 1978, broquei 28 linhas de roça no terreno que tirei para meu pai, foi um grande movimento de trabalho e fatura. Hoje a maioria dos meus parentes tem terras de assentamento, em Rorainópolis e em diferentes vicinais dessa região, um privilégio de poucos nos dias atuais, pois a terra está se tornando um privilégio dos ricos (05/07/2015).

É importante analisar que a história desses migrantes tem suas diferenças, no entanto, todos buscam o mesmo ideal: a “terra”. Demonstram isso em suas narrativas como experiências de vida, trazendo à tona a memória individual a partir de suas lembranças quando aborda um emaranhado de temas: construção de estradas, trabalho, educação, malária, transporte, migração etc. Tantas informações por parte desses atores, que por vezes houve dificuldades de acompanhar seus relatos durante as entrevistas, principalmente quando não fora possível gravar ou filmar as informações.

No tratado da memória e da lembrança, é importante notar que “quando recordamos experiências vivenciadas anteriormente, temos a impressão que construímos nosso passado de acordo com as motivações estritamente pessoais” (SANTOS, 2003, p. 33). Dessa forma, Zé Professor busca na memória o passado que ao mesmo tempo em que é individual, é coletivo, quando traz os acontecimentos à luz histórica das narrativas que formou para tecer uma verdadeira teia de sua vida imbricada com a história do lugar investigado.

Em seus relatos, Zé Professor traz ao conhecimento o lugar que escolheu suas terras, no vilarejo de Martins Pereira, ali também conheceu o primeiro morador da vila o senhor Raimundo Machado (Chico Velho) com quem fortaleceu os laços de uma amizade.

Nessa perspectiva, as contribuições dos autores nos ajudam a compreender a legitimidade das experiências vivenciadas pelos pioneiros, quando suas narrativas abordam sempre algo novo, estas são incorporadas às explicações no contexto da história oral, aquilo que na intimidade motiva seus pensamentos a rememorar os fatos para a construção desse texto.

Diante do exposto:

[...], convém lembrar que as entrevistas, como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado. No caso da história oral (como em muitos outros), as pistas são relatos do passado, surgidos a posteriori, portanto. O passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras. Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela (ALBERTI, 2004, p. 78).

Desse ponto de vista, esta história é composta por narrativas extremamente importantes, que nos levam a compreender que o fato de conservá-las possibilitou à divulgação do conhecimento sistemático e necessário a história desses migrantes. Ao explicar a importância de se contar uma história⁵³ (BENJAMIN, 1986.p.205) destaca as características de conservação, do cuidado com a narrativa.

Contar histórias sempre foi à arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.

Compreender a importância dos elementos da narrativa na construção dessa história revela a conservação da cultura dos povos, na arte de recontar os fatos, no vestuário, o modo de falar, até sua alimentação revela sua origem.

Narrar os fatos é algo palpável, mas complexo, e dependendo de seu percurso, torna árduo e desgastante o trabalho do pesquisador. Especificamente nesta investigação, em que os migrantes narram suas trajetórias de vida aprofundando nos fatos do passado, em vias de

⁵³ O tempo era considerado um privilégio, dedicando após o trabalho, em reuniões familiares à noite, para ouvir as narrativas do cotidiano das famílias francesas do século XVIII e XIX no momento das famílias parisienses, onde os camponeses experimentavam a dinâmica de ouvir os acontecimentos diários ou as histórias diversas.

conhecer os sujeitos, os objetos, os documentos as instituições para compreender o anonimato e construir neste estudo a “história do silêncio”, mesclada com a história presente e outros olhares para alcançar caminhos diferentes.

2.3 Que sujeitos teceram a construção dessa história?

A pesquisa revela que essa região em torno da rodovia era uma estrada com elevado número de moradores usado somente para passagem dos caminhões, ônibus e todo tipo de transporte terrestre, que após a inauguração da BR 174, em abril de 1977 passou a ter um crescente movimento migratório.

Nesta pesquisa, o lugar descrito através das narrativas, simbolizou o crescimento e a aceitação dos habitantes de forma espontânea, quando abrigou e possibilitou à socialização das pessoas que chegavam para morar ou conhecer o ambiente que se tornou pitoresco e desejado por todos.

O espaço que deu origem à Vila do Incra, ainda era pouco habitado no início da década de 1980 e o desenvolvimento do lugar se deu também graças aos interesses coletivos dos passageiros que viajavam pela rodovia, a divulgação pelos familiares, os interesses políticos dos governadores do Território e sobretudo, pela forte migração.

O lugar, embora constituído da sede do INCRA, ainda se mostrava um núcleo sem grandes interesses por parte de empresários, somente pessoas pobres, sem muitos recursos, buscavam o lugar para morar.

A Vila do Incra direcionava as pessoas aos diversos locais da região do assentamento quando se buscava conhecer o ambiente, em vista da falta de outras informações. O lugar passou a ser o referencial dos viajantes, o mapa falado para quem intencionava conhecer o lugar, que havia se tornado pitoresco e muito desejado pelos migrantes.

A partir dessa reflexão, nos voltamos para as questões de pesquisa e pergunta-se: quais os interesses políticos, sociais e econômicos que permitiram aquisição dessa extensa área de terra para a formação do vilarejo?

Aqui, iremos considerar que a relação dos sujeitos inspirados pelo desejo de assegurar seus direitos, contribuiu para a construção do povoado em diversas ações, aspecto que se procurou destacar através das questões formuladas durante as entrevistas, para saber os detalhes que envolveram a criação do espaço urbano do assentamento.

É de (CAIAFA, 2007, p. 117) a experiência de viver em outros lugares como elementos variados de conhecer os movimentos das cidades e sua trajetória. [...] “A cidade é

um momento, um ponto de conexão ou convergência de trajetórias, um ponto de atração onde os circuitos se reúnem momentaneamente e ela se produz precisamente por aí”.

O senhor João, agricultor aposentado continua atuante nas atividades de seu terreno rural nas terras do rio Anauá. Ele explica como se deu a construção do vilarejo, à sua participação e dos companheiros de trabalho. O grupo estava empenhado na expansão do lugar, na tentativa também de organizar um espaço próprio para as atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que junto com a liderança da rodovia e do INCRA, se organizaram para realizar as ações: mutirão de trabalho, instalação de uma escola no povoado, dentre outras reivindicações, pois, sentiam-se desprezados pelos órgãos competentes que poderiam acolhê-los.

A esse respeito o senhor João acrescenta:

Então tomamos algumas decisões e em 1981, para formação do vilarejo. Primeiro adquirimos as terras doada pelo Executor Moisés e confirmada pelo Governador Otomar. Então nos reunimos para traçar os planos da derrubada. [...] Uma turma de homens se reuniu no verão para fazer o desmatamento da floresta. O terreno foi doado por Moisés Hausen e reforçado a pedido de Otomar. Começamos um grande mutirão, com homens de todas as localidades da BR174 e das vicinais. O local que iniciamos nesta área do Arantes Materiais de Construção. Desmatamos até próximo a Transdal Turismo, bem na divisa do bairro centro com o Pantanal e Novo Brasil (20/07/2015).

Os participantes da pesquisa têm opiniões formadas a respeito de suas lutas na aquisição e criação do lugar. Para eles, havia necessidade da manifestação dos assentados, passo fundamental para por em prática a ideia do “grupo articulador”, e chamar atenção dos órgãos públicos que olhassem para aquelas pessoas como seres de resistência, de direitos pela melhoria da qualidade de vida e para mostrar que ali estavam seres humanos, carentes das necessidades básicas: acessos ao sistema de transportes público, comunicação, energia elétrica, saúde, escola nas estradas vicinais, em torno da BR 174, sementes para o plantio e ferramentas agrícolas.

Com relação aos sujeitos construtores da Vila, o senhor João confessa:

Não tinha máquina, roçadeira a única ferramenta avançada era o motosserra e Zé Professor era um dos poucos homens que sabia trabalhar com essa máquina. Então ele trabalhou o dia inteiro derrubando as árvores juntamente com mais duas pessoas, o José Alves Barbosa (Zé Basílio) esposo da Irene Figueiredo que morreu numa derrubada o pau caiu na cabeça dele, o outro não lembro quem era. O broque e derrubada deve ter demora uma semana, depois de seco fomos queimar, não tivemos paciência para esperar o mato secar. A queima foi um fracasso, tivemos que encoivarar trabalho duro para ser realizado, mas a macharada já estava acostumado com aquele tipo de serviço. O desejo pelo crescimento do lugar fez a turma trabalhar muitos dias, e temos hoje o fruto desse trabalho como testemunha viva do esforço daqueles desbravadores (20/07/2015).

Em se tratando dos trabalhos realizados naquele período e o compromisso dos organizadores do movimento pró-vila, as narrativas do senhor João demonstra a organização das atividades do grupo.

Todo material foi organizado, data, alimentação, ferramentas, atividade de cada homem, isso facilitou nosso trabalho. O Gentil Carneiro era muito influente dentro do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, no meio político tinha passagem livre em todos os lugares. Além de todas as estratégias sobre a liderança dos trabalhos, ele trouxe cinco correntes de motosserra para a gente fazer o trabalho e chegar ao final da derrubada. Nós trabalhamos como um trator era sempre dez horas de serviço. Precisava ser assim para acabar com o serviço e resolver a situação dos migrantes (20/07/2015).

Entende-se que além do movimento do Sindicato, havia pessoas de grande influência que buscaram as possibilidades para o desenvolvimento dos trabalhos, pois, somente abertura da mata não foi suficiente, muito havia para ser feito, e provavelmente as condições de cada um não eram melhores que dos outros, tendo em vista que a pobreza se mostrava extrema de acordo com os dizeres dos pioneiros (João, Valentin, Chico Reis, Fátima, Zé Tomaz e Mariazinha).

É importante atentar para os detalhes nas palavras de Zé Professor a respeito da formação do povoado, quando questionado sobre a forma de trabalho realizado pelo grupo, ele respondeu com voz vibrante e alguns gestos “já que através dos olhos se torna impossível ver o brilho em circunstâncias da cegueira”.⁵⁴

Ele retrata com clareza aqueles dias cheios de enfados, luta, trabalho bruto, um conjunto de elementos que ele define como “necessário e natural” quando se vai construir algo, tem de haver transformação. Ele acrescenta que a criação do vilarejo como propósito político e social representou um grupo forte que enfrentou os desafios na conquista da terra, utilizando um diferencial, a “solidariedade”, a coragem e a miséria.

Diante de tudo isso os colonizadores não se curvaram ao desânimo, ao preconceito que se fazia notório sobre a ocupação dos espaços.

O mutirão de homens que decidiram limpar uma área de terra bem próximo da sede do INCRA, na parte de baixo, na divisa com a BR. Então no primeiro dia foi em torno de quinze homens roçando com foice, outros derrubando de machado e três com motosserra. Eu participei no primeiro dia derrubando as árvores com o motosserra do João Rosa. Fui incentivado por Gentil Carneiro, o administrador da BR 174 naquele tempo [...] Ele se tornou meu amigo, e disse que precisava de

⁵⁴Hoje tenho 63 anos de idade e parte de minha vida estive lutando contra o diabetes. A seriedade da doença me deixou cego há quase dez anos, então comprei este terreno em 2012, no Bairro Asa Branca em Boa Vista, construímos a casa e mudamos no dia 07 de fevereiro de 2013. Sempre tive transporte e agora não posso dirigir, os filhos fazem isso quando preciso. Agora em 2015 adquiri um transporte especial, mas, ainda assim não há possibilidades de dirigir.

peessoas para aquele trabalho. Resolvi participar do ajuri. Foi um trabalho bruto, mas conseguimos chegar até depois da igreja católica, acho que um quilômetro de extensão, numa quadra que passava pela igreja Assembleia de Deus, a Pedro Daniel, a escola José de Alencar. Era muita terra! [...] Havia muitos tipos de árvores no local: angelim, cupiúba, cedro doce, cedro amargo, caferana, castanheira, maçaranduba tudo era derrubado para fazer o povoado, construir moradias, casas comerciais, escolas, tudo que a gente precisava para deixar o lugar habitável. Trabalhei muito naquele dia, e depois retornei para meu no lote na BR 174 (5/07/2015).

A despeito das dificuldades apresentadas pelos migrantes durante a pesquisa, verifica-se que havia um ideal de vida, de conquista e conforme os próprios colonos buscaram a melhoria nos diversos serviços na década de 1980-1990, a partir de novas lutas travadas.

O desejo de caminhar, de encontrar um lugar para morar, trabalhar, fugir da seca, da violência vivida nas grandes cidades, estão presentes em todas as narrativas dos pioneiros entrevistados, e deixa claro que as dificuldades encontradas parecem não ser o grande desafio para os camponeses, que mesmo a partir de um enorme cinturão de pobreza em torno da formação dos espaços da BR 174, das estradas vicinais, contribuíram para atingir outros ambientes, como a formação do povoado no bioma da selva roraimense junto à sede do INCRA, da Vila Colina, Vila do Equador e Jundiá.

Retomando a narrativa de Mariazinha, ela diz ter participado ativamente junto com a família e amigos, na organização e criação desse lugar construído através de muitas lutas, discussões e determinação dos homens que articulavam tudo detalhadamente. Ela também explica que alimentação dos trabalhadores teve ajuda de alguns políticos interessados no desmatamento do terreno e construção de casas:

(...) O trabalho bruto da equipe você, pode imaginar naquela selva tinha de tudo e ainda sobrava muito. Meu esposo João participou de todo trabalho. Até as minhas crianças fizeram sua parte, carregando água do poço para os homens beber. A comida era feita em mutirão, um quarto de carne de boi doada pelo prefeito de Caracaraí, peixe, muita verdura e feijão verde. Tudo fresquinho feito com carinho pelas mulheres que estavam atentas a tudo ao redor do roçado. Tudo isso aconteceu por que a gente decidiu enfrentar a situação juntos aos políticos, governador e o Executor do INCRA. Moisés estava disposto a nos ajudar mais precisava da decisão do órgão maior para liberar as terras para a construção da vila (13/07/2015).

Havia um movimento justo, para a criação da Vila por diversos motivos estes podem ser verificados por Chico Reis o primeiro administrador do lugar nomeado pelo Governador Otomar de Souza. O ex-administrador traz em seu discurso as dificuldades que o grupo de moradores da rodovia enfrentou: a ausência de médicos para cuidar dos doentes, a falta de

alimentos, medicamentos, transporte e pontes das estradas vicinais. Ele relata que as necessidades foram se intensificando à medida que a população crescia:

Após a limpeza do local então, no dia 03 de outubro de 1981, chegou o chefe da empresa do governo (CODESAIMA) e o construtor o Serafim. (...) Não sei o sobrenome, ele disse “- Chico Reis, eu trouxe uma carta para o chefe do INCRA, porém está fechado, não tem ninguém na sede. Você poderia receber? – Sim”. Recebi e agradei. O teor da carta dizia que: Amanhã, dia 4 de outubro, estarei no INCRA, às 11 horas da manhã e quero conversar com o representante dessa comunidade. Então reuni os colonos da rodovia e vicinais para saber como deveria ser o encontro, reforçar as necessidades dos colonos. Então esperamos no dia e hora marcada o Governador Otomar na Sede do INCRA, no meio de um sol que tremia o cabelo. Quando ele chegou, por volta de 12h30min. Ele desceu do jipe, olhou ao redor e ficou calado (...). Então me aproximei dele, que foi tratando de se apresentar dizendo que era o governador do Território. Depois de muita conversa com a turma, o convidei para conhecer a escolinha que já estava construída, mas não havia professor. (...) Ali Otomar perguntou: - O que vocês querem que eu faça gente? Respondi - Essa multidão que você está vendo, são moradores dessa terra, e todos precisamos de assistência à saúde, escola, moradias, energia elétrica, sementes para plantar. Estamos aqui esquecidos pelas autoridades. Temos uma escolinha que não funciona por falta de professore e de material. Queremos a formação de uma Vila, este é o ponto chave para melhorar nossa situação e para não ficarmos jogados sem assistência, médica, política e social. Precisamos nos organizar como comunidade, ruas abertas em meio a esse matagal cheio de animais selvagens. Otomar respondeu: - Dou uma vila se você tomar conta. Estive a ponto de dizer não, minha família era muito grande, e todos estavam trabalhando na roça do arroz, milho e mandioca. Mas ninguém se manifestou (...). Se você aceitar amanhã mandarei as máquinas para fazer abertura das ruas, um trator, uma patrol, e um topógrafo. E com vinte casas construídas enviarei um motor de luz, uma máquina de pilar arroz, posto médico e um colégio grande. Pensei e disse: Está bem vamos esperar! Pediu licença embarcou no jipe e foi embora dizendo: tenho que chegar ao Jundiá, mas amanhã dia cinco de outubro essas máquinas estarão aqui (Chico Reis 14/07/2015).

O senhor Chico Reis confessou ter dúvidas se aquelas máquinas realmente poderiam chegar no dia marcado. Para surpresa de todos, no dia seguinte por volta das 13h chegaram todas as máquinas prometidas e o topógrafo. Nesse mesmo dia organizaram o local de permanência dos trabalhadores⁵⁵, na estrada vicinal 02.

A imagem abaixo representa a caminhada dos migrantes pela busca das melhorias do movimento, quando foram ao encontro do governador Otomar de Souza em outubro de 1981. Este percurso se deu pela BR 174 em direção a sede do INCR.

A pesquisa é algo fascinante e os “rastros, o cheiro, os indícios” podem nos levar ao inesperado, foi dessa forma que conheci a “pioneira do barraco de lona preta” do povoado.

⁵⁵A primeira rua aberta foi a Orestes Michalzeszen, a segunda foi a José Apolinário (migrante que possivelmente morreu nos garimpos do Tepequém), a terceira a Pastor Manoel Batista, a quarta Rua Antônio Assunção da Costa (professor da escola José de Alencar), a quinta Rua a Pedro Daniel da Silva, que foi estendida até depois da Travessa Simeão chegando à Avenida Maranhão.

Dona Izabel Sarmento da Silva natural do Espírito Santo no período da entrevista residia em Boa Vista.



Crédito 16 – O primeiro encontro dos migrantes com o Governador Otomar de Souza em outubro de 1981. Fonte arquivo de João Rosa.

A migrante chegou ao assentamento em 1982, junto com o esposo já falecido e seus três filhos, ela narra passo a passo os caminhos percorridos pela equipe de trabalho realizado pelo senhor Serafim na demarcação das ruas no espaço que havia sido derrubado e queimado através do ajuri.

Avistamos os homens que chegaram, estavam no alto da cascalheira da vicinal dois numa carreta com um trator D8 em cima. Serafim chegou e nos informou que estava ali para abrir as ruas. Acho que era uma hora da tarde não lembro exatamente a hora. Ele disse que ainda não havia almoçado, então preparei o almoço para eles, em seguida armaram uma lona no meu quintal no lote da vicinal 2e no outro dia começaram a limpar e abrir caminho das ruas. Assim eles permaneceram ali até concluir o serviço. Esse trabalho durou cerca de dois a quatro meses. Chovia muito isso atrapalhou o serviço do grupo. Havia uns cinco homens que trabalhavam com ele, três motoristas, um topógrafo, e um ajudante de serviço geral. Passei esse tempo todo cozinhando para os trabalhadores e ficaram ali até terminar todo o trabalho. Após o término houve a reunião na sede do INCRA para entregar a Vila para o Administrador Chico Reis, nesse dia também recebi dois terrenos urbanos uma esquina e sub-esquina na entrada da cidade. Houve quem discordasse pelo fato de ser privilegiada com as terras. Na verdade, foi uma repensa pelo meu trabalho, fiquei muito feliz por poder ajudar no desenvolvimento do lugar. Posso dizer que os trabalhos foram intensos e produtivos (8/07/2015).

Dona Izabel disse que após algumas dificuldades que passou no povoado vendeu um de seus terrenos para o senhor José Lindolfo (Baiano), um caixeiro viajante que vendia de tudo para os moradores: tecidos, alimentos, ferramentas agrícolas, sementes e secos e molhados em geral.

O senhor Baiano como visionário sobre os negócios, logo se fixou no povoado, e uma de suas primeiras funcionárias foi “Luzenir Nunes de Sousa”, filha do pioneiro senhor João Rosa (hoje professora da União na cidade de Boa Vista) começou trabalhar com treze anos de

idade e fazia todos os tipos de serviço, tanto do comércio como da casa do comerciante. A título de informação Luzenir Nunes foi à primeira aluna com doze anos de idade a participar de um curso de alfabetização quando ainda nem imaginava ser professora daquela instituição.

Dessa forma o relato de dona Izabel, ela afirma que, por motivos alheios a sua vontade mudou-se para Boa Vista ainda na década de 1980. E como os demais entrevistados abordam muitos temas interessantes, afirma de fato ser pioneira do povoado, e vai mais além, quando explica detalhes desconhecido dessa história: o seu trabalho na primeira escola do povoado, a José de Alencar, a amizade que fez com a primeira professora da escola Adalgiza Xavier, e dar detalhe da cavação do primeiro poço de água, e como armou seu barraco de lona na principal Avenida do novo povoado paralela a BR 174, a Senador Hélio Campos.

Fui a primeira e única migrante a armar uma lona preta para construir meu barraco no centro do povoado. E como não havia água potável somente no igarapé conhecido na época como a “bueira”⁵⁶ foi minha família a primeira a cavar um poço de oito metros de profundidade e puxar água com uma gangorra⁵⁷ feita de madeira, pois a distância para carregar água era maior se comparada às despesas com o trabalho do poço (...). A água do igarapé era saudável, mas a gente usava somente para lavar as roupas e tomar banho. Esse igarapé ficava do lote do Chico Reis o Administrador, e todas as famílias usufruíam inclusive para cozinhar e beber (...). Foi nesse tempo que conheci uma pessoa que também marcou a história daquele lugar a professora Adalgiza e sua família. Adalgiza era organizada com os trabalhos da escola e trabalhava os dois horários numa sala pequena com uns quarenta alunos. Aquilo era um trabalho muito pior do que o nosso, pelas condições do espaço físico. Minhas filhas estudaram com ela, pena que ficou pouco tempo na Vila (Izabel 08/07/2015).

Amparada nesta realidade desse passado longínquo as lembranças de Dona Izabel assim como a da história dos outros migrantes dão a impressão que os fatos ocorrem neste momento, de tão nítidas que são as narrativas.

Durante a pesquisa de campo, poucos falaram sobre Adalgiza, mas é sem dúvida uma personagem que me instigou, a saber, mais sobre seu trabalho, e durante um ano busquei informações a respeito dessa migrante querida pelos colegas de trabalho do hospital José Guedes no município de Mucajaí, instituição que Adalgiza trabalhou cerca de dez anos, por outro lado havia pais revoltados com seu comportamento com educadora.

⁵⁶ Nome dado ao igarapé devido o 6º BEC ter colocado algumas bueiras para canalizar a água e pavimentar a BR 174, parte dos moradores usavam àquela água para todas as atividades básicas, a água era carregada nos baldes e levado para as casas para consumo. Posteriormente o igarapé recebeu o nome popular de (Igarapé do Chico Reis) por pertencer às terras desse migrante. Há trabalhos de pesquisa referente a este igarapé já foi objeto de pesquisa de mestrado de Altyvir Lopes Marques, Canoas, 2006.

⁵⁷ Uma espécie de roldana enrolada em corda e amarrada no balde para puxar água do poço. Trecho da entrevista a Izabel Sarmiento em Boa Vista-Roraima, 08/07/2015.

Penso que é importante conhecer um pouco mais sobre esta professora que de certa forma deixou um ponto e vírgula nesta história. Segundo seu filho Alquidar a quem nos concedeu uma entrevista interessante.

Adalgiza era natural do Maranhão, da cidade de Zé Doca, chegou a Roraima em 1954 com dez anos de idade. Muito jovem começou a trabalhar na Educação do ex-Território. Mãe de quatro filhos biológicos e dois do coração, Adalgiza chegou ao povoado Vila do Incra em 1981, enviada pelo Governador Otomar de Souza para funcionar a escola José de Alencar (escolinha), que havia sido construída pelo Prefeito de Caracará Diomedes, no bojo do movimento de assentamento, entre 1979-1980 (23/07/2015).

A professora Adalgiza era pessoa de confiança de Otomar de Souza, em qualquer lugar que instalava uma escola, ali estava ela para organizar os trabalhos nos primeiros meses. Deixou sua marca registrada na história da educação de Rorainópolis, como a primeira professora a trabalhar com 72 alunos numa classe multisseriada em 1982, com alunos de 3ª e 4ª na “Escolinha da Vila do Incra” no período vespertino e seu companheiro Edmilson Pinho no turno matutino com os alunos de 1ª e 2ª série, um total de 104 alunos (Matrícula inicial 1982).

Esta pioneira trabalhou em muitos lugares com destaque nas escolas indígenas, e lembra o seu filho:

Minha mãe era andarilha e gostava de mudanças, na região do Taiano trabalhou três anos na comunidade do Pium, e Manuá, pertencentes à etnia dos Wapixanas nos municípios de Bonfim e Alto Alegre. Após deixar a educação enveredou pela saúde, no Hospital Coronel Mota, um dos primeiros hospitais do ex-Território, Hospital José Gudes de Mucajaí, (23/07/2015).

Segundo sua colega de trabalho a senhora Raimunda Costa, trabalhou doze anos junto de Adalgiza. Ela afirma que (Adal, como ficou conhecida pelos colegas do hospital) era uma guerreira, trabalhava em diferentes atividades dentro do hospital, mas seu forte mesmo estava nos partos, uma parteira eficiente, e uma auxiliar de enfermagem cuidadosa e amorosa com os pacientes.

Minha mãe não tinha medo de nada, e tudo que ela colocava a mão era abençoado, nunca vi nenhuma pessoa morrer em suas mãos sua coragem e determinação fez dela uma guerreira, quando ninguém se preocupava com a saúde dos seres humanos daquelas comunidades ela estava presente, mesmo fora de seus plantões vivia por seu trabalho em prol da saúde dos doentes (23/07/2015).

De acordo com os colegas, Adalgiza gostava de desafios de conhecer novos lugares, outras profissões e quando não se adaptava logo pedia transferência. Era determinada amava as pessoas, sua profissão e a natureza. Sua diversão era pescar, ouvir música e dançar, faleceu em 26 de maio de 2014, vítima de câncer de intestino aos 70 anos de idade.

Alquidar relata fatos tristes sobre a permanência da família a Vila do Incra em 1982.

[...] Após o acidente com meu padrasto Edmilson Matos Pinho, que caiu quando fazia armação do telhado da casa do motor de luz do INCRA em abril de 1982, ficando paraplégico. Ele havia sido despedido do emprego pelo Otomar de Souza que ao visitar a escola numa tarde do ano de 1982, não encontrou-o na escola estava no bar do Apolinário bebendo em pleno expediente, então Otomar chamou atenção dele. Edmilson sentiu-se ofendido e mandou o governador plantar batatas no asfalto foi um dos motivos pelo qual foi despedido do emprego imediatamente. Edmilson era um bom carpinteiro, pedreiro era muito trabalhador sabia fazer de tudo um pouco, e foi um grande homem durante toda sua vida. Mesmo em cadeira de rodas nos deu grandes lições de vida esteve no Hospital Sarah Kubitschek por várias vezes mais infelizmente não teve cura faleceu em 2004, muito sofrido pelo fato de viver muitos anos numa cadeira de rodas os músculos ficaram atrofiados por falta de atividades. Minha mãe sempre esteve cuidando dele, trabalhava em vários lugares mais em 2002 decidiu permanecer em Boa Vista para cuidar do marido (23/07/2015).

Vivenciando essa luta e o modo de transformá-la em uma literatura popular, verifica-se que a memória dos migrantes é constituída de elementos de valores, e como um tapeceiro confecciona seu produto ponto a ponto, sem perder de vista nenhum detalhe, esse tear das narrativas também traz pontos por vezes perdidos, esquecidos, ou mesmo desconhecidos e que precisa se aprender.

A história desses professores pode assim ser comparada “A memória individual, apesar de se explicar no contexto social, é aferida por meio de entrevistas nas quais o colaborador tenha ampla liberdade para narrar. Cuidados devem ser tomados em relação às interferências ou estímulos presentes nas entrevistas” (MEIHY E HOLANDA, 2007, p. 56).

Nesse sentido, analisar as narrativas no contexto das lutas dos migrantes nos faz refletir não somente sobre o espaço privado, mas o coletivo, a decisão tomada pelo grupo, à divisão das tarefas, a execução, o trabalho árduo dos professores, algo que não é simbólico, mas que representou, ainda que fosse de forma lenta a esperança de alcançá-las.

As palavras de Mariazinha esclarecem o concreto vivido:

Ah, minha filha, eu me senti no céu! O povoado foi sendo formadas as ruas abertas, as casas construídas, e gente chegando todos os dias⁵⁸ e queria terra. Nosso barraco acomodava muita gente que chegava sem condições de arrumar logo uma moradia decente. O barracão do migrante construído por volta de 1982 estava sempre lotado de gente, então o jeito era acomodar a todos em casa. A comida era farta, a gente plantava muito arroz, feijão, milho, batata doce, abóbora, o quiabo dava durante todo ano, pescava todo tipo de peixe, surubim, pescada, piau, pacu, trairão se pescava de anzol, tarrafa, malhador, arpão e arrastão. Tanto eram as

⁵⁸ As divulgações proporcionaram aos colonizadores uma longa caminhada rumo às terras desconhecidas, viabilizando o povoamento da região por migrantes de todas as regiões do país.

dificuldades que a gente usava a prática da boa vizinhança na troca e divisão de todas as necessidades (13/07/2015).

Esse modo de vida compartilhado fortaleceu os migrantes, e permitiu compreender como ocorreu a formação da Vila do Incra, os conflitos, as tensões e, sobretudo, a realidade vivenciada pelos integrantes do movimento.

Diante do exposto, (LE GOFF, 1990, p. 439) aponta as particularidades da memória e explica a reconstrução da escrita: “A passagem da memória oral para a memória escrita é certamente difícil de compreender”. De fato, há necessidade de uma análise mais profunda sobre as memórias, no sentido de interpretá-las, permitindo que a compreensão possa ser substancial e os detalhes não sejam desprezados.

Assim a mobilização dos homens, pouco a pouco deu lugar às moradias, comércios, escolas, igrejas e tantas outras realizações, ainda que a prefeitura de São Luiz, administradora do vilarejo durante quase duas décadas, não procurasse organizar e regularizar o novo núcleo que surgira, visto que era quase impossível atender à demanda em um período tão curto de tempo, para regulamentar todas as terras urbanas, em virtude da crescente chegada de famílias a localidade.

Ao se dar conta da memória, Mariazinha relata as condições que formaram o povoado, *“iniciando pelo broque da floresta de forma muito rude, por falta de recursos, a derrubada das árvores, a queimada, algo necessário, triste pela morte dos animais, das árvores, um grande escampado no miolo da floresta roraimense um fogaréu que demorou muitos dias para se apagar”*.

Considerando o trabalho realizado pelo grupo e o interesse na luta por melhorias das políticas públicas, melhores condições financeiras, se justifica o envolvimento dos migrantes, e a forma rude de trabalho não foi motivo para desistência nem intimidação.

A resposta foi possível a partir das memórias dos pioneiros que através de suas narrativas “rememoram” os acontecimentos expondo a situação que os motivou a ficar e lutar. É notório que a ausência de escolas e a possibilidade de instalação, a construção das casas são elementos que foi sem dúvida, representou um elo para permanecerem, isso favoreceu as políticas públicas do PAD/CSFV/ANAUÁ, a solução do isolamento, a partir da doação das terras para construção do vilarejo.

As memórias dos participantes dão conta que esse notável movimento de migração permitiu que na década de 1990 os maranhenses recebessem uma homenagem, uma avenida

com o nome de “Avenida Maranhão” em consideração ao grande fluxo de maranhenses fundadores e residentes no vilarejo, sendo eles marca registrada da cidade.

Esses pormenores da memória coletiva são comparados também a uma colcha de retalhos que vai sendo construída aos poucos com técnicas que somente o seu construtor sabe enveredar e sabe qual será o produto final. Estas narrativas podem ser comparadas a este quadro quando os participantes são atravessados pelas experiências e explanam os detalhes dando um resultado inesperado à pesquisa construída.

A história não é absoluta dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. [...] Em fim, a história se firma como nova, ao anexar novos objetos que até agora lhe escaparam e se situaram fora de seu território (DE CERTEAU, 1976, p. 12-13).

A partir da história de cada um dos entrevistados, não é difícil identificar a importância que tiveram quando exerceram seu papel desempenhando suas funções no meio social e político que estavam inseridos. Esses migrantes se destacaram pelos trabalhos desenvolvidos dentro do assentamento, quando se mobilizaram para atender as necessidades dos menos favorecidos que buscavam um medicamento, uma consulta médica, uma aposentadoria, uma ferramenta para trabalhar e até mesmo um caixão para enterrar os mortos.

Para garantir a integração do grupo no ambiente que estava se formando os migrantes cumprem seu papel social, quando seguem os movimentos que unem o passado, presente e futuro. Os colonizadores parecem concentrar-se na conquista do novo território espacial e suas melhorias, promovendo a coletividade não no sentido de reconhecimento pessoal, mas, sobretudo, na realização daquilo que parece ser uma obrigação.

Apesar da memória se constituir elemento essencial da entrevista, Meihy e Holanda (2007) observam que as entrevistas isoladas não falam por si somente, mas devem ser reinterpretadas em condições de organização dos fatos a partir das técnicas para uso dos procedimentos da história oral, considerando também a memória histórica dos fatos. E para tanto, “A memória coletiva e a identidade social se fundem para dimensionar o social, e mais do que objetos isolados de estudos elas se constituem no fundamento da história oral” (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 131).

Nesta pesquisa as entrevistas pressupõem-se verdades, que irão estabelecer nos textos narrativos os seus significados do “dito” do “silêncio”. De certa forma, sem esse instrumento não poder-se-ia falar da história dos migrantes da BR 174, já que as evidências mostram que somente a oralidade poderia de fato reconstruir esse contexto histórico de forma única.

Observamos a partir das narrativas que, houve o desejo dos colonos em desenvolver o lugar para além de seus lotes de terra rurais, que haviam sido entregues às centenas de famílias e precisavam ser reconhecidas mesmo que fosse por meio das tensões, dos enfrentamentos e das incertezas da prosperidade daquela região. Foi assim que eles começaram a reivindicar seus direitos perante o governo e desse modo surgem novas esperanças de melhorias.

Nessa corrida, política e social o senhor João explica a forma como ele chegou a ser o vice-administrador ascendendo sua posição social e política do novo aglomerado:

(...) Quando Otomar designou Chico Reis para Administrador fui também nomeado como vice-administrador. Passamos cerca de quatro anos tentando conduzir os trabalhos do povoado. Antes houve uma reunião na escolinha do quilômetro 460, conhecida como escola da Mariazinha⁵⁹ ali Tomaz Emiliano trouxe novas esperanças para os agricultores que viviam isolados do resto do país, era como se os colonos não fizessem parte daquele lugar aparentemente esquecido pelos governantes do Território. [...] Na verdade professora a gente era visto como invasores, sem classe, coitados, uma ameaça, não pelo perigo que a gente representava, mas pela força que a gente exercia sobre o direito de posse das terras nossa forma de lutar sem arma, sem violência, sem derramamento de sangue, mas pela conversa e organização (20/07/2015).

Quando o senhor João fala sobre sua ascensão política é possível compreender que, além de suas funções de trabalhador, pai, esposo, ele desempenhou novas funções tornando-se o líder ao administrar juntamente com o parceiro Chico Reis não à rodovia 174, mas o povoado recém-formado. Mesmo sem nenhuma formação técnica ou acadêmica os administradores desempenharam um papel relevante tornando-se conhecidos em todo território de Roraima pelo trabalho realizado.

Muito embora tivessem um jeito rude de liderar, acredito devido às condições de trabalho, a intolerância das pessoas, os desafios constantes, a intenção de acertar nos afazeres. Como os primeiros líderes do assentamento, se mostravam firmes em suas decisões, quanto à doação das terras, a organização dos bairros, a providência do transporte mesmo quando o gericó foi o único meio de transporte ainda assim favoreceu os trabalhos dos pioneiros agricultores e dos administradores.

O trabalho do administrador consistia em muitas atividades diárias: entregar os terrenos urbanos aos interessados, prover óleo diesel para o motor de luz, agendar o caminhão para transportar os produtos agrícolas das colônias, providenciar consultas médicas para os doentes, por vezes levar até o mercado da capital Boa Vista a produção, verificar as

⁵⁹ Nome que a escola recebeu devido sua filha Ivanilde Moreira caminhar seis quilômetros para chegar a escola no km 460. Mariazinha colaborava fazendo a merenda dos alunos e a limpeza.

necessidades da população em geral. O que mostra ser um trabalho intenso, diversificado e necessário.

2.3.1 A construção das estradas vicinais: um e dois

Quando se perguntou sobre a construção da primeira vicinal do povoado, o senhor João deixa claro que o governador Otomar de Souza gostava dos maranhenses e sempre atendeu suas reivindicações, e por este motivo estava sempre atento aos pedidos de melhorias dos colonos e as vicinais 01 e 02 foi uma forma de acomodar todos que precisavam de terra para morar e plantar:

Lembro-me que foi a vicinal 1 e 2, houve outras vicinais construídas nesse tempo, 3, 4,5, 6, 7 e 8. Otomar mandou fazer uma picada para doar as terras da vicinal 2 no total de 12 km, e assentar quem quisesse morar nesse espaço. O governador ordenou que Gentil Carneiro fizesse esse trabalho (...). Penso que abertura foi realizada pela equipe do professor Moisés. Otomar disse: - Se não for suficiente, manda seguir para a beira do rio Anauá, na vicinal 2 quero todos maranhenses assentados e produzindo. Desse jeito foram se formando as vicinais 1 e 2, as duas que cortam a cidade de Rorainópolis, de extrema importância para o lugar que continua recebendo migrantes todos os dias em busca de terra rurais e emprego (20/07/2015).

À narrativa do senhor João, detém pontos interessantes, o modo como ele descreve as lutas pela sobrevivência em meio às dificuldades. Diante dessa realidade vale lembrar a obra de Edward Palmer Thompson (1981) sobre “A Formação da Classe Operária Inglesa” o autor analisa o processo histórico dos camponeses, e identifica a relação desse sujeito com a posse da terra e sua identidade social.

Nessa perspectiva ele confere que:

[...] O pequeno proprietário estava interessado na rigorosa limitação e regulamentação dos direitos comunais; o aldeão e o uso capiente queriam que prevalecesse uma definição mais vaga. Os olhos do pequeno proprietário (como os de qualquer lavrador em qualquer época ou nação) brilhavam diante da expectativa de obter imediatamente o direito de propriedade mesmo que fossem apenas os quatro ou cinco acres que o cercamento poderia lhe conferir. Mas o aldeão sem qualquer direito a propriedade perdia tudo com o cercamento. No decorrer do processo, os ganhos dos pequenos proprietários provaram ser ilusórios (THOMPSON, 1981, p. 15-17).

Diante do exposto, não se tem dúvida, que Otomar de Souza, acreditou no trabalho daqueles homens, no cultivo da terra, na formação dos lugares, e os considerou como parte integrante na participação política, social, e econômica, no crescimento e desenvolvimento do lugar, pois, mesmo sendo militar não impôs medo aos assentados, as suas resistências, mas

respeito e liberdade ao conduzir a nova vila e o desejo dos camponeses na construção dos novos espaços.

As leituras dos arquivos também indicaram que após os assentamentos realizados nas BRs, abertura do povoado, a construção das casas, havia um diferencial e compreendiam abertura das estradas vicinais, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10. À medida que as vicinais eram construídas, os migrantes também recebiam seus lotes, sem nenhum direito a escolher a vicinal, bem diferente dos primeiros migrantes assentados. Vale ressaltar que os trabalhos realizados para abertura da estrada vicinal⁶⁰ 01 teve participação maciça de Gentil Carneiro e sua equipe de trabalho.

Acerca da construção da história no presente, o senhor José Raimundo Carvalho⁶¹ (Zé Raimundo), também se manifestou a respeito dos acontecimentos que marcaram essa história. Ele é natural de Pedreira Maranhão, chegou a BR 174 em dez de outubro de 1979, com toda sua família, e se juntou aos demais colonos que já residiam na estrada vicinal 02, próximo ao terreno da Izabel, em 1979, atualmente reside no Bairro Novo Brasil na cidade de Rorainópolis.

Casado e pai de quatro filhos em idade escolar tentava junto com os parceiros não somente a implantação de uma vila, mas, sobretudo, a instalação de escolas nas vicinais 01, 02 já que as filhas estudavam na escola do Valentin e seu intuito era de lutar por uma escola em sua vicinal e logo alcançou seu objetivo.

[...] Logo depois foram pavimentadas abeto as ruas do povoado também se deu início a pavimentação duas primeiras vicinais a 01 e a 02 que já estavam abertas e quase toda ocupada por colonos. Meu cunhado trabalhou durante muito tempo ali como mateiro, por isso posso falar com segurança dos trabalhos realizados (...). Já no povoado como o trabalho não foi completo, Otomar de Souza mandou abrir mais cinco ruas acho que por volta de 1983-1984. Com o passar do tempo, o centro do vilarejo foi transformado em área de comércio o tão conhecido "Beiral" (...). Os primeiros moradores foram sendo expulsos para os bairros afastados que foram sendo criados e dando lugar aqueles que tinham mais dinheiro para fazer uma casa melhor no bairro que estava se formando (22/07/2015).

Esses registros são significativos e constituem-se em ferramentas importantes para a pesquisa, e o qual o senhor Zé Raimundo esclarece um passado entrelaçado à memória pelos diversos fios que conduzem a estas lembranças. Durante a entrevista o seu cunhado afirmou ter trabalhado como apontador na pavimentação das vicinais 01 e 02. Ao ser incentivado a

⁶⁰De acordo com o relatório de INCRA 1999, ali foi assentado o primeiro morador o senhor José Dioclécio, e no período dessa pesquisa seu terreno havia sido loteado para terrenos urbanos do Bairro Gentil Carneiro.

⁶¹ Aqui usaremos o nome de Zé Raimundo, pois assim é conhecido na cidade, principalmente na estrada vicinal 02 onde possui um lote.

falar sobre a construção da vila, seus interesses, os primeiros prédios construídos, ele então enumerou uma lista de construções que veremos mais adiante.

Nesse caso, os registros são focados na memória de acordo com as narrativas orais, aspecto que “A memória como geradora de conhecimento deve ser vista como uma usina capaz de propor relatos que sirvam menos para encantar ou anestesiarem lembranças raras e mais pelo impacto social” (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 74). Na verdade o fascínio que os seres humanos têm pela história, elaborada a partir da oralidade, é uma forma de conhecimento que torna acessíveis a todos interessados em compartilhar o vivido.

E como técnica e instrumento de pesquisa estabelece uma relação intrínseca à medida que vão sendo construídas as entrevistas. E neste estudo merecem destaques as estratégias utilizadas pelos narradores como a: tranquilidade nas respostas, as lembranças, há tanto tempo guardadas, as falas bem elaboradas, os gestos, as pausas, até parece que tudo foi escrito e organizado para dizer.

Diante do exposto, as entrevistas nessa pesquisa retratam o prestígio das narrativas fazendo com que mereça atenção na explicação das fontes gerais onde as categorias apresentam cada passo no decorrer do texto produzido a valorização da transcrição deixando claro o entendimento daquilo que se quer alcançar dentro dos objetivos propostos na pesquisa.

Seguindo as narrativas o senhor Zé Raimundo demonstra tranquilidade e firmeza em suas palavras ao dizer que a principal avenida da cidade a Dr^a Yandara foi o primeiro espaço a ser realizada a picada para se chegar até a beira do rio Anauá. As terras que outrora não havia disputa, ou representava um valor maior, hoje são valiosíssimas, e não há lote vazio em toda extensão da vicinal, todas as fazendas que faziam parte do loteamento rural até próximo do igarapé da vicinal 2 foram sendo loteadas⁶², fazendo parte do perímetro urbano da “cidade que mais cresce em Roraima (IBGE, 2010)”.

Interligando os dados o senhor Zé Raimundo continua sua descrição dos fatos,

Hoje as terras do Anauá e rio Jauaperi professora, não temos espaço para assentar nenhum palito de fósforo tanto de um lado como do outro já têm dono, os grandes fazendeiros homens ricos de vários lugares do país tomaram conta das terras que era para os pobres Muitos dos colonos que foram assentados na minha época venderam suas terras por um preço simbólico, pelas dificuldades não souberam vencer as lutas, agora não tem mais retorno as terras ficarão muito caro, difícil de obter. Se você passar um dia na sede do INCRA você vai ter uma noção de tudo que estou te dizendo (22/07/2015).

⁶² O Chefe da Unidade INCRA afirmou que os loteamentos são ilegais, uma vez que são titulados e pertencem as terras da União. Os gestores públicos da cidade são responsáveis para realizar o desmembramento das terras, porém se depara com a falta de interesse dos administradores (5/2/2015).

Os registros dessa história constituem-se em verdades dos acontecimentos ocorridos e estão centradas na resistência do tempo, em que os migrantes permeiam como guardiãs da história, tornando possível compreender o que Nora (1993, p.12) identificou como "O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstruída".

Esse passado, distribuído em partes, levou-me até ao senhor Francisco Mathias (Chico Leão), casado, natural de Moçoró no Rio Grande do Norte e chegou também à BR 174 em setembro de 1979, e reside em seu lote situado na entrada da vicinal 6, desde sua chegada a Roraima. Cunhado de Zé Raimundo, o senhor Mathias compartilha suas experiências na criação do povoado, e lista alguns dos sujeitos envolvidos neste trabalho na formação do vilarejo:

O povoado começou pela união da comunidade do Professor Hausen e o apoio do Governador Otomar de Souza, e o único que teve esse interesse pelos colonos. (...). Particpei trabalhando muitos dias no desmatamento e coivara, junto com Zé professor, Diná, Pirilampa, Massa Bruta, Chico Reis, Israel Alves, Zé Preto, Vange, Apolinário, Pesqueiro, Zequinha, e por aí vai uma lista de gente que a memória não consegue lembrar agora. Mas uma coisa posso lhe dizer: o machado, a foice e facão foram às ferramentas que dominaram nosso trabalho durante muito tempo. Muitos agricultores deixaram a roça para trabalhar no rogado da vila. Era importante esse trabalho e urgente esse movimento de interesse fez da gente heróis da floresta, a gente só tinha medo dos castigos de Deus e nada mais afrontava os nordestino (06/07/2015).

Ao enfatizar o trabalho coletivo do povoado, ele relatou não ser assentado, mas que comprou as benfeitorias da terra com 400 pés de laranja que fora devorado pelas formigas saúva, herança natural da terra dessa localidade. Faz um esforço maior para lembrar tantos nomes que participaram na preparação do espaço do atual bairro centro da cidade. O senhor Mathias também indica o trajeto da vicinal 01:

[...] A vicinal 01 vai até o Rabo da Cobra com uma bifurcação que sai na Vila Moderna já no município de São Luís. Os trabalhos das estradas foram demorados começaram os trabalhos no verão de 1983 e terminaram no verão de 1984. Hoje a vicinal 01 esta asfaltada, os lotes são caríssimos é um sonho ver tudo isso assim, quando conheci somente mato. Hoje nem sei informa quantas vicinais existem nesse assentamento e muito menos quantas pessoas, mais acho que passa de quatro mil (06/07/2015).

Se tratando da Vila e o início da sua criação informada pelos pioneiros não são exatas, mas, nem por isso as informações deixam de ser importantes, pois cada entrevistado relata a partir de seu período de trabalho das suas recordações, e esperou que as letras mortas se

transformassem em histórias vivas a partir da escrita. Para estes atores tudo pode ser compreensível, a ordem dos fatos não altera a realidade vivida.

O senhor Mathias, assim como (Mariazinha e Chico Reis participantes desse movimento), elogiam o interesse do governador “ele era o pai dos pobres” se referindo às políticas assistencialistas desenvolvidas por Otomar Souza: à doação de redes, mosquiteiros, um casal de pintos para iniciar a criação nos lotes rurais, peixes, enxoval para grávida, sombrinha para as mulheres, e estadia para quem tivesse interesse em cultivar as terras de Roraima, uniforme para os alunos e outros.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 1992, p. 44).

Nesse contexto é possível entender que o conteúdo das narrativas possui sua importância sem se prender a linguagem dos participantes, ao vocabulário, o que se busca são interpretações que viabilizem compreender o formato dos relatos, tecer os fios e perceber que o trabalho dos assentados não se limitou somente às suas terras, mas, representou a união do grupo como uma estratégia de garantir a realização de várias tarefas.

E, quanto à atuação dos sujeitos percebe-se que as lutas contribuíram para formação social e política do lugar, uma legítima ferramenta de identidade presente e que fez parte do tempo, do espaço, da vida desses pioneiros no cotidiano amazônico. “É interessante observar esse ângulo do fato, e de sua projeção, quando parte integrante da memória pode ser chamada a ilustrar e a explicar qualquer questão, tão logo o pensamento se reporte ao passado” (VESENTINI, 1997, p. 28).

Conforme os relatos do senhor Mathias, um fato de grande relevância para o crescimento da região do assentamento foram os garimpos. Mesmo aqueles que deixaram suas terras em busca do ouro permitiram-se deixar as marcas na história, por vezes considerado um lugar sem vida, parado com relação ao movimento natural por ausência de lazer para o grupo masculino solteiro, isso causava estranhamento, solidão e novos sonhos de conquista.

Além disso, para muitos o trabalho na lavoura representava mais que um desafio, uma fuga para o isolamento dos homens. O senhor Mathias lembra que houve a falta de mão de obra na lavoura em função dos garimpos, sem dúvida, um dos desafios que os colonos enfrentaram tanto na colheita da produção como do preparo da terra.

[...] Quando cheguei plantei uma grande roça de arroz. A produção dessa lavoura sempre foi muito satisfatória nessa região, considerada a segunda maior produtora do estado. Em 1980 colhi 470 sacos de arroz e perdi duas linhas por falta de mão de obra, os trabalhadores abandonaram o serviço e aventuraram-se nos garimpos de Santa Rosa na estrada do Tepequém no município de Amajari, outros para a região do Surumu, então o jeito era lutar com nossas forças e não deixar perder tudo. Hoje não podemos mais desmatar para plantar como no início da colonização, são tantas leis e multas que a gente acaba comprando o alimento principal do maranhense, o arroz nossas de todos os dias muito mais caro do que devia (6/07/2015).

Esse participante também expõe sua opinião referente ao desmatamento que segundo ele, a juquirá⁶³ não produz arroz de qualidade, mesmo que seja no tempo certo é preciso preparar a terra com calcário, arar e seguir outros procedimentos que fortaleçam a terra e deixem-na pronta para um novo plantio. Esse desabafo pode ser considerado um sinal de que o trabalho na terra se mostra de grande valor para ele, com destaque à lavoura do arroz por ser o prato essencial da mesa nordestina:

Desde criança fui criado na roça. Meu tempo de trabalho sempre foi dirigido pela natureza, não havia necessidade de Técnico agrícola para dizer o que fazer. Hoje estou velho, tenho esse tanto de terra e não posso plantar arroz para consumir. Agora passo meu tempo caçando e pescando. Mesmo a caça está difícil. O tempo do passado que a gente plantava e colhia, hoje nem planta nem colhe, não derruba, não broca, por vários motivos. O IBAMA não deixa o colono trabalhar mais. Os nossos filhos precisam trabalhar de empregado na cidade (6/07/2015).

Com base nesse entendimento o senhor Mathias se mostra satisfeito com relação ao assentamento, mas questiona a proibição do desmatamento pelos órgãos públicos do estado, do município, e atribui isso a uma falha do poder público. No entanto, esqueceu-se de olhar para trás e ver o quanto já foi desmatado o seu lote e de outros tantos que chegaram ao limite máximo permitido pelo IBAMA. Atualmente os colonos de Rorainópolis são orientados pelos técnicos agrícolas a desenvolver cultura permanente⁶⁴.

2.4. Os desafios na construção das moradias: como, quando e do que fazer?

Ao retroceder no tempo e relacionar os relatos dos migrantes sobre a criação do povoado que hoje faz parte do município de Rorainópolis, é possível percorrer diferentes etapas em busca das origens dessa crescente e dinâmica cidade, que na iminência de seus

⁶³ Vegetação de porte baixo ou mato que nasce predominantemente em áreas abandonadas (campos de plantio e pastos) Dicionário informal. www.dicionarioinformal.com.br/juquirá.

⁶⁴ A Secretaria de Agricultura do município vem promovendo o desenvolvimento da cultura permanente em parceria com a Prefeitura, SEBRAE, SEAPA, EMBRAPA, e trabalham o Programa de Agro Industrialização em Assentamentos Rurais-Terra Forte com o plantio do dendê, coco, laranja, limão, cupuaçu e açaí. Este último vem sendo comercializado em grande escala, abastecendo o mercado local e da capital.

trinta e cinco anos de existência desde o início do vilarejo, o espaço que abrange doze bairros, cinco deles às margens da BR 174, o distrito de Santa Maria do Boiaçu, quatro vilas cinquenta e sete estradas vicinais e dezessete projetos de assentamento embora nem sempre essa estrutura tenha sido uma realidade.

Há evidências que ao ser criado o povoado, um novo desafio havia de ser enfrentado pelos camponeses: a falta de material para a construção das casas. Apesar de existir uma grande quantidade de madeira proveniente da derrubada da floresta, possível de ser utilizada, porém, não havia ferramentas disponíveis para beneficiar a madeira para a construção imediata de trinta ⁶⁵ casas.

Considerando os impasses abordou-se o seguinte questionamento. Como se deu a construção das casas, já que não havia transporte, casas de materiais de construção, olarias e serrarias. Nesse momento, ouvimos os relatos de Dona Fátima Silva, natural de Vitorino Freire Maranhão, que veio para a BR 174 em dezembro de 1977 para conhecer o lugar e nunca mais retornou para sua terra de origem.

A pioneira é casada com o senhor João Evangelista (Vange) e mãe de três filhos. Assim como tantos outros, ela traz suas histórias sem reservas, enraizadas no tempo passado, suas memórias representam o presente em suas ações em função de ser também pioneira na construção desse lugar.

Dona Fátima é funcionária da União; foi uma das primeiras professoras a trabalhar com educação infantil na Escola de 1º Grau José de Alencar. Ela ainda trabalha na referida escola, não como professora mais como Auxiliar de Serviços Diversos e no período dessa entrevista exercia a função de Inspectora de alunos. Quando entrevistada se mostrou solícita em relatar a maneira como foi construída sua primeira casa no assentamento, bem diferente de seus prédios construído hoje com outros materiais.

Ela confessou não ter sido um problema a falta de material na construção das casas, e sim a solução, pois, sentiam-se preparados pela habilidade que possuíam em trabalhar com os materiais disponíveis em meio à natureza (barro, areia, cipó, envira, cavaco, gravetos e madeira).

Considerando a experiência e a cultura daquelas pessoas, iniciaram uma maratona de retirada de cavaco, palhas, barro, varinhas e cipó títica⁶⁶, dessa forma enfrentaram o desafio

⁶⁵ Essa quantidade é descrita nas entrevistas dos nossos colaboradores, Chico Reis, João Rosa de Sousa, Maria José e Irene Barbosa.

⁶⁶ SCIPIONI, Marcelo Callegari, 2012, p. 1. Cipó títica são as espécies hemiepífitas do gênero *Heteropsis* produzem raízes aéreas que são conhecidas na Amazônia brasileira como cipó-títica e titicão ou cipó timbó - Açú, sendo fonte produtora de fibra de alto valor comercial, principalmente na fabricação de artesanatos e

na construção das moradias de forma improvisada, mas com determinação. A entrevistada em seus dizeres explica que:

O nosso primeiro terreno ficava às margens da BR 174, localizado nas imediações do prédio da Universidade Estadual de Roraima (UERR) ali também foi construído o primeiro comércio (um bar e mercearia). Construímos uma casa com três cômodos, cercada de taipa (graveto) e revestida de barro toá⁶⁷ retirado da cavação do poço. A gente misturava bem com água e fazia uma espécie da massa de cimento para encher as paredes. Deu muito trabalho, porém ficou como se fosse rebocada com cimento. A cobertura meu esposo Vange fez de cavaco de castanheira tirado de cunha⁶⁸. Os pregos foram feitos de cipó titica tirado nos arredores do barraco, havia em grande quantidade e servia a muitos propósitos. As duas portas foram feitas de madeira rachada com machado, o piso de barro batido e revestido com o toá pode garantir que tudo ficou muito bom e nossa felicidade maior ainda, pois, a gente tinha o bem maior “terra e casa” (13/07/2015).

A entrevistada comenta que nos dias atuais não haveria como construir os barracos nem mesmo de barro, já que as novas leis ambientais não permitem a degradação do solo, escavação de poços, derrubada da mata, a queima da madeira, até a piçarra para o trabalho de melhoria das estradas tem se tornado algo complexo diante das leis ambientais.

Entretanto, recorda dona Fátima que, até a mobília da casa era construída com os produtos da floresta:

O fogão também foi feito com o barro toá e todos os dias eu passava barro para ele ficar branquinho. O zelo com a casa era um dos maiores privilégios das mulheres era como se fosse uma casa de alvenaria toda na cerâmica, paredes de vidro e forro cartonado ou mesmo o drew. Também o fogão comparado um fogão hoje com as melhores tecnologias CookTop, os bancos feitos de pedaços de madeira, as vassouras de mato verde, vassourinha e cipó titica. Essa era o modelo da maioria das mobílias das casas. A gente era feliz com tudo que a natureza nos oferecia (13/07/2015).

Na realidade a mulher que possuía um fogão feito de barro toá podia se considerar um trabalho digno de admiração, uma obra de arte. Dona Fátima também revela que não havia desejo de muitas coisas que hoje faz parte da mobília da casa:

A gente nem pensava em fogão a gás, geladeira, armário, estofado, mesa de vidro, guarda-roupa, isso era um luxo, a madeira tinha em abundância tanto para o carvão como para queima. O arroz apanhado com uma faquinha, cortado com o

móveis. Os colonos assentados às margens da BR 174 usavam todos os tipos de madeira o (graveto) a madeira bem fina para fazer fogo, e serviam de suporte na sustentação do barro nas paredes da casa, a madeira de médio porte utilizada nos caibros, as madeiras mais grossas usadas na construção de pilão para beneficiar o arroz, até ser implantada a primeira máquina de arroz em 1982 no povoado. www.montana.com.br/Guia-da-Madeira/Industrializacao/Madeira-Rolica.

⁶⁷Uma espécie de argila muito branca comum no solo de Rorainópolis, muito usado na confecção de fogões na cultura camponesa dessa região. O toá também é usado para tratamento medicinal, como anti-inflamatório. Fonte: <https://institutoalmaconsciente.wordpress.com/2013/07/01/principais-tipos-de-argilas-e-seus-beneficios/>. Acessada em 26 de abril 2015.

⁶⁸Instrumento muito usado na produção do cavaco de madeira, ali na região.

cutela ou facão bem amolado era um serviço braçal e coletivo, todos participavam, ainda tinha o ajuri. Quando apanhado todo arroz era deixado no paiol para secar para consumir ou vender para os compradores da região. Cada ano havia a festa da colheita, em agradecimento a Deus pela fartura de alimento que os colonos produziam (13/07/2015).

Na versão de dona Fátima, ela lembra que tudo era artesanal, a água do poço era puxada na gangorra numa corda, isso durou mais de uma década essa forma de adquirir água e sem nenhum tratamento adequado filtro ou cloro, mas armazenada em potes de barro, tambores, bacias de pneus, ou baldes de plástico.

Além disso, havia o arroz socado no pilão, atividade praticada pelas mulheres e crianças em vista dos homens trabalharem o dia inteiro nos roçados e não dispor de tempo para realizar esta tarefa árdua. Outra situação era rachar a lenha e cuidar das caieiras também era o trabalho das mulheres e dos filhos, providenciar a lenha ou o carvão para o fogão.

Em relação às tradições como fontes históricas “[...] o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humana com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto é ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWEN, 2008, p 21).

Dessa forma os sussurros dos migrantes constroem estes fatos quase perdidos e, descrevem as velhas tradições do uso da lenha do fogão, a pilação do arroz, trabalho árduo e intenso. A luta compreende não somente uma ideal de vida, mas a concretização de um sonho pela posse da propriedade da terra seja rural ou urbana.

Consideramos pertinente analisar o relato do senhor Zé Raimundo um camponês que compartilha suas experiências também na construção das casas do vilarejo. Assim, há diferentes explicações sobre a construção das moradias:

As primeiras moradias foram construídas no local que hoje é o bairro centro da cidade. A primeira casa construída no centro do povoado foi do Baiano cercada de imbaúba, as demais eram feitas de barro, de taipa, amarrada com envira, cipós e madeira roliça era o tijolo que sustentava o barro nas paredes da casa, a telha o cavaco, palha de ubim, de inajá. As casas de madeira somente foram construídas em meados de 1980, quando já havia motosserra para tirar madeira, ou comprar na serraria Pica-pau do Francisco Luiz Reginatto, pai do Moacir Reginatto. As casas foram construídas a beira da Avenida Hélio Campos, era um grande beiral de tapiris, feios sem modelo, sem pintura ou acabamento, isso deixava uma visão de favela para quem observa da estrada (22/07/2015).

O senhor Zé Raimundo lembra que a expansão do povoado se deu de forma desordenada, em menos de um mês já havia mais de trinta casas construídas e centralizadas

confirmando assim as informações do ex-administrador. As casas foram construídas em pleno verão, eram espaçosas, mesmo que não tivessem muitos cômodos, eram arejadas, os terrenos mediam doze metros de frente por trinta de fundos, isso permitia a construção das casas em locais espaçosos, mesmo com o material improvisado.

Sabe-se que a área pertencente à Avenida Senador Hélio Campos paralela à rodovia, foi rapidamente povoada com barracos de sarrafo de madeira, papelão, casa de taipa e somente a partir de 1983, surgiu às propriedades dos primeiros comerciantes construídas de tijolos (Luiz Tavares, João Honorato). Os comerciantes chegavam e compravam as terras urbanas dos moradores para construir as melhores casas da cidade.

Para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se com muita facilidade de duas coisas: os custos, sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o contexto mais amplo (regional, nacional, interegional) (SOUZA, 2003, p.95).

Os relatos sobre a construção das moradias apresentam os costumes e tradições culturais dos povos que migraram para aquele lugar com destaque os maranhenses com sua habilidade para construir usando o barro, palha e cavaco de madeira. Estes indícios nos permitem contar a história da construção das centenas de casas desse lugar.

Isso revela a forma de garantir:

[...] O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo determinado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, p.7).

Pensando nessa aceleração da história da qual fala o autor, volta-se para a entrevista de uma professora que chegou à BR 174 ainda menina com quatro anos de idade, em julho de 1976, hoje tem 44 anos de idade é mãe de três filhos e avó. Vilma Lopes do Nascimento é natural de Santa Luzia no Maranhão e veio com sua família em busca de terras e emprego.

Seu pai trabalhou na construção da BR 174, na função de pedreiro e sua mãe cozinheira dos trabalhadores da rodovia, homens que durante anos se empenharam para a integração de Roraima aos demais Estados brasileiros.

A participante informou que durante muitos anos andou de bicicleta levando os irmãos na garupa, uma de distância de seis quilômetros para frequentar a escola José de Alencar, e

nos seus primeiros anos escolares, como não havia escola estudou em Boa Vista, onde as atividades de educação física lhe possibilitou ser uma das primeiras atletas da Vila do Incra.

A senhora Vilma é pedagoga e em 2015 concluiu a licenciatura em Educação Física, unindo às práticas as teorias, visto que já trabalhou com todas as modalidades da Educação Básica tanto nas escolas municipais quanto estaduais, ministrando a disciplina de educação física. Em sua ascendência profissional, exerceu o cargo de Diretora de escola, Supervisora e por dois mandatos assumiu o Departamento de Ensino e Assuntos Pedagógicos (DEAPS), Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis, no quadriênio de (2005-2008 2013-2016).

As experiências vivenciadas naquele lugar, a participação social e política na comunidade têm favorecido seu trabalho e revela as dimensões entre o ontem e o hoje desse município, o universo simbólico que ela assim descreve.

[...] Olha, eu já tenho 40 anos morando aqui e não me arrependo de ter escolhido esse lugar para viver e criar meus filhos, apesar de muitas dificuldades no início, mas depois ficamos bem, havia a possibilidade de crescimento, de trabalho, de estudo porque as terras eu já possuía. Tenho quase toda minha vida morando aqui, aprendi amar esse lugar é como se esta fosse minha terra natal, tudo que sou devo ao meu pai e a esta terra hospitaleira que nos acolheu e nunca nos deixou faltar nada. Penso que todos nós devemos agradecer por morar nesse pedaço do céu (Vilma Lopes, 11/07/2015).

A entrevistada se posiciona e deixa claro seu conhecimento a respeito dos fatos dessa história, demonstrando uma memória não cristalizada, mas, como personagem que compartilha as lembranças marcadas de subjetividade.

A respeito dessa memória histórica, na busca pela superação da história dos migrantes, o autor abaixo faz um paralelo entre a memória e suas evoluções e sinaliza que o coração do historiador identifica o pensamento simbólico da memória, e dessa forma “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as continuidades temporais, às evoluções das coisas” (NORA, 1993, p.9).

Partes dessas memórias jazem no esquecimento, dormindo o sono da morte; dentre tantos, Edmilson Nascimento pai da professora Vilma⁶⁹ a quem se mostra saudosa e tenta enobrecer a imagem do pai amado lembrando os trabalhos que ele realizava.

⁶⁹No Maranhão no local que eu morava tudo era difícil quando adoecia era tirado na rede, não havia transporte somente na época da colheita um carro passava comprando a produção dos colonos. Aqui sempre foi diferente apesar de não ser muito perto sempre teve transporte, estrada mesmo de chão, posto de saúde com bons profissionais, fossem os carros da empresa que construía a BR, caçamba, ônibus, bicicleta, até moto surgiu com o passar do tempo. Todas estas facilidades fizeram com que meu pai escolhesse este lugar para criar seus filhos. É tanto que até hoje moramos no mesmo lugar, os filhos estão junto da mãe com os netos. Meu já faleceu, mas nós continuamos, já construímos novas casas após sua morte e não temos intenção de deixar nosso terreno e morar na cidade (11/07/2015). Trecho da entrevista de Vila Lopes.

As casas eram construídas em forma de mutirão, em troca de diária, ou do trabalho solidário. Os construtores eram pessoas experientes no uso dos materiais, o barro, o cipó e o cavaco. Meu pai Edmilson foi um dos homens de destaque que trabalhou na construção das diversas casas do povoado: da escola, da casa do motor de luz, da Cobal, do malocão, do posto de saúde, a igreja católica e outras construções do governo (11/07/2015).

Edmilson era considerado o mestre de obras daquela arquitetura estranha, por sua habilidade os moradores o requisitavam para o trabalho em suas casas. Era eficiente, essa qualidade permitiu-lhe viver um momento ímpar com todas as contradições existentes na época por falta de material adequado para as construções das moradias. Ao contrário do que se pode pensar para esse construtor foi somente mais um trabalho a ser realizado.

O material disponível precisava ser utilizado cuidadosamente no tempo certo no verão, além do que não havia outro meio para a construção das casas. A situação econômica da maioria não era favorável à compra de material em Caracaraí, Boa Vista ou Manaus as cidades mais próximas, onde havia os comércios de materiais de construção.

Lembro que todas as casas eram feitas de barro batido de várias cores, poucas tinham um bom acabamento dava uma noção de grande pobreza das pessoas. A nossa casa era de barro coberta com cavaco, posteriormente papai construiu de madeira, agora construimos de alvenaria. Ele ficaria muito feliz por ver quanto progresso já alcançamos nesses anos. Meu pai estava sempre disposto a contribuir com seus serviços, era um homem que entendia de tudo da construção. De cabeleireiro, pintor, carpinteiro esteve sempre cercado de trabalho desde que chegamos aqui. Era muito caprichoso com tudo que fazia (11/07/2015).

Analisando esta entrevista se percebe o acréscimo de detalhes significativos sobre a forma de construção das moradias do povoado. Pensando assim, que interesses estavam por trás da construção das casas? Tal aspecto define o pensamento histórico e cultural dos moradores, da época, tendo em vista que 93% dos migrantes integravam o modelo da arquitetura modesta, sem a preocupação com projetos arquitetônicos para a construção das casas.

O desejo estava em possuir um teto que garantisse sua permanência no povoado isso sem dúvida compreendia a realização dos diversos sonhos. A pesquisa evidencia diferentes interesses na construção das casas no povoado: acesso a escola, a saúde, administração, o serviço social como o trabalho das mulheres no malocão. Esse interesse constituiu um novo território, fato que pode ter gerado o êxodo rural, desse lugar, e o costume de duas moradias a rural e a urbana.

É importante ressaltar que a história desse lugar é tal como aconteceu considerando a construção dessas memórias relatadas pelos migrantes que viveram esse tempo, e guardam na

lembrança como um livro aberto e que cada página desse texto deu vida a novas etapas que vão sendo recolhidas e integradas a essa história tão interessante.

Nesse sentido, Santos, (2003) explica que a memória trabalha no imaginário e possibilita um novo aprendizado. A autora entende que a “memória como o trabalho dos seres humanos”, àquela que tramita na capacidade de transformação dos fatos, admite que a memória seja o campo da história de vida humana:

Podemos dizer que a memória enquanto aprendizado se perde no mundo da informação. A partir da substituição do artesão pelo operário da fábrica, o trabalho se reduz em atos mecânico e repetitivo sem que seja necessário para o desenvolvimento das atividades previstas o aprendizado acumulado durante a vida. O tempo se desvincula das experiências de vida, tornando-se autônomo, regulado, impessoal, e passa a exercer controle sobre os passos de cada um (SANTOS, 2003, p. 19).

Nesse vai e vem de tantas memórias, Mariazinha mostra um dado a mais, para a segurança dos barracos, são as dobradiças de pneus e as tramelas feitas de pedaços de madeira substituindo as fechaduras das casas. (...) *“Aqui não havia nenhum perigo deixar a porta aberta, nosso lugar não era visado pelos traficantes de drogas, que hoje invadem nossa cidade, pelos assaltantes de caminhões, ladrões de gado ou arrombadores de casa, como temos hoje. Isso fazia dos pneus e tramelas a segurança das casas”*.

Estes materiais serviram a este propósito por mais de uma década. E apesar de seu crescimento rápido, o vilarejo se mostrava diferente dos outros centros urbanos do país, isso considerando a situação vivenciada na Amazônia roraimense quando na abertura da rodovia.

À medida que o tempo passava o tráfego intensificava, no entanto, o perigo não rondava a vila, ainda pouco conhecido, de início não havia interesse desses elementos, talvez fosse considerado um lugar sem vida, isolado, pois não atraía outros interesses que não fosse à construção das moradias.

Com o crescimento demográfico, houve a atração dos comerciantes, madeireiros, fazendeiros, que ali aportaram e pouco se ofereceu de oportunidade de emprego para os assentados do lugar.

Mariazinha argumenta de forma crítica que *“somente depois de seis anos de luta o INCRA passou a fazer parte de uma vila e deixou de pertencer ao anonimato. A gente não representava muita coisa, mais quando Otomar assumiu olhou pra gente e nos tratou com respeito”*.

Essa mulher de muitas habilidades compreende que essa história, faz parte de suas lembranças. Possivelmente para alguns estes fatos parecem totalmente sem valor, sem

representatividade e nem sabem quantas lutas aquele grupo travou, poucos sabem que eles fazem parte dessa história, e são fundadores de uma cidade tão importante na Amazônia roraimense.

Era uma aventura, um grande desafio, muito sofrimento que a gente passou mais quem veio com esperança de conquistar a terra prometida isso era nada. A chuva não dava trégua, o barraco precisava ser bem coberto a construção das casas era bem engraçada, sem pregos, madeira, fechaduras de tramela, o cipó servia de prego para amarrar a madeira nas paredes e depois encher de barro o pneu de carro a gente usava como dobradiça⁷⁰. A madeira roliça tinha muitas utilidades em todo nosso trabalho. Eu estive presente, vivi todos os dilemas do lugar juntos temos muita coisa boa para compartilhar com as pessoas. A beleza, a tranquilidade, o prazer de possuir um pedaço tão grande de terra, o plantar de tudo para comer e vender. É bom saberem que fomos os primeiros a vencer as pragas, e contar de fato como tudo aconteceu (13/07/2015).

E quando questionada sobre a forma que vivia, Mariazinha expressa seus pensamentos com algo que aborda as mudanças que aconteceram no povoado e deixa claro seu desejo de ver sua história conhecida por outras pessoas “*Eu sei que tudo isso que construímos e que passamos faz parte das mudanças, que o tempo de hoje não será o mesmo do amanhã, que essa história um dia será contada, será conhecida vai sair do escuro, antes de morrer espero ver tudo isso que te contei publicado em algum papel de valor*”.

Os dizeres aqui retêm pontos de vistas do passado, no qual se procura montar uma linha do tempo, pelo desejo de ser reconhecida pelo que fez o que transparece o mesmo pensamento de senhor João e do senhor Valentin, quando criticam as universidades pela falta de interesse em pesquisar a história do assentamento.

Nessa linha de pensamento os entrevistados comparam os materiais utilizados na construção dos barracos naquele tempo a joias preciosas, isso por falta dos materiais comum a esse tipo de moradia, e compartilha os dizeres de Dona Fátima tendo em vista que em pleno século XXI estes materiais são tão raros no município não pela escassez, mas pela burocracia de acesso, que seria impossível obtê-los com essa primazia dos velhos tempos.

Assim o senhor Valentin expressa, seu pensamento dizendo:

[...] Professora, quem cobria a casa de cavaco podia ser considerado a telha de barro hoje, nas piores condições cobriam-se de lona, cercava com varinhas e palhas. Anos depois, começou a se construir de madeira, de “sarrafos” colhidos nas serrarias. Quem não tinha condição continuou com as casas de taipa. Nesse movimento foi construída a rodoviária administrada pela família do Pedro Silva isso já em 198. Era uma casa grande construída de madeira e pintada de azul, ali se

⁷⁰ Esse material possuía importante valor o pneu-dobradiça, as fechaduras- tramelas de madeira; o cavaco e a palha podiam ser comparados com a telha Ondina, o barro toá com o cimento, a madeira roliça acessível na época, e podemos compará-la a madeira beneficiada nas grandes serrarias de Rorainópolis atualmente.

vendia passagem de ônibus da Empresa Andorinha e depois passaram a vender passagem da empresa EUCATUR. Antes a rodoviária funcionava na casa do José Apolinário, onde também tinha um bar e a gente enchia a cara ali (06/07/2015).

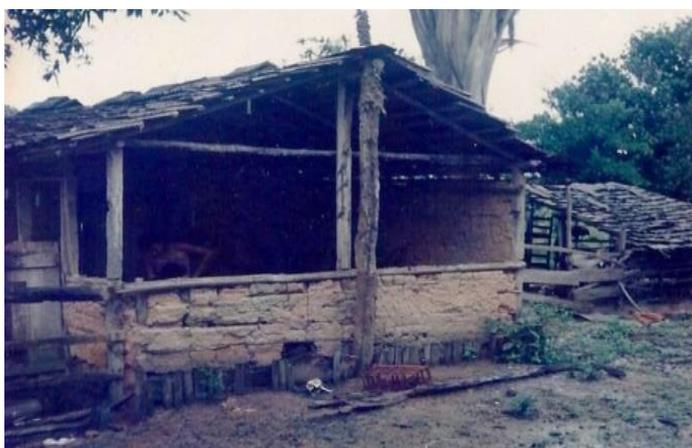
Com um pouco de imaginação pode-se visualizar esse cenário, da casa construída de modo rústico, da venda e compra de passagens, o desembarque de passageiros, o primeiro impacto para aqueles que vinham das grandes cidades deparava com o contraste. A pobreza, escassez de alimentos industrializados, arquitetura, infraestrutura, o que possivelmente chamava atenção dos viajantes e dos novos moradores.

Por sinal, esta arquitetura rústica marcou historicamente esta época, no desenvolvimento dos espaços da floresta disputado por centenas de pessoas que procuravam aquela cidade para se estabelecerem nas terras urbanas do povoado.

Para melhor compreensão o (Crédito-17) representa um modelo das casas construída pelo senhor Edmilson Nascimento por volta de 1977 e ainda resiste ao tempo às margens da BR 174, as relíquias dessa arquitetura primorosa.

Considerando o lugar pesquisado, e suas contribuições relacionadas com a memória e a história (DE CERTEAU, 1976, p.18) acredita que “Cada pesquisa é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômica, política e cultural”.

Portanto, há de se considerar o lugar de onde o sujeito apresenta seu discurso, que pode ser uma instituição escolar, uma biblioteca, museu, uma igreja, um lugar significativo que traduz a importância dos saberes, dos fatos, dos acontecimentos, das experiências vivenciadas. Esse lugar é agregado ao pensamento e desejos do historiador e por vezes pode constituir o objeto que o historiador analisa



Crédito 17 – Uma das construções do senhor Edmilson Nascimento, 1977. Fonte: Vilma Lopes.

Os objetos aqui indicam um enredo de histórias e nesses termos, vamos conhecer os sentimentos expressos por José da Luz Tomás Emiliano (Zé Tomaz),⁷¹ primeiro Técnico Agrícola do movimento de assentamento, natural de Belém da Paraíba, casado com a Extencionista Denize Gonçalves residente no Bairro Pantanal nº 389. Veio para Vila do Inca em 1984, no entanto, já trabalhava na região do Novo Paraíso (Caracarái) desde 1980, prestando assistência técnica aos colonos para o desenvolvimento dos plantios, combate as pragas da lavoura e aquisição de sementes.

O senhor Zé Tomaz explica que a grande novidade que chegou para os moradores da rodovia, naquele mês de outubro de 1981, foi o convite para trabalhar no roçado do futuro povoado, e embora não tenha participado daquele movimento, descreve a origem da construção das casas e nos apresenta um acervo fotográfico “único” digno dos maiores museus.

São momentos da história desse lugar, e relata algo novo: a inauguração da escola José de Alencar, a construção do Malocão, da Cobal, as ações do plebiscito realizado pelo grupo de políticos para emancipação da Vila e traz em sua mente uma biblioteca ambulante, tantas são as informações prestadas desse migrante. Suas recordações dão conta que:

(...) A primeira casa construída de madeira no povoado foi de José Apolinário, embaixo das mangueiras, local que foi construído o prédio do Instituto Superior do Estado de Roraima- ISER que recebeu o nome de (Antônio Carlos Lacerda Gago), em homenagem ao nosso saudoso prefeito. Depois passou a funcionar em 2005 o Campus da Universidade Estadual de Roraima, uma grande conquista para o município. (...) A saca do Apolinário era feita de tábua serrada com motosserra. Uma das melhores casas da época e ali funcionava um bar e também o primeiro ponto de parada dos ônibus, não era uma rodoviária, mas um cubículo alugado para o Etevlino responsável pela venda das passagens. Também funcionava o único bar do vilarejo onde os homens afogavam suas mágoas na cachaça e sinuca A carência de madeira beneficiada tornava o barro, a madeira roliça, o cipó a tábua serrada de motosserra e os sarrafos um material valioso na construção dos tapiris (15/07/2015).

Essas lembranças atravessam vivas as memórias do senhor Zé Tomaz e constituem-se os fatos que em seus dizeres se caracterizavam pelo silêncio e descaso dos pesquisadores.

Isso é um privilégio participar dessa pesquisa professora, quando na verdade tudo isso já deveria ter sido escrito, pois a história está se perdendo sem nunca ter sido achada por nenhuma instituição interessado na vida desses homens desbravadores. Meu irmão Tomaizão está escrevendo e já possui mais de trezentas páginas, são coisas fantásticas, as memórias do assentamento, dos migrantes e toda essa história (15/07/2015).

⁷¹ Político influente da época foi vereador pelo município de São Luís e vice-prefeito do referido em meados da década 1980.

O fato é que em poucos momentos, das vinte pessoas entrevistadas, somente Zé Tomaz, Zé Raimundo e Mariazinha observaram esse detalhe da casa do senhor Apolinário em ser a melhor casa do povoado na época, construída de madeira, um registro construído coletivamente e por ausência de um memorial dos fatos as memórias dos atores seguem os rastros e caminham para momentos interessantes.

2.4.1 No encalce das promessas do governador Otomar de Souza Pinto

Com os movimentos articulados junto ao Sindicato e a liderança da BR 174, do novo povoado, das casas construídas, e o aumento na demanda de aquisição das terras urbanas. O administrador Chico Reis foi até a Boa Vista, cobrar as promessas feitas pelo Governador Otomar de Souza, no dia 5 de outubro de 1981, quando prometeu benfeitorias a partir de vinte casas construídas. Este parece ter sido mais um desafio decisivo para o desenvolvimento do povoado. A partir das relações políticas:

Cheguei a Boa Vista e fui atendido pelo governador Otomar que autorizou eu comprar todo material para a construção da casa do motor de luz e da máquina de arroz. Comprei uma parte em Boa Vista, a madeira comprei aqui mesmo na Vila. A casa do motor de luz foi construída na área de terra que hoje é a propriedades da professora Maria do Espírito Santo ali funcionava também a máquina pública de pilar arroz. Nesse período o responsável era o Valsiná Moreira (o Diná) depois veio o Edmilson Nascimento o (Pesqueiro). [...] Todas as casas do governo foram construídas de madeira compradas na serraria do Valdir Peccine que funcionava nas proximidades da entrada de vicinal 3. Nosso governador era homem de palavra, passamos então a confiar cada vez mais em suas promessas, isso nos motivou a buscar novos interesses nos dirigindo diretamente a ele, por muitos anos funcionou assim. Muitos administradores passaram pelo povoado cada um deixou sua marca contribuindo com o progresso do lugar (14/07/2015).

Nota-se que todas estas aquisições se deram no governo de Otomar. A energia elétrica e a máquina de beneficiar arroz representaram um novo momento na vida dos camponeses, diminuindo o trabalho das mulheres que pilavam arroz no pilão de madeira e depois sacudiam no quibano⁷² feito de cipó, palha ou junco. Um costume dos povos maranhenses para deixar o arroz pronto para o consumo.

⁷² Uma espécie de peneira feita de cipó títica ou de junco tem diversas utilidades. Na cultura dos maranhenses é usado para sacudir a palha do arroz.



Crédito 18- Antiga usina de arroz do governo, implantada por volta de 1982. Fonte arquivo pessoal da pesquisadora, 2016.

Além de todo trabalho para organização das benfeitorias, o senhor Chico Reis busca em suas lembranças e afirma orgulhoso ser ele o autor do nome do município de Rorainópolis. Tudo aconteceu em uma reunião realizada com o Governador Otomar de Sousa, em 1983 nas dependências da Escola Estadual José de Alencar.

O senhor Chico Reis acrescenta:

[...] Otomar pediu a multidão que estava presente, colonos, professores, alunos, funcionários do Incra, e políticos. Ali solicitou que escolhessem o nome para mudar de Vila e todos ficaram calados então me levantei e disse: Rorainópolis. Otomar perguntou: tem outro nome? Os presentes responderam, este está muito bom-Brigadeiro será em homenagem ao Território de Roraima, pois os outros municípios têm nomes bem diferentes com exceção de Pacaraima. Foi então aceito o nome da nossa querida Vila que por erro de digitação ficou Rorainópolis (14/02/2015).

As experiências desses homens são marcantes a partir das memórias reviveram episódios que nos dizeres do senhor Chico Reis, aqueles foram dias muito difíceis, mas comparados à miséria do Maranhão havia a esperança de uma nova vida, embora ainda tivessem que caminhar muitas milhas.

Na BR 174 e no povoado tudo ainda estava para ser construído, havia idealizado o que a gente queria. Estava tudo organizado na memória e no papel, mais, na prática não havia infraestrutura, faltava tudo na Vila, havia começado tudo da estaca zero e todos necessitavam de serem vistos com dignidade e desfrutar dos benefícios do trabalho realizado. A gente precisava da atenção dos políticos, prefeitos, deputados, vereadores para trazer melhores condições de vida e de trabalho para os colonos (Chico Reis, 14/07/2015).

Tudo causava estranheza para quem chegava ao povoado e via o povo naquelas condições, ao mesmo tempo também demonstravam admiração pela coragem dos migrantes em se refugiarem em seu “cantinho sonhado”. A recompensa por tantos obstáculos e lutas que enfrentaram, representou a dimensão maior, quando desbravaram as matas, enfrentaram todos

os problemas de um assentamento: a falta de escola, de higiene, água, doenças, como a malária.

Neste período Barros (1995) descreve como a malária acometia os seres humanos na região:

A malária é endêmica, sendo raríssimo o pioneiro que não tenha sido atacado por ela. Os momentos iniciais do desdobramento da floresta são referidos como de grande eclosão da malária. Depois, ela se reduziu. A malária se associa também à presença de fluxo de migração em direção a garimpos, e o aumento da disponibilidade hídrica no período das chuvas (BARROS, 1995, p. 115).

Foi sem sombra de dúvidas, um dos piores males enfrentado pelos migrantes do assentamento. Mesmo diante de tantas dificuldades para o tratamento da doença, os homens continuaram esperando a erradicação do mosquito, que somente ocorreu no início do século XXI. Mariazinha aborda sobre a difícil situação das doenças que tornava os migrantes seus reféns.

A gente tinha saúde para trabalhar, mais a malária, garganta inflamada das crianças, sarampo, tosse braba, hepatite, as doenças causadas pela poeira, as constantes queimadas dos roçados deixavam uma nuvem de fumaça que durava dias na região da BR 174. (...) E o verão forte quando na abertura do povoado, as máquinas faziam um barulho quase insuportável uma preocupação constante das mães no cuidado da saúde das crianças. A gente não tinha muito recurso para tratar as doenças o jeito era usar as ervas, e fazer xaropes, banhos, o chá de picão⁷³, para quem estava com malária e febre. A gente lutava coletivamente para sobreviver nesse meio de mundo e sempre tudo deu bons resultados (...). Minha triste lembrança desses momentos foi à morte de meu esposo em 1983, muito jovem, pegou uma malária que não teve cura, se Yandara tivesse viva teria cuidado dele. [...] Eu sei que tudo de ruim que aconteceu com a gente não culpo o lugar, mais as condições que a gente vivia sem muito apoio dos governantes (13/07/2015).

Os pioneiros enfrentaram a pior inimiga do assentamento que não era a pobreza, mas sim a “malária”, que não somente matava como também assustava e trazia insegurança aos moradores. Crianças, jovens, idosos, e adultos os próprios índios foram vítimas dela. “A malária não dava trégua e não faltava gente doente, a minha casa era o refúgio dos doentes. Eles precisavam de muito cuidado para recuperação da doença muitos nunca tiveram esse privilégio” (13/07/2015).

O trabalho intensivo da SUCAM no assentamento - as visitas a domicílio das estradas vicinais com o objetivo de diagnosticar e oferecer o tratamento aos pacientes - não pareceu suficiente, já que muitos precisavam de tratamento mais sério em Manaus no Hospital de Doenças Tropicais, ou mesmo em Boa Vista. Porém, em parte não dispunha de recursos para

⁷³ Picão Bidens pilosa: planta da família das Compostas trata-se de uma erva anual que floresce em todo o Brasil. Conhecida também como macela-do-campo, erva-picão, picão-do-campo, picão-preto, piolho-de-padre, carrapicho, seco de amor, aceitilla, cadillo, chilca, pacunga, cuambu, erva picão, alfiler, clavelito de monte. Disponível em <http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/picao.html>. Acessado em 3 de setembro de 2015.

a viagem, menos ainda para o tratamento, o que acreditamos ser também a causa de tantas mortes.

Cumprindo sua palavra o Governador contratou a médica Maria Yandara⁷⁴ Alice Bueno de Carvalho em meados de 1982. A referida médica era natural do Rio de Janeiro, e possuía a especialidade em Pediatria, no entanto, atendia em todas as áreas possíveis.

Verifica-se que durante todo período de expansão da Vila do Inkra, o governo de Roraima, na pessoa de Otomar de Sousa, cumpriu com as promessas feitas aos colonizadores, e aos poucos os problemas vivenciados pela comunidade fora superado o que despertou o interesse de políticos que se voltaram para o vilarejo em busca de organizar suas bases políticas.

Outra migrante que referência os trabalhos de Yandara é dona Irene Figueiredo, que veio de Pedreira no Maranhão em agosto de 1978, direto para a BR 174, no Km 460 lugar em que funcionou a “Casa-Escola conhecida como escola da Mariazinha” a Tenente Nelson Barreiro, a segunda casa-escola do assentamento. A senhora Irene foi assentada junto com o esposo José Barbosa e os cinco filhos menores, a mesma disse ter vivenciado de perto todos os momentos do desenvolvimento do assentamento até meados do século XXI, quando vendeu suas terras e mudou-se para Boa Vista.

A migrante aborda a importância da construção do posto médico dentro do povoado para o cuidado das pessoas, que chegavam todos os dias com as mais estranhas doenças, mas somente com a chegada de Yandara a gente passou a ter assistência médica.

Uma das situações mais difíceis era quando as pessoas ficavam doentes, porque os médicos do exército vinham periodicamente prestar atendimento à população na Vila Nova Paraíso a demanda era grande e não havia como cuidar de todos somente os mais graves podiam ser atendidos. (...) Com o Posto de Saúde, e os trabalhos prestados por Yandara, foram grandes conquistas de nossas lutas, a médica passou a cuidar da população como se tivesse cuidando de seus filhos. As mulheres passaram a ser assistidas com pré-natal e já tinham seus filhos aos cuidados da mesma. Infelizmente morreu muito cedo fez grande falta como pessoa e como profissional. Precisamos de outras Yandaras em nossos hospitais e postos médicos de Rorainópolis (15/07/2015).

Dona Irene vai além do atendimento, e registra as condições que a médica Yandara trabalhava para cuidar dos doentes de toda região Sul do Território, inclusive dos animais (o cachorro era seu animal predileto para cuidar). Yandara orientava as mães sobre a importância do pré-natal, o zelo pela higiene das crianças em virtude da forma de moradia de chão de barro batido, como se proteger da poeira generalizada em toda a região, a falta de água

⁷⁴ Neste texto usarei o nome Yandara para indicar a médica e suas ações no vilarejo.

potável, além do controle da natalidade para as famílias que eram sempre numerosas. A jovem médica era mãe de dois filhos e divorciada.

Nossa entrevistada não cala, e busca na memória uma infinidade de assuntos, e, esclarece a forma de atendimento às pessoas no posto médico antes da chegada de Yandara a vila.

A primeira enfermeira contratada pelo governo para cuidar da população da rodovia foi Denize Gonçalves, a esposa do Zé Tomas. Ela morava na Vila do Novo Paraíso no (km 500) pertencente ao município de Caracaraí, mas atendia toda comunidade que precisava de auxílio médico, ali no posto médico junto com seu esposo. Ela suturava, tratava os doentes de malária, e fazia os partos, somente pacientes de risco, mandava-se para Boa Vista. Denize prestou um importante serviço à população, na arte, na política e na saúde. Quando Yandara chegou tudo melhorou, ela era muito competente e preocupada com as pessoas, mulher de fibra, destemida, atendia a qualquer hora do dia ou da noite. Era a mãe daquelas pobres que não sabia como cuidar de tantas doenças que acometia as crianças naquela época, e junto com a Denize e Maria dos Santos salvaram muitas vidas nessa região (15/07/2015).

Ainda com relação à médica, embora sua passagem pelo assentamento tenha sido breve, mas significativa, pois faleceu em 3 de março de 1983. Após essa tragédia, Maria dos Santos (Maria Enfermeira), natural de Santana no Paraná e que chegou ao povoado de Vila do Incra em 1981, assumiu os trabalhos do Posto Médico como auxiliar de enfermagem, e, por incrível que pareça quase uma década se passou para ser contratado um novo médico para cuidar da população de toda a região.

O novo povoado criado não dispunha até por volta de 1987, de uma boa estrutura: a energia elétrica funcionava em torno de seis horas diárias, mais, para quem estava acostumado a conviver na escuridão, esse tempo era compensador, a água ainda vinha dos poços, não havia médicos no posto, somente (Maria enfermeira e Ivone Soares).

Outro fato relevante foi à comunicação que se dava pelas cabines telefônicas, da Telemar; havia os mensageiros que avisa a pessoa em casa, dentre os pioneiros desse trabalho está o filho da telefonista Aparecida Marques o Fabio Dalazoana e Evandilson Moreira filho de Mariazinha⁷⁵.

As ruas também, não eram pavimentadas, formando uma poeira sem controle, no inverno alagamento das ruas, pois não havia drenagem para água pluvial, nem condições para agregar tanta gente e suas necessidades. No entanto, havia uma instituição que dispunha de

⁷⁵ Informações obtidas através dos arquivos da Prefeitura de São Luís. Recibo de pagamento, 15 de julho de 1988, assinado por Maria José de Sousa Moreira procuradora do filho, tendo em vista ser ele menor de dezoito anos.

vagas para todos que chegavam e desejavam estudar; crianças, jovens, adultos e idosos a José de Alencar.

Entre 1982-1984 foram construídas, escolas, o prédio da Igreja Católica dirigida pelo Padre Nilvo Pasa, que prestava serviços religiosos e dava apoio aos migrantes para formação de liderança e as comunidades das BRs 174 e 210. Também o armazém da CODESAIMA (com alimentos básicos vendidos somente a dinheiro em espécie por preços populares), o Malocão, espaço social que mantinha as mães, com diversas atividades: alfabetização, desenho, costura crochê, artesanato em cipó, pintura, culinário e bordado.

Enquanto os filhos estudavam, as mães se dedicavam a aprender uma atividade diferente das habilidades que já possuíam, ou aperfeiçoá-las. Estas oficinas, e cursos estavam sob a orientação da Extencionista Denize Gonçalves (anteriormente auxiliar de enfermagem) e posteriormente Ana Cristina Piúco, ambas passaram a prestar serviço no “Clube de Mães Unidas Venceremos” por volta de 1984-1993. As atividades eram oferecidas para todas as mães das diversas localidades da BR 174, estradas vicinais e vilas.

Aplicar à história dessas mulheres as tradições desse lugar pode-se conduzir a outras interpretações, e apresentar a importância da cultura, os costumes dos migrantes do vilarejo, e assim entender a utilização e a amplitude dos costumes como normas para a socialização isso implica em dizer:

Por “tradições inventadas” um conjunto de práticas normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN, 2008, p. 9).

Muito embora, as ações desenvolvidas pelo Clube de Mães, instinto no início do século XXI não tenha se tornado uma tradição, mas os trabalhos marcaram uma trajetória importante na vida das mulheres que aprendiam algo e as tirava do anonimato, do tédio daquele lugar isolado.

A figura abaixo representa o malocão coberto de palha, a segunda a casa de apoio da ASTER-RR e nos fundos, possivelmente o local em que foi instalado o posto médico Dr^a Yandara.



Crédito 19- O velho Malocão, ambiente de aprendizagem das mulheres do vilarejo, a casa de apoio da ASTER.
Fonte: Perla Araújo, 1982.

Os fatos evidenciaram que da aparente calma, no meio da floresta roraimense, não parecia possível o surgimento de um movimento tão forte, capaz de causar um verdadeiro formigueiro de pessoas de todas as regiões do país, a fim de conferir, conhecer, povoar e permanecer, ou fazer-se pertencer a tal lugar⁷⁶.

Esse movimento refletiu na cultura das diversas lavouras, na construção das casas de barro, o trabalho solidário de compartilhar o uso da água dos poços, das cacimbas e mesmo do igarapé (Chico Reis), na produção da farinhada, a colheita do arroz, as coivaras dos roçados em geral todos estavam integrados pelas ações coletivas que os unia pelos laços culturais, a organização das festas.

Dona Mariazinha descreve o ambiente da festa,

[...] O malocão ficava enfeitado dos produtos da roça, com destaque para o arroz, mas também havia em grande escala o milho, mandioca, feijão, banana e abóbora e as barracas de comidas típicas: galinha caipira, arroz branco, bolo de arroz, cuscuta de arroz, mingau de arroz, pamonha, milho cozido, assado, mugunzá, canjica, não podia faltar o famoso leilão no meio da festa. [...] Vinha gente de todos os municípios, políticos, empresários e gente simples pelo prazer de se divertir. Acho que a última dessas festas aconteceu em 19964, quando o malocão foi demolido para construir a Secretaria da Fazenda do Município (13/07/14).

Mariazinha lembra que havia outras festas durante o ano: Sete de setembro, a padroeira da Vila, aniversário do Território, e outras festas comemorativas realizadas na

⁷⁶ Os entrevistados mostram um passado que se recupera nas narrativas revelando a força do que foi a construção da história. A combinação desses elementos favoreceu a relação dos pioneiros criadores do vilarejo. Por falta de documentação para integrar esta pesquisa, não é possível registrar todas as famílias que participaram desse movimento, mas podemos verificar o nome de algumas lembradas pelos participantes, o que nos permitiu registrá-las, não em ordem cronológica de chegada, mas de acordo com as lembranças de cada participante da pesquisa.

escola José de Alencar e principalmente no Malocão, organizada pelos festeiros: professor Augusto Sousa, e a diretora da escola José de Alencar Ordalha Araújo e Padre Nilvo e sua equipe.

Aquilo era muito divertido para quem vivia isolado, a gente voltava a ser criança, e valorizava as coisas simples da vida, todos que não eram crentes participavam. A família sentia orgulho de ver os filhos engajado no aprender, no respeito, isso fazia a gente feliz. Até a formatura de 4ª série, da pré- escola dos nossos filhos era motivo pra festejar (13/07/14).

Em meio a tudo isso, ao analisarmos a história desse assentamento, a partir das entrevistas observou que os “índios Waimiri-atroari”, distantes desse povoado por mais de cento e cinquenta quilômetros, possivelmente não estavam alheios aquele movimento de transformação ambiental, espacial, urbana e rural, estavam consciente dos acontecimentos.

No entanto, nada podiam fazer para evitar tamanha destruição da floresta, já que os militares ordenavam “povoar para não entregar”. Se comparado à construção da BR 174 sem dúvida a derrubada da floresta nas estradas vicinais para os plantios dos roçados não se mostrou muito significativo.

E Consequentemente, a luta pelas terras, o desmatamento parece ter deixado grande prejuízo ao território indígena já manchado de sangue, dor, e muitas mortes dos indígenas através da construção da BR 174, obra realizada pelos militares que detinham o poder político da época e com todo respeito parece não haver nenhuma preocupação com a situação dos indígenas.

2.5 O desenvolvimento do vilarejo no contexto dos novos comerciantes

Em relação ao movimento de pessoas e o aumento gradativos dos novos espaços criados no vilarejo, evidencia-se que, aos poucos começaram a vender de tudo na vila. Os comerciantes e camelôs tomavam conta do espaço e variedades de serviços surgiram: construções de hotéis, pousadas, restaurantes, serviços de alto-falante, mercearias diversas, bares, lojas, mercadinhos e outros tantos prédios públicos.

Estes sussurros conhecidos pelas memórias dos atores desse lugar têm silêncios diferenciados, tendo em vista que tanto os relatos quanto os documentos analisados não informam a data exata destes acontecimentos. Nesse aspecto Pollak (1989) apresenta os estudos de Maurice Halbwachs, o qual ele define o papel, no processo da seletividade da memória, como um elemento de importância para conciliar a memória coletiva e a memória individual, algo relevante em nossa investigação.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso que ela tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (POLLAK, 1989, p. 4).

No percurso desta pesquisa, observamos que há uma discordância quanto à construção da primeira casa do povoado. Há quem afirme que foi o senhor Baiano que construiu de imbaúba e cobriu de palha de inajá, na entrada da cidade. Há também quem discorde e lembra que a Izabel Sarmiento foi a primeira e única moradora do povoado, a construir seu barraco com lona preta, típica do movimento dos sem-terra, em fevereiro de 1982.

Entre eles está o senhor Apolinário, que também se observa como o primeiro morador da vila a construir sua moradia de madeira, ele parece estar à frente de todas as novidades do assentamento. Ainda sobre quem e como foi construída a primeira casa no povoado, as narrativas indicam dona Izabel de fato, foi a primeira a armar um barraco de lona, no centro da vila e o senhor Baiana o terceiro a construir seu barraco cercado de imbaúba, o que causava espanto. Dona Izabel afirmou ter vendido um de seus lotes urbanos para ele em meados de 1980.

Este movimento de construção das moradias deu início à corrida inconsciente para a criação do Bairro Centro, com a instalação de restaurantes, açougues, bicicletarias, bares, e outros tipos de quiosques situados à beira da rodovia, na Avenida Hélio Campos, único espaço comercial da época agregado ao beiral.

O discurso sobre o desenvolvimento do lugar pode ser entendido como a estrutura das organizações sociais pelas necessidades e interesses coletivos. “Na história, novos fenômenos acontecem, e sua organização estrutural diante do conjunto muda à medida que muda a estrutura das sociedades” (THOMPSON, 2001, p. 24).

Os costumes, as necessidades levaram os colonizadores a suprir suas necessidades utilizando os conhecimentos que possuíam, para resolver as mais diversas situações do cotidiano como: salgar o peixe, a carne ou secar ao sol por falta de geladeira, nem mesmo a geladeira a gás. O estudo indica que o senhor Apolinário foi o primeiro a adquirir este bem dentro do povoado.

Embora muitos anos já tenham passado vale ressaltar alguns trabalhos importantes, característicos dos pioneiros um deles, é o cultivo da mandioca para produção da farinha, a goma para tapioca, do beiju, o pé de moleque, o tucupi, e a farinha de tapioca. Alguns produtores ainda continuam a produção de forma rústica, outros já utilizam de novas tecnologias numa casa de farinha com motor elétrico e grandes fornos.

Bem diferente da forma como o senhor Chico Reis e José Rodrigues (Pindaré) produziam a farinha sevada no “motor catitu” para não perder a produção de mandioca que estava em expansão. Esses colonos fabricavam grande quantidade de farinha e vendia todo o produto para o Estado do Amazonas, e a capital Boa Vista, sendo o Supermercado Jumbo o maior comprador do produto em Roraima.

Com o tráfego intenso dos caminhoneiros cresceu o número de compradores dos produtos agrícolas, o milho, a mandioca, o arroz, a banana e a castanha, produtos que se destacaram pela boa aceitação no mercado do Amazonas. Recorda o senhor Zé Raimundo, que os senhores José dos Santos (Zequinha), Lindomilson, Baiano, Antônio Magro foram os pioneiros desse trabalho na BR 174.

É possível afirmar que esse interesse pelos produtos da terra, pela posse da terra, seja urbana ou rural, possibilitou alguns migrantes, que detinham poder aquisitivo, adquirir grandes áreas de terras, e deixou famílias inteiras desabrigadas pela ganância de quem oferecia alguns trocados principalmente pelas terras urbanas. Esse movimento de compra e venda permitiu que o nome da Vila do Incra aparecesse em número cada vez maior nos documentos de compra e venda do Cartório de São Luiz, causando um afã intenso de pessoas em busca das terras deste “O novo Eldorado”.

Termo que a Revista Veja de (4 de agosto de 1999) usou para nomear a cidade brasileira que mais cresceu o movimento migratório entre 1980-1999. O fato chamou atenção pela grande explosão a partir de um “pequeno vilarejo” construído por migrantes, e veio a se tornar a segunda cidade mais procurada por todos os migrantes brasileiros para aquisição de terras e moradia.

Na definição de Souza que trata da modernização do espaço urbano, estas são qualidades da cidade, presentes no direito coletivo, capacidade de transformar que depende também do processo educativo dos interessados:

Na minha convicção, o desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um *processo de mudanças para melhor*, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para maior número possível de pessoas, e isso exige, tanto em matéria como em análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas relações se concretiza no espaço (SOUZA, 2003, p.100).

A partir de 1998, o povoado já podia contar com uma importante estrutura, fruto das reivindicações dos colonizadores pela energia elétrica com oito horas diárias, um avanço

significativo, escola com ensino fundamental de 1ª a 8ª série, Supletivo 1º Grau, Núcleo do Logos II, a construção do Hospital Santa Luzia,⁷⁷ inaugurado em 1991, a contratação de três médicos estrangeiros Ruan, Júlio César Kong e Gregório Henrique. O referido hospital teve como primeira diretora Ironidina Gonçalves Martins que também ascendeu à vida política sendo eleita por três vezes vereadora representante desse lugar.

Ainda sobre o vilarejo, esse intenso movimento se tornou lugar de representação não simbólica, mas real, e não somente pela compra e vendas de terras, mas também as condições que representou a cidade, diferente de outros vilarejos de Roraima. No entanto, haveria de ser uma das cidades mais próspera do Estado de Roraima a “Princesinha de Roraima” pelo diferencial estratégico de sua localização, interesses diversos, promovendo a migração de forma intensa e ocupação dos espaços.

A referência “Princesinha de Roraima” se deve ao nome dado à Vila do Incra, pelo pioneiro Élvio José Carvalho de Freitas, quando instalou o primeiro Serviço de Alto-falante no Beiral às margens da BR 174, em 1986 e ali trabalhou durante nove anos e difundiu esse nome da vila em toda a região Sudeste de Roraima.

A curiosidade nos revela o comércio de miudezas, peças de fogão, panela de pressão e o Serviço de Alto-falante a “Pérola do Tapajós⁷⁸” de propriedade do senhor Élvio José Carvalho de Freitas (Cambalacho) o primeiro a trabalhar com esse instrumento de comunicação da vila, serviço autorizado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição- ECAD.

O senhor Élvio ficou regionalmente conhecido devido às muitas atividades comerciais que realizava dentro do vilarejo. Também promoveu o trabalho solidário para ajudar os necessitados principalmente aqueles que precisavam cuidar das doenças.

Ele chegou ao local em 1985, em busca do garimpo, das terras e emprego, muito lutou por um lote de terra rural, no entanto, foi no comércio que se destacou e o sonho do lote

⁷⁷ A partir de 1992 até 2004, o hospital Santa Luzia foi referência no atendimento médico de qualidade do interior do Estado de Roraima, mesmo sem equipamentos para diagnósticos (raio-x, ultrassonografia, eletrocardiograma, e exames laboratoriais complexos) Ainda Segundo informações do primeiro Prefeito de Rorainópolis (1997-2000) Geraldo Maria da Costa a população de chegou 28 mil habitantes entre 1997-1999. Fonte. Revista Veja, 4 de agosto de 1999, p.71. Disponível em: veja.abril.com.br/acervo/home.aspx. Acessado em 18 de fevereiro de 2016.

⁷⁸ A primeira torre era uma árvore de maçaranduba com aproximadamente dez metros de altura, em toda sua extensão havia os degraus feitos de madeira para o senhor Renato subir e fazer a manutenção nas bobinas que estavam com frequência queimando por diversos fatores principalmente por queda de energia elétrica. Em 1990 uma arara cortou todos os fios e passou muitos dias sem o serviço. Iniciou uma disputa sobre este trabalho quando o senhor José Passos também instalou um serviço de Alto-falante. Por duas vezes a torre foi derrubada por elementos até hoje desconhecidos.

chegou somente dez anos depois em 1995, quando recebeu um lote de terra na estrada vicinal 27.

O serviço funcionou até janeiro de 2007, e quando Élvio José faleceu em 3 de março de 2007 vítima de câncer, aos cinquenta e cinco anos de idade, os trabalhos cessaram, e anos depois a torre foi desmontada.

O serviço fez grande diferença para a comunidade (direto ou indiretamente) fez parte da cultura do povoado de Vila do Inca. Assim, esse migrante também deixou sua marca registrada nessa histórica, quando lutou por mais de vinte anos para legalizar o serviço de som, o trabalho que sempre se destacou.

Diante das exposições, a cidade, enquanto monumento histórico é feito para duração, e agregar sujeitos vivos portadores de trabalho de esperança, de culturas e segundo Caiafa, (2007, p. 17), “é um momento, um ponto de conexão ou convergência de trajetórias, um ponto de atração onde os circuitos se reúnem momentaneamente e ela se produz precisamente por aí”.

Aqui é preciso considerar a nova cidade que se apresentou com um grande movimento de pessoas que, a partir dos interesses principalmente de migrantes e dos passageiros que observaram a dinâmica do lugar trouxeram o desenvolvimento urbano, cultural, social, econômico e, sobretudo, os costumes de seus lugares de origem e o desejo de ficar nas terras da Amazônia Roraimense.

Reverendo a história do desenvolvimento da Vila do Inca, é interessante observar que aquele vilarejo desconhecido tornou-se uma das regiões mais valorizadas de Roraima, e continua atraindo gente de todas as regiões do Brasil e de países como Guiana, Cuba, Venezuela, chilenos e colombianos.

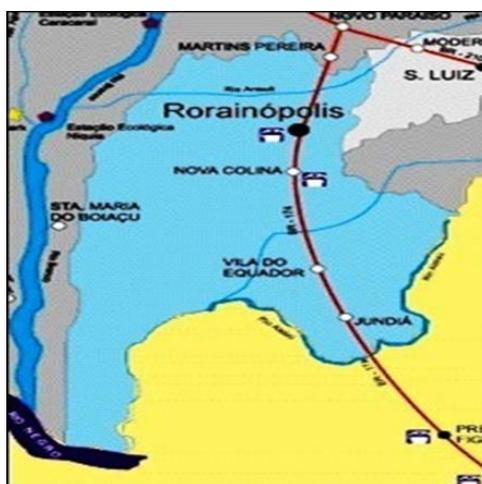


Figura 2-Mapa de localização do objeto de pesquisa- Rorainópolis- BR 174. Fonte: IBGE, 2001.

Sobre o ciclo migratório, os pioneiros são representantes de uma luta que podemos dizer organizada e intencional, que influenciou de forma positiva a continuidade na busca nos diversos setores do movimento por uma sociedade mais justa e igualitária. É, nessa perspectiva que a história desse lugar foi atravessada pelas militâncias de homens e mulheres construtores de cultura, de saberes, de mudanças dos espaços no extremo norte do Brasil.

Dessa forma o autor abaixo advoga que, “Assim como uma história “memória enquadrada”, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada” (POLLAK, 1989, p.13). E nos dizeres da senhora Irene [...] *“Nós transformamos o que se dizia desconhecido, vazio, no desejo dos nordestinos, terras, moradias, trabalho, educação e esperança”*. Eis algumas famílias que transformaram os espaços da Vila do Incra, BR 174 e Martins Pereira.

Araújo, Paiva, Alexandre, Reginatto, Carvalho, Freitas, Silva, Timóteo, Sousa, Lima, Nascimento, Oliveira, Figueiredo, Alves, Brito, Caetano, Andrade, Moreira, Mendes, Guimarães, Reis, Pereira, Emiliano, Araújo, Honorato, Ivo, Pereira, Alexandre, Evangelista, Apolinário, Barbosa, Gomes, Piúco, Campos, Santana, Barbosa, Rhor, Guedelha, Passos, Fernandes, Leal, Rodrigues, Lindolfo, Mendes, Bezerra, Lopes, Assunção, Martins, Gonçalves, Alencar, Santos, Carvalho, Coelho, Costa, Moraes, Laurindo, Apolinário, Rosa, Xavier, Pinho, Lima, Bauduíno, Santos, Salu, Rodrigues, Piúco, Oliveira, Pereira. [...] E outras tantas que não lembro agora o nome, pois tem famílias que estão na quarta geração nesse lugar (15/07/2015).

Os moradores foram atravessados por todas as certezas na valorização do lugar, embora em torno de 70% dos entrevistados não estejam satisfeitos com os administradores públicos que passaram pelo município, tendo em vista que sendo uma cidade próspera há muito para ser feito pelo seu desenvolvimento e melhoria nos bens e serviços para a qualidade de vida da população.

Estes pioneiros seguiram de cabeça erguida em prol de seus ideais, não cruzaram os braços, e através do diálogo, sem o uso da violência, conquistaram respeito e alcançaram seus objetivos e tiveram na esperança a receita eficaz para vencer o inimigo, o mais importante, ainda estão vivos e compartilharam suas memórias para montagem deste cenário histórico.

2. 5. 1 Localização, criação e expansão de Rorainópolis

Decorrido os primeiros anos do assentamento houve a transformação do lugar que veio a ser a Vila do Incra, as terras pertenciam a Caracará, um dos municípios mais antigo da região Sul de Roraima, criado pela “Lei nº 2495, de 27 de maio de 1955. As vilas de “São Luís e São João da Baliza” foram elevadas a categoria de município pela lei nº 7009, de 1º de julho de 1982, e também com o desmembramento das terras de Caracará” (FREITAS, 2009, p. 86-97).

Em virtude da relevância da pesquisa é necessário esclarecer alguns pontos sobre o desenvolvimento de Rorainópolis. E de acordo com análise dos arquivos sobre o plebiscito agora a Vila Rorainópolis pertencia às terras de São Luís, embora tenha se passado mais de dez anos desde a criação da vila, para resolver de vez a independência da Vila Rorainópolis.

Em 1993, houve a criação da primeira Comissão Emancipatória, que possivelmente por motivos políticos a luta se mostrou infrutífera. Sem dúvida houve divergências entre os políticos da época quanto à validade da Comissão e os interesses dos organizadores que talvez tenha contribuído para o fracasso iminente.

Embalados pela conquista, após quase dois anos da primeira arrancada para emancipação da Vila, nova Comissão Especial é constituída em vinte e três de março de 1995, dessa forma o ano de 1995 foi de intensas atividades políticas em função da Comissão Emancipatória que organizou o “plebiscito” e lutou pela liberdade da Vila a partir de representantes do povo.

A Comissão Emancipatória foi eleita com os seguintes membros.

Valmir Evaristo de Andrade - Presidente, [funcionário federal] Ironidina Gonçalves Marins Vice-presidente, [vereadora] Denise Gonçalves do Nascimento – Secretaria [vereadora] e Ivone Oliveira Soares - Tesoureira. Após a eleição da comissão fez uso da palavra os presentes, encerrando com a palavra o novo presidente (Ata da 1ª Reunião, abril, 1995).

Os trabalhos da nova comissão foram intensos, e sinalizou a luta diante da política inovadora pelo ato dos rorainopolitanos no exercício da cidadania. A emancipação veio proveniente da força política dos moradores de todas as localidades o evento teve a participação de todas as localidades circunvizinhas incluindo Santa Maria do Boiaçu. O senhor Zé Tomaz assim se pronunciou a respeito do assunto.

A emancipação de Rorainópolis representou mais um capítulo histórico dessa história, atravessada pelo progresso que havia iniciado desde a década de 1970, e que lentamente foi se concretizando. Primeiro com a construção da rodovia BR 174, em seguida com a invasão das terras da região por migrantes oriundos de todos os

estados brasileiros, logo a criação do vilarejo, formação dos bairros, e a emancipação da Vila Rorainópolis. Uma luta em muitos atos, pois a insatisfação dos moradores com o município de São Luiz acelerou o desejo de independência urgente. Foi nesse embalo que a Vila Rorainópolis chegou até aqui (15/07/2015).

Aprender de alguém com alguém significa uma relação de parceria, de cumplicidade que representa encontros, verdades e realizações. Talvez não seja exagero dizer que esta história é singular e significou uma longa caminhada marcada por uma incansável luta que representa o retrato fiel do abandono que somente sua população poderia dar a resposta através de um plebiscito.

Nesse sentido, “O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado - sempre que a história quantitativa é possível e pertinente, deve ser tratado como documento/monumento, a fim de transferi-lo do campo da memória para o campo da história” (LE GOFF, 1990, p. 549).

Assim, o novo documento indica que a Vila Rorainópolis, passou a categoria oficial de município criado pelo decreto Lei nº100 de 17 de outubro de 1995, em consequência da Divisão Histórica Judiciária e Administrativa das terras que pertenciam a “São Luís que foi elevado à categoria de município em 1982 com terras desmembradas do município de Caracará (FREITAS, 2009, p. 97)”.

Rorainópolis surgiu 1995, o presidente do Brasil, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o governador de Roraima o Neudo Ribeiro Campos, senadores Marluce Pinto e Romero Jucá.

Nesse aspecto a Vila do Incra se constituía não somente de elementos como, bairros, ruas, comércio, prédios, mas de pessoas interessadas na independência, e no crescimento político e econômico do novo município do Estado de Roraima.

Houve um salto econômico após sua emancipação, o que, impressionou seus moradores, visitantes, viajantes e políticos que perceberam o crescimento da cidade sem planejamento. E dessa forma continua crescendo e atraindo novos moradores em busca de terras, emprego, educação, moradia e uns parques investidores.

Portanto, eis a importância de abordarmos algumas características peculiares sobre a cidade. Geograficamente Rorainópolis se limita na condição de fronteira de Roraima com o estado do Amazonas, rota do transporte terrestre através da única rodovia BR 174, permitindo assim o acesso ao restante do país.

O município não dispõe de acesso aéreo, somente em casos extremos têm-se aviões de pequeno porte do governo que faz a linha pousando na pista da Vila Martins Pereira, distante 12 km do centro urbano de Rorainópolis. O acesso se dá também por via fluvial, com saída

pelo município de Caracaraí ou por Barcelos no estado do Amazonas. Rorainópolis fica a uma distância em relação à capital Boa Vista de 298 km sentido Caracaraí, Boa Vista e até a Venezuela 530 km.

No entanto, é possível sair de Rorainópolis pela vicinal 01 chegar a Vila Moderna e alcançar a BR 210 (Perimetral Norte) passando por São Luís, São João da Baliza, Caroebe e finalmente Entre Rios, uma das últimas localidades do Território Sul da Cidadania. Todas estas áreas foram colonizadas por projetos de assentamentos entre 1970-1990.

Historicamente, Rorainópolis limita-se ao Norte com o município de Caracaraí, ao Sul com o Estado do Amazonas e com os municípios Urucurá, Presidente Figueiredo, Novo Airão e Barcelos, ao Sudeste a Leste com município de São Luiz e São João da Baliza, e a Oeste como o município de Caracaraí. “As distâncias percorridas partindo das rodoviárias desse município aos demais aproximadamente em km são: Caracaraí-143; São Luiz-88 Baliza-104; Caroebe-130 e até Boa Vista Capital 290”, (SEPLAN-RR, 2010, p.11).

Rorainópolis integra a região amazônica, juntamente com a rodovia 174, uma região que agrega características únicas, como referência territorial, a localização na trílice fronteira (Brasil, Guiana e Venezuela); e um considerado fluxo migratório nordestino, região que contribuiu de forma dinâmica para a criação das principais microvilas do município são na ordem em direção a Manaus: “Martins Pereira, Nova Colina, Vila do Equador, Jundiá e Santa Maria do Boiaçú” (SEBRAE, 2006, p. 11).

A ideia de que a cidade aproxima os seres humanos dentro do social, dos espaços assentados como um modelo de compartilhar os conhecimentos e culturas estão presentes nos estudos de (SOUZA, 2003, p. 26). [...] “as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados, no que se refere às atividades econômicas ali desenvolvidas diferente dos assentamentos rurais que são as aldeias e povoados”.



Crédito 20- Praça dos Três Poderes de Rorainópolis: Fonte. Arquivo pessoal da pesquisadora- 2014.

O referido município possui uma área territorial de 33. 593.89 km² representando assim 14. 9773% do Estado de Roraima e 0.8718 de toda Região Norte, 0.3954% de todo território brasileiro (PNUD, 2010, p. 7). O clima é tropical quente, a temperatura média anual é de 26°C. A vegetação é composta por Floresta Ombrófila e os principais rios são Jauaperi, Alalau e Anauá, o Gentílico é rorainopolitanos.

Rorainópolis está inserido geograficamente nos cinco municípios que pertence ao Território da Cidadania Sul de Roraima, “criado em 13/04/2004, com finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida, de homens e mulheres roraimenses” (PTDRS, 2013, p.34). A cidade faz parte dos 15 municípios que compõem o Estado de Roraima.

A cidade concentra uma população estimada de 27.288 habitantes (IBGE, 2015).É também o mais desenvolvido do estado, e sendo o Distrito de Santa Maria do Boiaçu mais antigo do que Caracará e Rorainópolis. Santa Maria é composta de seis localidades de difícil acesso aonde se chega somente de canoa, barcos, lanchas ou aviões.

As comunidades existentes além das vilas já citadas são:

Á margem esquerda do baixo Rio Branco (Santa Maria do Boiaçu, Taquera, Paraná da Floresta, Dona Cota, Remanso, Sumaúma e Xixuaú). Santa Maria do Boiaçu é um dos distritos mais antigo do município, foi fundada no dia 15 de abril de 1950, pelo senhor Francisco Damásio (SEPLAN, 2010, p. 35).

Todas essas comunidades são formadas por Cablocos Amazônicos que tem uma cultura oposta a de Roraima especificamente de Rorainópolis. Há também um grande diferencial, todas as localidades possuem escolas com classes multisseriadas, de difícil acesso, onde a canoa é o transporte regular dos alunos.

Na verdade Santa Maria representa uma das importantes Vilas de Rorainópolis, apesar da distância, da dificuldade de transporte, o acesso a mercadorias, bens de consumo e o mercado de trabalho, mesmo assim os ribeirinhos buscam na floresta os recursos para a economia familiar, e tem no pescada e no turismo a maior economia da Vila.

Visto dessa maneira, a importância dos rios para o turismo ecológico favorece a economia da Vila Santa Maria do Boiaçu em parte, já que a maioria dos turistas sai de Manaus, e não de Caracará ou Rorainópolis. Mesmo com tantos obstáculos o turismo ecológico é uma forte atração nesta região com hotel de selva e a pesca do tucunaré.

Essa busca pela natureza, a evasão do urbano e do estresse das cidades, é resultado em parte pela modernidade; a globalização trouxe a modernização, e com ela o dinamismo e o frenesi das cidades, rotina estafantes, mas tudo isso não tirou das pessoas a simplicidade de observar a natureza e fazer as coisas simples como

simplesmente pescar em um rio para distrair ou competir com outras pessoas uma pesca esportiva (SILVA, LIMA, 2014, p.279).

Contudo, esclarecemos também que toda extensão do rio Anauá é utilizada para a prática da pesca profissional, um trabalho acompanhado pela Associação dos Pescadores de Rorainópolis, composta aproximadamente por 230 profissionais. O pescado tem marca registrada o *piau cabeça gorda* muito apreciado na culinária rorainopolitana e seus visitantes. Em se tratando do turismo ecológico o Estado de Roraima oferece uma grande diversidade de passeios no Rio Branco:

Os passeios em canoa motorizada oferecem ao visitante a oportunidade de adentrar na floresta, com possibilidade de observação de diversas espécies animais e vegetais típicos desse ecossistema. O turismo em Roraima possibilita uma relação direta com os ribeirinhos do Baixo Rio Branco podendo conhecer sua cultura expressada na agricultura, o extrativismo na caça e na pesca. Assim é possível através do turismo visitar comunidades para observar o cotidiano dessas populações (Ibid. p. 282).

Outro ponto de referência de Rorainópolis é o marco visível da Linha do Equador que se encontra neste município (Crédito-3), local em que foi erguido o monumento indicando o nome da BR 174 e data sua inauguração. Sua paisagem é exuberante, ladeiras, rios, corredeiras, peixes, frutas das mais diversas espécies. É um dos pontos turísticos do município apresenta grande calma e admiração dos visitantes, e nessa vila está um dos maiores plantio de palmeira dendê do Estado de Roraima.

O município estrategicamente possui cerca de 720 quilômetros de estradas vicinais (PVDER, 2012, p. 24). As estradas vicinais são no total de 57, vão da divisa da vicinal 28 e 17 em Martins Pereira até Vila Jundiá na divisa de Roraima com Amazonas, sendo está última à única estrada trafegável da Vila Jundiá.

A tabela demonstra as principais vilas que compõem o município.

Nº	Localidade	Habitantes	Histórico
01	Rorainópolis	10.673	Sede municipal- km 468-BR 174-Vila do Incra.
02	Vila Nova Colina	1.510	Maior pólo madeireiro do município
03	Vila Martins Pereira	749	Primeira Vila do assentamento- Acampamento do 6º BEC
04	Vila Equador	721	Monumento Histórico-BR 174
05	Vila do Jundiá	527	Divisa com o Amazonas- Reserva Waimiri-atroari
06	Vila Santa Maria do Boi Açu	224	Baixo Rio Branco-Turismo ecológico
	Total	14.404	

Tabela 3- Habitantes por localidade-Fonte IBGE, 2010. Adaptado pela pesquisadora o espelho histórico-2015.

A referida vila não possui projeto de assentamento em virtude que suas terras pertencem a reserva indígena Waimiri-atroari. “Há somente a BR 432 com cerca de dez km construídos de estrada de chão e cerca de dez famílias assentadas (INCRA, 1999)”. Na verdade é preciso considerar que os assentados naquela rodovia enfrentam diversas dificuldades para permanecer em seus sítios por falta de transporte. A conclusão da rodovia pelo governo Federal ligaria Rorainópolis a Santa Maria do Boiaçu, trazendo melhoria e acessibilidade a outras regiões do país.



Crédito 21-Avenida Drª Yandara - Bairro Centro de Rorainópolis. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora-2015.

Considerando o crescimento do município de Rorainópolis e, para quem não acreditava no desenvolvimento da Vila do Incra, considerada um ermo solitário, cheios de uivos, esturros e miséria; os migrantes, pobres sem nenhuma condição econômica, promoveram alternativas de transformação espacial e integração nas relações sociais, políticas e econômicas, constituindo assim o elemento chave desse novo lugar.

O ideal destes pioneiros congregou o desejo de construção do espaço, definido pela coragem marcada pelas lutas dos colonizadores, e no qual construíram no passado a história do presente, posto que, mesmo que fossem migrantes e longe de sua terra de origem abraçaram a nova terra como o lugar de amparo, sonho e proteção.

Conclui-se que para os migrantes eram perceptíveis às necessidades de melhorias nas condições tanto da vila como posteriormente do município, pois, a qualidade de vida ainda estava longe de seus sonhos, mas a confiança, a integração da amizade, do trabalho em busca da organização dos novos espaços trouxe a esperança.

Para os migrantes a escola representava o ponto chave desse lugar, e deveria conduzir os fios desta resistência, e assim torna-se importante falar sobre a Casa-Escola a temática discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO-3 OS VESTÍGIOS DA CASA-ESCOLA DO VALENTIN: A IDENTIDADE DA BR 174 (1979-1983)

Como a vida é curta! É uma caixinha de surpresas! Eu que naquele tempo fui quase obrigado, pela minha madrinha Amália, esposa do Valentin e Tomaizão, a trabalhar como professor. Hoje daria qualquer coisa para estar no trabalho que aprendi a fazer: “ensinar” os menos favorecidos do que “eu”, aqueles que lutaram pela terra, pela educação, excluídos da sociedade e do mundo letrado (Zé Professor - Boa Vista, 5/7/15).

3. 1 A escolha do objeto de estudo

O referencial teórico para este capítulo reside nos conceitos de “pedagogia da terra” GADOTTI, (2000), CALDART, (2004), ARROYO (2000), e dissertações defendidas em programas de pós-graduações nacionais (PPGs), artigos apresentados em Congressos na área de Educação, História e Ciências Sociais. Sobre estes, analisei os resumos, para selecionar os trabalhos mais adequados e pudesse oferecer maior credibilidade junto à temática “escola rural”.

Sabemos que o Brasil apresenta uma grande diversidade de escolas em toda sua extensão territorial, e o contexto histórico é pautado por uma herança cultural relacionada à Igreja Católica, notadamente com a chegada dos Jesuítas em 1549, que implantaram seu sistema educacional, priorizando a catequização dos indígenas e a educação da elite do Brasil Colônia. “A educação do Jesuíta era naturalmente a formação do homem cristão dentro das doutrinas da Igreja católica” (LUZURIAGA, 2001, p.120).

Podemos afirmar que é uma educação clássica, religiosa e humanística, identificada e oferecida para as classes dominantes. Sob esse aspecto, essa herança, de acordo com os pesquisadores sobre o assunto, a educação no Brasil não priorizava toda a sociedade, e por mais de um século se buscou o desejo de ampliá-la a todos os cidadãos brasileiros incluindo a escola rural.

Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Discriminatório e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje (GADOTTI, 2003, p. 231).

Diante desta realidade histórica, a proposta deste texto é de compreender a importância do ensino institucional ocorrido dentro (PAD/CSFV/ANAUÁ), no período compreendido entre 1977-1983, mais especificamente, no âmbito empírico, da escola denominada pelos assentados, como “Casa - Escola” do Valentin, nosso objeto de estudo.

A escolha dessa escola se deu por atender os critérios previamente determinado pelo projeto de pesquisa, além de contemplar a linha de pesquisa do programa de Pós-Graduação - no desenvolvimento de pesquisas sobre ideias educacionais e culturais. A ideia se fortaleceu a partir da entrevista realizada com um primeiro professor dessa instituição - tendo em vista perscrutar a primeira Casa - Escola do movimento, sua localização no ponto estratégico do assentamento e sua importância no cenário regional e local.

A obra do filósofo e pedagogo Snyders Georges sobre “Alunos felizes” abordando a importância da escola na atualidade argumenta que a instituição escolar é um lugar de se aprender com alegria, e vivenciar novas experiências. Para o autor é necessário à escola representar diferentes papéis na sociedade. Estes caminhos podem ser essenciais no cotidiano escolar dos alunos e seus pares. Nesse aspecto a Casa-Escola do Valentin, além da militância por sua instalação, se traduz por um lugar social de pessoas felizes interessadas na educação formal.

“A cultura da “minha escola” se impõe por meta organizar a vivência: superar o parcial, estabelecer ligações, vislumbrar perspectivas, conseguindo colocar como conjuntos a situação, a comunidade e até o desenrolar da história” (SNYDERS 1993, p.146).

Desse ponto de vista, vale considerar as características das “Casas - Escolas” do assentamento CSFV/ANAUÁ, desde os primórdios, sem dúvida, as mais marcantes estiveram na infraestrutura precária, funcionando de qualquer jeito, debaixo de árvores, de uma lona, num barraco coberto de palha, com piso de chão batido, em uma única sala e, na maioria das vezes numa parte da moradia dos assentados, que gentilmente, pela necessidade, ofereciam o espaço para que os filhos não ficassem sem estudar, o que seria na igreja, na associação de agricultores, o importante era dispor de um lugar para acomodar os alunos.

Na realidade esses estabelecimentos viviam os desafios cotidianos dos ocupantes do espaço, procurando integrar a escola às necessidades políticas e socioeducativas do lugar. Isso considerando que também havia escassez de mobília, material didático e recursos humanos.

Contribuindo para o discurso acima de modo geral Frago (2001, p. 35), esclarece que a escola não precisava ser bela para o professor ensinar e aluno aprender “a verdadeira beleza não exige que a escola possa assemelhar-se nisso a um templo ou a um palácio municipal,

mas que, dentro dos limites de uma prudente economia, possa fazer-se da casa-escola algo que não pareça uma prisão correcional”.

A “Casa - Escola do Valentim”, sem dúvida apesar de sua infraestrutura precária não desmerecia seus alunos. E conforme análise dos arquivos durante seis anos esteve localizada às margens da BR 174, Km 475, nas terras ocupadas pelo senhor Valentin Bauduíno; que muito lutou pela legalização do seu lote, e somente em 1984 ele recebeu o título definitivo de posse legal daquela terra.

A trajetória histórica, dessa escola é atravessada por lutas humanas, e se apresenta como pano de fundo para uma reflexão sobre o processo de instalação suas nuances, políticas, sociais e culturais. A instituição fora criada para promoção da educação escolar dos sujeitos assentados da BR 174 e do seu entorno, a partir de muitas lutas e desafios em prol desse direito, mediadas pelas forças dos colonizadores e outros interessados.

Avaliando o desafio enfrentado pelo grupo de migrantes, que viam na escola a oportunidade de desenvolvimento do lugar e a possibilidade de permanência nas terras vazias de Roraima, e quando entrevistados, reforçaram a convicção da escola “um instrumento de valor, o prêmio pela resistência, das lutas e tensões” que viveram naquele período. Esta conquista fortaleceu os movimentos populares existentes na BR 174, em pleno regime da ditadura militar agregado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR dessa região.

Cada ação desses homens pioneiros teve um peso significativo nos esforços para criar uma estrutura possível e necessária para implantar as escolas às margens da rodovia 174, no vilarejo ou nas estradas vicinais, uma luta bem anterior à implantação do projeto de assentamento Anauá. Estes pioneiros contribuíram para a história da educação de Roraima, como estratégia de sobrevivência e determinação.

Alguns aspectos deste texto focalizam diretamente para o espaço escolar com o objetivo de analisar, dentro do contexto histórico, as memórias desse ambiente de aprendizagem, embates políticos e sociais para sua implantação, pelas famílias pioneiras construtores dos espaços do assentamento.

Para tanto, as memórias a partir das narrativas desses quatro migrantes, suas vozes, suas experiências de vida em prol da escolarização pública no assentamento, são as fontes primordiais para compreender os aspectos do surgimento dessa instituição no construto dos fatos histórico dessa escola.

Desse modo, a construção do texto se organiza embasada na oralidade dos sujeitos que, conseqüentemente, deram vozes ao movimento dos migrantes da BR 174. Diante da

metodologia, Meihy, Holanda (2007, p. 73), corroboram nessa escolha, visto que para os pesquisadores, “como forma de saber, a história oral é um recurso atento ao uso do conhecimento da experiência alheia, que se organiza com nítida vocação para a essência de trajetórias humanas”.

Neste espaço, de acordo com as narrativas, foram negados direitos à educação das classes populares do campo pelo poder público vigente, que não via com bons olhos a possibilidade de instalação de uma escola, devido a diversos fatores dentre os quais: (distância das moradias, quantidade de alunos, espaço e físico).

Em contrapartida havia múltiplos motivos para a implantação da escola em meio ao bioma amazônico; contudo, a não existência de outras instituições escolares na região e a dificuldade de locomoção para as duas cidades mais próximas, Caracaraí e Mucajaí, foram motivos de sobra para a construção da escola rural.

Para (ARROYO, 2004, p. 9), “a educação do campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negada à população trabalhadora do campo”. Nesse contexto, a instituição estudada se constituiu como um importante legado para a instrução das crianças do ambiente rural, filhas e filhos de famílias partícipes do grupo social, ou seja, os membros que compunham o movimento do assentamento.

Nesse limiar, sua importância vai além da estrutura física; a semente plantada pelo grupo permitiu novos olhares da sociedade considerando que o movimento continuou a criar escolas por todos os assentamentos no Sul de Roraima, vencendo resistências e, como formigueiros, incomodando o poder público, questionando-o com a pergunta: Cadê a escola desse lugar? Quando chega o professor? Quem paga a conta? Quem corre atrás?

Por essa razão, julgamos determinante a compreensão dessa luta que se configurou a história de uma educação característica do lugar, pela distância das comunidades, de outras culturas, a escola projetou-se como reduto expressivo daquele ambiente rural isolado e esquecido. Ao mesmo tempo, em que a instituição atendia o interesse da comunidade, se tornou espaço de ascensão social das crianças, dos jovens e adultos do lugar, da celebração da missa e das reuniões que ali se realizava.

Na verdade a escola despertava confiança e segurança em seus alunos familiares e comunidade em torno. Dessa forma até mesmo a tristeza advinda da pobreza, da exclusão social, das situações mais estranhas podia naquele momento ser algo interessante aos olhos dos estudantes, em função da importância da escola.

Há de se pensar esta situação quando se observa a importância da escola diante das lembranças dos pioneiros: “De modo mais sério, os alunos podem ter acesso à sensação de que o passado não está perdido e não se perdeu; a história é movimento pela qual o passado se mantém e se prolonga no presente e se ultrapassa, e se projeta no futuro” (SNYDERS 1993, p.147).

Todos envolvidos nessa história demonstraram união e procuraram maior autonomia no movimento de assentamento. Esse entendimento focalizava na escola o clamor dos migrantes, ressignificando a luta no campo político, cultural e simbólico dos agentes promotores da escolarização do lugar.

Tendo em vista as lutas dos sujeitos do assentamento na busca por escola, terras, moradia e trabalho são possíveis associá-las ao pensamento de Paulo Freire (2005), visto que esses pontos podem ser expressos como opressão, uma realidade vivida pelos migrantes na constituição dos direitos humanos, garantidas por lei embora tão distante de alcançá-las.

As experiências de luta dos migrantes são marcadas em suas falas pelo visível desejo da instalação do estabelecimento escolar. O grupo se mostrava cada vez mais forte pelas diferentes massas migratórias que a ele se unia. O resultado foi moroso, mas proveitoso.

Essa luta, nas palavras de alguns pesquisadores sobre “pedagogia da terra”, tem um significado de permanência, de ajuda, de solidariedade, como esclarece Caldart (2004, p. 342) se pauta na esperança do homem: “o ser humano precisa de raízes, e somente consegue produzi-las quando participa de uma coletividade”. Esta coletividade esteve presente em todo movimento na constituição dos diferentes ambientes construídos no movimento tanto urbanos como rurais.

A dificuldade de escolarização no PAD/CSFV, possivelmente tenha ocorrido pela falta de interesse do poder público em cumprir o propósito da LDB 9394/96, citada no artigo 28, que define as características da educação básica e seus respectivos processos, focados no direito do cidadão à educação rural.

Na oferta de educação básica para a população rural, o artigo 28º é direcionado a orientações da educação do campo com adaptações dos conteúdos curriculares, da condição do aluno, da metodologia, da organização escolar, do calendário escolar em função de atender as particularidades da vivência do campo de acordo com as necessidades de cada região, atender a demanda escolar e preparar os alunos da zona rural para o acesso e permanência na escola rural.

Após tantas pesquisas, leis que garantem o direito a escola do campo com ainda existem regiões do país que este ensino não passa de uma utopia. Para Claudemiro Godoy do Nascimento, em seu artigo sobre os caminhos da educação do campo ele afirma:

Historicamente, sabe-se que a educação do campo esteve fora da agenda política do país, ignorada e marginalizada, pois sempre esteve reduzida a escolinha rural voltada a ensinar as primeiras letras (visão utilitarista da educação), a professora desqualificado-leiga e a massas de analfabetos/as. Nunca houve interesse por parte das políticas públicas educacionais de se pensar num projeto político-pedagógico que abrangesse a realidade do campo (NASCIMENTO, 2009, p.5).

Talvez não houvesse por parte dos órgãos competentes, credibilidade no desenvolvimento do lugar, bem diferente dos nossos dias, quando em 2016, o acesso à educação básica nas escolas do campo do assentamento Anauá é um fato histórico que traduz a realidade da resistência presente em lutas, quando as conquistas são escolas em todas as estradas vicinais, transporte, professores mais preparado e melhores escolas, uma conquista de forma pacífica durante mais de quatro décadas pelos pioneiros do assentamento, sem deixar de representar o poder público em suas ações.

Assim, a educação do assentamento, outrora uma luta em potencial, trouxe o acesso à escolarização disponível a todos que tenham o desejo de estudar: o negro, o branco, o rico, o pobre, com ou sem-terra, independente da religião e situação socioeconômica.

As dificuldades de acesso à escola do campo em tempos mais remotos do país foi sem dúvida, uma preocupação de todos que lutaram e ainda buscam o direito à educação nos assentamentos rurais, sendo que somente o “chão de escola”, não atende os direitos constitucionais dos assentados.

A partir do MST, as mudanças têm dado espaço para implantação de escolas de qualidade dentro dos assentamentos, um processo que tem contribuído para novos significados, não somente à luz da teoria, mas na infraestrutura, acessibilidade e permanência das famílias no campo em função da escola para os filhos.

Nesses termos acredita-se que:

Nem todas as famílias tinham naquela época, como ainda hoje, a preocupação com a educação assim tão forte, mas quando se trata de coletividade orientada pelos princípios da direção coletiva, o que é demanda, importante para alguns pode se tornar uma questão do conjunto. Foi o que aconteceu em diversos acampamentos e depois nos assentamentos da etapa inicial do Movimento, em uma circunstância que se combinou com outras e, então, deu origem à organização e ao trabalho que continua até hoje (CALDART, 2004, p. 148).

Trazer à tona a “Casa-Escola” como a única forma de educação formal para o PAD/CSFV/ANAUÁ, estudado aqui, ilustra o pensamento de seus atores, pais, alunos e professores, para compreendermos o significado dessas instituições e, sobretudo, os sujeitos que viam a escola como único reduto educativo da floresta roraimense possível de amenizar a exclusão social, a pobreza e o analfabetismo marcado pela migração.

A realidade desta instituição, além de se mostrar equilibrada nas atividades educativas dos alunos do campo, exerceu um papel importante e forte influência sobre a sociedade, que se sentia privilegiada de tê-la dentro da comunidade dos assentados.

Olhar para a escola buscando ver nela ou com ela o movimento social que garante a sua própria existência em determinados territórios, como os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, e atendendo a sujeitos bem particulares, como os Sem Terra, significa colocar algumas questões específicas para a reflexão pedagógica, ao mesmo tempo em que, são universais em sua base de origem (CALDART, 2004, p. 378).

Conseqüentemente, essa busca pela escola é uma bandeira levantada no campo da educação, a qual as pesquisas históricas têm alcançado avanços significativos. Especificamente, esta escola representou e traduziu a luta daqueles trabalhadores permeada por tensões, disputas e desdobramentos na busca pelo direito à educação do campo, quando esta palavra “educação do campo” ainda parecia ser uma especulação, como indica o senhor Valentin:

Sabe, naquele tempo, a gente não ouvia falar em escola do campo, nem sabia que esse nome existia, o nome era escola rural ou isolada e funcionava em qualquer lugar que tivesse uma pessoa que soubesse ensinar as letras. Hoje já tem esta diferença das escolas até temos esta importante escola do Novo Paraíso, lá os alunos estudam para cuidar da terra, das plantações. Quem dera naquele tempo tivesse esta escola. Hoje tem muito nome para as escolas: urbana, do campo, agrícola, o rural ficou para trás. Mais sei que todas têm o mesmo fim, ensinar o filho do colono, do rico, do pobre do preto e do branco. Naquele tempo o ensino do professor era a leitura e a matemática ele usava o trabalho dos alunos feito na roça (06/07/2015).

Isso implica em saber que as escolas rurais desse assentamento existiram de fato e que os sujeitos assentados fizeram parte dessa história; um movimento de pessoas simples que estiveram engajadas em fortalecer a implantação e o funcionamento das instituições em torno do lugar em que habitavam.

3.2 O clamor dos migrantes pela escola: a identidade do lugar

Diante dos dados já exposto sobre a investigação teórico-empírica nos acercarmos desse objeto de estudo, e adentramos ao problema da pesquisa, procurando por respostas aos questionamentos a respeito de suas nuances políticas e sociais considerando às reflexões suscitadas sobre o surgimento da “Casa - Escola”: em que aspecto a Casa - Escola se constituiu como uma resposta ao clamor dos pioneiros pela educação do assentamento de terra na BR 174?

A partir das experiências expostas no texto, foi possível destacar alguns aspectos relevantes sobre a “Casa - Escola da BR 174”. Esse lugar de memória se constituiu de um trabalho educativo árduo e histórico, em função da quantidade de alunos que precisavam frequentar a escola, embora as classes fossem multisseriadas e as condições de infraestruturas do espaço não se mostrassem adequadas à demanda, ainda assim, era o único espaço possível de funcionamento escolar.

Assumindo um olhar mais atento para essa região, pode-se compreender a necessidade da escola do campo e sua multiplicidade. Para tanto, Caldart (2004), alerta da importância de construir o ambiente educativo e observar as diversas práticas sociais, uma pequena parte das distintas atividades realizadas, a partir da instituição escolar, a fim de percebermos as diferenças culturais e sociedades presentes nos alunos daquele estabelecimento de ensino, fato relevante marcado como a identidade da escola os sujeitos que a compõem.

Construir o ambiente educativo de escola é conseguir combinar num mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais que já sabemos ser educativas, exatamente porque cultiva a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo de terra, da memória, dos afetos (CALDART, 2004, p. 122).

Nesse aspecto, a escola se mostrou necessária e vamos conhecer alguns impasses enfrentados pelos pioneiros (Valentin, Amália, Tomaz e Zé Professor) quando militaram pela instalação da escola e a permanência do professor na escola da floresta. As narrativas indicam que por falta de professores, os alunos sentiam-se prejudicados na conclusão do ano letivo. Isso mobilizou os pais para resolverem os problemas da educação da BR 174.

O senhor Valentin desvela o silêncio de quatro décadas, e caminha para iniciar o processo de construção da escola no seu terreno em 1977:

Quero te dizer professora! Aqui não existia escola quando chegamos muito menos igreja, nem povoado. Tudo era uma mata bruta cheia de pragas, cipós, cobras e muita pobreza. Mais mesmo assim todos queriam as terras. Emprego e também

escola para os filhos que já passava do tempo de estudar (...). Aqui teve início a primeira escola desse trecho e a primeira igreja católica do assentamento. (...) Construímos um salão de 6 x7m, cercada de taipa com piso de chão batido, aguardo todos os dias para não levantar a poeira. O salão servia também para fazer as festas da BR 174, reuniões dos colonos e políticos (06/07/2015).

A decisão dos migrantes era priorizar a escola a fim de atender não somente suas necessidades de instrução pública, mas para a formação dos futuros profissionais daquele lugar, não que esta instituição tivesse tal pretensão, no entanto seria o ponto de partida para a continuidade dos estudos.

Diante dessa realidade Arroyo, (1999, p. 9) (...) entende que “os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores”.

O senhor Valentin, como líder interessado na instalação e funcionamento regular da escola, foi a capital, Boa Vista, em 1977, buscar solução para o conflito que vivido em função da escola. Nesta ocasião, o movimento dos sem-terra, estava bem representado pelo STR, que se manifestou a favor dos alunos da escola e pela garantia da permanência do professor no ambiente escolar.

Chegando a Boa Vista o senhor Valentin disse, ter informado a situação ao chefe da Coordenação e Administração de Educação do Interior de Roraima, o professor Paulo Lopes, que se mostrou sensibilizado e garantiu que logo resolveria o problema. E segundo o senhor Valentin o senhor Paulo acrescentou - “(...) *Estarei enviando o professor para a localidade, mas duvido que tenha gente interessada em trabalhar e morar naquele lugar, isolado, cheio de mato e mosquito*”.

“Na verdade professora o sujeito chegou somente em meados de 1977, e não concluiu o ano”. Ao interpretar o dito acima, entende-se que na visão do Coordenador, o local não se mostrava um lugar propício para funcionar uma escola, devido às condições do ambiente, à distância, falta de transporte, como fatores que comprometiam a permanência do professor, tornando-se um caso sério para a Secretaria de Educação do ex-Território e principalmente para os estudantes e suas famílias.

Dessa forma, imaginamos um trabalho árduo, um lugar perigoso e desordeiro, impossível de se viver. Acreditamos que às precárias condições de trabalho oferecidas pelos poder público, e os colonos nas escolas do assentamento, não garantia a permanência do professor no lugar. Mesmo o salário, falta de alojamento, foram empecilhos que

possivelmente resultaram na constante rotatividade de professores nas escolas do PAD/CSFV/ANAUA.

Aqui Zé Professor se manifesta, e traz indícios sobre a situação dos educadores bem como da escola do Valentin:

Os professores ficavam pouco tempo, não se acostumavam com o lugar e logo abandonava a escola, pois não estava acostumada com o mato, a solidão, a falta de divertimento. A escola não era convidativa, tanto pelo espaço, mobília, aparência além de todas as turmas juntos, isso era a pior parte dessa história. Eu acho que isso contava muito, além da profissão, o salário, nada disso era importante para a pessoa que não tinha vocação para o trabalho. Eu ouvia minha madrinha reclamar sempre dos professores. Um desconforto para os moradores. [...] Então em 1978, tudo aconteceu de novo, o professor não se adaptou e as crianças mais uma vez permaneceram sem estudar. Valentin ficou preocupado com a situação e começou a procurar outra pessoa interessado no trabalho da escola, até chegou me oferecer à turma para eu trabalhar, mais pensei: Esse não é um trabalho para um peão da roça. Paulo Lopes também propôs que eu trabalhasse na escola, mas recusei (05/07/2015).

Assim, a organização da escola se mostrou uma preocupação das famílias, tendo em vista, os embates, políticos sociais e econômicos na aquisição do espaço escolar, sem contar na dificuldade de professores que assumissem um compromisso com os alunos e os vissem como sujeitos de valores capazes de aprender e transformar seu meio social. O senhor Valentin relata a situação dos professores que passaram pela Casa-Escola.

A Casa-Escola sempre teve entre 17 e 32 aluno, mesmo que não fossem matriculados mais frequentavam a escola. Uma loucura para os professores! Mesmo assim funcionava quando havia professor. A primeira professora ficou três meses em 1977 e não suportou a solidão, as dificuldades do mato e o modelo de escola, todos os alunos juntos na sala era um desafio para qualquer mestre! (...) Coitada! Quase ficou louca! Aquele ano foi todo perdido. O segundo veio de Boa Vista e ficou três dias em 1978, não se adaptou e logo retornou para a capital. Então a luta começou de novo. Agora era procurar um professor do movimento (...). Então foi contratado um juqueiro que trabalhava comigo brocando, derrubando, encoivarando e plantando. Este passou quatro anos trabalhando como professor da Casa-Escola, e penso que uns vinte cinco no Martins Pereira na BR 174 (06/07/2015).

Buscando resolver o dilema e apoiados pelas lideranças políticas da BR 174, estradas vicinais, adjacências, Sindicato e pelos pais, o senhor Tomaz que vinha observando a situação, buscou uma linha de raciocínio, pois, considerou o problema grave e, de certa forma, afetou todos moradores do assentamento, quando em 1978 mais uma vez a escola ficou sem o professor. Então marcou uma reunião, que aconteceu em janeiro de 1979, às 19 horas, à luz de lamparina no salão da “Casa - Escola”. Objetivo da reunião, traçar estratégias que resolvessem de vez a falta de professor da escola situação que já se arrastava por dois anos.

Zé Professor conhecia de perto a situação vivida pelos migrantes com relação a “Casa-Escola”, além disso, desfrutava de uma interessante amizade com Valentin e sua esposa, a Sra. Amália Gonçalves, a quem logo chamou de madrinha. Em vista dos fatos, curiosamente, Zé Professor foi convidado a participar da reunião pelo senhor Tomaz⁷⁹, que lhe informou da importância da mesma para aqueles que estavam interessados no custeio e outros financiamentos pelo Banco do Brasil.

Esse episódio esclarece as nuances para Zé de Salu⁸⁰ assumir a “Casa - Escola”, que parecia quase morta e necessitava de ânimo para se reergue e continuar o trabalho com os alunos. Zé Professor aparece em cena dessa vez como protagonista dessa história:

(...) Então certo dia me visitou Tomaz com minha madrinha Amália. Ela me convidou para derrubar sua roça. [...] Nesse intervalo apareceu Paulo Lopes Coordenador da Divisão de Educação do Interior, junto com Raimunda Guevara, trouxe a merenda e material escolar, isso no início de 1979. Paulo já havia me convidado para trabalhar na escola do Valentin, eu é claro, mais uma vez recusei (...). No dia da reunião, Valentin abordou o assunto para o casal de supervisores que o professor de 1978 foi embora, e necessitava de uma pessoa da localidade que já estivesse acostumado com as dificuldades. Antes da reunião Paulo conversou comigo e ofereceu novamente a vaga para eu trabalhar. Então, durante a reunião, Tomaz me mandou levantar e me apresentou como o novo professor da escola do km 475. Os pais ficaram agradecidos, mas, eu não havia dado uma resposta. Foi tudo muito rápido, dessa vez eu não tive tempo para pensar e dizer não. O Tomaz tomou a decisão por mim. Pensei seriamente. Será que vou conseguir! Somente tenho a 4ª série! E eram 32 crianças entre sete e 15 anos. Então Tomás perguntou - Você está decidido homem? Não sei respondi, mais como é para o bem dessas crianças então vou tentar (05/07/2015).

Esse sem dúvida foi um passo importante para o funcionamento regular da escola, tão rejeitada por outros professores. Pela convivência com os migrantes, a aceitação de Zé Professor foi unânime. Assim, ele tratou de resolver a situação da escola assumindo novos compromissos.

Foi assim que o novo professor iniciou seu trabalho, indo até Boa Vista em busca de materiais, capacitação e orientação sobre a função de professor, e verificar a situação do contrato, que assinou definitivamente conforme análise de sua carteira de trabalho em fevereiro de 1980.

⁷⁹Novamente apareceu o Tomaz que era muito influente naquela região, ele tomava sua pinga no barzinho ali perto de meu trabalho, dessa vez ele se apresentou e informou da reunião que estaria sendo realizada no Valentin para propor o fomento que os colonos tinham direito. Então resolvi participar. Na verdade quando cheguei havia muita gente já à noite, mais a reunião tinha outro objetivo. Então Tomaz usou a palavra e começou a falar a respeito da importância da escola para o desenvolvimento do assentamento, e para isso era necessário um professor da região que já estivesse acostumado com os problemas do lugar, isolamento, escassez de alimentos, transporte, moradia e outras tantas prioridades (Zé Professor, 05/07/2015).

⁸⁰ A nome que o Sr. Tomaz deu a Zé Professor, por ser filho de Salu dos Santos, migrante assentado em 1981 às margens da BR 174 próximo a sede da cidade de Rorainópolis.

Todos esses fatos geraram conflitos e disputas políticas, quando o senhor Valentin revoltou-se com o governo pelo descaso com a escola do assentamento, tendo em vista que tanto os pais, como a liderança do assentamento naquele momento ainda estavam tímidos em exigir do poder público uma escola de qualidade, Valentin não se curvou ao descaso.

A pesquisa evidencia um cenário local em que a participação do conhecimento escolar se dá pela construção nas relações dos interesses e inquietações vividas pelos que viam a escola como instrumento de força, e o lugar em que o Território deveria cumprir com seu dever, deixavam dezenas de crianças, adolescentes e jovens fora da escola.

Quanto aos conflitos existentes na construção desse espaço pelos integrantes dos movimentos populares, os protestos, as lutas pela concretização de um sonho, Gentili, Alencar (2003, p. 21) compartilham que “não há espaço escolar desconectado desse conflito, dessa efervescência, dessa encruzilhada originalíssima da humanidade. A libertação, que acontece nas ruas, escolas, oficinas palcos e escritórios, também se fazem em rede”.

Em relação aos conflitos gerados em função do funcionamento da escola Valentin lembra as divergências entre ele e o padre da região na disputa pelo ambiente escolar que servia a muitos propósitos inclusive para celebrar a missa aos domingos e catequisar as crianças:

[...] Entrei em conflito com o Padre Nilvo, ele não aceitava essa babilônia de festa no mesmo local da missa, mais as festas alegrava a todos, alunos família trabalhadores que precisavam se divertir. Mas continuei, ele procurou outro lugar, mas não encontrou, a missa passou anos sendo rezada aqui (...). Nosso lote sempre foi muito frequentado por todos que passavam pela estrada, por conta disso ficou muito conhecido na região como a “Casa do Valentin” [...] Aqui a Casa Escola foi construída pelo meu esforço e de outros pais. Meu interesse era que meus filhos estudassem principalmente minha enteada Marinalva deficiente. Então construí esta escola mesmo com as dificuldades de locomoção dela a escola foi um privilégio para ela aprender a ler e todos os outros moradores ao redor também foram beneficiados com a escola (06/07/2015).

As memórias do senhor Valentin, revelam que o interesse em construir a escola em seu terreno, foi motivo de discriminação, rebeldia e exclusão, por parte de alguns vizinhos, de político, devido suas condições financeiras e a forma como a escola estava sendo utilizada. Enquanto as críticas desapontavam seus companheiros de luta, ele se organizou com outros pais para realizar o desejo de escolarização dos filhos.

Os dizeres do senhor Valentin em relação à escola indicam a forma como se construiu e funcionou em anos de crise, identificada por ele, como “derrota da opressão em que viviam os pobres” da BR, desprezados pelos governantes do território.

Historicamente à implantação da escola, constituíram-se pela resposta ao “clamor” dos pais, mães, moradores do lugar que traduzem as necessidades das famílias, por tratar do

interesse coletivo de um grupo que acreditou nas possibilidades de acesso à escola e no trabalho do campo, situação que pode ser entendida como um processo histórico em que os alunos foram considerados sujeitos sociais que necessitavam de instrução escolar.

O senhor Valentin relata que sua aflição foi intensa, isso fez com que se movesse para todos os lados em função da instalação da escola. Nesse aspecto, em que o espaço rural, em distintos lugares, tem na escola sua identidade marcada por sujeitos históricos permeados pelas lutas como referência, Arroyo, Caldart, Molina (2004), assim a definem:

O clamor da terra. O campo brasileiro nem sempre foi silenciado. Há uma história intensa ainda para ser contada. Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica (Op. cit. p.9).

Entendemos que os migrantes lutaram pela educação, por sua transformação e mudanças, pois construíram a escola com seus próprios esforços. Após a construção providenciaram o professor e garantiram ao mesmo tempo, respostas positivas para suas perguntas, através da consolidação da educação rural na comunidade e demais instâncias organizativas, resultado dos esforços de um pequeno grupo articulador e resiliente.

Nesse contexto de desafios, a liderança do grupo foi fundamental para despertar e promover a emergência de situações para a contratação de um educador e na conquista da escola. Diante de tantas lutas, em função da exclusão e negação da educação escolar, os fatos desvelam essa oculta realidade sobre os oprimidos, devido a sua condição social. Essa realidade é vista quando o maior pesquisador sobre educação brasileira defendia a educação dos mais pobres, assim ele aponta:

Talvez possamos encontrar nos oprimidos este tipo de reação nas manifestações populistas. Sua identificação com líderes carismáticos, através de quem se possa sentir atuante e, portanto, no uso de sua potência, bem como a sua rebeldia, quando de sua emersão no processo histórico, estão envolvidas por este ímpeto de busca de atuação de sua potência (FREIRE, 1987, p.66).

Essa reflexão aponta para o entendimento de um agricultor que diante dos desafios se mostrou um líder na busca pela instalação da escola do movimento do assentamento da Amazônia roraimense.

Para (CALDART, 2004, p. 157), é necessário que esses professores do campo considerem alguns aspectos balizadores a respeito do ensino:

Que as crianças sem-terra tinham uma experiência de vida diferenciada de outras crianças e isto deveria ser considerado no jeito de trabalhar com elas; e a de que a luta, de alguma forma, pudesse entrar na escola, especialmente para que fosse lembrada e valorizada pelas novas gerações. Embora nessa época não houvesse uma

reflexão mais elaborada sobre o significado de uma expressão que começava a ser usada pelos sem-terra, *à luta é nossa escola* (grifo da autora).

As influências do passado remetem aos entrevistados para uma nova dimensão das lembranças, as quais ele se apropria tentando não modificá-las e assegurar sua validade, diante dos novos desafios.

Retomando a nova função de Zé Professor, nem tudo saiu como se planejou, os impasses surgiram antes mesmo do professor por a mão no giz, e, se pensar a relação existente entre a família, a escola e o novo profissional que atuaria na escola do assentamento.

Como professor leigo, no início de carreira, houve a necessidade de participar de cursos que lhe dessem uma base em suas práticas pedagógicas, além das atividades de secretária para realizar as matrículas dos alunos, organização do boletim, ata final e outras atribuições inerentes a sua função.

Zé Professor esclarece suas ações, carregando na bagagem a marca da nova fase da “Casa-Escola”.

Após minha indicação viajei para Boa Vista para fazer o treinamento que durou o dia inteiro e, no final, fiz uma prova com todas as disciplinas do primário. O bom de tudo isso! Fui aprovado! Então peguei o memorando para entregar ao Professor Américo, não sei qual era a função dele ali. Américo disse - A partir de hoje você será o novo professor dessa escola, entregou todo material que eu precisava livros, giz, estêncil, apagador, papel. Coloquei tudo nas costas e saí andando a procura de um jeito de voltar para a escola. Fui até o “Pau da Paciência”⁸¹, peguei carona em uma caminhonete e cheguei até Caracará onde pernoitei. No outro dia saí novamente com a pilha de material nas costas e peguei uma carona na caçamba do 6º BEC; saímos às cinco horas da tarde e chegamos a Martins Pereira a uma hora da madrugada. Toda essa demora devido à estrada que era muito cheia de buracos. A chuva forte que caía deixava um rastro de lama, também pela demora de atravessar os carros na balsa do Rio Branco. A fila era gigantesca e tudo parecia dizer. “Está vendo, é assim que vai ser”! Você quer continuar com essa loucura? Então eu respondia para mim mesmo, eu disse: que vou tentar então não posso desistir sem ter começado a batalha em sala (05/07/2015).

Quando perguntado sobre o início de seu trabalho na “Casa - Escola”, ele leva um tempo pensando, situa-se no espaço e, do nada, discorre sobre o modelo de organização de seu trabalho. Ele diz que o trabalho foi cansativo, batendo de porta em porta, fazendo anotações, e sem experiência na função de secretário escolar procurou desenvolver a função que lhe era obrigatória da melhor maneira.

⁸¹ Um lugar onde se espera pelo transporte sempre embaixo de uma árvore ou em um bar. Em Boa Vista existe uma variedade desses lugares. Para Rorainópolis está localizado nas margens da BR 174 em frente ao prédio da Polícia Federal de Roraima no bar e restaurante da senhora Glória.

Observamos que as diversas atividades que realizou durante os quase cinco anos em que desempenhou sua função de professor: agricultor, serrador, caçador, secretário, zelador, pai, esposo, filho, e mais uma lista de funções que realizava continuamente nos seus primeiros anos de “aprendiz de professor”, assim ele diz. Acreditamos que o sucesso no trabalho de educador permitiu um olhar diferenciado por parte de quem duvidou que ali a escola fosse bem sucedida.

É interessante notar, que apesar de tudo o que aconteceu naquele ano de 1979, pouco a pouco a “Casa-Escola” encontrou seu caminho, com passos lentos, porém firmes e significativos. O novo professor enfrentou os desafios ponderando cada situação.

Comecei a fazer à matrícula dos alunos numa folha de papel com pauta, não havia material para esse serviço, a gente tinha que se virar e dar conta de tudo. Fui de casa em casa fazer a matrícula, as casas eram muito distantes e ficava mais difícil para alguns pais chegar até a escola. De posse da matrícula, enviei ao Secretário de Educação que autorizou o funcionamento das aulas no dia 3 de março de 1979. Em julho do mesmo ano, os coordenadores visitaram a escola e verificaram o trabalho que estava sendo realizado com os alunos. Os pais estavam satisfeitos, por que eu morar pertinho da escola em Martins Pereira, a seis quilômetros de distância. (...) dessa forma trabalhei com as turmas 1ª a 4ª série pela manhã e sempre tinha que terminar um pouco mais cedo, porque os alunos moravam distantes e vinham a pé, poucos tinham uma bicicleta (05/07/2015).

A dúvida se dava a respeito de suas práticas pedagógicas, logo dissipando a preocupação dos pais quanto o processo de aprendizagem dos filhos, e, finalmente, dando lugar à tranquilidade de saber que um simples serrador de madeira se mostrou um excelente profissional da educação no Estado de Roraima. Esta é uma opinião geral entre os entrevistados, ao destacarem a condição de trabalho do professor e sua história de vida.

Para imaginar esta experiência, cabe observar que, apesar da distância entre a residência e a escola, parecia não haver nenhum perigo no trajeto percorrido pelos alunos como: assaltos, drogas, acidentes de trânsito, picadas de cobras, tucandeira; somente a malária foi intrusa nessa história, visto que incomodava os estudantes e toda a população de Roraima isso, sim, impedia-os de frequentarem a escola.

A respeito de seu trabalho na Casa-Escola Zé Professor relata:

Quando iniciei em 1979 havia 32 crianças entre sete e quinze anos, um desafio que hoje talvez não fosse capaz de enfrentar com tanta lucidez. Dessa quantidade de alunos somente 17 estavam matriculados formalmente, os demais não possuíam registros de nascimento, por isso não consta o nome deles na Ata de Resultado Final. Mesmo assim os alunos frequentavam o ano inteiro enquanto os pais tentavam tirar o documento dos filhos. Esse foi um problema social que as famílias enfrentaram a documentação dos filhos para ser de fato aluno matriculado

regularmente na Casa-Escola. Mesmo assim o interesse dos alunos era impressionante (05/07/2015).

A dificuldade com o registro de nascimento dos migrantes durou décadas para ser solucionado e assim, muito alunos deixaram de ser aprovados, no entanto, não desistiram de frequentar a escola.

Diante desta realidade vivida nos assentamento:

[...] A pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de lutador do povo: nada é impossível de mudar e quanto mais inconformado com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa. O normal, saudável, é estar em movimento, não parado. Os processos de transformação são os que fazem a história (CALDART, 2004, p. 99).

Em relação à luta para se chegar à escola à caminhada, é sem dúvida um fato relevante, e da mesma forma que os pais do assentamento caminhavam para o trabalho na roça, os filhos seguiam o mesmo processo, na distante jornada diária para chegarem à escola. Normalmente, os alunos caminhavam até mais do que a distância percorrida pelos pais, a pé, de carona, pois ainda não dispunham de bicicletas ou moto.

Esse trabalho da escola nos remete também a proposta de Paulo Freire por uma “pedagogia para libertação”, ao abordar em seu discurso que a educação popular tem em sua gente, seus pares: homens e mulheres, crianças e idosos, jovens e adultos que lutam pelo direito à educação dentro de seu espaço social, promovendo a segurança dos menos favorecidos.

Nesse sentido, o autor compreende os atos de superação perante a falta de credibilidade do professor, quando é possível esse sujeito tornar as desigualdades um ato, de respeito que em sua visão, tanto a liberdade quanto “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (FREIRE, 1976, p. 96).

Nessa trajetória vale agregar as palavras do senhor Mathias, sobre o trabalho do professor que representava mais que um desafio atravessando a militância de uma classe única dentro do assentamento, devido à forma como o serrador professor desenvolvia seus trabalhos de derrubada; o zelo pelos alunos, embora não fosse possível desenvolver o ensino-aprendizagem uniforme algo impossível ainda hoje de alcançar em sala de aula seriada imagina-se multisseriada.

Assim, o compromisso desse educador com seu trabalho despertava o interesse dos proprietários de grandes áreas de terras como: João Mineiro, Nazaro, Pirilampa e outros homens da época, que perderam o profissional do motosserra.

Dentre seus admiradores, está sem dúvida o senhor Tomaz, que procurou criar um cenário imaginário quando modestamente relatou as práticas pedagógicas de Zé Professor sem dúvida, um de seus maiores sucessos na nova profissão. Ele explica sua satisfação pela indicação de Zé de Salu, um jovem de 21 anos com tantas habilidades e se fez notar reconhecido no cumprimento do dever pela educação dos alunos do assentamento.

É surpreendente como nas aulas do José de Salu tudo começou a fluir na “Casa-Escola do 475”, mesmo que não fosse formado, mas enxergava de perto as necessidades das crianças e trabalhava para fazer o melhor possível o seu ofício de educador. Diante das dificuldades de material o professor tentava de tudo para alfabetizar as crianças, o que tornava quase um martírio pelo esforço tanto do professor como dos alunos. Essa tática para alfabetizar marcou sem sombra de dúvida sua trajetória profissional (05/07/2015).

Quando perguntado quem eram os alunos que frequentavam a escola, Zé Professor respondeu sem nenhum embaraço, relacionando o nome dos pais de alguns alunos e observando a realidade vivida pelas famílias. Considerando a pobreza, a exclusão social, o carinho que os alunos demonstravam levando o que de melhor havia na roça para o professor (a goiaba, o coco, ingá, maxixe, pequi etc.), esse gesto o deixava entusiasmado com a dedicação dos estudantes e certeza de uma importante amizade.

Havia a preocupação da comunidade da Casa-Escola em manter o professor alojado, os pais dando atenção às tarefas dos filhos, uma relação integrada entre comunidade, escola e professor isso favorecia os laços de amizade e confiança. Nesse aspecto, Zé Professor agradece todo o carinho, interesse dos alunos e o cuidado dos pais para com seu trabalho. Ele parafraseia dizendo que “*tudo isso era mais significativo do que o próprio salário recebido*”.

Assim relata os feitos dos alunos e suas famílias:

Os alunos que frequentavam a escola do Valentin vinham em grande parte da BR 174, e alguns das vicinais que já eram habitadas como vicinal 06, 05, 08 e vila Martins Pereira. Os filhos do Valdir, o Marcos e Osvaldo e todos os filhos de Manoel Nazaro, o José Augusto, filho do Vitório Pereira já falecido, este morava no Martins Pereira e vinha caminhando para a escola. Quando começou a funcionar a Escola José de Alencar em 1982 no povoado Vila do Incra, os alunos que frequentavam esta escola foram transferidos para cursar outras séries (...). Havia uma grande quantidade de alunos divididos em três escolas, pois também havia a escola da Inalda, no quilômetro 460, que funcionava no salão da casa do Zacarias. Acho que ela tinha no primeiro ano de funcionamento uns vinte alunos, fora a turma do MOBREAL que ela trabalhava à noite. Eu mesmo cheguei a fazer treinamento com ela para trabalhar alfabetização dos adultos à noite na Casa - Escola do 460 (05/07/2015).

Nessa análise sobre o passado, Zé Professor lembrou que os alunos eram assíduos em sua frequência escolar; mesmo no inverno rigoroso eles faziam questão de comparecer à

escola. Quanto às famílias na participação das ações da escola, ele compreende que seu conhecimento sobre o modo de vida dos alunos e das famílias do assentamento, revela o interesse entre a família e a escola, como elementos balizadores, capaz de influenciar o trabalho da terra, e do professor, que tinha um importante papel nesta tarefa de ensinar, aprender e socializa.

Zé Professor é categórico em dizer que os pais e mães do assentamento desempenharam o papel de fiscalizadores da educação dos filhos, considerando que as mães estavam envolvidas diretamente com o trabalho da escola. Isto contribuía para promover a solidariedade, no preparo da merenda dos filhos, na distribuição dos alimentos da roça, e em outros trabalhos.

Toda essa integração é bem diferente de hoje nas escolas, a família envia o filho para a escola e não assume o compromisso com a sua aprendizagem. A escola se tornou um ambiente de fuga para as crianças, adolescentes e jovens tendo em vista que o tempo das famílias é um assunto em debate por pesquisadores.

Zé Professor julga necessário lembra as múltiplas tarefas dos professores:

Naquele tempo, nas escolas isoladas do Território, o professor fazia todo o trabalho de Secretaria, limpeza, merenda e as aulas. A gente perdia muito tempo lavando, cozinhando, limpando. As aulas eram pela metade de tanta coisa que o professor tinha que fazer em seu horário de aula. Nessa escola tinha sempre a participação dos pais que colaboravam na limpeza e as mães com a merenda, assim meu trabalho podia render mais, não precisava deixar os alunos fazendo as tarefas para fazer a merenda que era importante para as crianças que moravam mais distante e a maioria chegava sem o café da manhã. As aulas precisavam ser bem aproveitadas, pois era tudo muito complicado com quatro séries na sala, o desafio era um gigante e não havia uma receita pronta para resolver a situação (05/07/2015).

Com seu jeito singular de ser, dizer e pensar, Zé Professor mostra-se desembaraçado ao comentar sobre as questões relacionadas com as múltiplas tarefas realizadas à, sua tomada de decisão foi acertada, o trabalho se mostrou produtivo, e o movimento dos assentados se voltou para outras lutas.

Nesse aspecto, Caldart (2004) revela que do ponto de vista da didática do educador do campo, ele trabalha com as condições que lhes são apresentadas em diferentes dimensões. “Não foi difícil passar daí às primeiras tentativas de retomar o processo de alfabetização das crianças, nem que para isso a própria terra ocupada tivesse que se transformar em um quadro de giz, escrita com galho de árvore ou uma lasca de pedra” (Op.cit., p. 231).

Desse ponto de vista, Zé Professor, também se tornou a voz dos migrantes pela escola, um educador responsável e despertou o interesse para o ensino das crianças do assentamento, e teve na alfabetização a marca registrada de seu trabalho, quando produzia seu material didático a partir da realidade vivenciada no cotidiano dos alunos.

A “Casa-Escola do Valentim” teve um papel importante em sua participação política e social pais, mães, padres, comunidade, não ficaram alheios aos acontecimentos, inclusive as próprias crianças, estiveram envolvidas para garantir o funcionamento da escola, a permanência dos educadores em condições mais dignas de trabalho e aceitação.

A escola sem dúvida representou o ambiente de novas aprendizagens quando Zé Professor ensinava, ele também aprendia com os alunos os conteúdos, o respeito, o carinho e, acima de tudo, a grande amizade que brotou nesse meio social. De certo forma ele esteve em pé de igualdade, e mostrou que ele não era melhor do que seus alunos em ensinar e aprender.

Desse ponto de vista, esse conjunto de ações permitiu que o educador estabelecesse uma relação de sujeitos da história. Contribuindo para criar um ambiente mais favorável entre a escola e seus pares Caldart (2004, p. 120) esclarece:

Trata-se de enxergar a educação, afinal como uma relação entre sujeitos. A escola reconhece seus educadores e suas famílias como sujeitos. O movimento social e seus sujeitos também reconhecem os educadores como sujeitos. E todos se veem como sujeitos de movimento maior, que é o movimento da história, exatamente o que pressiona cada um a assumir esta condição de sujeito (CALDART, 2004, p. 120).

A postura da pesquisadora nos permite afirmar que mesmo criticada, desnuda e questionada, a instituição escolar continua sendo o lugar que presencia a história, a construção do conhecimento, instrui a criança, o jovem, o adulto, o idoso. Esse caminho percorrido, atravessado pelas marcas desse movimento, pelo “clamor” da escola foi sem sombra de dúvida a identidade, o sinal em busca da liberdade desejada pelo ser humano que agregou valores, independência, realização pessoal e coletiva.

A escola do campo não é final, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar o processo de humanização do conjunto da sociedade, com sua luta, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2004, p. 110).

Tanto Zé Professor como os demais assentados acreditaram que a escola seria a esperança de melhoria do lugar, tendo em vista a luta por esta libertação na busca pela escola, pelo educador do campo, a melhoria do lugar, muito embora saibamos que a escola não é a solução para todos os problemas da sociedade, mas educa o sujeito para uma vida digna. E

dessa maneira os pioneiros cujas vozes ecoaram no silêncio, romperam com o preconceito, os desafios, tornando-os reconhecidos pelas tensões que enfrentaram na luta pela escolarização dos filhos.

Entre dizerem a palavra e não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo. Este é o trágico dilema dos oprimidos, que sua pedagogia tem de enfrentar. A libertação, por isso é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce desde parto é um homem novo que só é viável na superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos (FREIRE, 1987, p. 34).

O trabalho de Zé Professor não parece ter sido muito fácil nesse novo cenário em que passou a atuar com diferentes propósitos: desenvolver a educação escolar dos alunos e enfrentar o desafio de sala de aula, que segundo o próprio havia um espaço, mínimo, acrescido do seu despreparo para trabalhar com quatro séries em uma única sala de aula, além dos tantos conteúdos que precisavam ser ministrados.

O que podemos deduzir nas palavras de Caldart (2004), é que o movimento dos migrantes produziu, além de tudo, “a transformação dessa vivência coletiva de que a escola pode ter uma relação com a luta e com a terra na efetiva atribuição de novos significados à escola concreta, aquela em que cada família busca colocar seus filhos para que tenham um futuro melhor” (Op. cit., p. 40).

Sabemos que o campo é lugar de seres humanos, de vida, de construção de identidade, de trabalho, de conquistas, do social e do cultural. O assentamento não é somente um lugar de produção agrícola e de trabalho com a terra, mas um espaço social que apresenta aprendizagens diversificadas e a construção de novos conhecimentos entre seus pares.

Para Caldart (2004, p.124), a escola multisseriado é uma “realidade do campo há muitas escolas de um só professor ou de uma só professora, esta é, por exemplo, a situação de muitos assentamentos do MST”. Uma realidade vivenciada desde o início da colonização de Roraima que perdura até os dias atuais. Conforme a autora a cima:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como direito universal, de todos: um direito humano, de cada pessoa em vista do seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade (Op.cit, p. 150).

Em síntese, a Casa- Escola desse assentamento representou, sem dúvidas, o início da educação escolar desse movimento histórico. Esta se constituiu em um importante espaço de saberes, de culturas, aprendizagem, e representa, ainda hoje, o arquivo de uma memória em

construção dessa história vivenciada, por meio das experiências educativas dos migrantes assentados.

Para Zé Professor, a educação tanto do passado como no presente de certa forma:

É comparada a uma cola, um leite ou um ímã que nunca pode ser separada do ser humano e por isso também é um ato de amor, de troca de saberes e, sobretudo de parcerias entre escola, educador, família e comunidade. Essa integração foi vivida junto daqueles que também precisavam de meus trabalhos. Se hoje as famílias tivessem mais preocupação com o aprendizado dos filhos, o ensino alcançaria outros resultados e o professor seria mais respeitado no exercício de sua profissão. Os pais precisam está mais perto de seus filhos e valorizar a escola, para orientar os filhos nas tarefas escolares, e não permitir o descaso com o ensino seja da escola pública ou particular, todas têm o mesmo objetivo instruir para a vida (05/07/2015).

Essas lutas pela educação dos (PAD/CSFV/ANAUÁ) são embrionárias de anos a fio pela “Escola do Valentin”, e durante sete anos mais precisamente entre 1977 e 1983, esta instituição serviu as comunidades camponesas com salas de aula multisseriadas⁸². E, de acordo com a investigação é a instituição de ensino mais antigas do lugar um espaço de transformação social do campo, onde a classe trabalhadora da terra esteve inspirada, pela força de vontade, na defesa da implantação da escola como forma de defender seus interesses pela educação escolar dos filhos.

3.3A carência de professores formados nas escolas de Roraima

O tempo é um sujeito que deixa marcas e, por vezes, provoca prazer nas lembranças outras fazem esquecê-las. Nesse intertítulo, buscamos saber, por meio das memórias dos pioneiros, como se dava a formação dos professores que trabalharam na “Casa – Escola do Km 475” no ex- Território Federal de Roraima.

Quando perguntado sobre a formação do professor da “Casa - Escola”, aos entrevistados, Zé Professor frisa que “*educar é mais do que ser formado, é amar o trabalho, os alunos, é construir amizade, compreender o outro, dividir os saberes, trazer alegria para*

⁸²Essa forma de educação esteve presente em todo Território Federal de Roraima. E após quarenta anos de sua implantação no PAD/CSFV/ANAUÁ, no período da pesquisa constatou-se sua continuidade, sendo adotada nas escolas das estradas vicinais de Rorainópolis. A diferença está na divisão da classe em duas turmas, 1º, 2º e 3º ano e 4º e 5º, um professor compartilha os conhecimentos entre quinze a vinte alunos em uma única sala. Essa situação retrata a importância ou o descaso que se tem dado a educação do campo em nosso país?

as crianças já sofridas pelas labutas da vida, e acreditar no impossível. Às vezes a formação do sujeito o torna orgulhoso e não olha como deveria para quem precisa de nossa atenção”.

Ainda com relação à formação do professor ele confessa que, geralmente o docente para trabalhar nas escolas do interior de Roraima, era indicado por alguém do meio político, que favorecia a contratação do sujeito, a formação era o que menos importava. *“A pessoa se escrevia na Secretaria de Educação do Território, frequentava os cursos de capacitação no mês de janeiro e fevereiro e em março iniciava as aulas”.*

Isso esclarece a facilidade da inclusão dos interessados no mercado de trabalho, mesmo sem formação era a garantia de ser enviado para trabalhar nas colônias, nos assentamentos, nas estradas vicinais, nas comunidades indígenas ou no Baixo Rio Branco em distintas comunidades ribeirinhas.

Reforçando as palavras de Zé Professor, o Inspetor de Ensino do Interior do ex-Território Federal de Roraima, Paulo Lopes afirma:

Os professores lotados no interior passavam por um período de estágio preparatório sobre normas para matrícula, preenchimento do diário, atas, planejamento, dessa forma eles iam se preparando para desenvolver sua prática pedagógica de acordo com as instruções recebidas. Esses cursos preparatórios amenizavam a situação do professor leigo, mas não resolvia o problema das dificuldades do educador em salas multisseriadas (30/07/2015).

Estas informações se confirmaram pelo relatório de frequência dos professores de Vila do Incra que cursaram, em Boa Vista, o Supletivo de 1º e 2º Grau, o Magistério parcelado e outros cursos para qualificação de professores (Relatório Docente 07/1983, p. 3). Parte desse processo estabelecia o calendário escolar do Território para o desenvolvimento dos cursos, sempre no período de férias.

A formação de professores nem sempre foi vista, em âmbito nacional, regional e local, como um processo constituído de interesse político e de transformação social, e em Roraima não se deu de forma hegemônica, tendo em vista que o quadro de professores do ex-Território, segundo Schramm (2013, p.103), em sua dissertação de mestrado, não se mostrou diferente dos demais estados brasileiros pela escassez de profissionais do magistério, o que levou o governo a contratar qualquer sujeito que possuísse não somente o curso superior, mas também quem somente dispunha da 4ª do ensino primário:

[...] Foi preenchido por funcionários do Território. Destarte, médicos, dentistas, agrônomos, engenheiros foram os primeiros professores, permanecendo assim por muitos anos, incluindo professores dos grupos escolares. Entretanto, há registros de

que foram contratados professores de outros Estados, principalmente do Amazonas e de São Paulo.

Estas experiências em Roraima fortaleceram os trabalhos dos educadores leigos, se destacando os de ensino primário pela necessidade tanto da escola como do sujeito unia-se para suprir a carência que se mostrava gritante no território inchado de migrantes.

Além disso, constata-se que um diploma de nível superior, para um professor, na década de 1970, em Roraima, era considerado um símbolo de status, mesmo que em área não específica ao Magistério. Os mais diferentes profissionais exerceram a função de professor, devido à falta de profissionais formados. Estes eram contratados pelo governo para trabalharem na capital, assim as cidades do interior e vilarejos acabavam desassistidas.

Zé Professor corrobora com Schramm (2013) e assegura que em Roraima não havia professores formados suficientes para atender a demanda escolar, além daqueles que não se enquadravam no perfil de professor da floresta roraimense, havia os militares, os paulistas e amazonense muito frequente nas escolas do interior.

Os professores naquele tempo a maioria tinham somente a 4ª série eu isso fica claro quando na participação das capacitações, ou então vinham de outras profissões para trabalhar isso durou por décadas. Eu mesmo só tinha a 4ª série e fui convidado para trabalhar nessas condições. Fiz vários cursos de capacitação na década de 1980 a 1995, quando eram ofertados cursos para professores da União e do Estado de Roraima. Nunca fiz curso superior ou Magistério. Estudava de tudo sozinho não precisava de professor e nunca tive dificuldade com nenhuma disciplina. A princípio não pensei que tinha habilidade para ensinar até o dia em que pisei na sala de aula pela primeira vez e tudo começou a fluir. Trabalhei muito com alfabetização, e sempre tive sucesso com meus alunos durante os trinta anos nessa profissão, acho que tinha um dom para esse trabalho, não sei, talvez pelas dificuldades que havia enfrentado com multisseriado isso tenha ajudado (05/07/2015).

Diante desta realidade, é compreensível refletir sobre a formação do professor da Casa-Escola no desenvolvimento de práticas pedagógicas em sala de aula multisseriada, sobre os desafios que os educadores do movimento tiveram que enfrentar em suas ações pedagógicas.

Nesse movimento as narrativas refletem as verdades ditas e revelam o interesse dos professores em trabalhar no assentamento, pois como o senhor Valentin se preocupavam em manter a Escola funcionando em função das crianças que já se mostravam fora da idade e série, ao mesmo tempo em que exercia seu papel social de líder e pai.

No bojo das definições sobre o trabalho do professor da “Casa - Escola do Valentin” o senhor Mathias afirma que o novo educador era eficiente, mesmo não tendo formação

específica para atuar no Magistério, desempenhou seu papel com muita responsabilidade, já que esta profissão era considerada de grande valor para população local, e mais ainda pelo fato de ser indicado pela liderança havia um comportamento diferenciado do sujeito.

(...) O único professor da escola do Valentim do meu tempo foi o Zé Professor, e da Escola Major Terêncio foram muitos até quando fechou de vez, acho que em 2005. Depois do Zé veio outros a, Joice Jane, esta já possuía o segundo grau, trabalhou entre em 1985-1987, depois veio a Maria José Barroso de 1988 a 1990, também acho que tinha o ginásio, era boa em matemática. Maria Clélia, você professora qual era seu estudo? Estava iniciando o supletivo do 2º Grau. Raimunda Passos, Rivelino acho que foi o último professor da escola antes de ser transferida para o meio da vicinal. Sei que outros professores passaram por esta escola mais não lembro mais, até minha filha a Claudinéia deu aula para os adultos à noite e não era formada. Pra você ter uma ideia isso era o que menos importava (06/07/2015).

Para quem tem conhecimento ou vivenciou tal situação, nada disso é novidade. Na história da educação brasileira, a forma de contrato do professor leigo seguiu, durante muito tempo, este parâmetro, sujeitos que historicamente desempenharam o papel de educadores em distintos espaços escolares.

Para pesquisadores do tema, esse processo de exclusão e inclusão faz com que a educação seja uma constante batalha de transformação pela conscientização do homem, em potencial atrelada aos direitos da cidadania, de socialização e agregação de conhecimentos. Essa mentalidade é ilustrada por (FREIRE, 2005, p.83-84), ele aponta algumas características da existência humana desse processo das aceitações:

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. [...] Desta maneira, a educação se re-faz constantemente nas práxis. Para ser tem que estar sendo.

Diante dessa análise, observamos que uma das dificuldades, para a aceitação do trabalho pelo docente do assentamento estava no próprio indivíduo em se aceitar como professor, visto que se viam incapazes de exercer com segurança a profissão, pois ao que parece sem a devida formação a escola assustava, não pela sua estrutura física, salário, quantidade de alunos, mas, sobretudo pelo compromisso que deveria assumir.

A própria LDB, 1996, em seu artigo 61, redação da Lei nº 12 014 de 2009, considera os profissionais da educação básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos como:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos (BRASIL, 2009).

Considerando as mudanças a lei acima, exige formação específica do magistério e, mesmo assim, ainda há uma carência significativa por profissionais formados, no Estado de Roraima. Porém, esta realidade não é somente dessa região, visto que o país tem dificuldades com a temática de formação de professores para suprir a demanda nas escolas públicas.

A “Casa - Escola do Valentin” marcada como a identidade do assentamento, a qual a formação dos professores não demonstrou ser um requisito comprometedor para o ensino-aprendizagem dos alunos daquela escola. Nessa perspectiva (ZAMBONI, 2008, p. 91) ressalta que “a formação de professores, feita em diferentes tempos da história da educação brasileira, “ata e desata” os fios de imagens múltiplas”. A discussão sobre formação de professores é bem antiga e acirrada entre os pesquisadores.

Embora as pesquisas venham evidenciando o intenso trabalho sobre formação de professores para escolas do campo, no entanto ainda esbarra no conflito do exercício da profissão, o que têm se tornado cada vez mais desafiador em comparação ao período aqui em questão, que para exercer a docência o desafio estava na própria aceitação, de saber lidar com os obstáculos do cotidiano escolar: a migração, à distância das escolas, as classes multisseriadas, o espaço físico, o planejamento, avaliação de suas necessidades de educador, tudo isso implicava em viver no universo dos novos conhecimentos, a convivência com a comunidade, o saber fazer tantas tarefas e o ensino-aprendizagem dos estudantes.

De acordo com o senhor Mathias, naquele tempo não precisava de professor com muito estudo no assentamento,

Acho que mesmo na Vila do Incra até a primeira diretora da escola José de Alencar Ordalha Lima, não possuía magistério. E naquele tempo as pessoas tinham mais respeito pelo professor, mesmo que fosse leigo, o importante era ensinar com responsabilidade. Os alunos tinham mais interesse de aprender, o professor de ensinar e os pais de ajudar os filhos nas tarefas. É por isso que o ensino hoje é um desastre (06/07/2015).

Em relação ao trabalho do professor isso é fato, que ninguém na comunidade do assentamento ousava contrariá-lo, e quando o professor necessitava de ajuda, seja no aprendizado dos alunos, na limpeza da escola, o preparo da merenda, no mobiliário todos

estavam dispostos a colaborar, acredito até pelo receio de perdê-lo e novamente enfrentar a busca de outro educador.

A gente estava sempre disposta a atender à solicitação dos professores. Não por medo, mas por respeito ao trabalho significativo do educador. Muito diferente de hoje que professor não tem autonomia e nem respeito da sociedade. Eu lembro que a escola estava envolvida em todas as atividades do assentamento, na roça, na farinhada, na panha do arroz, na quebra do milho. E quando havia morte, os alunos estavam ali no enterro, no velório a solidariedade fazia parte do nosso dia a dia (06/07/2015).

Analisando a fala acima, é importante notar que o senhor Valentin tem motivos para não questionar a formação do professor (a) da “Casa - Escola”, nem mesmo sua origem, de certa forma o professor cumpriu seu papel de ensinar, agregando valores, formação do caráter, o respeito, bom relacionamento com a comunidade, evidenciando um compromisso maior do que a demanda dos alunos, as dificuldades e os conflitos quanto sua prática pedagógica.

Ao contrário do que se pensa a respeito dessa luta o senhor Valentin esclarece:

O importante era não desistir da luta. E foi dessa luta, que moças e rapazes aprenderam a ler e a escrever aqui. Sinto-me satisfeito por esta luta ter dado resultado. (...) Os professores enfrentavam muitas dificuldades, muitos não mediam esforços para realizar esta tarefa, era uma forma de sustentar a família e ter um trabalho fixo, por que só era mandado embora se não prestava mesmo. E quem tinha um estudo mais elevado não vinha para esse fim de mundo, minha gente! Aqui eu sempre procurei trazer pessoas que estavam começando no trabalho, mais pela distância e as dificuldades eles não ficavam na escola. (...) E tem mais, ainda oferecia moradia, um quartinho nos fundos da casa, alimento não faltava, mais era uma questão de adaptação no meio do mato. Isso não é para qualquer sujeito. É para pessoas determinadas só a coragem não era suficiente! (06/07/2015).

Este desejo de permanência do professor na escola, talvez sofresse interferência do ambiente isolado e sem importância do ponto de vista político da época para a permanência e integração de um professor em meio à floresta. No que concerne à educação formal, considerando a comunidade do assentamento e suas necessidades, Zé Professor confessa:

Os pais se preocupavam que os filhos aprendessem as primeiras letras, leitura, cálculo, escrita de cartas, bilhetes, isso já se mostrava suficiente. Eu entendia aquele desejo dos pais, de querer os filhos estudando, pois, eu já tinha passado por aflições parecidas quando frequentei a escola primária. Na verdade os pais desejavam ver os filhos na escola para “ser alguém na vida”. Para eles somente por meio da escola isso seria possível. Eles não queriam os filhos com a mesma vida deles, no trabalho da roça. As brincadeiras estavam fora dos conteúdos ministrados pelo professor, só na hora do recreio eles brincavam era ordem expressa dos pais (05/07/2015).

Em relação à compreensão do professor como ensino, suas diferentes atividades na escola Snyder, (1993, p. 85) salienta que: “Um educador que conheça sua profissão, que tenha o domínio daquilo que se propõe e que tenha preparado minuciosamente seu curso – ao

mesmo tempo, os alunos sentiriam que ambas as partes estão associadas na mesma tarefa e que participam juntos da mesma busca”.

Diante das necessidades das escolas da região sul de Roraima, Zé Professor ressalta:

Trabalhei com diferentes modalidades de ensino. Para quem não tinha formação acho que fiz muito, do Mobral ao supletivo do 1º Grau. Também dei instrução para Inalda Araújo que não era formada assim como eu, mas ensinava até a 4ª série e à noite trabalhava alfabetizando os adultos com o Programa do Mobral a luz de lampião, a querosene ou a gás. Eu já havia participado da capacitação em Caracará para trabalhar no Valentin com os pais dos alunos, então essa missão foi mais uma das minhas tantas tarefas. A demanda de adultos analfabetos era grande e o governo nos obrigava a trabalhar com o MOBREAL, a gente não dizia não, pois corria um sério risco de perder o emprego (05/07/2015).

O professor expressa em suas narrativas, orgulhoso de ter exercido diferentes funções, pois, ainda jovem sonhava com uma vida mais digna para sua família. Assim, além do trabalho na escola, cuidava dos seus serviços de roçado, até porque o salário de professor não seguia um calendário regular para o pagamento, esse atraso justifica as tantas tarefas necessária para seu sustento.

Pertinente à função do professor em sala de aula, Freire, (1991) advoga a busca por uma prática educativa capaz de promover o conhecimento sistemático e prever a exclusão dos sujeitos na escola e da escola, no sentido de superação dos conflitos provenientes dessa profissão, e nos permite acalentar o sonho de conhecer a esperança de:

Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. “Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo” (FREIRE, 1991, p. 24).

Dessa forma mostra-se que as práticas pedagógicas do professor influência em diversas vertentes, e no caso de Zé Professor, mesmo parecendo ser uma espécie de complemento, não como um mero objeto de ocupação, mas de grande importância tanto para o professor como para as famílias do assentamento, suas práticas pedagógicas são assuntos para discussões.

Seus dizeres revelam quase que sua obrigação no exercício de tantos afazeres:

[...] O jeito era continuar trabalhando na roça, na derrubada, e tudo que aparecia e que eu podia fazer, além disso, não havia operador de motosserra e eu estava direto trabalhando também com esta atividade de risco, colhendo castanha, fazendo meus planejamentos, cuidando do meu lote e ajudando quem precisava dos meus serviços. Com o passar dos anos a situação foi normalizada e todo sacrifício valeu a pena. Hoje talvez eu não gastasse tanto tempo envolvido com

tantas atividades, poderia ensinar muito melhor. Mesmo eu tendo consciência que fiz o melhor que podia pelos alunos ainda assim olhando para o passado sei que muito ainda poderia ter feito (05/07/2015).

Considerando a escola como um lugar de múltiplas tarefas, de cultura, em que a ética do professor está presente em suas práticas pedagógicas, que se enraíza nos saberes, no papel social, político e cultural. Caldart (2004) a esse respeito reforça estas características das múltiplas tarefas do educador:

A escola não é o único lugar onde se estuda, mas há uma associação simbólica, cultural muito forte entre escola e estudo. Uma das tarefas que sociedade consagrou como sendo da escola é a do aprendizado da leitura, que pode chegar a ser também a leitura do mundo e que não se refere à aprendizagem da produção do conhecimento sobre determinada realidade (Op. cit., p. 383).

Nesse contexto, entendemos a “Casa - Escola do Valentin” como uma prática social na construção da cultura do lugar, na medida em que a instituição contribuiu para agregar valores ao conduzir os alunos à leitura, à escrita, ao cálculo matemático, à participação nas festas, o conhecimento cívico, e outras práticas, em que o espaço escolar permitiu compartilhar experiências.

E considerando o tempo que os estudantes passavam na escola, a caminhada para se chegar ao local, pensamos ser referência para a construção de novas aprendizagens, socialização, influenciados pela beleza da natureza, o interesse de aprender e outros valores não explícitos.

Aqui é interessante destacar o valor da escola na compreensão de Snyders, como o lugar de alegria, da compreensão, do aprendizado, do novo, do velho, de conhecimentos diversos aspectos quando a instituição representa um espaço a mais.

“Minha” escola, apesar de tudo, pretende reservar um amplo espaço para o atual; ela confiará o bastante no presente para transmitir aos alunos confiança em sua época: existe em tudo que esta ocorrendo, o compreensível, o justificado, o válido e a grandeza – e podemos sem dúvida perceber aí o anúncio de um “algo mais” (Op.cit. p.148).

Vale lembrar que o professor é extremamente fundamental na promoção da escola seja como mediador, instrumento técnico, físico que observa o comportamento dos alunos, localiza as tarefas, procura integrar os alunos em seus respectivos grupos e traz o novo para o debate.

Para conclusão desse intertítulo de forma poética, o senhor Valentin conclui sua narrativa mostrando a importância da Casa-Escola, os traços profissionais de Zé Professor; por vezes com alegria, outras com tristeza:

Olhe professora posso afirmar que esta escola foi uma das tantas coisas boas que aconteceram aqui, tenho muito orgulho de ver tanta gente formada, professores, engenheiros, enfermeiros, e tantos outros profissionais que tiveram sua base aqui. [...] E digo com toda certeza, Zé Professor foi sem dúvida o melhor profissional que passou por esta escola no meu terreno. Hoje está cego, diabético, mas foi um dos poucos profissionais que valorizou o ensino dos alunos nesta BR, e adquiriu uma forma única para trabalhar com as classes multisseriada. Ele parecia mais uma formiga da alfabetização, produzia seu material escolar junto com os alunos e não pedia nada dos pais. Parece que nasceu para essa profissão. (...) Ele não sabia o prazer de ensinar até experimentar pela primeira vez. Isso ficou no sangue o gosto pela sala de aula, seu jeito único de trabalhar com nossos filhos, de tratar com os pais marcou nosso tempo (06/07/2015).

Sem dúvida o senhor Valentin aqui demonstra sua gratidão ao amigo e companheiro de trabalho nos roçados. Essas lembranças atravessaram o tempo, e focado neste movimento de oralidade a partir das narrativas possibilitou um olhar mais profundo sobre o trabalho desses migrantes que se colocaram na luta pela escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras da terra, sem dar importância à formação do professor, mas acreditaram no conhecimento prático, e assim alunos e professor produziram a cultura da escola, do aprender, do fazer a diferença, e compartilharam seus saberes com a sociedade, legitimando um trabalho, inicialmente desacreditado pelos coordenadores da educação regional.

3.4 Conhecer os espaços, participar e transformar: a escola, as memórias e outros sonhos

Nesse aspecto, o sentimento de conhecer em alguns momentos as revelações dessa escola surgiu diante das discussões tratadas com os participantes. Novidades, fatos desconhecidos da sociedade e marcados somente pela certeza que aquele lugar teve início a escola do PAD/CSFV, mas durante quarenta anos não se sabia quem havia iniciado o processo educacional dentro do assentamento. E a pergunta que não queria calar. Quando surgiu a escola? Como foi feito? Por quem? Quando? Quem seu primeiro professor? Qual sua formação?

São essas e outras inquietudes que marcaram de certa o desejo pelo objeto de estudo. No decorrer da investigação, observamos o desejo dos sujeitos em deixar claros seus sentimentos a partir das respostas que transmitiam, quando em determinados momentos o retrato do passado era vivenciado muito presente em suas palavras, de modo evidente quando retrataram os momentos muito particulares da vida de cada um, elemento que mesmo a pesquisadora que

já os conhecia há tanto tempo se mostrou perplexa pelo desconhecido e pela bravura dos pioneiros.

Nesse sentido, os representantes da memória conduzem a história o que Pollak (1999, p. 3) “aponta como elementos silenciados em que sua razão de ser traduz numa complexidade no qual é necessário alguém para ouvi-lo e fazer sentido sua história e experiências vividas”.

Diante das descobertas a casa dos colonos serviu de modelo escolar no assentamento, os pais em regime de mutirão organizaram as escolas, ainda que de forma muito primária, incluindo o material e a mobília: os bancos de madeira roliça cortados de machado, a mesa grande que permitia acomodar até seis alunos, o fogão de barro queimado a lenha, a lousa improvisada de caixa de papelão ou tábuas serradas.

O fogão construído e zelado pelas mulheres que preparavam a merenda dos alunos e para mantê-lo funcionando a lenha era missão dos pais e dos meninos, os ingredientes para a merenda era compartilhado pela comunidade que oferecia em quantidade: arroz, feijão, verduras e hortaliças para complementar a escassa quantidade enviada pela Secretaria de Educação.

Em relação à escola, a materialidade e sua realidade, apesar das limitações, Frago (2001, p. 63) observa que a escola é feita de diferentes espaços:

[...] De espaços, materiais, visualizáveis. O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaços que, para nós, foram alguma vez e durante algum tempo lugares. Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; são, portanto, nossa história.

Esses lugares, estas memórias, as imagens do vivido a que nos remete o autor podem ser também observados em mudanças presentes na escola do Valentin onde a ordem social ainda estava sendo construída e se procurava pelo fortalecimento da educação rural do ex-Território. Os espaços ali promoveram a educação e se traduz na voz dos entrevistados o “lugar de saberes”.

Conhecer a escola enquanto espaço da memória, também são lugares indicadores de aprendizagem, de culturas e socialização. “A escola, pois, enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado” (Op. cit. p, 62).

A escola integra um conjunto de ações e mesmo que este espaço seja distinto, mas que sirva ao seu propósito de ensinar “a melhor escola é à sombra de uma árvore. [Mas] admitamos, para não escandalizar demais, que a escola é uma casa. Assim, a escola buscará “o ar e a luz”, longe das cidades e das fábricas” (Op.cit, p. 31).

Na visão do autor acima, sobre o espaço escolar, a arquitetura, a localização e a estrutura do estabelecimento devem ser organizadas de forma que possa refletir no pedagógico, no lúdico, nos movimentos e nos saberes. Essas particularidades seguramente podem educar o sujeito e despertar o interesse por múltiplas tarefas no cotidiano.

Nesse contexto, a arquitetura da escola se destaca como dominante, refletindo sobre seu modo de funcionamento, ainda a escola pesquisada se mostrou significativa embora sua arquitetura fosse modesta.

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (Op. cit., p, 26).

Considerando que na década de 1970, tratar da estrutura dos prédios escolares do PAD/CSFV se constituía em uma luta em todas as esferas: política, social e econômica. Os materiais para a construção das escolas do interior sempre foram fornecidos pela Prefeitura de Caracará, Secretaria de Educação do Território ou pelo INCRA. Porém em tempos de crise, conforme relatou o senhor Valentin, os colonos retiravam o material da floresta e construía as escolas de forma rude, mas funcional. *“Foi assim que muitas casas- escolas surgiram no assentamento Anauá”*- Diz o veterano.

Acredita-se, que esse processo de construção das escolas pelos migrantes do assentamento, afetou ainda mais, a liberação de material para o funcionamento das instituições, mostrando-se escasso e burocrático sua aquisição junto aos órgãos competentes.

As memórias do senhor Mathias abraçam a “Casa - Escola” e descreve sua situação física, organização e a forma de funcionamento. Ele afirmou que a escola do Valentin deve ter surgido por volta de 1977, quando ele chegou em 1979, a instituição já funcionava, porém ele traz novos indícios sobre o funcionamento e organização da instituição.

A escola atendia os alunos da redondeza e desde sempre funcionou pela manhã. Os meus filhos iniciaram seus estudos ali, era uma tranquilidade mesmo. As crianças problemáticas eram recebidas com cuidado e aprendiam a leitura rápida. Hoje o menino passa anos na escola e não sabe ler, escrever e matemática pior ainda. (...) A escola do Valentin sempre funcionou pela manhã, os alunos chegavam cedo porque precisavam sair mais cedo de sala de aula pela distância. Pai não buscava filho na escola, a gente tinha que trabalhar. Teve muitos professores antes do Zé professor, mas, só ele deu conta de trabalhar com os nossos filhos. Era tudo misturado, aluno surdo, deficiente físico e com outros problemas. Esse homem era um herói. Hoje não se vê mais este tipo de professor por aqui (06/07/2015).

Nos dizeres desse migrante, a escola estava a uma distância da Vila do Incra cerca de sete quilômetros, assim cheia de defeitos, discriminada, sem muitos espaços, se manteve de

forma produtiva no local durante sete anos, embora seu reconhecimento nas terras do Valentin, tenha se dado a partir de 1979.

Dessa forma as narrativas, do senhor Mathias, discorrem sobre a importância da educação rural e analisa o trabalho do Zé Professor, que ele considera como quem pôde despertar um conjunto de valores nos estudantes e manter uma boa relação com a comunidade extraescolar.

Em 1983 quando a escola foi construída, na entrada vicinal 06, quase em frente à minha casa, Zé continuou a atender todos os alunos da redondeza por pouco tempo. A luta da gente serviu de alerta, e quando Otomar assumiu em 1979, ele começou a se preocupar com o estudo dos nossos filhos, construindo escolas de 1ª a 4ª série nas vicinais, vilas, na BR 174. Não estudava quem não queria. Então nessa época surgiu a escola do Martins Pereira e Zé foi transferido para lá. Foi duro, mas preciso, ficava pertinho de seu lote, ele já tinha dado sua ajuda. A gente pensou! Agora é o fim! Mais outros professores marcaram o trabalho da escola. O resultado de tudo isso são nossos filhos formados, trabalhando e devemos isso aos professores que passaram por esta escola (06/07/2015).

De fato, acreditamos serem estas entrevistas um construto da realidade por quem viveu aquele tempo, na mobilização da comunidade em função de propor melhoria do espaço físico, uma luta que tomou ritmo acelerado para atender a demanda de estudantes que se mostrou significativa.

Embora a construção da escola tenha levado seis longos anos para se concretizar tornou-se uma conquista em relação a tantas derrotas. E por não haver outros lugares para a realização dessas ações, os moradores reivindicaram por um local nas proximidades da sede do INCRA, para as reuniões dos trabalhadores rurais, uma escola maior para as centenas de crianças que já haviam cursado a 4ª série, outros que, devido à distância deixavam de frequentar a escolar.

O fragmento abaixo do senhor Tomaz reforça as palavras do senhor Mathias a respeito das escolas construídas por Otomar de Souza.

Sabemos que Otomar juntamente com o INCRA implantaram centenas de escolas nesse projeto de assentamento entre 1979 a 1983. (...) As primeiras escolas oficiais dos assentamentos de Roraima datam de 1977, construídas em outros governos, eram escolas muito pequenas sem muita estrutura física, com uma sala de aula e funcionavam no início os dois horários. Todas eram de 1ª a 4ª série, somente anos depois surgiu, em 1985, a 5ª série na escola do povoado, a José de Alencar, e a cada ano surgia uma nova série conforme a demanda de estudantes aumentava a série (02/07/2015).

Desse modo o senhor Tomaz relata o interesse do Governador Otomar em construir novos espaços escolares e disseminar a cultura escolar no PAD/ANAUÁ. O atendimento das reivindicações dos migrantes constituiu-se de uma importante conquista, tendo em vista que o

projeto vigente deveria oferecer escolas, estradas e transporte para escoação da produção agrícola dos colonos assentados.

O senhor Tomaz relata que havia somente duas escolas em toda extensão do projeto CSFV, entre 1977- 1978 elas funcionavam às margens da BR 174, eram conhecidas como “Casas – Escolas do Valentin e da Mariazinha”. Durante o dia era escola e à noite muitas outras atividades eram realizadas, inclusive serviam de quarto para os professores ou para as famílias dormirem.

Embora ele tenha abordado o assunto em seu trabalho de biógrafo, porém não se aprofundou nessa temática das escolas rurais do assentamento, o que também deixa uma lacuna para novas investigações.

Para os pioneiros a escola ainda os mantém viva na memória, os fatos históricos que cristalizaram o papel social e a transformação das relações de poder dessa história, esclarece o dito para conhecimento do leitor sobre os temas discutidos nesse texto. Mesmo tendo mudado de lugar, a instituição não deixou de caracterizar a educação do movimento durante quatro décadas.

A indicação favorece estes dados dos sujeitos entrevistados estabelece uma relação mais segura e abrangente com estas fontes. Os participantes são migrantes oriundos de vários estados brasileiros que trouxeram através da história esse movimento coletivo incorporado pelas vivências cotidianas o qual focaram tempo, espaços, acontecimentos, memória coletiva e individual. Nesse aspecto, (POULET, 1992, p. 54-55) confere a importância do tempo e do espaço e a relação da memória com os acontecimentos.

Para esse estudioso da memória:

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança.

Por trás desse cenário de lembranças, são compreensíveis os elogios aos trabalhos do professor, o convívio com a sociedade da época. A revolta, a decepção e o descontentamento pelas tantas lutas, exclusão social, e a busca da instrução pública para seus filhos, a fome, as doenças, em suas vozes, parecem dar lugar a outros sentimentos de esperança, sonhos e realizações, os sentimentos negativos desapareceram quando o esforço de todos constituiu um importante trabalho tecido em fios de várias cores sendo um deles a escola do km 475.

3.5 A criação oficial da escola Major Terêncio de Lima

Refletir sobre o significado e a finalidade da “Casa - Escola do Valentin” nos permitiu aprofundar os estudos e conhecer um pouco mais sobre sua realidade no cenário educacional do PAD/CSFV/ANAUÁ, na qual a referida instituição marcou a identidade social, como referência de educação rural desse movimento.

Desconhecemos a data e o decreto de criação da escola investigada desde sua gênese, visto que, ao analisar os documentos, verificamos que ela existe desde 1975, e o único documento desse período consta de uma Ata de Resultados Finais, sem a indicação da localidade e com uma assinatura da professora Sebastiana P. Viana. Ainda em 1976, a escola continuou funcionando, supostamente na mesma localidade. Uma análise mais criteriosa identificou a Ata Final, assinada pela professora, Maria Vanda da Silva entre 1976-1977.

No entanto, os vestígios mostraram que a Escola Major Terêncio foi instituída pelo Ato de Criação nº 27/24/08/77, do Governador Fernando Ramos Pereira. O documento indica a instalação da escola na Serra da Prata município de Mucajaí, na Vila da Prata entre 1977-1979.

Os estudos apontam um novo Decreto, nº 76, de 06 de novembro de 1979, criado pelo Governador Otomar de Souza, quando transferiu a referida escola da Serra da Prata, para a região sudeste de Roraima na localidade de Martins Pereira no sítio do senhor Valentin, com o objetivo de instruir os alunos do PAD/ANAUÁ, no ensino primário e atender às reivindicações da comunidade em torno da BR 174, estradas vicinais e vilas adjacentes.

Mesmo após a criação oficial da escola denominada “Major Terêncio de Lima” a instituição não foi construída no assentamento e, existia de fato no papel e não em sua estrutura física. A instituição foi construída às margens da estrada vicinal 06 no início de 1983, e suas ruínas permanecem até no período desta pesquisa.

A Escola Major Terêncio foi construída de madeira, sua cobertura de telha brasilit com quatro cômodos diferenciava-se das demais por possuir um quarto para o professor (a), uma sala de aula, um depósito, uma pequena cozinha, havia nos fundos um poço cavado de dez a doze metros de profundidade, e um sanitário coletivo feito de madeira.

O mobiliário constava de um fogareiro feito de lata de tinta, umas poucas panelas, bacias, colheres copos e pratos de plásticos, uma lata de tinta que servia de balde para puxar água do poço e um filtro de barro. Tanto professores, pais e alunos puxavam água para as necessidades da escola utilizando uma gangorra de madeira e uma corda grossa de nylon



Crédito 22 - Ruínas da Escola de 1º Grau Major Terêncio Lima vicinal 6. Fonte: Acervo pessoal/ pesquisadora, 2015.

A arquitetura da nova escola representou o que havia de melhor em construção na região do assentamento; além de sua representação social, para a realização de festas comemorativas, reuniões de colonos, encontros políticos e outras atividades.

Mesmo que o prédio escolar não tivesse uma arquitetura exuberante, ainda assim se fazia notar significativamente pela localização e, o espaço arejado, em meio às árvores, rochas e bambus ainda assim trazia um ambiente acolhedor. E quem trafega pela rodovia, ainda vê as ruínas como um monumento histórico do lugar.

Em relação aos estudos sobre o espaço escolar, Frango, (2001, p. 26) revela dados interessantes a respeito da temática: “O espaço escolar é apenas um “continente” em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações”.

Na verdade é de conhecimento geral que a escola tem sua finalidade, não importa o lugar e o ambiente físico. A esse respeito aborda Maria Lucia Spedo Hilsdorf, que os lugares de funcionamento da escola se davam até bem recente em qualquer lugar “igrejas sacristias dependências das Câmaras Municipais, salas das casas, lojas maçônicas ou na própria residência dos mestres” (HILSDORF, 1986, p.38).

Para tanto, esta questão sobre os novos espaços vêm sendo discutido por pesquisadores que acreditam que ambiente influencia na aprendizagem dos sujeitos tanto quanto a formação do educador. E vale destacar, aqui, as discussões de (VIDAL & FILHO, 2000, p. 21) quando nos faz pensar os espaços escolares entre os séculos XIX e XX e nos remete a Casa-Escola do Valentin, com uma única diferença; o governo de Roraima pagava o salário do professor.

Tais escolas utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos e/ou filhas dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral um fazendeiro.

Nesse enfoque, as possibilidades da consciência humana quanto à valorização do espaço escolar, convém lembrar que o homem tem essa dinâmica da conscientização das coisas e nas coisas, e a escola não seria diferente.

A escola em estudo não teve biblioteca, sino, muro ou cerca, grades, mesmo quando esteve nas terras do Valentin. E quando instalada às margens de duas estradas de tráfego intenso os alunos desfrutavam da liberdade de brincar livremente, sem a preocupação dos perigos com o trânsito da rodovia, as drogas, assaltos dentre outros problemas que rondam as escolas de hoje, seja no campo ou na cidade.

Quanto à importância dos ambientes escolares:

[...] espaços e tempos fazem parte da ordem social escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, 4 horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (VIDAL, FILHO 2000, p. 21).

Acreditamos que o espaço escolar é significativo, embora haja situações que o professor não tem como adquirir ou organizar esse ambiente, porém isso não impede que o espaço seja acolhedor, harmonioso e funcional não apenas para os alunos, mas para todos que fazem parte da instituição escolar de forma direta ou indireta.

Pode-se imaginar a Casa- Escola do Valentin, um ambiente importante lembrando que os alunos desfrutavam de um lugar em meio à paisagem, isso facilitava as, brincadeiras, o, aprendizado, o momento da alimentação embora não houvesse um refeitório, nem mesmo uma mesa para as refeições; e mesmo para realizar as necessidades fisiológicas tanto para os alunos como os demais ocupantes do espaço isso não era um desafio.

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como disciplinares (FRAGO, ESCOLANO, 2001, p. 27).

Ao tratar da questão o autor defende que o espaço escolar aplicado às transformações se construiu ao longo da história da escola e suas necessidades, focado no tempo, na cultura marcada também pela realização das múltiplas atividades da escola.

Concernente à escola estudada, vale refletir sobre a análise das Atas de Resultados Finais e relacionar com o desejo dos pais pela instituição e o descaso do poder público com as escolas do interior quando duvidaram que a Casa-Escola de fato pudesse funcionar.

A pesquisa indica que o ano letivo de 1975 apresenta uma lista de oito alunos que concluíram a 1ª série, e havia somente uma aluna na 2ª série, um total de nove estudantes, na Serra da Prata. E todos os alunos foram devidamente aprovados com média entre 50 e 100, e não há registro de abandono, desistência ou de falta.

O estudo dos arquivos não registrada neste ano alunos de 3ª e da 4ª série, embora seja mencionado pela educadora Sebastiana P. Viana. Seguindo exame dos documentos em 1976, verificou-se que a ata final assinada pela professora Maria Vanda da Silva, e apresentam dez alunos de 1ª série, sete de 2ª e dois de 3ª, oito desses alunos são desistentes e três reprovados. Destes alunos nove são do sexo masculino e dez do sexo feminino, fica evidente que não sabemos o motivo de tanta desistência.

No que se refere à situação da escola, a tabela abaixo apresenta a linearidade de seu funcionamento desde seu surgimento pressupõe-se que na Serra da Prata em 1975 e todo período estudado na região de Martins Pereira.

ANO	Professor atuante	S-1ª	S-2ª	S-3ª	S-4ª	Lugares	Quant. Alunos
1975	Sebastiana P. Viana	08	01	x	x	Vila da Prata - Mucajaí	09
1976	Maria Vanda da Silva	10	07	02	x	Vila da Prata - Mucajaí	19
1977	Maria Vanda da Silva	x	x	02	x	Não consta	02
1978	Não consta	Não	Não	Não	Não	Não consta	Não
1979	José R. dos Santos	10	5	x	x	Casa do Valentin	15
1980	José R. dos Santos	01	08	04	04	Casa do Valentin	17
1981	José R. dos Santos	06	02	05	05	Casa do Valentin	18
1982	José R. dos Santos	06	01	02	02	Casa do Valentin	11
1983	Não consta	Não	Não	Não	Não	Não consta	Não

Tabela 4- Período de funcionamento da Casa-Escola do Valentin- (Major Terêncio de Lima). Fonte: Material produzido durante a pesquisa.

Em 1977, os documentos indicam a existência de dois alunos de 3ª série, um deles reprovado. A ata foi assinada por Maria Vanda da Silva, e evidência que os alunos são da Casa-Escola do Valentin neste ano⁸³. A pesquisa não identificou indícios do funcionamento da Casa-Escola em 1978, menos ainda da escola Major Terêncio em Vila da Prata, o que

⁸³ É possível a existência do restante desta ata, pois eu já havia perdido a esperança de encontrar vestígios de funcionamento da escola neste período, e por não me contentar fui mais uma vez a procura dos documentos, e deparei com estas relíquias na Auditoria de Ensino de Roraima.

reforça os relatos dos entrevistados participantes desse texto, quanto à ausência do professor naquele ano.

Com relação aos arquivos escolares, e seu valor histórico Zamboni (2008, p. 40) evidencia o valor do documento escolar como instrumento de investigação. Nesta pesquisa, os arquivos da escola caracterizam a militância dos sujeitos deixando para trás as sombras do passado quase impossível de encontrá-lo.

Os arquivos históricos escolares, em construção, expõem, aos múltiplos sujeitos, sua história, envolvem intelectualmente e efetivamente os participantes desse trabalho, ampliam debates sobre o significado das fontes históricas num ambiente onde os documentos não se tornam velhos problemas de organização, mas fontes documentais para a valorização e compreensão dos processos pedagógicos.

Os rastros indicaram um novo professor em 1979, uma nova assinatura a de José Raimundo dos Santos “Zé Professor”, com a indicação do local nas terras do senhor Valentin, região de Martins Pereira a qual consta o registro de quinze alunos, dez de 1ª série e cinco de 2ª, quatro deles reprovados e não houve desistência.

Em 1980 havia 17 alunos, um de 1ª série, oito de 2ª, quatro de 3ª e quatro de 4ª, cinco reprovados na primeira série, não houve desistência, e a ata final está assinada por José Raimundo dos Santos.

Ao indagar ao professor o motivo das reprovações, ele alegou que estes alunos vinham transferidos de outros lugares principalmente do Maranhão e não acompanhavam a turma, pelo fato de não saber leitura, escrita necessitavam de uma atenção dobrada e já no final do semestre era algo difícil de alcançar.

Já em 1981 a ata indica 18 alunos, seis de 1ª série, dois de 2ª, cinco de 3ª e cinco de 4ª todos foram aprovados o documento está assinado pelo mesmo professor. E continuando o estudo verifiquei que em 1982, a turma contava com onze alunos, sendo seis da 1ª série, um de 2ª, dois da 3ª e dois da 4ª e não consta assinatura da ata por nenhum responsável pela escola.

As atas analisadas entre 1975- 1982 evidenciam quem de fato foi o primeiro professor (a) a trabalhar na Casa-Escola⁸⁴ do Valentin em 1977, a senhora “Maria Vanda da Silva” e

⁸⁴ Ao indagar sobre a matrícula inicial das referidas escolas, um funcionário do RH da Secretaria de Educação do Estado, de Roraima procurado em julho de 2015, disse ser impossível encontrar nos arquivos o nome dessas pessoas, cadastro, ficha de matrícula, relatórios, demandaria dias esta procura e correria o risco de não encontrá-los. Ainda segundo o funcionário, na época não havia um sistema de armazenamento de dados, e alguns documentos estão sem condições de estudos.

não houve possibilidade de maiores informações (formação, origem, contrato e tempo de serviço).

Acompanhando as atas da 1ª à 4ª série, entre 1975 e 1982, constam as disciplinas curriculares em todas as séries: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, sem menção à Educação Física ou Religião. Os poucos arquivos estudados revelaram que as turmas eram compostas de, no máximo, 19 alunos o documento não indica a idade dos estudantes nem suas origens.

Segundo o próprio educador, não havia uniforme, mas se cantava o hino nacional diariamente e hasteava-se a bandeira, além disso, não havia alunos indígenas, e sim deficientes físicos e mentais.

A não existência dos documentos, segundo a Técnica da Auditoria de Ensino de Roraima, podem ter sido extraviados, ou não existiram de fato. Entretanto, os boletins de alunos comprovaram que a instituição esteve regular entre 1979-2005.

Estes obstáculos são estudos de pesquisadores, que vêm nos arquivos escolares à possibilidade de preservar a memória histórica da escola, no sentido de organização e disponibilidade dos arquivos como instrumentos necessários a pesquisa.

Nesse sentido, a memória da educação escolar tornou-se quase um elemento do esquecimento, mas os documentos encontrados, quase sempre em precárias condições de armazenamento, apresentam a necessidade de conhecermos as atividades e as maneiras como tais práticas podem constituir o discurso especializado do docente (Op. Cit. p. 43).

Diante dessa situação a pergunta é. O que de fato foram feitos de alguns arquivos da “Casa - Escola do Valentin”? Onde e como encontrar as respostas para estas indagações? Olhando através dessa vitrine, para esse tempo, supostamente há poucas chances de acesso a estas relíquias, e assim a ausência de arquivos escritos deixou uma lacuna na pesquisa, pressupondo novos questionamentos e futuros estudos a serem realizados.

3.6 Das memórias aos novos tempos

A realidade vivida por Zé Professor mostra que as lutas do passado vencidas, nesse espaço de convivência, de experiência, no início de carreira, embora tenha amedrontado causado dor, insegurança e deixado marcas, o tempo se encarregou de produzir novos sentidos ao seu trabalho e a sua vida pessoal.

A esse respeito Le Goff, (1990, p. 477) acrescenta: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Ao trazer suas memórias e escrever sua história profissional, Zé Professor fala dizendo que depois de 34 anos morando na Vila Martins Pereira, o destino levou-o para a cidade grande. O diabetes deixou marcas profundas em sua vida, trouxe muitas dores e à cegueira, impossibilitando-o de continuar trabalhando naquilo que tanto amou: “ensinar”. Isto o fez se mudar para a capital Boa Vista, para facilitar o tratamento da doença que aos poucos lhe consome o físico e por vezes a alma.

A missão do homem é prover as necessidades da família, cuidar para bem-estar de todos, não é diferente do professor, tornar as pessoas melhores, reconhecer seu valor, direcionar um caminho, para que os alunos possam construir um mundo melhor, torná-los felizes e sujeitos sociais, buscando um trabalho e sua independência financeira. E parece que as minhas palavras alcançavam aquelas pessoas de muitas maneiras. Sei que nem tudo na escola foi alegria, houve a tristeza, a dúvida, o medo de não acertar, mas nada se compara com a satisfação de ver alguém aprender a ler e escrever (28/12/2015).

Contudo, mesmo diante de tantos obstáculos, explica as pequenas coisas que o faz feliz em meio às diversidades da vida, embora as lembranças tragam coisas boas e ruins, o bom seria que só as boas ficassem, mesmo assim diz:

Fui e sou feliz em minha trajetória profissional, de vida, como pai, esposo. O que me deixou abalado foi à morte das filhas, embora tenha passado tantos anos ainda dói. A morte da esposa as tragédias danificou minha estrutura emocional, física e pessoal. Um golpe cruel, a morte, mais a gente precisa continuar a viver pelos que ficam. (...) Se eu pudesse continuaria morando em Martins Pereira, é um lugar tranquilo, tenho saudades de todos, do meu trabalho, da beleza natural do lugar, dos colegas e principalmente dos filhos que continuam morando ali. Aprendi amar Rorainópolis, o lugar que nos deu possibilidade de viver com dignidade, onde casei nasceram meus filhos tiveram acesso à escola, moradia, trabalho, coisas necessárias à vida do homem para viver com dignidade, principalmente estudo e casa própria. Estes bens hoje estão ficando muito escassos, essa região do assentamento Anauá ficou conhecida, cresceu, está cada vez mais visado pelos interessados em comprar terras dos colonos, com isso o perigo também ronda na cidade deixando a gente assobrado com a violência. Mais, quero dizer que apesar de tudo isso, sou feliz, pois tenho uma família, um salário, casa própria e continuo na militância pela vida (28/12/2015).

Quanto às lembranças de sua trajetória de educador na “Casa-Escola” ele define sua função refletindo no papel social e político que desencadeou a instituição, somada à credibilidade dos pais, amigos, colegas dos lugares que trabalhou como, serrador, agricultor e professor.

Não somente da Escola do Valentin, mas de toda minha vida de educador, são muitas lembranças, mas uma que nunca esqueci foi quando iniciei os trabalhos no Martins Pereira, na escola da Maloquinha, em 1983. Já possuía experiência com alfabetização dos adultos, multisseriado isso facilitou meu trabalho nas turmas seriadas. Então uma nova fase de minha vida começou, o prazer de trabalhar com uma única turma me fazia sentir uma felicidade incomparável. Naquela escola o professor não podia trabalhar com a mesma série duas vezes, assim a cada ano a gente subia uma série, éramos quatro professores: Ana Maria, Rosivaldo de Matos Feijó, Domingos Carneiro de Souza, parceiro de luta, e eu, José Raimundo dos Santos, mais conhecido como Zé Professor no Estado de Roraima, inclusive na Secretaria de Educação. O reconhecimento pelo trabalho realizado durante esses anos é um prêmio que não tem dinheiro que possa pagar (5/07/2015).

A história de homens como Zé Professor, Valentin, Tomaz, Inalda, Mariazinha, Mathias e tantos outros, é extremamente importante para compreendermos fatos históricos dessa educação “menor” e transformadora; sem medo da repressão militar, do descaso dos governantes quanto à legalização e construção da escola rural daquele movimento.

Nesta pesquisa Zé Professor falou sobre muitas coisas, refletindo seus sentimentos. Em alguns momentos pareceu triste ou saudoso devido às tantas recordações. Sabemos que ser professor não é somente planejar, aplicar provas, transmitir os conhecimentos aos alunos, aplicar os conteúdos e dar notas. A missão de professor vai além de ensinar.

No caso desse professor, o trabalho na educação fê-lo ser respeitado pela sociedade, pelos administradores públicos; deu-lhe um salário que considera digno para viver, sem a necessidade de se envolver com outras atividades para complementá-lo.

Essa mola mestre compreende o esforço e dedicação de seu trabalho. Embora não tenha uma graduação, ele afirma que sempre esteve se atualizando para ser o mediador dos alunos, o professor, o técnico. Em seu entendimento esse processo de educação continuada é necessária, já que no afã das tecnologias os alunos estão à frente dos educadores em diversas situações.

Assim, Tardif (2002, p. 39), acredita que a prática pedagógica se revela não somente para o desenvolvimento das certezas do saber fazer, mas, sobretudo permite o sujeito autoanalisar-se e avaliar os outros também. [...] “são saberes que brotam da experiência e são por ela validados. Incorporam-se à vivência individual e coletiva sob a forma de habitus e habilidades”. Para o autor os saberes se dão com as práticas, esclarece que as práticas estão aliadas aos afazeres do professor.



Crédito 23-Zé Professor. Fonte Arquivo fotográfico da pesquisadora, 2015.



Crédito 24- Espaço da Casa-Escola do Valentin no século XXI construída de alvenaria e serve a outros fins. Fonte arquivo pessoal da pesquisadora, 2016.

Nos dias difíceis em que vivemos, para exercer esse ofício é preciso mais que coragem; é necessário estudo, habilidade, dominar as tecnologias digitais, e principalmente saber lidar com o comportamento dos alunos modernos, tudo isso faz parte dos projetos de vida desse profissional.

Nesse sentido, convém lembrar as ponderações apresentadas por Maurice Tardif (2002, p. 31 - 32) sobre quem de fato é um professor:

Parece banal, mas um professor [a] é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. No entanto, [...] essa banalidade se transforma em problema a partir do momento em que é preciso especificar a natureza das relações que os professores do ensino fundamental e do ensino médio estabelecem com os saberes, assim como a natureza dos saberes desses mesmos professores.

Considerando que Zé Professor não dispunha desses saberes teoricamente, no entanto, agregou em seu currículo outros conhecimentos o trabalhador da roça, serrador, pai, orientador, médico, psicólogo, amigo, sem considerar o primordial, o bom relacionamento com os alunos e suas famílias.

Nesse momento Zé Professor conclui:

É nesse momento de tantas conquistas que digo. Minha vinda para Roraima não posso considerar como um fracasso um tempo perdido no espaço; pode-se dizer que me achei aqui nessa terra hospitaleira, quando estive perdido no Maranhão. Os tantos lugares que trabalhei fiquei conhecido dentro do assentamento principalmente quando operava a motosserra, este era um trabalho muito requisitado, eu não dava conta dos convites para derrubada. Minha família ficava

preocupada pelo fato de tantos colegas terem morrido embaixo das árvores, mas sempre foi protegido, pois o trabalho era muito arriscado. Hoje, devido à diabete que muito cedo me afetou fui limitado de fazer muitas coisas que gostaria, uma delas é estudar e continuar a trabalhar criar os animais no lote que consegui com tanto suor e por ironia do destino vendi por não ter condições de cuidar. [...] Esse vai e vem de tantas coisas fez-me conhecido em Roraima, inclusive na Secretaria de Educação, como o Zé Professor. (...) Eu só tenho é que agradecer, por viver este momento que nunca esperei, e contar esta história sobre a educação do assentamento (5/07/2015).

E, finalmente, Zé Professor descreve as lembranças que constituíram seu reconhecimento como educador, sua adaptação em um ambiente desprezado por tantos e o desejo de outros, não somente no passado, mas no presente: memórias vivas que se manifestam em tom de certeza da militância que exerceu nos lugares por onde circulou.

A escola⁸⁵ e o professor se fizeram necessários pelas militâncias políticas e sociais desse grupo que exigiu dos políticos e da sociedade; respostas ao movimento que se constituiu ao longo da história em prol da instituição escolar, esse espaço vivo e atuante, não abstrato, mas real, dirigida por um professor comprometido com o direito de aprender do aluno.

Sabemos que em qualquer sociedade, a escola tem sido a identidade do lugar, as famílias têm lutado pela cultura da escolarização. Aquela Casa-Escola do Valentin, mesmo depois de quarenta anos de existência, suas tantas mudanças de local, de professores e municipalização não deixou de representar a luta dos migrantes pela educação do assentamento CSFV/ANAUA, de Vila do Incra.

⁸⁵ Em diferentes aspectos tudo dependia da flexibilidade da escola, de sua socialização, do estímulo ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos estudantes, proposto pelo professor, na participação da sociedade nas atividades sociais da escola, dos pais e mães colaborando nas tarefas escolares dos filhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Memórias e história se mesclam no tempo

Construir as considerações finais de uma dissertação não é uma tarefa das mais fáceis de realizar, tendo em vista que se devem juntar todos os ingredientes da pesquisa, fazer as devidas combinações e primar pelo bom resultado do produto construído.

Retorno para os primeiros embriões dessa investigação quando decidi pelo objeto de estudo: a “Escola Estadual José de Alencar”. O desejo de construir a história dessa escola me possibilitou momentos singulares, de buscar nos arquivos sua história nuances sociais e políticas, e compreender a união de pessoas interessadas na pesquisa: um mutirão que durou quase dois meses, resultando em um arquivo rico e interessante.

Assim, após a qualificação esse objeto se mostrou secundário e, como um indagar silencioso, um novo objeto se fez descobrir, de tão escondido que se encontrava; parecia uma montanha de gelo com várias camadas a serem descobertas.

Nessa trajetória, a nova descoberta traçou os sinalizadores: agora vai! E assim surgiu a “Casa- Escola do Valentin”, o novo objeto de estudo; a gênese da educação do campo no assentamento CSFV. Nesse aspecto, acredito conduzir as considerações com base nos objetivos e problema da pesquisa voltando-me não somente para o movimento de assentamento, mas, sobretudo, a implantação da educação rural e a construção da Via do Inca: espaços criados no segundo maior projeto de assentamento dirigido do Brasil, o PAD/ANAUÁ.

O método utilizado da pesquisa esclareceu a exposição dos fatos apresentados a partir da amostra de vinte sujeitos entrevistados, dos quais selecionei quatorze participantes que revelaram situações inesperadas, detalhes minuciosos de acontecimentos que por muito tempo estiveram silenciados sobre a história do lugar. Na verdade, o analisar das narrativas e a riqueza das fontes, não significa que os pioneiros tenham dito tudo; tenho a convicção de que os ditos não foram analisados de maneira mais profunda, devido ao extenso material e os resquícios de tempo para uma análise mais criteriosa.

Percebo que cada gesto é um detalhe precioso nos dizeres dos entrevistados e deixar de observar os mínimos detalhes, é um horizonte permeado pela certeza de que estou deixando para trás um caminho para ser percorrido com novas investigações, pela riqueza do material produzido.

Agregamos às narrativas, as leituras e interpretações realizadas sobre os documentos oficiais do INCRA entre 1975-1979, que evidenciaram a construção do primeiro Projeto de Assentamento da Região Sul do Estado de Roraima. Para além das entrevistas, a análise documental nos revelou dados importantes da criação dos projetos que integraram o desenvolvimento do lugar e o processo migratório ao longo da rodovia, recém-construída pelo regime militar, assegurando o interesse do Governo Federal em habitar uma terra de ninguém.

Esse olhar horizontal presente nos arquivos permitiu compreender que os projetos de assentamentos foram modelos para colonizar o ex-Território de Roraima, atender ao processo migratório e a ocupação da Amazônia Roraimense ao longo da BR 174 entre as décadas de 1970-1990; uma porta que se abriu para milhares de migrantes que vieram em busca de terras, trabalho nas estradas, ouro nos garimpos de Roraima e moradia. Esses motivos, possivelmente, foram decisivos para o povoamento da região e da ocupação espacial que hoje se constitui em vilas, estradas vicinais e na sede do município de Rorainópolis.

O Engenheiro Agrônomo Moisés Teixeira, Soldemar Nilo, João Guido, Antonio Bezerra, Tomaz Emiliano, Chico Reis, João Rosa, Zé Professor, Valentin, Mariazinha, Inalda Rosa, Zé Tomaz, Ironcina Gonçalves, Israel, Apolinário e centenas de outros trabalhadores desse assentamento, comparados aqui a uma águia que desperta de seu ninho em busca de alimentos para os filhos, toma-os em suas asas e com muito cuidado os liberta para conquistarem seu espaço. Esses pioneiros constituíram um grupo de líderes organizados que lutaram coletivamente pelo bem-estar dos migrantes que aportavam diariamente em paus de arara, carregando o sonho da posse da terra e a pobreza na bagagem.

Concluo que o Professor Hausen, líder maior do INCRA, valorizou a espera dos colonizadores, promovendo benfeitorias nos lugares, garantindo a legalização das terras e a certeza da posse de um pedaço de chão, para que esses pobres homens tivessem a dignidade de construir um lar, trabalho e escola, gerando transformação espacial, política e social.

Acredito que essa luta sempre fortaleceu a esperança e o desejo dos migrantes na pessoa dos Executores, como o Professor Hausen, o mentor das primeiras ações do assentamento (1976-1979), e, assim como Hausen, dezenas de outros Executores adentraram as portas da Unidade Avançada INCRA de Rorainópolis, e ali deixaram suas contribuições no construto da história da Vila do Incra.

Um dado a mais observado, são os dizeres de Zé Professor, ao afirmar que “*a história da Vila do Incra sempre esteve ligada diretamente à Sede da Unidade Avançada INCRA*”. Para ele, os Executores e demais funcionários do INCRA observaram as necessidades dos

pioneiros: a preocupação com a aquisição da terra, a escola, a escoação da produção agrícola, entre outros tantos problemas vividos dentro do movimento dos assentados.

A construção do vilarejo foi, sem dúvida, uma tarefa emblemática atribuída a união de um grupo de migrantes movidos pela solidariedade, aliada à posse da terra e à conquista do espaço rural, que possibilitou a criação do povoado Vila do Incra em pleno bioma da floresta amazônica, marcando a identidade das lutas dos pioneiros da BR 174.

Esta militância deu origem à organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rorainópolis, que teve na pessoa de Zacarias Alexandre seu representante no movimento do assentamento. O grupo reivindicou ao governador Otomar de Souza Pinto, a liberação de terras para a construção do povoado, das casas, escolas, posto médico, máquina de beneficiar o arroz produzido em grande escala, energia elétrica e a COBAL.

Por sua vez, a independência do povoado se deu de várias formas, pela demarcação das ruas, doação de terras, construção de casas, um nome para o lugar e a decorrente organização administrativa. A criação do beiral possibilitou outra visão do ambiente bucólico e rústico, despertando o interesse dos moradores, passageiros, viajantes, empresários e políticos.

Nesse período pesquisado, verifiquei que a estrutura sócio espacial do povoado era formada, em sua maioria, por pessoas que lidavam com a agricultura e a pecuária, alguns iniciantes de fazendeiros, poucos funcionários do serviço público (INCRA, educação, saúde, Telaima), garimpeiros e uns poucos comerciantes que integravam o beiral, localizado entre a BR 174 e a Avenida Senador Hélio Campos.

Dessa forma, compreendo que o surgimento dos novos espaços comerciais, o grande movimento do beiral⁸⁶, o contingente de pessoas que chegou à Vila, foram considerados alguns dos fatores que contribuíram para a expansão do município, apesar do crescimento desordenado, da falta de planejamento, de saneamento básico, de pavimentação das ruas, e melhorias nos novos bairros, fatores que ainda influenciam no desenvolvimento social, ambiental, econômico e político da cidade.

Ainda assim, observo que o movimento dos migrantes, desenvolvendo o espaço comercial, marcou uma nova etapa para o vilarejo, com produtos de necessidades básicas,

⁸⁶ Referência à construção de pontos comerciais, no início de 1982 logo após a criação do povoado Vila do Incra. As construções eram rústicas, sem planejamento, uma verdadeira favela à beira da estrada. O beiral foi considerado uma vergonha para a cidade, pela sua arquitetura precária, pelas dificuldades com a higiene, a falta de água tratada, retirada de um poço cavado comunitariamente para atender as necessidades dos “beradeiros” e dos visitantes e passageiros que ali trafegavam todos os dias. Como grande marca da cidade que estava surgindo, o beiral representou à pujança econômica do livre comércio desenvolvido no sul do estado roraimense.

materiais de construção, serrarias, melhores preços nos alimentos, escolas, professores, a casa do migrante, médico para cuidar dos doentes, e microscopista para diagnosticar a malária endêmica na região.

Os estudos históricos sobre assentamentos consideram, dentro dos movimentos sociais do campo, que as necessidades básicas dos seres humanos não são diferentes, todos precisam de oportunidades, de casa, saúde, educação, emprego, como motivação para se manterem na terra e garantir qualidade de vida.

O acesso a terra se conecta, nessa perspectiva, ao direito ao desenvolvimento. Visto pela ótica da cidadania, (via sempre de mão dupla, direitos e deveres), o acesso a terra se caracteriza pelo direito de homens e mulheres provém seu próprio sustento e pela obrigação de serem produtivos para seu grupo familiar e para a sociedade. Acesso a terra por esse ângulo significa interação dos direitos individuais à liberdade, à vida, aos direitos sociais ligados à noção de dignidade, e por último, os direitos coletivos, como o respeito ao meio ambiente sadio, somado à obrigação de acrescentar o conceito de sustentabilidade à noção tradicional de desenvolvimento econômico (ANDRADE, PEREIRA, 2000, p. 19).

Em suma, com a análise dos dados conclui que a concepção de assentamento para os migrantes se constituiu por um pedaço de terra em que eles pudessem construir suas moradias e fazer o plantio de lavouras de subsistência da família. Eles, no início, não estavam preocupados com políticas públicas, mas com o espaço a ser ocupado para o trabalho, muito embora, silenciosamente, objetivassem por políticas públicas.

Todo esse movimento levou os migrantes para a luta, ainda mais ferrenha, pela instalação das instituições escolares dentro do assentamento. Posso garantir que o interesse pela escola do lugar teve um papel relevante, e famílias simples, sem nenhum poder aquisitivo, foram responsáveis diretamente pela organização e construção da “Casa- Escola do Valentin”, que promoveu a escolarização dos alunos da BR 174, estradas vicinais e vilas próximas.

O trabalho dos pioneiros deixou uma herança importante para a história da educação do assentamento com a construção de uma escola de pau a pique, coberta de palha, piso de chão batido e uma mobília precária. Experiência vivenciada por Valentin, Mathias, Vitória, Nazaro, Vange, Amália, Zé Professor, Tomaz, pessoas que não se intimidaram diante da recusa do governo em instalar uma escola no assentamento. Valentin assumiu a responsabilidade pela construção da instituição em suas terras e registrou informalmente seu funcionamento a partir de março de 1977.

A construção da escola permitiu que o grupo buscasse junto à Secretária de Educação uma pessoa que soubesse ensinar as primeiras letras; uma luta sem trégua em função da

permanência do professor em meio à floresta roraimense. O gesto desses migrantes retrata o desejo dos pais de ver os filhos na escola enquanto trabalhavam na terra.

Esse modelo de educação desenvolvida em casa de famílias foi amplo nesta região da Amazônia roraimense, o diferencial esteve na atuação dos ocupantes dos movimentos que privilegiaram um ensino rural concreto, compartilhado entre alunos e familiares. Aqui a escola rural apresenta uma estrutura social, capaz de conduzir as atitudes do grupo de migrantes para uma transformação política, social e econômica, a ponto de manterem, além da sustentação da escola, a moradia e a alimentação para o professor. De acordo com o senhor Valentin, *“isso era o mínimo que a gente podia fazer para ter a certeza que a escola se manteria de pé e nossos filhos estudando”*.

Para estudiosos da “pedagogia da terra” é importante ater-se aos valores das relações humanas e seus interesses sociais. E nesse estudo verifiquei que os pioneiros constituíram a partir da educação, um processo de desenvolvimento social e permanência na terra pelo sonho de ver os filhos na escola. *“É momento de lançar novamente o olhar para o horizonte, e de abrir nosso ser educador para compreender experiências que se colocam na perspectiva de construir alternativas para o ser humano”* (CALDART, 2004, p. 17).

Durante as entrevistas, um professor da “Casa-Escola do Valentin” se destacou por suas ações, pelo esforço, dedicação e determinação. Um homem que em seu tempo primou pelo desenvolvimento da educação no meio rural, compartilhando com os filhos dos fazendeiros, colonos, funcionários públicos, donas de casa, seus saberes de professor. Um serrador, considerado um profissional atuante, comprometido com o ensino-aprendizagem e que despertou inquietações pela habilidade de alfabetizar, possuindo somente a 4ª série do ensino primário.

As práticas pedagógicas do professor influenciaram no aprendizado dos alunos, através de atividades desenvolvidas que procuravam atenuar as dificuldades a partir da ressignificação de tarefas, pela vivência no cotidiano da roça, o plantio, a colheita, a produção, promovendo um movimento em sala para que os alunos reconhecessem a importância do trabalho na terra.

Concluo que Zé Professor mobilizou os alunos e contribuiu para a dinâmica do ensino-aprendizagem da escola do assentamento. Em suas palavras: *“eu não sabia ensinar, mais a necessidade dos menos favorecidos me fez andar em passos largos para chegar mais longe e alcançar os excluídos da sociedade”*.

Acreditamos que a escola e o professor foram uma mola-mestre para o movimento de assentamento Anauá. Se o professor, com suas habilidades em realizar distintas tarefas,

despertaram inquietações nos proprietários de terras que já não mais podiam contar com os trabalhos do serrador, sua versatilidade lhe permitiu integrar-se no espaço antes rejeitado por todos os professores que por ali haviam passado. Zé Professor e seus parceiros de luta não conheceram em seus vocabulários palavras como covardia, medo, desânimo e desistência.

Ao longo das entrevistas identifiquei que os alunos frequentadores da Casa-Escola foram pessoas vindas de diferentes grupos sociais e éticos, e mesmo aqueles com melhor poder aquisitivo tinham na Casa-Escola o único local para a escolarização dos filhos. As Casas-Escolas Major Terêncio e Tenente Nelson Barrero foram considerados os embriões da educação do lugar, mesmo diante das dificuldades, oferecendo o ensino primário para os alunos da rodovia, das vilas circunvizinhas e estradas vicinais. Processo que promoveu a integração político, social e cultural desde seus surgimentos, entre 1975-1983.

Apesar de essas escolas produzirem um ensino menor, não significa que o aprendizado fosse de má qualidade, apenas indicava a condição real de vida de um grupo de pessoas que pouco ou quase nenhuma condição financeira possuía, e que, a partir de suas reivindicações, proporcionaram a existência da escola, fruto de uma luta que expressa o diacrônismo presente nessa sociedade.

Quanto às entrevistas penso que, mesmo diante das críticas dos colonos em relação ao total abandono no início do assentamento, eles foram atravessados pelas tensões, pelos conflitos da época e observo as mãos e os pés dos homens e das mulheres que se moveram em meio às diversidades e, durante muito tempo, construíram ferramentas para enfrentar a floresta e sua diversidade.

Uma experiência passada guiando, através das memórias, a história do futuro. Pelos dizeres dos migrantes sempre houve a certeza da aquisição do terreno, não importando o lugar. Essas lutas permitiram o desenvolvimento de trabalhos em equipe, na comunidade e no movimento social que estavam inseridos.

As narrativas apresentam indícios de que a história da construção da cidade ficou no esquecimento pela ausência de pesquisas e de documentos que trouxessem maiores informações e detalhes. Contudo, as memórias dos pioneiros deram conta de reconstruí-la, em sua essência, de forma precisa com nada ofuscando as verdades ditas. Elas permitiram visualizar a trajetória do local, das pessoas envolvidas, além de deixar trilhas abertas a serem seguidas, um vasto campo a ser pesquisado, ainda que na presença de outros estudos significativos sobre o PAD/ANAUÁ.

Diante do exposto, esclareço que a escrita desta dissertação não teve como base somente um acervo histórico e memorial; abrangeu o contexto regional, contribuindo com a

pesquisa acadêmica considerando os diversos aspectos do processo de investigação contemplados. A história oral, no contexto das narrativas, foi a inspiração essencial na busca de premissas privilegiadas, com resultados para a história da historiografia da educação de Rorainópolis-RR.

Acredito que esse inquieto estudo possa servir de ânimo para outros pesquisadores que, de alguma forma, venham a pensar os projetos de assentamento CSFV/ANAUÁ, um movimento que integrou a posse da terra e a educação, direitos adquiridos e necessários na Amazônia Roraimense. Também espero que contribua de alguma forma para estimular o conhecimento de leitores, acadêmicos e pesquisadores, sobre um olhar diferenciado e mostre a verdade sobre a militância dos pioneiros construtores de novos espaços na Amazônia roraimense, seus sonhos e conquistas.

Durante a investigação observei que mesmo com tantas escolas instaladas no assentamento, é notória uma grande escassez de pesquisas que analisassem a educação escolar do PAD/CSFV/ANAUÁ no período estudado.

O professor e memorialista Aimberê Freitas autor de consideradas obras sobre a História e Geografia de Roraima, aborda em seus livros diversos temas, no entanto, quase nada fala a respeito do processo de escolarização daquele movimento, algo que ficou esquecido e se perdeu no tempo.

Outro aspecto analisado é que somente o biógrafo Tomaz Emiliano Neto, revela um pouco a história da escolarização, informando as estradas vicinais que dispunham de escola na época, mas também não cita o nome dos professores, deixando uma lacuna horizontal a ser preenchida por futuras pesquisas.

Percebe-se que não houve uma preocupação dos pesquisadores, memorialistas, historicistas, nem mesmo dos historiadores em trazer para o debate o assunto. Para tanto, as narrativas dos pioneiros constroem pedaços dessa história nos passos do silêncio, e nesse compasso, abrem caminhos para iniciar novos processos investigativos sobre a escolarização do assentamento.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, PEREIRA: **Construindo futuro: políticas de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. Dois ed. São Paulo: ITESP: Páginas & Letras – Editora Gráfica. 2000. 185p.

ARROYO, Miguel Gonzalez, Caldart, Roseli Salette, Molina, Mônica Castagna: **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Educação Básica e Movimentos Sociais**. In: VV.AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 1999.

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. BASSANEZI, Carla Pink (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto 2005. p. 23-75.

BAENINGER, Rosana. **Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização**. Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília, v.15, n.2, 1998.p. 67 – 81.

BARROS, N. C. Crocia: **Paisagens e tempo da Amazônia Setentrional**- Editora Universitária-UFP- Recife Brasil, 1995.p.98-247.

_____. **Paris capital do século XIX**. Obras escolhidas Volume I. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet: Prefácio Jeanne Marie Gagnebin 1ª edição: ed. Brasiliense 1986

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa. Pereira: **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números** ESTUDOS AVANÇADOS 11 (31), 1997.

_____. Luiz Antonio Cabello Norder. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996, 87p.

BRASIL, **INCRA Lei 4. 504** de 30 de novembro de 1964. Dispõe do Estatuto da Terra e outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acessado em 25 de março de 2015.

_____. **Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento** - RR Brasília, junho de 2002. p113.

_____**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____**INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). 2007. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT.** Ministério do Desenvolvimento Agrária- MDA. Brasília-DF. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acessado em janeiro de 2015.

_____**Censo IBGE, 2010-Relatório Técnico** 2010.<http://www.ibge.gov.br/home/> acessado em 30/05/15 às 16h00min

_____**Censo IBGE, 2015 População da cidade de Rorainópolis:** Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140047&search=roraima|rorainopolis>.

_____. Presidência da República, 1985(José Sarney) **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República-1986-1989**, Projeto Brasília, nov. 1985.

BORBA, Francisco S. **Dicionário UNESP de Português Contemporâneo.** Colaboradores Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Maria Helena de Moura Neves, Marina Bortolotti e Sebastião Expedito Inácio- Curitiba. Pia- 2011.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias.** Rio de Janeiro: FGV, 2007. p187.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____**Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004, 400p.

COSTA, Emília Viotti da: **Da monarquia à república: momentos decisivos.** – 6. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 p. 492.

COSTA, Francisco Pereira da. **Seringueiros, patrões e a justiça do Acre, Federal, 1904-1918** Rio Branco UFPE/UFAC, 2002. p257.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.p.56-69.

_____**A operação histórica.** In: LE, Goff, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.p.11-41.

DINIZ, Alexandre Magno. **A evolução da fronteira em Roraima.** Os casos das Confianças I, II e III. In: Alves, Cláudia Lima Esteves (org.). Relações do espaço Amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista CCSG/UFRR, 1997, p. 97-151.

FRAGO, Antonio, Viñao **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa: [tradução Alfredo Veiga-Neto]. - 2ª. edição - Rio de Janeiro: DP& A, 2001.152 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976,

_____ **Pedagogia do oprimindo**. 17ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p104.

_____ **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Aimberê, **Geografia e história de Roraima**. ed. ver. E ampl. Boa Vista IAF, 2009, 210 p.

_____ **Geografia e história de Roraima**. 5ª Ed. Manaus Editora Grafema, 1997.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argus, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra** Peirópolis, São Pulo, 2000.

_____ **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2003. 319p.

GENTILI, Pablo, ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 4ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis-RJ. 2003.

GINZBURG, Carlo. **Sobre Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história / tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.143-177.

_____ Carlo; GUNDERSEN, Trygve Riiser. "**No lado negro da história**. Uma entrevista com Carlo Ginzburg" Eurozine, 2005. Disponível em: [http//www. Eurozine. Com/ articles/2007-p. 7-20](http://www.Eurozine.Com/articles/2007-p.7-20). Acessado em junho de 2014.

_____ Carlos. **Relação de Força**: história, retórica, prova / tradução Jônata Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p.11-63

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos para migrações**. Belo Horizonte / UFMG Cedeplar Texto n° 231, maio de 2004.p.49.

HILSDORF, M. L. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, 1986, p.

HOBBSAWM, Eric J. 1. **Introdução**: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J; RANGER, Terence (Orgs.). A invenção das tradições. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.9-23, 271-289.

_____. HOBBSAWM, Eric. “**Todo povo tem história**”: A história Britânica e os Annales: um comentário. A volta da narrativa. In: Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.184-207.

IBGE. **O uso da terra no estado de Roraima**- Relatório Técnico: 2005.p.94

IBGE, **Atlas de Roraima**. Fundação Instituto de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 1981.44p.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Construindo futuro**: políticas de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. ed. 2. São Paulo: ITESP/Páginas & Letras, 2000.

LIMA, Luiz Cruz; VALE, Ana Lia Farias. **Migração e mudança social**: a influência do migrante do sertão nordestino no norte do Brasil. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona. Nº 94 (82), 2001.

LE, Goff, Jacques. **História e memória**. Documento Monumento. Tradução Bernardo Leitão [et al.]-Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.p.535-549 (Coleção Repertórios).

_____. **História e memória**. Cap. Memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.]-Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.p.423-467 (Coleção Repertórios.)

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 19 ed. São Paulo: Campanha editora Nacional, 2001. v. 59. Atualidades Pedagógicas.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias, **Amazônia, o extrativismo vegetal na região sul de Roraima**: 1943-1988. Boa Vista-RR: EDUFRR, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade, **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7º ed.-7. reimp. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, José de Souza **Reforma Agrária**: o impossível diálogo São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p173.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HONLANDA, Fabíola, **História oral: como fazer, como pensar**-São Paulo: Contexto, 2007, 175p.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

MOREIRA, Alberto da Silva. **O dom da terra**. Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil; tradução Nélio Schneider. Bragança Paulista. Editora Universidade São Francisco. Comissão Pastoral da Terra, 2006.448p.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço agrário brasileiro**. Ed. Brasiliense 1ª Edição-São Paulo, 1990.83p.

MORAES, Elba Christine Amarante de. **Projeto de Assentamento Dirigido Anauá e suas implicações socioambientais no sul do estado de Roraima**. Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2009.125p.

MOURÃO, Gersa Maria Neves. **Colonização recente no sudeste de Roraima**, Amazônia brasileira: Entre a política e a natureza Revista ACTA Geográfica, Ano II n°4, jul./dez. de 2008. p.31-39.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do: **Caminhos e descaminhos da educação do campo**: Um projeto de intervenção político-pedagógico no contexto rural. VSIMPÓSIO INTERNACIONAL: Anais de Eventos: Universidade de Uberlândia: MG: dezembro de 2009: 23p.

NETO, Tomaz Emiliano, **Biografia e História de Moysés Teixeira Hausen**. INCRA- Boa Vista, 2008. 11p.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n°10, p. 07-28, dez.1993.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). **Propostas de Políticas Públicas para o Território Sul de Roraima**, 2013.

POLLAK, Michael **Memória Esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.2 n 3 1989, p 3-15. Tradução de Dora Rocha Flaksman.

PORTELLI, Alessandro. **Projeto História**: Ética História oral. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História. Ed. PUC. São Paulo. N° 15 Abril. 1997.216p.

POULET, G. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.156p.

PRADO Júnior, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ª Ed São Paulo Editora Brasiliense, 2007. 188p.

RORAIMA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**- Roraima, PEDR-RR, 2001/2010.

RORAIMA, **Panorama e Vetores de Desenvolvimento de Roraima**. Volume I – Características Gerais, Infraestrutura, Incentivos e Comércio Exterior, 2013 51p.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “**ocupar para não entregar**”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.p.1-9.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. 208p.

SANTOS, M.A **natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384p.

SEBRAE-RR. **Serviço de apoio às Micro e Pequenas de Roraima**: Município de Rorainópolis/ Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas em Roraima. 2 ed. Boa VISTA –RR SEBRAE, 2006. 32p.

SEPLAN/RR – **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima**.Anuário Estatístico de Roraima. Boa Vista. 2010/2012.

SCHRAMM, MILEN MARGARETH FERNANDES, (**Dissertação**) **História da Educação de Roraima**: o Colégio Normal Monteiro Lobato (1965-1970). Dourados-MS, UFGD, 2013. 178p.

SNYDERS, Georges. **Alunos felizes: reflexão** sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Tradução Cátia Ainda Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.204p.

SILVA, E. I. da. LIMA, I. B de. **Pesca esportiva como uma atividade de potencial turístico no município de Caracará, no Baixo Rio Branco, Roraima, Amazônia Setentrional**. In LIMA, I. B. de (Org.) Abordagem Turística na Amazônia: Compêndio Monográfico Sobre o Turismo em Roraima, Caracará/Boa Vista: Universidade Estadual de Roraima/Multi Amazon, 2014, 355-401p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela Terra**: Experiência e memória. Editora Unesp. São Paulo, 2004.136p.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **As geografias de um novo Estado**. Ed. UFRR-2008. 276p.

_____. **Dinâmica territorial urbana em Roraima**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP/SP. 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes, **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Cap. História e Comunidade. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **“Folclore, antropologia e a história social”**: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos: Companhia das Letras, SP. Editora da Unicamp, 2001. p227-267.

_____. **Migração e territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. (Tese de doutorado). Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente/SP, 2007. p268.

VESETINI, Alberto Carlos, **A teia do fato**. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. Cap. I O império do fato. Editora Hucitec. História Social, USP São Paulo, 1997.p.10.69.

VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA Filho, Luciano Mendes de. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº 14, Mai/ Jun/ Jul/Ago. 2000.p.1-17.

ZAMBONI, Ernesta, (Org.) **Memórias e histórias da escola** [et al.] - Campinas, São Paulo Mercado das Letras, 2008.

SITES DE BUSCA

ÁVILA, Luiz Mário Severo: **Construções marcam o fim do isolamento de Roraima**. Folha Web, 30/10/2013. Disponível em:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=108498607>: Acessado em 20 de março de 2015.

ALVES, Rubem. **A escola da ponte. 2000**. Disponível em
<http://www.rubemalves.com.br/escoladaponte1.htm%3>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>. Acessado em 10 março de 20

_____. INCRA: Disponível em <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/7332-maior>- Acessado em 24 de março de 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n 4.340/2002 de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei 9.985/2002. Disponível em www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc. Acessado em 20 de agosto de 2015.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br/micuim/>. Acessado em 06 de abril de 2015.

FOLHA DE SP: Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/12/353864>. Acessado em 06 de maio de 2015.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ror>. Acessado em abril de 2015.

INCRA. SIPRA - Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária. Incra, 2003 Disponível em <https://www.incra.gov.br.sipra>. Acessado em 16 de março de 2015.

ITR – imposto sobre a propriedade territorial rural – portal tributário
Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/itr.htm>18. Acessado em 18 de maio de 2015.

JORNAL DO BRASIL. Atroaris têm contato com militares na Manaus- Caracaráí. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1973. www.waimiriatroari.org.br/info-waimiri.htm.

Revista Veja: Editora Abril. Edição 1609, ano 32 nº 31: 4 de agosto de 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

SEPLAN-Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, do município de São Luiz-RR Agenda Executiva (2201/2004, p.8). Disponível em: www.seplan.rr.gov.br/index.php?option=com_docman&task. Acessado em 16 de abril de 2015.

PNUD-Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento Humano, 2010. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em fevereiro de 2015.

SCHWADE, Egydio. Dois mil índios Waimiri-atroari contrários à rodovia desapareceram durante regime militar no Brasil. Jornal a Crítica, 08-04-2012. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40870-indios-waimiri-atroari-desaparecidos-na>-Acessado em 10 de março de 2015.

ACERVOS E FONTES

ATA DE APROVAÇÃO DE ALUNO

Ata de Resultado Final-1975

Ata de Resultado Final-1976

Ata de Resultado Final-1977

Ata de Resultado Final-1979

Ata de Resultado Final-1980

Ata de Resultado Final-1981

Ata de Resultado Final-1982

Ato de Criação nº 27/24/08/77-Escola Major Terêncio de Lima

Resolução INCRA nº 141 de 7 de outubro de 1975.

Resolução INCRA nº 095 de 11 de junho de 1979.

Resolução/INCRA/ SR (25) Nº 1 de 31 de outubro de 2002.

PORTARIAS

Portaria de nomeação de 3 de outubro de 1973 INCRA/ AMAZONAS.

Portaria de nomeação nº 779 de 2 de agosto 1976

Portaria de nomeação da SECEX nº 035/78

Portaria de nomeação nº 800 de 28 de agosto de 1979

Portaria de nomeação da SECEX nº 005/79

Portaria de nomeação INCRA/SR-25/Nº 38 de 18 de outubro de 1996.

Portaria de exoneração INCRA/Portaria nº 20 de 08 de janeiro de 2001

Portaria INCRA/ nº 203 de 21 de maio de 2009.

Portaria INCRA/ nº 201 de 14 de abril de 2014.

Portaria Nº 10/51, publicada no Boletim Oficial do dia 24/11/1951. Decreta feriado no dia 13/11/1951. 1951. p. 256.

BOLETINS E ORNDEM DE SERVIÇO

Boletim de Serviço do INCRA (Nº 26/Ano V. 25/06/79 Parte I Página 07).

Boletim desserviço nº 38 17 de setembro 1979

Boletim desserviço nº 33 de 16 de agosto 1976

Ordem de Serviço INCRA/CR/ (15) nº 036/77

DECRETOS

Decretos: nº 63.153 de 1 de fevereiro 1971

Decretos: nº 79 -973 de 14 de julho de 1977

Decreto nº 681.53 CI/DP/Nº 526/76,

Decreto nº Lei nº 2966 de 24 de abril de 1996

Decreto de nomeação nº 240-P 14/04/2014

Decreto de nomeação nº 505 de 25/03/2015

Decreto, nº 76, de 06 de novembro de 1979, transferência da Escola da Vila da Prata para Martins Pereira-Valentin.

DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial de 5 de setembro de 1979

Diário Oficial da União nº 96 de 22 de maio de 2009.

Diário Oficial da União nº 72 de 15 de abril de 2014

Títulos de Posse de Terra-1982.

Cadastro nº 134 Processos nº 823/77, Título Definitivo de Terras Ministério da Agricultura, recebido em 10 de outubro de 1982.

RELATÓRIOS

Relatório de Viagem de Inspeção Rorainópolis, 1999.

Relatório de Conclusão de Serviços INCRA, Rorainópolis-RR 16 do 10 de 2000.

Relatório de Conclusão de Serviços Unidade Avançada INCRA-Rorainópolis 1982.

Recibo de pagamento São Luís julho de 1988.

FONTES ORAIS: Entrevistas com os moradores considerados pela pesquisadora pioneiros do PAD/CSFV/ANAUÁ (Rorainópolis julho-dezembro de 2015)

1-Maria José Moreira Alves Moreira nasceu 09 de junho de 1940, nacionalidade brasileira.

Natural de Alto Alegre Santa Luzia Maranhão, profissão Agricultora, entrevista realizada na residência da entrevistada Rua José Apolinário nº 126, Bairro Centro-Rorainópolis Roraima, entrevista 13/07/15 das 14h40 min. às 16h12min.

2-José Raimundo dos Santos (Zé Professor) nasceu 23/01\1953 nacionalidade brasileira

Natural de Fortuna Maranhão, profissão professor do Quadro da União Rua Manoel.

Vicente de Sousa nº 429, Bairro Asa Branca Boa Vista Roraima. Entrevista realizada na residência do entrevistado, às 09h10min às 10h12min, dia 05 julho de 2015, 28 dezembro 2015.

3-Tomaz Emiliano Neto nascido 04/ 04 /1953, naturalidade brasileiro, natural de Belém da Paraíba-PB residente a Rua C 35 nº 127 Birro Silvio Leite- Boa Vista Roraima, Profissão: Técnica Agropecuária, entrevista realizada em sua residência às 8h45min às 10h30min. dia 02/07/ 2015, Boa Vista-Roraima Brasil.

4-João Rosa de Sousa, nascido 12/03/1934, nacionalidade brasileiro, natural de Bacabal Maranhão. Endereço: Rua Senador Hélio Campos s/n Bairro Campolândia- Rorainópolis Roraima, profissão agricultor entrevistado 20/07/2015 às 10h25min às 11h40min. Rorainópolis-Roraima-Brasil.

5-José Raimundo Carvalho (Zé Raimundo), nascido 15/11/1954 naturalidade brasileira, profissão agricultor, natural de Pedreira Maranhão residente Rua Equador nº 2322 Bairro Novo Brasil-Rorainópolis Roraima. Local da entrevista: Drick Turismo Rua Orestes s/n Bairro Centro Rorainópolis Roraima entrevista realizada às 9h às 10h data, 22-07-2015.

6-Francisco Carvalho Duarte, (Chico Reis) nascido 01/11\1937, naturalidade brasileira, profissão funcionário público, natural de São Luiz Maranhão residente Av. Senador Hélio Campos nº 959 Bairro Centro, Local da entrevista sua residência às 18h35min às 8h8min dia 14/07/2015.

7-Maria de Fátima da Silva. Data de Nascimento: 02/03/1955. Nacionalidade brasileira, naturalidade: Vitorino Freire- Maranhão. Endereço: Rua José Apolinária nº1821- Bairro Centro, profissão: Auxiliar de serviços diversos, local da entrevista: Residência da Entrevistada. Hora da Entrevista das 16h40min às 17h55min, data, 13/07/2015.

8-Valentin Bauduíno Gonçalves data de Nascimento 13/ 02 /1943, nacionalidade brasileira, naturalidade: Itainópolis-Piauí, profissão: Agricultor atualmente empresário/ Restaurante local da entrevista: Residência do entrevistado BR 174 Km 472 Lote 99-Rorainópolis-RR hora da Entrevista: 15h às 18h, data 06/07/ 2015.

9-José da Luz Tomás Emiliano, (Zé Tomaz) data de Nascimento: 18/ 03/ 1955, nacionalidade brasileira, naturalidade: Belém da Paraíba- profissão: Técnico Agrícola do Quadro Federal da União, data da Entrevista 15/ 07/ 2015. Horário da entrevista 8: 45min ás 10:12min. Local-Residência do entrevistado. Endereço: Rua José Apolinário Nº 389 Bairro Pantanal-Rorainópolis- Roraima- Brasil.

10-Vilma Lopes do Nascimento data de Nascimento: 10/11\1972, endereço: BR 174 Km 472 Lotes 112, nacionalidade brasileira, naturalidade: Santa Luzia – MA, profissão professora, local da entrevista: SEMED, hora da Entrevista: 16h20 min. às 18h10min data: 11/07/2015. Rorainópolis- Roraima Brasil.

11- Izabel Sarmiento Silva nacionalidade brasileira, natural de Colatina- Espírito Santo, nascida em 11-10-1954, residente a Rua São Sebastião nº 524, Bairro Asa Branca- Boa Vista – RR. Profissão doméstica, local da entrevista residência da mesma, realizada das 9h às 10h no dia 08 de julho de 2015.

12 - Irene de Figueiredo Barbosa, natural de Pedreira Maranhão, nascida no dia 15/11/1954
Endereço: Rua: Bela Vista nº 189 Bairro Jóquei Clube- Boa Vista- RR, profissão: empresária.
A entrevista foi realizada na: residência da entrevistada às 19h às 21h, no dia 15/07/ 2015.

13-Francisco Mathias de Sousa (Chico Leão), natural de Moçoró Rio Grande do Norte, nascido aos 13 dias do mês de fevereiro de 1944, profissão agricultor. Local da entrevista: Residência do entrevistado BR 174, Km Rorainópolis- Roraima das 18h às 19h do dia 06/07/ 2015.

14- Alquidar Souza Pires Pereira (Pereira) natural de Boa Vista-RR, nascido em 1971, profissão mecânico. Residente a Rua José Aleixo nº1283 Bairro Buriti-Boa Vista-RR. Local da entrevista: Oficina Mundial Motos Bairro Buriti-Boa Vista no horário: das 10h15min. às 11:00 no dia 23/07/2015.Entrevistadora: Maria Clélia Pereira da Costa.

15-Albertina Rodrigues de Sousa nasceu em 07 /08/1944, natural de Olho d' Água das Cunhãs –Maranhão, profissão doméstica, residente no Bairro Pantanal, próximo a CERR, Rorainópolis- RR. Local da entrevista em sua residência às 7:30 minutos do dia 19 de janeiro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista com os migrantes participantes da pesquisa

OBJETIVO: Identificar através das entrevistas narrativas a origem dos migrantes pioneiros que chegaram as margens da BR 174, os criadores do Povoado Vila do Incra no Projeto Assentamento Dirigido, PAD/CSFV/ANAUÁ, além de verificar o surgimento da Casa Escola, localização, professores, e os alunos frequentadores da escola.

I-DADOS PESSOAIS

1.1 Nome completo do entrevistado:

1.2 Data de Nascimento:

1.3 Endereço:

1.4 Naturalidade:

1.5 Profissão:

1.6 Local da entrevista:

1.7 Data:

1.8 Entrevistadora:

SOBRE A MIGRAÇÃO PARA RORAIMA

1-MC- Em que dia mês e ano a Senhora (o) chegou a BR 174?

2-MC- Qual foi o meio de transporte que o senhor (a) chegou até esse lugar?

3-MC- Quantos anos você tinha quando chegou a este lugar?

4-MC- O que trouxe a este lugar tão distante de sua terra de origem?

5-MC- Quais os moradores que havia na rodovia quando você chegou?

6-MC- Como se deu a construção do povoado e em que ano começou?

7- MC- Quem foram os migrantes que contribuíram para a criação do lugar?

08-MC- E as moradias, qual o material usado para construção?

09-MC- Você poderia descrever como surgiu o Bairro Centro da cidade?

10-MC- Quem foram os primeiros comerciantes do lugar?

11-MC- Qual a primeira vicinal construída dentro do perímetro urbano?

12-MC- Qual foi a sua participação na construção e desenvolvimento do vilarejo do Incra?

13- MC- Poderia dizer o nome dos sujeitos que deram início a construção o povoado?

SOBRE O SURGIMENTO DA CASA ESCOLA MAJOR TERÊNCIO DE LIMA

14-MC- Havia escola na região quando o senhor (a) chegou ao movimento do assentamento?

15-MC- Em que ano foi construída a Casa Escola da BR 174?

16-MC- A Senhora (o) conhece a história do surgimento da Casa Escola da BR 174?

17-MC- Em que ano foi instituída a primeira a Casa Escola no assentamento?

18-MC- Quantas vezes a Casa Escola mudou de lugar dentro do assentamento?

19-MC- Poderia informar qual o nome da primeira professora (o) que trabalhou na Casa Escola da rodovia?

20-MC- Quanto tempo trabalhou a primeira professora (o) da Casa Escola?

21-MC- A Senhora (o) lembra o nome de outros professores que trabalharam na Casa Escola da rodovia?

22-MC- Qual era a origem dos novos professores que trabalhavam na escola?

23-MC- Qual o nível de formação dos professores da época?

24-MC- Como se dava a forma de contratação dos educadores para trabalhar na escola?

25-MC- Quem eram os alunos que frequentavam essa escola?

26-MC- As classes eram seriadas ou multisseriadas quando começou?

Entrevistado:

Entrevistadora: Maria Clélia Pereira da Costa

Rorainópolis, 2015.

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****MEMÓRIAS DOS PIONEIROS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO CORONEL SALUSTIANO E ANAUÁ: A CASA - ESCOLA DO VALENTIN - RORAINÓPOLIS-RR - (1975 - 1983).**

Eu,.....
 abaixo assinado, portador do CPF nº.....,
 residente a Rua
Bairro.....

.....Município de Rorainópolis, Estado de Roraima, dou meu Consentimento Livre e Esclarecido para participar como voluntário do projeto de pesquisa supracitado, sob a responsabilidade dos pesquisadores Carlos Roberto da Silveira e de Maria Clélia Pereira da Costa, do Curso DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO da Universidade São Francisco, Campus Itatiba, São Paulo.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1- O objetivo é investigar dentro do contexto histórico nos idos das décadas de (1975-1982) a história, as memórias e o processo migratório que deu origem a ocupação da BR 174, a partir do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre e Anauá (PAD/CSV/ANAUÁ), a origem do povoado de Vila do Incra, as pessoas envolvidas na criação do lugar, a demarcação e formação do espaço urbano, a localização, os interesses políticos, sociais e econômicos. Tentará identificar as nuances políticas das mudanças da Escola José de Alencar e a necessidade da sua implantação no povoado nos idos anos 1980-1982.

2- Durante o estudo será realizado entrevistas com vinte participantes de diferentes funções e grupos sociais, no sentido de coletar informações sobre as temáticas que envolverão a pesquisa: os primeiros habitantes da BR 174 que fizeram parte do Projeto de Assentamento-PA/CSV/ANAUÁ, os motivos que trouxeram aquele lugar, a origem do processo migratório, sujeitos envolvidos na construção de Vila do Incra, e na implantação da primeira escola instalada no povoado José de Alencar.

3- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;

4- Estou consciente de que, por se tratar de técnicas e instrumentos de pesquisa, pode haver riscos mínimos, mas nada que ponha em perigo a minha saúde física e mental, talvez, apenas desconforto durante a entrevista

5-Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa, o que não me causará nenhum prejuízo diante da sociedade, muito menos a minha integridade mental, financeira ou emocional;

6-Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada;

7 - Poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade São Francisco para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo telefone: 11-24548981, horário de funcionamento das 09h00 às 16h00, de segunda à sexta feira. O CEP se localiza a Avenida São Francisco de Assis, 218, Jardim São José – Bragança Paulista – SP, CEP: 12916-900;

8 - Poderei entrar em contato com o responsável pelo estudo, Carlos Roberto da Silveira, sempre que julgar necessário pelo telefone 11- 4534-8000;

9- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com o pesquisador responsável.

Assinatura do participante da Pesquisa
RG:.....

Assinatura da Pesquisadora Responsável: Maria Clélia Pereira da Costa
Rorainópolis,julho de 2015.

APÊNDICE C- Carta de solicitação para autorização de pesquisa- INCRA- sede Rorainópolis - Roraima



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA
UNIDADE AVANÇADA ANAUÁ – RORAINÓPOLIS-RR**

**CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DOCUMENTAL NA
UNIDADE AVANÇADA INCRA**

Eu Claudio Rego de Oliveira Chefe da Unidade da Avançada do INCRA no município de Rorainópolis Estado de Roraima, autorizo a pesquisadora Maria Clélia Pereira da Costa, do Curso STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO da Universidade São Francisco e responsável pelo Projeto de Pesquisa: **PENSANDO OS LUGARES DE MEMÓRIA: A CRIAÇÃO DO POVOADO DE VILA DO INCRA NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS-RR E A INSTALAÇÃO DA ESCOLA JOSÉ DE ALENCAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO ANAUÁ (PAD/ANAUÁ)-1975-1982**, a realizar estudos nos arquivos a que foi-me solicitado desta instituição desde que não comprometa a idoneidade da Instituição e a danificação dos documentos analisados.

Nestes termos


Claudio Rego de Oliveira
Chefe da Unidade Avançada do INCRA em Rorainópolis-RR

Rorainópolis, 26 de fevereiro de 2015

APÊNDICE D- Parecer de aprovação do projeto de pesquisa-2015.



UNIVERSIDADE SÃO
FRANCISCO-SP



Continuação do Parecer: 1.125.569

Inkra, analisando as tensões políticas e sociais que transcorreram nas diversas mudanças da instituição entre (1950-1982).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Todos os aspectos da entrevista serão esclarecidos para tornar possível o alcance dos objetivos propostos à realização desse trabalho, bem como a fim de deixar claro que há risco mínimo, talvez referente ao desconforto da entrevista, ou seja estamos em acordo com a Resolução CNS 466/2012.

Benefícios: a pesquisa possui relevância social e acadêmica. Quanto ao primeiro, acreditamos que esta pesquisa será de grande importância para a compreensão histórica e social sobre o assentamento, a escola, a construção do povoado, a integração da Amazônia e o contexto histórico de Roraima. Sobre o acadêmico esperamos com o estudo contribuir também para estimular o interesse de novos pesquisadores pela temática e possibilitar futuras pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante porque possui caráter Histórico das décadas de 1975-1982, criando a vila do Inkra e analisando as tensões políticas e sociais que ocorreram nas diversas mudanças da instituição entre 1950 e 1982.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com o que a pesquisa propõe para o seu desenvolvimento.

Recomendações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: SAO FRANCISCO DE ASSIS 218
 Bairro: JARDIM SAO JOSE CEP: 12.916-900
 UF: SP Município: BRAGANCA PAULISTA
 Telefone: (11)2454-8981 Fax: (11)4034-1825 E-mail: comite.etica@saofrancisco.edu.br

a construção do povoado, a integração da Amazônia e o contexto histórico de Roraima. Sobre o acadêmico esperamos com o estudo contribuir também para estimular o interesse de novos pesquisadores pela temática e possibilitar futuras pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante porque possui caráter Histórico das décadas de 1975-1982, criando a vila do Incra e analisando as tensões políticas e sociais que ocorreram nas diversas mudanças da instituição entre 1950 e 1982.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com o que a pesquisa propõe para o seu desenvolvimento.

Recomendações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: SAO FRANCISCO DE ASSIS 218	CEP: 12.916-900
Bairro: JARDIM SAO JOSE	
UF: SP	Município: BRAGANCA PAULISTA
Telefone: (11)2454-8981	Fax: (11)4034-1825
E-mail: comite.etica@saofrancisco.edu.br	

Página 02 de 03

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: SAO FRANCISCO DE ASSIS 218	CEP: 12.916-900
Bairro: JARDIM SAO JOSE	
UF: SP	Município: BRAGANCA PAULISTA
Telefone: (11)2454-8981	Fax: (11)4034-1825
E-mail: comite.etica@saofrancisco.edu.br	

Página 02 de 03



UNIVERSIDADE SÃO
FRANCISCO-SP



Continuação do Parecer: 1.125.569

BRAGANCA PAULISTA, 26 de Junho de 2015

Assinado por:
MARCELO LIMA RIBEIRO
(Coordenador)

APÊNDICE E- Primeira etapa das entrevistas

Nº	Nome	Data	Local da entrevista	Tempo de Duração	Técnicas
01	Tomaz Emiliano Neto	02/07/2015	Sua residência-Boa Vista- RR	1h50min.	Anotações
02	José Raimundo dos Santos	05/07/2015	Sua residência-Boa Vista- RR	1h02min.	Gravação
03	Francisco Mathias de Sousa	06/07/2015	Sua residência-Vicinal 6-RLIS	1h00	Anotações
04	Valentin Bauduíno Gonçalves	06/07/2015	Sua residência- BR 174-RLIS	2h00	Anotações
05	Izabel Sarmiento da Silva	08/07/2015	Sua residência Boa Vista	1h2min	Anotações
06	Alquidar Souza Pires Pereira	23/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	57min.	Anotações
07	Vilma Lopes do Nascimento	11/07/2015	SEMED-sede Rorainópolis	1h10min	Anotações
08	Maria José de Souza Moreira	13/07/2015	Sua residência-Vicinal 6-RLIS	1h20mi.	Gravação
09	Maria de Fátima da Silva	13/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h5min.	Anotações
10	Francisco Carvalho Duarte	14/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h5min.	Anotações
11	José da Luz Tomaz Emiliano	15/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h4min.	Filmagem
12	Irene Barbosa de Figueiredo	15/07/2015	Sua residência-Boa Vista-RR	2h00	Anotações
13	João Rosa de Sousa	20/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h 15min.	Filmagem
14	José Raimundo Carvalho	22/07/2015	Drik Turismo- Rorainópolis	1:h00	Anotação
15	Albertina Rodrigues de Sousa	19/01/2016	Sua residência- Rorainópolis	7:30min	Anotações

Tabela 5-Primeira etapa da realização das entrevistas julho de2015. Fonte: Material produzido durante a investigação.

APÊNDICE F-Segunda etapa das entrevistas

Nome	Data	Local da entrevista	Duração	Técnica
Tomaz Emiliano Neto	23/07/2015	Sua residência-Boa Vista- RR	45min.	Anotações
Maria José de S. Moreira	28/07/2015	Sua residência-Vicinal 6-RLIS	1h26min.	Gravação
Francisco Carvalho Duarte	26/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h30min.	Anotações
José da Luz Tomaz Emiliano	28/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h4min.	Gravação
José Raimundo dos Santos	28/12/2015	Sua residência-Boa Vista-RR	1h45min.	Anotações
João Rosa de Sousa	28/07/2015	Sua residência- Rorainópolis	1h 25min.	Gravação

Tabela 06-Segunda etapa da realização das entrevistas julho de2015, material produzido durante a pesquisa.

APÊNDICE G- Origem e idade dos migrantes participantes da pesquisa

Nº	Nome Completo	Estado de origem	Ano de chegada	Idade atual
01	Tomaz Emiliano Neto	Belém- Paraíba-PB	1978	62
02	José Raimundo dos Santos	Fortuna- MA	1978	62
03	Francisco Mathias de Sousa	Moçoró- RN	1979	71
04	Valentin Bauduíno Gonçalves	Itainópolis- Piauí	1975	72
05	Izabel Sarmiento da Silva	Espírito Santo-ES	1983	60
06	Alquidar Souza Pires Pereira	Boa Vista-RR	1970	46
07	Vilma Lopes do Nascimento	Santa Luzia - MA	1976	43
08	Maria José de Souza Moreira	Santa Luzia- MA	1978	74
09	Maria de Fátima da Silva	Vitorino Freire- MA	1979	60
10	Francisco Carvalho Duarte	São Luiz- MA	1975	78
11	José da Luz Tomaz Emiliano	Belém- Paraíba-PB	1980	60
12	Irene Barbosa de Figueiredo	Pedreira- MA	1978	61
13	João Rosa de Sousa	Bacabal- MA	1976	81
14	José Raimundo de Carvalho	Pedreira- MA	1979	61
15	Albertina Rodrigues de Sousa	Olho d' Água das Cunhãs -MA	1975	72

Tabela 7- Perfil dos migrantes participantes do movimento de assentamento- Fonte: Material produzido durante a investigação-2015.

APÊNDICE H- Profissões e lugares dos assentados dentro do projeto- CSFV e Anauá

Nº	Nome Completo	Profissão	Condição/Assentado	BR/Vicinal
01	Tomaz Emiliano Neto	Téc. Agrícola	Não assentado	Boa Vista
02	José Raimundo dos Santos	Professor	Assentada	Vicinal 07
03	Francisco Mathias de Sousa	Agricultor	Assentada	Vicinal 06
04	Valentín Bauduino Gonçalves	Empresário	Assentada	BR 174
05	Izabel Sarmiento da Silva	Aposentada	Assentada	Vicinal 02
06	Alquidar Souza Pires Pereira	Mecânico	morador	Vila do Incra
07	Vilma Lopes do Nascimento	Professora	Herdeira da terra	BR 174
08	Maria José de Souza Moreira	Aposentada	Assentada	BR 174
09	Maria de Fátima da Silva	Aux. De Serviços	Assentada	Vicinal 02
10	Francisco Carvalho Duarte	Aposentada	Assentada	BR 174
11	José da Luz Tomaz Emiliano	Téc. Agrop.	Não assentado	Tem lote
12	Irene Barbosa de Figueiredo	Aposentada	Assentada	BR 174
13	João Rosa de Sousa	Agricultor	Assentada	BR 174
14	José Raimundo de Carvalho	Aposentado	Assentada	Vicinal 02
15	Albertina Rodrigues de Sousa	Aposentada	Assentada	BR 174

Tabela-08 Profissão e condição de ocupação das terras pelos migrantes. Fonte: Material produzido durante a investigação-2015.

APÊNDICE I- Lista dos administradores do povoado Vila do Incra

1

Nº	Nome	Origem	Profissão
01	Francisco Duarte Carvalho x João Rosa	MA	Agricultores
02	José Lindolfo (Baiano)	ES	Comerciante
03	Pedro de tal		Comerciante
04	Francisco Carpanini	ES	Militar
05	Mathias Ariel Martins	SC	Mecânico
06	Pedro Alves da Silva	MA	Motorista

Tabela 9-Lista de Administradores de Rorainópolis (Vila do Incra) material elaborado pela autora a partir dos Arquivos concedido pela prefeitura de São Luiz-RR

ANEXOS

ANEXO A- Boletim de serviço INCRA -1976 nomeação de Moisés Teixeira Hausen primeiro Executor da Unidade Avançada INCRA- Rorainópolis- Roraima

34

Boletim de Serviço Nº 33/Ano II 16-08-76 Parte II Página 10

to nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971, e tendo em vista o contido na CI/DP/Nº 526/76,

R E S O L V E : designar CARLOS ALBERTO PERLINA, Engenheiro-Agrônomo, para exercer as funções de Executor do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra. D.O. de 10/8/76, fls. 3145.

Nº 779 - de 02 de agosto de 1976 - O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, alínea "n", do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971, e tendo em vista o contido na CI/DP/Nº 526/76,

R E S O L V E : designar MOYSÉS TEIXEIRA HAUSEN, Engenheiro-Agrônomo, para exercer as funções de Executor do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Vinagre. D.O. de 10/8/76, fls. 3145.

Nº 780 - de 02 de agosto de 1976 - O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, alínea "n", do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971,

R E S O L V E : tornar sem efeito a Portaria nº 626, de 16 de junho de 1976, referente à dispensa de HELENITA POLTOSI GONÇALVES do emprego de Agente Administrativo, Classe "B", Código: LT-SA-801.6/RJ.

D.O. de 10/8/76, fls. 3145.

Nº 781 - de 02 de agosto de 1976 - O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, alínea "n", do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971, e tendo em vista o contido no Processo INCRA/PIC-EC/Nº 97/76,

R E S O L V E : conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III, parágrafo único, 102, item I, letra a, da Constituição, a BASILIA DA COSTA NUNES, matrícula nº 2.018.134, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "B", Código: NM-1001.7, no Quadro Permanente deste Instituto. D.O. 10/8/76 fls. 3145.

ANEXO B- Ordem de Serviço INCRA, 1977- Comissão Especial



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO. INCRA/CR(15)/Nº 036/77

O COORDENADOR DA COORDENADORIA REGIONAL DO EXTREMO NORTE - CR(15), nos termos do inciso VII do artigo 46, do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 01.02.71, publicado no Diário Oficial da União (Seção I - Parte I) de 02.02.71, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 99, letra "F", do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 99, de 15.04.71, do Ministério da Agricultura.

CONSIDERANDO o que estabeleceu o Sr. Presidente da Autarquia, quando de sua última estada nesta CR(15), no que se refere a apresentação de um Projeto de Assentamento Dirigido, na área de Normandia ou Bonfim, Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima.

CONSIDERANDO os termos do Telex INCRA/32/DF Nº 405/77, do Departamento de Recursos Fundiários.

RESOLVE:

I - Constituir uma Comissão Especial, composta pelos servidores MOYSÉS TEIXEIRA HAUSEN, Excutador do PAD-Vinagre, MARIA DE FÁTIMA BARRETO REBOUÇAS, Engenheira Agrônoma, JOÃO GUIDO DE SOUZA, Técnico Agrícola e BERENICE BATOS DE PAIVA, Técnica em Contabilidade, todos do PAD-Vinagre, para, sob a presidência do primeiro, proceder os estudos básicos de recursos naturais, existência de mercados internos e externos ou de centros de exportação e distâncias econômicas, condições de salubridade e saneamento, existência de fluxo migratório natural e a existência de relações de trabalho e produção, na área de Normandia e Bonfim, Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, objetivando a apresentação de alternativas para a implantação de um Projeto de Assentamento Dirigido, naquela área.

ANEXO C- Memorial Descritivo do PAD/Anauá, 1982



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 COORDENADORIA REGIONAL DO EXTREMO NORTE CR (15)
 PROJETO FUNDIÁRIO RORAIMA

MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA: 200.000 ha
 DENOMINAÇÃO: GL. PEDRO CLEMENTINO
 MUNICÍPIO : CARACARAÍ
 PERÍMETRO : 228.000 m.

Partindo do ponto nº 01 de coordenadas geográficas de $01^{\circ}09'42''N$ e $60^{\circ}14'47''WGR$, localizado na margem direita da BR-210, no sentido Caracarái/Macapá; daí segue por uma linha reta no azimute $184^{\circ}38'45''$ e uma distância aproximada de 69.000m (Sessenta e nove mil metros), até encontrar o ponto nº 02 de coordenadas geográficas $00^{\circ}32'47''N$ e $60^{\circ}17'47''WGR$, localizado na margem direita do Rio Jauaperí; daí segue pelo referido rio no sentido jusante percorrendo uma distância aproximada de 35.000m (Trinta e cinco mil metros), até encontrar o ponto nº 03 de coordenadas geográficas de $00^{\circ}25'33''N$ e $60^{\circ}34'27''WGR$, localizado na margem direita do referido rio; daí segue por uma linha reta no azimute de $03^{\circ}09'33''$ e uma distância aproximada de 94.000m (Noventa e quatro mil metros) até encontrar o ponto nº 04 de coordenadas geográficas de $01^{\circ}16'53''N$ e $60^{\circ}31'37''WGR$, localizado na margem direita da BR-210; daí segue pela margem da referida rodovia no sentido Caracarái/Macapá, uma distância aproximada de 30.000m (Trinta mil metros) até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro.

A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 200.000ha (Duzentos mil hectares) e um perímetro


 Cont...

ANEXO-E Resoluções de criação de novos projetos de assentamento conforme divisão do PAD/ANAÚÁ-2005.

PUBLICAÇÕES		Folh
D.O. 211 de 03/11/05		nº 08
Seção 1	Pág. 78	Ruota
B.S. N.º 45 de 07/11/05		

559
BAA

RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 27

DE 26 DE OUTUBRO DE 2005.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei n.º 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições prevista no art. 18, inciso VII, da estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.011, de 11 de março de 2004, e no art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/n.º 164, de 14 de julho de 2000, e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião 561ª, realizada em 26 de outubro de 2005.

Considerando que o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, criado pela Resolução/Incrac/CD/Nº 95, de 11 de junho de 1979, retificado pela Portaria S/Nº da Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima, localizado nos municípios de Rorainópolis e Caracarái foi consolidado parcialmente pela Resolução/ Incra/SR(25)/RR/Nº 01, de 31 de outubro de 2002;

Considerando-se a manifestação dos setores técnico e jurídico da Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima, objeto do Processo Incra /Nº 54390.000197/2002-30, no sentido da consolidação do PAD Anauá, mesmo que parcial, não atingiu os objetivos preconizados nas normas que regem a matéria, posto que a situação do projeto e de seus assentados permanece a mesma, não tendo havido mudança significativa no desenvolvimento sócio-econômico das famílias assentadas em função da consolidação;

Considerando a Resolução do Comitê de Decisão Regional da SR(25)/RR/Nº002/2005 que acolheu manifestação da Divisão Técnica da SR(25)/RR no sentido de tornar insubsistente a referida consolidação;

Considerando que existem situações diversas no PAD Anauá que, por sua complexidade, inviabilizam qualquer tentativa do Incra em consolidar de fato o referido projeto e promover a integração das famílias ao desenvolvimento local e regional;

Considerando a realidade sócio-econômica das famílias assentadas no PAD Anauá;

Considerando a identificação pelos setores técnicos da SR(25)/RR de dezesseis áreas distintas no PAD Anauá, com características próprias em termos de desenvolvimento das famílias, infra-estrutura viária, de abastecimento d'água e energia elétrica, sustentabilidade ambiental, assim como titulação e destinação de bens imóveis, RESOLVE::

Art. 1º Declarar insubsistente a consolidação parcial do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, de que trata a Resolução/Incrac/SR(25)/RR/Nº 01, de 31 de outubro de 2002, revogando assim a referida resolução;

Art. 2º Autorizar a retificação da área inicial do PAD Anauá, de que trata a Resolução/Incrac/CD/Nº 95, de 11 de junho de 1979, retificada pela PortariaS/Nº da Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima, passando dos atuais 221.832, 2046 ha

ANEXO-F Mapa de projetos de Assentamento de Terras de Roraima

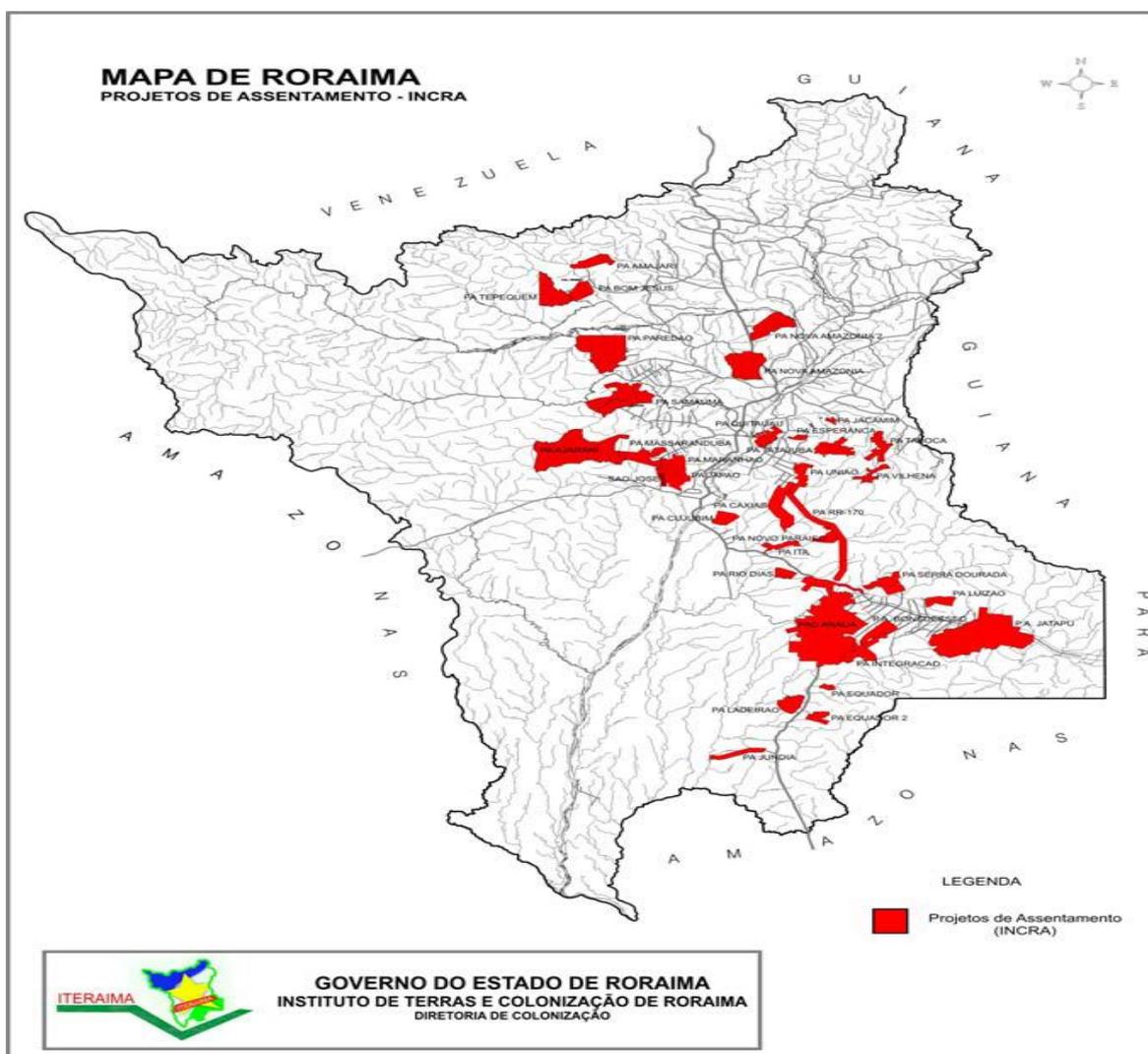


Figura 3-Mapa dos projetos de assentamentos do INCRA em Roraima. Fonte INTERAIMA. Disponível em: www.senado.leg.br/.../cre/.../AP_20071121.

